

**Prospecto Definitivo de Distribuição Pública de Cotas Sênior da 2ª Série (“o Prospecto”) do
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL MILÊNIO RECEBÍVEIS LP**
 (“Fundo”)

CNPJ/MF nº 15.578.550/0001-60

Distribuição Pública de 15.000 (quinze mil) Quotas Seniores – 2ª Série, totalizando:

R\$ 15.000.000,00

(quinze milhões)

Classificação de Risco para as Cotas Sênior da 2ª Série: Liberum Ratings: BBB(fe) de Longo Prazo

Código ISIN das Quotas Seniores – 2ª Série: BRMNLPTF019

Nº do Registro da Oferta na CVM: CVM/SER/RFD/2017/0002, concedido em 06 de abril de 2017.

Tipo ANBIMA: FIDC Fomento Mercantil



O Fundo é administrado, controlado e escriturado pelo **BANCO FINAXIS S.A.**, instituição financeira com sede na cidade de Curitiba, estado do Paraná, na Rua Pasteur, n. 463, 11º andar, conjunto 1103, bairro de Água Verde, inscrita no CNPJ sob o nº 11.758.741/0001-52, autorizada a administrar carteiras de valores mobiliários pelo Ato Declaratório CVM nº 11.821, de 18 de julho de 2011 (“**Administradora**”), e gerido pela **PETRA CAPITAL GESTÃO DE INVESTIMENTOS LTDA.**, instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Av. Paulista, nº 1842, 1º andar, inscrita no CNPJ sob o nº 09.204.714/0001-96, autorizada a administrar carteiras de valores mobiliários pelo Ato Declaratório CVM nº 306, de 05 de maio de 1999 (“**Gestora**”). O Coordenador da oferta é a **FINAXIS CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Av. Paulista, n. 1845, 1º andar, conjuntos 17 e 18, bairro da Bela Vista, inscrita no CNPJ sob o n. 03.317.692/0001-94 (“**Coordenadora**”).

O Fundo destina-se a adquirir os direitos creditórios, através de investimento em carteira pulverizada de recebíveis (direitos ou títulos), originados e vendidos por diversos cedentes que antecipam recursos através da venda de duplicatas, cheques e quaisquer outros títulos passíveis de cessão e transferência de titularidade (“**Direitos Creditórios Elegíveis**”); e de ativos financeiros conforme a política de investimento do regulamento do fundo (“**Ativos Financeiros**”), ambos selecionados pela **Gestora** do Fundo e pela **MILÊNIO FOMENTO MERCANTIL LTDA.**, sociedade empresária com sede na cidade de Recife, estado de Pernambuco, na Rua José de Alencar, nº 916, 7º andar, inscrita no CNPJ sob o nº 05.546.588/0001-05 (“**Consultora**”).

Serão objeto de distribuição pública, nos termos da Instrução CVM 400, pela Coordenadora e pelo Fundo, representado pela Administradora, 15.000 (quinze mil) quotas seniores da 2ª série, todas com valor unitário de emissão de R\$ 1.000,00 (mil reais) (“**Quotas Seniores – 2ª Série**”), perfazendo o valor total de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões) (“**Oferta das Quotas Seniores – 2ª Série**”).

O Fundo foi constituído em 20 de junho de 2014, sob a forma de condomínio fechado, com prazo de duração indeterminado, e seu regulamento e respectivo ato de constituição foram registrados no 2º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da cidade de Curitiba, estado do Paraná, em 22 de novembro de 2016, sob o nº 738.939 (conforme aditado de tempos em tempos, o “**Regulamento**”). A emissão das Quotas Seniores – 2ª Série foi autorizada em 25 de outubro de 2016 pela Assembleia Geral Extraordinária, conforme ata registrada em 22 de novembro de 2016, registrada no 2º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da cidade de Curitiba, estado do Paraná, em 22 de novembro de 2016, sob o nº 738.939.

Todo Quotista, ao ingressar no Fundo, deverá atestar, por meio de Termo de Adesão, que recebeu exemplar deste Prospecto Definitivo e do Regulamento, que tomou ciência dos objetivos do Fundo, da sua política de investimento, da composição da carteira do Fundo, da Taxa de Administração devida à Administradora e à Gestora, dos riscos associados ao investimento no Fundo e da possibilidade de ocorrência de variação e perda no Patrimônio líquido, e, conseqüentemente, de perda do capital, parcial ou total, investido pelo investidor.

Conforme ofício n. 104/2017/CVM/SER/GER-1 que concedeu o registro da oferta pública de distribuição de quotas seniores da 2ª série da emissão do Fundo, as quotas foram admitidas para negociação secundária junto à CETIP, em 02/01/2017.

Antes de investir no Fundo leia atenção os Avisos Importantes, nas páginas 1 e 2 do Prospecto Definitivo.

O presente prospecto definitivo será entregue a todos os investidores durante o período de distribuição.

A data deste prospecto é 11 de abril de 2017.

“O REGISTRO DA PRESENTE DISTRIBUIÇÃO NÃO IMPLICA, POR PARTE DA CVM, GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS OU EM JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DA COMPANHIA EMISSORA, BEM COMO SOBRE OS VALORES MOBILIÁRIOS, A SEREM DISTRIBUÍDOS”

“OS INVESTIDORES DEVEM LER A SEÇÃO DE FATORES DE RISCO, NAS PÁGINAS 48 A 55”

COORDENADORA



ADMINISTRADORA



GESTORA



ASSESSOR LEGAL



AUDITORIA



CONSULTORA



CLASSIFICAÇÃO DE RISCO



AVISOS IMPORTANTES

“Este prospecto foi preparado com as informações necessárias ao atendimento das disposições do Código ANBIMA de regulação e melhores práticas para os Fundos de investimento, bem como das normas emanadas pela CVM. A autorização para funcionamento e/ou registro da distribuição das quotas não implica por parte da CVM ou da ANBIMA garantia de veracidade das informações prestadas, ou julgamento sobre a qualidade do Fundo, das quotas a serem distribuídas, de sua administradora e das demais instituições prestadoras de serviços.”

“O investimento no Fundo de que trata este Prospecto apresenta riscos para o investidor. Ainda que a Administradora e a Gestora mantenham sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para o Investidor.”

“Os investidores devem ler a seção ‘Fatores de Risco’ nas páginas 46 a 56 deste Prospecto.”

“O Fundo não conta com garantia de sua Administradora, da Gestora, do Custodiante, dos Coordenadores, da Consultora, de suas Partes Relacionadas, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos – FGC.”

“As informações contidas nesse Prospecto estão em consonância com o Regulamento, mas não o substituem. É recomendada a leitura cuidadosa tanto deste Prospecto quanto do Regulamento, com especial atenção para as cláusulas de política de investimento do Fundo, bem como as disposições do Prospecto e do Regulamento que tratam dos fatores de risco a que o Fundo está exposto, antes de qualquer decisão sobre o investimento nas Quotas.”

“Somente Investidores Qualificados e Fundos de investimento autorizados a investir em Fundos de investimento em direitos creditórios, conforme definido pela Instrução CVM 409, podem adquirir Quotas Seniores – 2ª Série”.

“Este Fundo pode investir em carteira de direitos creditórios diversificada, com natureza e características distintas. Desta forma, o desempenho da carteira pode apresentar comportamento distinto ao longo da existência do Fundo. “

“Este Fundo utiliza estratégias que podem resultar em perdas significativas patrimoniais para seus Quotistas.”

“Este Fundo busca manter uma carteira de ativos que cumpra com os requisitos do artigo 3º da Lei Federal nº 12.431, de 24 de junho de 2011, conforme alterada, para garantir o enquadramento do Fundo e de seus quotistas nas regras especiais de tributação previstas em referida norma.”

“Este Fundo busca manter uma carteira de ativos com prazo médio superior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, o que pode levar a uma maior oscilação no valor da Quota se comparada à de Fundos similares com prazo inferior. O tratamento tributário aplicável ao investidor deste Fundo depende do período de aplicação do investidor, bem como da manutenção de uma carteira de ativos com prazo médio superior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias. Alterações nestas características podem levar a um aumento do imposto de renda incidente sobre a rentabilidade auferida pelo investidor.”

“Considerações sobre estimativas e declarações futuras: quaisquer expectativas de recebimento de fluxos de caixa advindos dos Direitos Creditórios adquiridos, previsões e estimativas aqui contidas são previsões e se baseiam em certas premissas que a Administradora e a Gestora consideram razoáveis. Expectativas são, por natureza, especulativas, e é possível que algumas ou todas as premissas em que se baseiam as expectativas

não se concretizem ou difiram substancialmente dos resultados efetivos. Nesse sentido, as expectativas são apenas estimativas. Resultados efetivos podem diferir das expectativas, e tais diferenças podem acarretar prejuízo para o Fundo e para seus Quotistas.”

“Não há compromisso ou garantia por parte da Administradora ou da Gestora de que o objetivo do Fundo será atingido.”

O REGISTRO DA PRESENTE DISTRIBUIÇÃO NÃO IMPLICA, POR PARTE DA CVM, GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS OU EM JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DO FUNDO, BEM COMO SOBRE AS QUOTAS SENIORES – 2ª SÉRIE OBJETO DA OFERTA.

INDICE

DEFINIÇÕES	06
IDENTIFICAÇÃO DA ADMINISTRADORA E DOS DEMAIS PRESTADORES DE SERVIÇO DO FUNDO	15
DECLARAÇÃO DO COORDENADOR (ART. 56, INSTRUÇÃO 400 CVM)	17
DECLARAÇÃO DO ADMINISTRADOR (ART. 56, INSTRUÇÃO 400 CVM)	18
DECLARAÇÃO DO DIRETOR RESPONSÁVEL PELO FUNDO	19
CARACTERÍSTICAS DA OFERTA	20
Características Gerais da Oferta	20
Características da Oferta das Quotas Seniores – 2ª Série	25
INFORMAÇÕES ADICIONAIS SOBRE O FUNDO E A OFERTA	26
DESCRIÇÃO DE RELAÇÕES SOCIETÁRIAS OU LIGAÇÕES CONTRATUAIS RELEVANTES	28
CONFLITOS DE INTERESSES	30
PROCEDIMENTO DE DISTRIBUIÇÃO DAS QUOTAS SENIORES – 2ª SÉRIE	31
Montante total da Oferta e Regime de Distribuição	31
Início e encerramento da Distribuição de Quotas Seniores – 2ª Série	32
Negociação das Quotas Seniores – 2ª Série	32
Suspensão, Cancelamento, Alteração das Circunstâncias, Revogação ou Modificação da Oferta	33
CUSTO E CRONOGRAMA DE DISTRIBUIÇÃO DAS QUOTAS SENIORES – 2ª SÉRIE	35
CARACTERÍSTICAS DO FUNDO	37
O Fundo	37
Base Legal	37
Público Alvo e Adequação do Investimento	37
Fluxograma da Estrutura do Fundo	38
Aplicação dos Recursos	39
Objetivo de Investimento	39
Política de Investimento, Composição e Diversificação da Carteira	39
Critérios de Elegibilidade	46
Diretriz de Cobrança	46
Patrimônio Líquido	47
Despesas e Encargos do Fundo	47
Remuneração	48
Fatores de Risco	49
CARACTERÍSTICAS DAS QUOTAS	57
Forma e espécie	57
Emissão de Quotas Seniores	57
Emissão de Quotas Subordinadas	58
Emissão, Integralização e Valor das Quotas	58
Amortização e Resgate de Quotas	59
Metodologia de Avaliação dos Ativos do Fundo	61
LIQUIDAÇÃO DO FUNDO	64
Eventos de Avaliação	64
Eventos de Liquidação	64
ASSEMBLEIA GERAL	66
Competência	66
Procedimento de Convocação	66
Instalação da Assembleia	67
REGRAS DE TRIBUTAÇÃO	69
Objetivo de Tratamento Tributário	69
Tributação Aplicável aos Quotistas	69
Tributação Aplicável ao Fundo	72
ADMINISTRAÇÃO DO FUNDO	73
Histórico e Atividades	73

Funções e Responsabilidades da Administradora	73
Atividades de Custódia	74
Verificação por amostragem do lastro	75
Procedimentos de Verificação do Cumprimento de Obrigações por Prestadores de Serviços Contratados pela Administradora	76
Substituição da Administradora	77
GESTÃO DO FUNDO	78
Histórico e Atividades	78
Função da Gestora	78
Substituição da Gestora	78
DEMAIS PRESTADORES DE SERVIÇO DO FUNDO	79
Consultor de Investimentos	79
Agente de Cobrança	80
Agência de Classificação de Risco	80
Auditoria do Fundo e Auditoria dos Direitos Creditórios	81
Instituições Distribuidoras das Quotas	82
POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES	83
Regra Geral	83
Atendimento aos Quotistas	84
SUMÁRIO DOS PRINCIPAIS CONTRATOS	85
Contrato de Custódia e Controladoria e de Escrituração	85
Contrato de Gestão	85
Contratos de Rating	85
Contrato com Auditor Independente	85
Contrato de Distribuição de Quotas	86
ANEXOS	
Regulamento do Fundo	87
Ata da assembleia que autorizou a emissão das Quotas Seniores – 2ª Série e o Suplemento	132
Relatório da Agência Classificadora de Risco	139
Declaração da Instituição Administradora	149
Declaração do Diretor Responsável pelo Fundo	151
Declaração do Coordenador Líder	153
Demonstrações financeiras dos Três Últimos Exercícios, Informações Trimestrais e Eventos Subsequentes	155
Comunicados da Administradora do Fundo	225
Contrato de Custódia, Controladoria e Escrituração	229
Contrato de Gestão	265
Contrato de Distribuição de Quotas	321
Contrato de Rating	333
Modelo do Contrato de Cessão e do Termo de Cessão	338

DEFINIÇÕES

Neste Prospecto, as expressões ou palavras grafadas com iniciais maiúsculas terão o significado atribuído conforme a descrição abaixo, exceto se de outra forma indicar o contexto.

Administradora	É o BANCO FINAXIS S.A. , instituição financeira com sede na cidade de Curitiba, estado do Paraná, na Rua Pasteur, n. 463, 11º andar, conjunto 1103, bairro de Água Verde, inscrita no CNPJ sob o nº 11.758.741/0001-52, autorizada a administrar carteiras de valores mobiliários pelo Ato Declaratório CVM nº 11.821, de 18 de julho de 2011.
Agência de Classificação de Risco	É a Liberum Ratings Serviços Financeiros Ltda. , sociedade empresária com sede na Rua Bandeira Paulista, n. 530, 10º andar, conj. 103, Itaim Bibi, São Paulo/SP, inscrita no CNPJ sob o n. 14.222.571/0001-85.
ANBIMA	É a Associação Brasileira de Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.
Anexos	São os anexos desse Prospecto.
Assembleia Geral	É a Assembleia Geral de Quotistas do Fundo, realizada nos termos do Capítulo VII do regulamento;
Ativos Financeiros	São os bens, ativos, direitos e investimentos financeiros, distintos dos Direitos de Crédito, que compõem o patrimônio líquido do Fundo.
Auditor Independente	É a Grant Thornton Auditores Independentes , sociedade empresária com sede na Av. Paulista, n. 37, conj. 12, Bela Vista, São Paulo/SP, inscrita no CNPJ sob o n. 10.830.108/0001-65.
BACEN	É o Banco Central do Brasil.
Banco Cobrador	Instituição financeira com carteira comercial contratada pelo Fundo para responder pelas atividades de liquidação e cobrança bancária de determinados Direitos Creditórios;
BM&FBovespa	É a Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros;
Boletim de Subscrição	Documento assinado pelo subscritor que comprova a subscrição de Quotas do Fundo e estabelece direitos e obrigações relativas à subscrição e

	integralização de Quotas, conforme definido no art. 94 do regulamento.
Cedentes	São empresas, sediadas no território nacional, indicadas pela Consultora, que cedam Direitos Creditórios ao Fundo, na forma do Regulamento e do Contrato de Cessão;
CETIP	É a CETIP S.A. – Mercados Organizados;
CMN	É o Conselho Monetário Nacional.
Código Civil Brasileiro	É a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada.
Conflito de interesses	Situação gerada pelo confronto entre interesses de qualquer pessoa com os interesses do Fundo ou de seus Quotistas, que possa causar dano ao Fundo ou aos Quotistas, ou que possa resultar em benefício ou vantagem relevante para qualquer pessoa ao qual tal não faça jus e de que resulte ou possa resultar prejuízo ao Fundo ou aos Quotistas.
Consultora	É a MILÊNIO FOMENTO MERCANTIL LTDA. , sociedade empresária com sede na cidade de Recife, estado de Pernambuco, na Rua José de Alencar, nº 916, 7º andar, inscrita no CNPJ sob o nº 05.546.588/0001-05.
Contrato de Cessão	É cada um dos contratos que regulam as Cessões de Crédito para Fundo de Investimento em Direitos Creditórios celebrados entre o Fundo, a Administradora e as Cedentes;
Contrato de Consultoria	É o “ <i>Contrato de Prestação de Serviços de Consultoria Especializada</i> ”, celebrado entre a Consultora e a Administradora, com a interveniência da Gestora, em 30 de julho de 2014.
Contrato de Gestão	É o “ <i>Contrato de Prestação de Serviços de Gestão de Carteira de Fundo de Investimento</i> ”, celebrado entre a Gestora e o Fundo, em 09 de setembro de 2015.
Contrato de Serviços de Auditoria Independente	É a proposta de prestação de serviços do Auditor, aceita pela Administradora.
COSIF	É o Plano Contábil das Instituições Financeiras do Sistema Financeiro Nacional, instituído com a edição, pelo BACEN, da Circular nº 1.273, de 29 de

	dezembro de 1987;
Coobrigação	É a obrigação contratual ou qualquer outra forma de retenção substancial dos riscos de crédito de determinado ativo adquirido, subscrito e/ou cedido a uma determinada Pessoa, assumida pelo respectivo alienante, emissor, devedor ou terceiro, o qual permanece sujeito a riscos de exposição à variação do fluxo de caixa do ativo;
Coordenador	É a FINAXIS CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A. , instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Av. Paulista, n. 1845, 1º andar, conjuntos 17 e 18, bairro da Bela Vista, inscrita no CNPJ sob o n. 03.317.692/0001-94.
Critérios de elegibilidade	Tem o significado atribuído pelos artigos 67 e 68 do regulamento, cuja verificação é de responsabilidade da Consultora;
Custodiante ou Banco Finaxis	É o BANCO FINAXIS S/A. , instituição financeira com sede na cidade de Curitiba, estado do Paraná, na Rua Pasteur, n. 463, 11º andar, conjunto 1103, bairro de Água Verde, inscrita no CNPJ sob o nº 11.758.741/0001-52, que prestará os serviços de custódia, escrituração e controladoria das Quotas do Fundo, conforme definido no 11 do regulamento;
CVM	É a Comissão de valores Mobiliários;
Data de Aquisição	É a data da aquisição pelo Fundo dos Direitos Creditórios ofertados pelas Cedentes que atendam os Critérios de Elegibilidade;
Data de Resgate	É a data em que se dará o resgate integral de cada Série e/ou Classe de Quotas do Fundo, indicada no Suplemento da respectiva Série e/ou Classe, conforme o caso;
Depositário	É a Interfile Participações S.A. , com sede em Taboão da Serra, Estado de São Paulo, na Avenida Paulo Ayres, nº 40 e 70, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.227.893/0001-51;
Dia Útil	Significa qualquer dia, de segunda a sexta-feira, exceto (i) feriados ou dias em que, por qualquer motivo, não houver expediente comercial ou bancário no Estado ou na sede social da

	Administradora; e (ii) feriados de âmbito nacional;
Direitos Creditórios	São as duplicatas, cheques, contratos de compra e venda, e/ou de prestação de serviços;
Direitos Creditórios Inadimplidos	Direitos Creditórios da carteira do Fundo devidos e não pagos pelos respectivos Devedores e eventuais Coobrigados após as datas de vencimento aplicáveis;
Diretor Designado	É o diretor da Administradora designado para, nos termos da legislação aplicável, responder civil e criminalmente, pela gestão, supervisão e acompanhamento do Fundo, bem como pela prestação de informações relativas ao Fundo;
Diretriz de Cobrança	Significa a política de cobrança, judicial e extrajudicial, dos Direitos Creditórios Inadimplidos, nos termos do artigo 24, inciso X, alínea “c”, da Instrução CVM 356, constante do Capítulo XIV do regulamento;
Diretriz de Investimentos	Significa a política que deverá ser observada pela Gestora na concessão de crédito no âmbito das atividades do Fundo, nos termos do artigo 24, inciso X, alínea “b”, da Instrução CVM 356, constante do Capítulo X do regulamento;
Documentos Comprobatórios	São os documentos ou títulos representativos do respectivo Direito Creditório, que podem ser (i) emitidos em suporte analógico; (ii) emitidos a partir de caracteres criados em computador ou meio técnico equivalente e de que conste a assinatura do emitente que utilize certificado admitido pelas partes como válido; (iii) digitalizadas e certificadas nos termos constantes em lei e regulamentação específica;
Encargos do Fundo	Significam as despesas que podem ser debitadas do Fundo pela Administradora, conforme definido no Capítulo XXII do regulamento;
Eventos de Liquidação Avaliação	São as situações descritas no Artigo 123 do Regulamento;
Eventos de Liquidação Antecipada	São as situações descritas no Artigo 124 do Regulamento;
FIDC	São os Fundos de investimento em direitos creditórios, regulados pela Instrução CVM 356;

Fundo	Tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 1º do Regulamento;
Gestora	PETRA CAPITAL GESTÃO DE INVESTIMENTOS LTDA. , instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Av. Paulista, nº 1842, 1º andar, inscrita no CNPJ sob o nº 09.204.714/0001-96, autorizada a administrar carteiras de valores mobiliários pelo Ato Declaratório CVM nº 306, de 05 de maio de 1999.
Grupo Econômico	Tem o significado que lhe é atribuído no parágrafo primeiro do Artigo 56 do Regulamento;
Instituições Autorizadas	HSBC Bank Brasil S.A, Banco Bradesco S.A, Banco Itaú S.A, Banco Santander, Banco Safra S.A, Banco do Brasil S.A e Caixa Econômica Federal;
Instrução CVM 356	É a Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, e alterações posteriores;
Instrução CVM 400	É a Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003 e alterações posteriores;
Instrução CVM 409	É a Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004 e alterações posteriores;
Instrução CVM 476	É a Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009 e alterações posteriores;
Investidores Qualificados	São todos os investidores autorizados nos termos da regulamentação em vigor a investir em Fundos de investimento em direitos creditórios;
Patrimônio Líquido	Significa a soma algébrica dos valores correspondentes aos Direitos Creditórios e aos Ativos Financeiros da carteira do Fundo, mais os valores a receber, subtraídas as exigibilidades e provisões, na forma do artigo 114 do regulamento;
Periódico	É o jornal Diário do Comércio, da Associação Comercial de São Paulo;
Política de Cobrança	Tem o significado atribuído no Artigo 84 do Regulamento;
Prospecto ou Prospecto Definitivo	É o presente Prospecto;
Quotas	São as Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas;

Quotas Seniores

São as Quotas de classe sênior, emitidas pelo Fundo as quais possuem prioridade nos pagamentos de amortização e/ou resgate sobre as Quotas Subordinadas, não havendo qualquer tipo de preferência, prioridade ou subordinação entre os titulares de Quotas Seniores de qualquer série;

Quotas Subordinadas

São as Quotas de classe subordinada que se subordinam às Quotas Seniores para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo;

Regulamento

É o Regulamento do Fundo;

Razão Garantia

A relação (em percentual), entre o valor do patrimônio líquido do Fundo e o valor das Quotas Seniores, obtida por meio da divisão do primeiro pelo segundo, conforme estabelecido no artigo 115;

Reserva de Amortização

Reserva de Amortização: a reserva constituída para o pagamento das amortizações das Quotas Seniores;

Suplemento

É o documento cujo modelo é parte integrante do Regulamento que prevê e estabelece as principais regras para cada série de Quotas Seniores de emissão do Fundo;

Taxa de Administração

É a remuneração mensal devida à Administradora;

Taxa de DI

São as taxas médias referenciais dos depósitos interfinanceiros (CDI Extra-Grupo), apuradas pela CETIP e divulgadas pela resenha diária da ANBID, expressas na forma percentual e calculadas diariamente, sob forma de capitalização composta, com base em um ano de 252 Dias Úteis;

Taxa Mínima de Cessão

É a taxa mínima da cessão calculada conforme seguinte:

$$TMC = 170\% \text{ CDI}^*$$

$$TMC = \text{Taxa média de cessão (\%^{aa})}$$

*170% (cento e setenta por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros ("DI") de 1 (um) dia – "over Extra-Grupo", expressa na forma de percentual ao ano, base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada pela CETIP S.A. – Balcão

	Organizado de Ativos e Derivativos na data da respectiva cessão;
Termo de Adesão	É o documento por meio do qual cada Quotista adere ao Regulamento e que deve ser firmado quando de seu ingresso no Fundo, nos termos do Artigo 8 do Regulamento;
Termo de Cessão	É o documento pelo qual se formaliza a cessão dos Direitos Creditórios adquiridos pelo FUNDO, na forma prevista no anexo do respectivo Contrato de Cessão. Funciona como um borderô, contendo a relação dos títulos cedidos, o valor de face dos mesmos, as datas dos seus vencimentos e os dados dos devedores, além do valor pelo qual os referidos Direitos Creditórios foram cedidos ao FUNDO. Este documento prova a realização da cessão e obriga a Cedente a entregar à Administradora, por conta e ordem do FUNDO, os Documentos Comprobatórios da Operação.
Valor Unitário de Emissão	É o valor unitário de cada Quota na Data de Emissão de cada Série ou Classe, equivalente a R\$ 1.000,00 (mil reais);

IDENTIFICAÇÃO DA ADMINISTRADORA E DOS DEMAIS PRESTADORES DE SERVIÇO DO FUNDO

Administradora	<u>BANCO FINAXIS S.A.</u> Att. Ricardo Augusto Meira Pedro R. Pasteur, n. 463, 11º andar, conj. 1103 Água Verde, Curitiba/PR, CEP: 80.250-104 Telefone: (41) 3074-9001 Fax: (41) 3074-9001 E-mail: admfundos@finaxis.com.br Site: www.finaxis.com.br
Custodiante e Agente Escriturador	<u>BANCO FINAXIS S.A.</u> Att. Rogério Felgueiras R. Pasteur, n. 463, 11º andar, conj. 1103 Água Verde, Curitiba/PR, CEP: 80.250-104 Telefone: (41) 3074-9001 Fax: (41) 3074-9001 E-mail: client@finaxis.com.br Site: www.finaxis.com.br
Gestora	<u>PETRA CAPITAL GESTÃO DE INVESTIMENTOS LTDA.</u> Att. Paulo Roberto Trota Av. Paulista, nº 1842, 1º andar Bela Vista, São Paulo/SP, CEP: 01.310-923 Telefone: (11) 3526-9001 Fax: (11) 3526-9001 E-mail: middle.office@petraasset.com.br Site: www.petracapital.com.br
Coordenador	<u>FINAXIS CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.</u> Att. Felipe Borges Moreira Av. Paulista, n. 1845, 1º andar, conjuntos 17 e 18, Bela Vista, São Paulo/SP, CEP: 01.310-923 Telefone: (11) 3526-9001 Fax: (11) 3526-9001 E-mail: distribuicao@finaxis.com.br
Consultora	<u>MILÊNIO FOMENTO MERCANTIL LTDA.</u> Att. Frederico Loyo Rua José de Alencar, nº 916, 7º andar Ilha do Leite, Recife/PE, CEP: 50.070-030 Telefone: (81) 3033-7997 E-mail: fredloyo@mfac.com.br
Assessor Legal	<u>SERUR, CÂMARA, MAC DOWELL, MEIRA LINS, MOURA E RABELO ADVOGADOS</u> Att. João Loyo de Meira Lins/Eduardo Serur Rua Sen. José Henrique, nº 224, 11º andar Ilha do Leite, Recife/PE, CEP: 50.070-460

Telefone: (81) 2119-0010
Fax: (81) 2119-0011
E-mail: recuperacao.contato@serur.com.br
Site: www.serur.com.br

Auditores Independentes

GRANT THORNTON AUDITORES INDEPENDENTES
Att. Ricardo Engel
Av. Iguaçu, nº 100, 3º andar
Rebouças, Curitiba/PE, CEP: 80.230-020
Telefone: (41) 3222-8432
Fax: (41) 3222-8432
E-mail: ricardo.engel@br.gt.com
Site: www.grantthornton.com.br

Agência de Classificação de Risco

LIBERUM RATINGS SERVIÇOS FINANCEIROS LTDA.
Att. Décio Baptista Santos
Rua Bandeira Paulista, nº 530, 10º andar, conj. 103,
Itaim Bibi, São Paulo/SP, CEP: 04.532-001
Telefone: (11) 3165-4222
Fax: (11) 3165-4222
E-mail: decio@liberumratings.com.br
Site: www.liberumratings.com

CARACTERÍSTICAS DA OFERTA

Este sumário não contém todas as informações sobre a Oferta que devem ser analisadas pelo investidor antes de tomar sua decisão de investimento no Fundo. Este Prospecto deve ser lido integralmente e de forma cuidadosa, inclusive o disposto na seção “Fatores de Risco”, bem como o Regulamento, constante no Anexo I a este Prospecto.

Características Gerais da Oferta

Emissor:	FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL MILÊNIO RECEBÍVEIS LP , constituído sob a forma de condomínio fechado nos termos da Lei 12.431, da Instrução CVM 356, da Resolução CMN 2.907 e do seu regulamento.
Direitos Creditórios Elegíveis:	São os direitos creditórios, validados pela Custodiante, que atendem aos seguintes critérios: (i) estar na relação dos Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo, recepciona por meio de arquivo eletrônico pela Consultora; (ii) a data de vencimento não seja posterior à data de encerramento da última série de Quotas Seniores do Fundo; (iii) não estejam vencidos e pendentes de pagamento na Data de Aquisição; (iv) a cessão de Direitos Creditórios seja precedida de análise verificando a concentração de títulos de até 5% (cinco por cento) de um mesmo devedor (mesmo CPF ou CNPJ), ressalvado que na hipótese de cessões de Direitos Creditórios por diferentes Cedentes e mesmos devedores, o limite por devedor, poderá ser majorado para 8% (oito por cento) e até 5% (cinco por cento) para um mesmo Cedente (mesmo CNPJ); (v) ser de devedores que, na Data da Aquisição para o Fundo, não apresentem qualquer valor em atraso há mais de 15 (quinze) dias corridos; (vi) ter prazo médio, a partir da Data de Aquisição, inferior a 90 (noventa) dias; (vii) Os Direitos de Crédito representados por Duplicata deverão representar, no mínimo 50% (cinquenta por cento) do patrimônio líquido do Fundo apurado no dia útil anterior à cessão.

Valor Unitário de Emissão de Quotas:	R\$ 1.000,00 (mil reais).
Valor Mínimo de Investimento:	R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).
Quotas do Lote Suplementar:	Os Coordenadores poderão, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, distribuir um lote suplementar de Quotas, limitado a 15% (quinze por cento) da quantidade inicialmente ofertada (Sem considerar o Lote Adicional), ou seja, de até 2.250 (duas mil, duzentos e cinquenta) Quotas Seniores – 2ª Série.
Data de Emissão:	É a data da primeira integralização de quotas.
Data de Resgate das Quotas Seniores:	É o 29º (vigésimo nono) mês a contar da Data de Emissão da 2ª Série de Quotas Seniores.
Prazo de Distribuição das Quotas:	Período máximo de 180 (cento e oitenta) dias corridos, a contar da data de publicação do anúncio de início de distribuição.
Procedimento de Distribuição das Quotas:	A Administradora, sob regime de melhores esforços, realizará a distribuição pública das Quotas Seniores – 2ª Série durante o Prazo de distribuição das Quotas, não havendo lotes máximos ou mínimos, nem reservas antecipadas.
Suspensão, Cancelamento, Alteração das Circunstâncias, Revogação e Modificação da Oferta:	<p>A CVM poderá suspender ou cancelar, a qualquer tempo, a oferta de distribuição que: (i) esteja se processando em condições diversas das constantes da Instrução CVM 400 ou do registro; ou (ii) tenha sido havida por ilegal, contrária à regulamentação da CVM ou fraudulenta, ainda que após obtido o respectivo registro.</p> <p>A CVM deverá proceder à suspensão da Oferta das Quotas quando verificar ilegalidade ou violação de regulamento sanáveis. O prazo de suspensão da Oferta das Quotas não poderá ser superior a 30 (trinta) dias, durante o qual a irregularidade apontada deverá ser sanada.</p>

Findo o prazo acima referido sem que tenham sido sanados os vícios que determinaram a suspensão, a CVM deverá ordenar a retirada da Oferta das Quotas e cancelar o respectivo registro. Ainda, a rescisão do Contrato de Distribuição importará no cancelamento do referido registro.

A Administradora deverá dar conhecimento da suspensão ou do cancelamento aos investidores que já tenham aceito a Oferta, através de meios ao menos iguais aos utilizados para a divulgação do anúncio de início, facultando-lhes, na hipótese de suspensão, a possibilidade de revogar a aceitação até o 5º (quinto) Dia Útil posterior ao recebimento da respectiva comunicação.

Em caso de suspensão ou cancelamento da Oferta, os valores eventualmente depositados pelos investidores serão devolvidos pela Administradora, sem nenhum acréscimo ou correção: (i) a todos os investidores que já tenham aceitado a Oferta das Quotas, na hipótese de seu cancelamento, no prazo máximo de 3 (três) Dias Úteis contados da data em que for cancelada a Oferta; e (ii) a todos os investidores que tenham revogado a sua aceitação, na hipótese de suspensão, no prazo máximo de 3 (três) Dias Úteis contados da data em que em receber a comunicação enviada pelo investidor de revogação da sua aceitação.

Nos termos do artigo 25 e seguintes da Instrução CVM 400, havendo, a juízo da CVM, alteração substancial, posterior e imprevisível nas circunstâncias de fato existentes quando da apresentação do pedido de registro da Oferta de Quotas, que acarrete aumento relevante dos riscos assumidos pelo Fundo e inerentes à própria Oferta de Quotas, a CVM poderá acolher pleito de modificação ou revogação da Oferta de Quotas. É sempre permitida a modificação da Oferta de Quotas para melhorá-la em favor dos investidores. Em caso de revogação da Oferta de Quotas os atos de aceitação

anteriores ou posteriores tornar-se-ão sem efeito, sendo que os valores eventualmente depositados pelos investidores serão devolvidos pela Administradora, sem nenhum acréscimo ou correção, no prazo de 3 (três) Dias Úteis, contados da referida comunicação. A modificação será divulgada imediatamente através de meios ao menos iguais aos utilizados para a divulgação do anúncio de início da Oferta das Quotas. A Administradora deverá acautelar-se e se certificar, no momento do recebimento das aceitações da Oferta de Quotas, de que o manifestante está ciente de que a oferta original foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições. Tendo sido deferida a modificação da Oferta de Quotas, a CVM poderá, por sua própria iniciativa ou a requerimento do Fundo, prorrogar o prazo da Oferta por até 90 (noventa) dias. Na hipótese de modificação ou revogação da Oferta de Quotas, a Administradora comunicará diretamente os investidores que já tiverem aderido à Oferta de Quotas a respeito da modificação efetuada.

Os investidores que já tiverem aderido à Oferta de Quotas deverão confirmar seu interesse em manter a sua aceitação da Oferta de Quotas no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento da comunicação da Administradora. A manutenção da aceitação da Oferta de Quotas será presumida em caso de silêncio do investidor.

Em caso de desistência da aceitação da Oferta de Quotas pelo investidor, os valores eventualmente depositados pelos investidores serão devolvidos pela Administradora, sem nenhum acréscimo ou correção, no prazo de 3 (três) Dias Úteis contados da data em que em receber a comunicação enviada pelo investidor de revogação da sua aceitação.

Distribuição e Negociação:

As Quotas Seniores da 2ª Série poderão ser registradas para distribuição primária no MDA – Módulo de Distribuição de

Ativos e, para negociação no mercado secundário, no SF – Módulo de Fundos, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP.

Forma de Subscrição e Integralização:

No ato de subscrição das Quotas, o subscritor: (i) assinará o Termo de adesão e o Boletim de Subscrição, sendo este último assinado também pela Administradora; (ii) se comprometerá a integralizar as Quotas subscritas na forma prevista no Suplemento, respeitadas as demais condições previstas no Regulamento; e, (iii) indicará um representante responsável e seu respectivo endereço físico para correspondências e endereço de correio eletrônico para o recebimento das comunicações enviadas pela Administradora nos termos do Regulamento.

Aplicação dos Recursos pelo Fundo:

Os recursos provenientes da emissão das Quotas serão utilizados pelo Fundo na aquisição dos Direitos Creditórios e Ativos Financeiros, sempre observada a política de investimentos, de composição, de diversificação da carteira do Fundo e a ordem de alocação de recursos estabelecida no Regulamento.

Público-Alvo:

Investidores Qualificados. O investimento nas Quotas não é adequado (i) a investidores que necessitem de liquidez considerável, uma vez que a negociação das referidas Quotas no mercado secundário brasileiro é restrita, e (ii) não estejam dispostos a correr riscos inerentes ao investimento em quotas seniores de Fundos de investimento em direitos creditórios.

Característica da Oferta das Quotas Seniores – 2ª Série:

Quantidade de Quotas Seniores – 2ª Série:	Até 15.000 (quinze mil) quotas seniores.
Montante da Oferta de Quotas Seniores – 2ª Série:	R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais).
Amortização das Quotas Seniores – 2ª Série:	As Quotas Seniores – 2ª Série, após o transcurso do prazo de carência de 20 (vinte meses contados da Data da Emissão, terão seus valores de principal investido e rendimentos amortizados mensalmente a partir do 21º (vigésimo primeiro) mês, de acordo com o Cronograma de Amortização contido no Suplemento anexado a este Prospecto.
Meta de Rentabilidade das Quotas Seniores – 2ª Série:	A 2ª Série de Quotas Seniores possuem um Benchmark de rentabilidade correspondente a 150% (cento e cinquenta por cento) da taxa média diária dos Depósitos Interfinanceiros – DI de 1 (um) dia, “over extra grupo”, expressa na forma de percentual ao ano, base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, calculada e divulgada pela CETIP, no Informativo Diário, disponível em sua página na Internet (www.cetip.com.br).
Classificação de Risco das Quotas Seniores – 2ª Série:	BBB(fe) de Longo Prazo

INFORMAÇÕES ADICIONAIS SOBRE O FUNDO E A OFERTA

Para maiores informações a respeito da Oferta e do Fundo, bem como para a obtenção de cópias do regulamento e deste Prospecto, os interessados deverão dirigir-se à CVM, à CETIP, à sede da Administradora, da Gestora e/ou do Coordenador, nos endereços abaixo indicados:

Administradora, Custodiante e Agente Escriurador	<u>BANCO FINAXIS S.A.</u> Att. Ricardo Augusto Meira Pedro R. Pasteur, n. 463, 11º andar, conj. 1103 Água Verde, Curitiba/PR, CEP: 80.250-104 Telefone: (41) 3074-9001 Fax: (41) 3074-9001 E-mail: admfundos@finaxis.com.br Site: www.finaxis.com.br
Gestora	<u>PETRA CAPITAL GESTÃO DE INVESTIMENTOS LTDA.</u> Att. Paulo Roberto Trota Av. Paulista, nº 1842, 1º andar Bela Vista, São Paulo/SP, CEP: 01.310-923 Telefone: (11) 3526-9001 Fax: (11) 3526-9001 E-mail: middle.office@petraasset.com.br Site: www.petracapital.com.br
Coordenador	<u>FINAXIS CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.</u> Att. Felipe Borges Moreira Av. Paulista, n. 1845, 1º andar, conjuntos 17 e 18, Bela Vista, São Paulo/SP, CEP: 01.310-923 Telefone: (11) 3526-9001 Fax: (11) 3526-9001 E-mail: distribuicao@finaxis.com.br
CVM	<u>COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS</u> Rua Sete de setembro, nº 111, Rio de Janeiro/RJ Ou Rua Cincinato Braga, nº 340, 2º, 3º e 4º andares, São Paulo/SP Site: www.cvm.gov.br
CETIP	<u>CETIP S.A. – MERCADOS ORGANIZADOS</u> Av. República do Chile, nº 230, 11º andar, Rio de Janeiro/RJ; ou, Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 1663, 1º andar, São Paulo/SP Site: www.cetip.com.br

DESCRIÇÃO DE RELAÇÕES SOCIETÁRIAS OU LIGAÇÕES CONTRATUAIS RELEVANTES

Relação da Administradora, Gestora e do Coordenador

O grupo Finaxis, atualmente composto pela Administradora, pela Gestora e pelo Coordenador Líder (“Grupo Finaxis”) foi fundado em 1999 como uma sociedade distribuidora de títulos e valores mobiliários e, em todos esses anos, diversificou seus negócios, com foco em soluções financeiras, relacionamento e comunicação com seus clientes, que vão de investidores pessoas físicas a grandes empresas, instituições financeiras e investidores institucionais.

Com presença em São Paulo e Curitiba, o Grupo Finaxis possui mais de 150 (cento e cinquenta) colaboradores atuando em quatro áreas de negócio:

- Finaxis Corretora (distribuição de valores mobiliários)
- Banco Finaxis S.A. (banco comercial / serviços fiduciários)
- Petra Capital (gestão de crédito)

Atualmente, o Grupo Finaxis é responsável pela administração de mais de 100 fundos, o que representa um patrimônio líquido de R\$ 7,7 bilhões. Deste total aproximadamente R\$ 3,7 bilhões correspondem a FIDCs. (Fonte: Anbima – Agosto/2015)

Relação entre Administradora e o Auditor Independente

Na data deste Prospeco, a Administradora e o Auditor independente mantém relacionamento comercial, onde o Auditor independente é contratado da Administradora para prestar serviços de auditoria em outros Fundos de investimento e auditar as suas demonstrações financeiras.

Além dos serviços relacionados à presente Oferta e dos relacionamentos acima descritos, a Administradora e o Auditor Independente poderão manter relacionamento comercial no curso normal de seus negócios, podendo, eventualmente, vir a atuar como prestador de serviços em outros Fundos em que o Auditor Independente seja prestador de serviços.

A Administradora e o Auditor independente não identificaram conflitos de interesses decorrentes dos relacionamentos descritos neste Prospecto e as respectivas atuações de cada parte com relação ao Fundo.

Relação entre Administradora e a Agência de Classificação de Risco

Na data deste Prospecto, a Administradora e a Agência de Classificação de Risco mantêm relacionamento comercial, em que a Agência de Classificação de Risco são contratadas pela Administradora para prestar serviços de classificação de risco em outros Fundos de investimento.

A Administradora e as Agências de Classificação de Risco não identificaram conflitos de interesses decorrentes dos relacionamentos descritos neste Prospecto e as respectivas atuações de cada parte com relação ao Fundo.

Relação entre Administradora e a Consultora

Com exceção do serviço de consultoria relacionado à Emissão, a Administradora não tem qualquer outra relação com a Consultora.

Relação entre a Gestora e a Consultora

Com exceção do serviço de consultoria relacionado à Emissão, a Administradora não tem qualquer outra relação com a Consultora.

Contratos celebrados entre a Administradora e os demais Prestadores de Serviços.

Vide seção “sumário dos Principais Contratos” deste Prospecto.

CONFLITO DE INTERESSES

Na data deste Prospecto, não existem outras relações societárias ou comerciais entre as partes envolvidas nos processos de origem, distribuição, custódia, gestão e administração do Fundo além daquelas descritas neste Prospecto.

A Administradora declara que não se encontra em conflito de interesses com a Gestora no exercício de suas funções, bem como manifesta sua independência no exercício das atividades descritas neste Prospecto. Entretanto, o Fundo poderá adquirir Direitos Creditórios de titularidade da Consultora, existindo o risco de haver conflito de interesses, como se verifica na parte “Fatores de Risco” deste prospecto.

A Administradora e/ou a Gestora não receberão do Fundo qualquer remuneração além da Taxa de Administração, prevista no regulamento, em razão da estruturação de operações que resultem em Direitos Creditórios objeto de subscrição ou aquisição pelo Fundo, seja diretamente ou por meio de qualquer de suas Partes Relacionadas, devendo transferir ao Fundo qualquer benefício ou vantagem que possa alcançar exclusivamente em decorrência de sua respectiva condição de prestadora de serviços do Fundo, desde que devidamente comprovado.

Eventuais remunerações recebidas pela Administradora e/ou pela Gestora (i) do Fundo, referentes à distribuição de quotas de sua emissão; e (ii) de terceiros, referentes à estruturação e/ou intermediação de distribuições públicas de Valores Mobiliários de Projetos ou outros valores mobiliários passíveis de investimento pelo Fundo, não deverão ser consideradas benefícios ou vantagens alcançadas exclusivamente em decorrência de sua respectiva condição de prestadora de serviços do Fundo, não sendo devida, portanto, a transferência ao Fundo de tais remunerações.

PROCEDIMENTO DE DISTRIBUIÇÃO DAS QUOTAS SENIORES – 2ª SÉRIE

Observadas as disposições da regulamentação aplicável, os Coordenadores deverão realizar a distribuição pública das Quotas Seniores – 2ª Série, conforme plano de distribuição adotado em conformidade com o disposto no §3º do artigo 33 da Instrução CVM 400, fixado nos seguintes termos.

Montante Total da Oferta e Regime de Distribuição

O patrimônio será composto pelo número de Quotas Seniores e Quotas Subordinadas necessárias para manutenção das Subordinações Mínimas, em conformidade com as regras estabelecidas na Instrução CVM 356 e no Regulamento.

Sem prejuízo da possibilidade de emissão de Quotas do Lote Suplementar, que pode importar em uma emissão de até mais 2.250 (duas mil, duzentas e cinquenta) Quotas Seniores – 2ª Série, na forma prevista neste Prospecto, o Fundo realizará inicialmente uma oferta para distribuição pública de 15.000 (quinze mil) Quotas Seniores – 2ª Série, todas com Valor Unitário de Emissão de R\$ 1.000,00 (mil reais) na Data de Emissão, perfazendo o montante total de R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais). O Coordenador realizará a distribuição pública das Quotas Seniores – 2ª Série em mercado de balcão no âmbito da CETIP, conforme regulado pela Instrução CVM 400, sendo que a distribuição pelos Coordenadores será realizada sob o regime de melhores esforços de colocação.

As Quotas de Lote Suplementar, se houver, serão colocadas em regime de melhores esforços, não existindo lotes mínimos ou máximos de investimento.

Observadas as disposições da regulamentação aplicável, os Coordenadores realizarão a Oferta das Quotas Seniores – 2ª Série conforme o plano de distribuição adotado em conformidade com o disposto no parágrafo 3º do artigo 33 da Instrução CVM 400, de forma a assegurar (i) que o tratamento conferido aos investidores seja justo e equitativo, (ii) a adequação do investimento ao perfil de risco dos respectivos clientes dos Coordenadores, e (iii) que os representantes de venda dos Coordenadores recebam previamente exemplares do Prospecto para leitura obrigatória e que suas dúvidas possam ser esclarecidas por pessoas designadas pelos Coordenadores. O plano de distribuição será fixado nos seguintes termos:

- (i) não haverá procedimento de coleta de intenções de investimento, nos termos do artigo 44 da Instrução CVM 400;
- (ii) os materiais publicitários utilizados na distribuição das Quotas terão sido devidamente submetidos à aprovação prévia da CVM, nos termos do artigo 50 da Instrução CVM 400, e os documentos de suporte às apresentações para potenciais investidores utilizados também terão sido encaminhados à CVM, nos termos do parágrafo 5º, do artigo 50, da Instrução CVM 400;
- (iii) não existirão reservas antecipadas ou fixação de lotes mínimos ou máximos; e
- (iv) o Público Alvo da Oferta é composto exclusivamente por Investidores Qualificados.

Caso seja verificado excesso de demanda, a Oferta, conforme o caso, estará sujeita a rateio, em função do número total de Quotas Seniores – 2ª Série. O rateio das Quotas perante os Investidores Qualificados ocorrerá de forma discricionária pelos Coordenadores, que decidirão em conjunto, observado o Valor Mínimo de Investimento, podendo levar em conta suas relações com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica. Nesse sentido, os respectivos boletins de subscrição firmados por

cada Investidor Qualificado poderão ser atendidos em montante inferior ao pretendido, a exclusivo critério dos Coordenadores.

Nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, caso, na última Data de Liquidação, seja verificada distribuição com excesso de demanda superior em 1/3 (um terço) à quantidade de Quotas ofertada, será vedada a colocação de Quotas junto às Pessoas Vinculadas, sendo que as ordens de investimento realizadas pelos Investidores Autorizados que sejam Pessoas Vinculadas serão automaticamente canceladas.

Adicionalmente, a participação do Investidor Autorizado que seja Pessoa Vinculada na Oferta estará sujeita às mesmas condições e eventuais restrições aplicáveis aos demais Investidores Autorizados, nos termos deste Prospecto.

A presente Oferta não contempla a hipótese de distribuição parcial. Assim, se não for distribuída a totalidade das Quotas Seniores – 2ª Série, o saldo remanescente de quotas será cancelado no momento do encerramento da distribuição.

Início e Encerramento da Distribuição de Quotas Seniores – 2ª Série

A colocação e subscrição das Quotas Seniores – 2ª Série somente terá início após: (i) o registro da Oferta na CVM; (ii) a publicação do anúncio de início; e (iii) a divulgação do Prospecto aos investidores.

As Quotas Seniores – 2ª Série serão distribuídas durante o Prazo de Distribuição das Quotas. A distribuição das Quotas Seniores – 2ª Série será encerrada até o final do Prazo de Distribuição das Quotas, mediante a publicação do anúncio de encerramento. O prazo de colocação poderá ser prorrogado, mediante aprovação da CVM, nos termos do artigo 9º, parágrafo 2º, da Instrução CVM 356.

Negociação das Quotas Seniores – 2ª Série

As Quotas serão registradas (a) para distribuição no mercado primário por meio do DDA – Sistema de Distribuição de Ativos; e (b) para negociação no mercado secundário, no SF – Módulo de Fundos, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP. Os Quotistas serão responsáveis pelo pagamento de todos os custos, tributos ou emolumentos decorrentes da negociação ou transferência de suas Quotas e caberá exclusivamente aos eventuais intermediários da negociação assegurar que os adquirentes das Quotas sejam Investidores Qualificados, que tiveram acesso ao Regulamento e que assinaram o Termo de Adesão. As Quotas poderão permanecer nos ambientes de balcão ou na instituição depositária, conforme aplicável.

Na hipótese de negociação de Quotas, a transferência de titularidade para a conta de depósito do novo Quotista e o respectivo pagamento do preço será processado pelo Agente Escriturador somente após a verificação, pelo intermediário que representa o adquirente, da condição de Investidor Qualificado do novo Quotista.

As Quotas não poderão ser alienadas fora dos ambientes de balcão, excetuadas as hipóteses de transferência decorrente de lei ou decisão judicial.

Suspensão, Cancelamento, Alteração das Circunstâncias, Revogação ou Modificação da Oferta

A CVM poderá suspender ou cancelar, a qualquer tempo, a oferta de distribuição que: (i) esteja se processando em condições diversas das constantes da Instrução CVM 400 ou do registro; ou (ii) tenha sido havida por ilegal, contrária à regulamentação da CVM ou fraudulenta, ainda que após obtido o respectivo registro.

A CVM deverá proceder à suspensão da Oferta quando verificar ilegalidade ou violação de regulamento sanáveis. O prazo de suspensão da Oferta não poderá ser superior a 30 (trinta) dias, durante o qual a irregularidade apontada deverá ser sanada.

Findo o prazo acima referido sem que tenham sido sanados os vícios que determinaram a suspensão, a CVM deverá ordenar a retirada da Oferta e cancelar o respectivo registro. Ainda, a rescisão do Contrato de Distribuição importará no cancelamento do referido registro.

A Administradora deverá dar conhecimento da suspensão ou do cancelamento aos investidores que já tenham aceitado a Oferta, através de meios ao menos iguais aos utilizados para a divulgação do anúncio de início, facultando-lhes, na hipótese de suspensão, a possibilidade de revogar a aceitação até o 5º (quinto) Dia Útil posterior ao recebimento da respectiva comunicação.

Em caso de suspensão ou cancelamento da Oferta, os valores eventualmente depositados pelos investidores serão devolvidos pela Administradora, sem nenhum acréscimo ou correção: (i) a todos os investidores que já tenham aceitado a Oferta, na hipótese de seu cancelamento, no prazo máximo de 3 (três) Dias Úteis contados da data em que for cancelada a Oferta; e (ii) a todos os investidores que tenham revogado a sua aceitação, na hipótese de suspensão, no prazo máximo de 3 (três) Dias Úteis contados da data em que em receber a comunicação enviada pelo investidor de revogação da sua aceitação.

Nos termos do artigo 25 e seguintes da Instrução CVM 400, havendo, a juízo da CVM, alteração substancial, posterior e imprevisível nas circunstâncias de fato existentes quando da apresentação do pedido de registro da Oferta, que acarrete aumento relevante dos riscos assumidos pelo Fundo e inerentes à própria Oferta, a CVM poderá acolher pleito de modificação ou revogação da Oferta. É sempre permitida a modificação da Oferta para melhorá-la em favor dos investidores. Em caso de revogação da Oferta os atos de aceitação anteriores ou posteriores tornar-se-ão sem efeito, sendo que os valores eventualmente depositados pelos investidores serão devolvidos pela Administradora, sem nenhum acréscimo ou correção, no prazo de 3 (três) Dias Úteis, contados da referida comunicação.

A modificação será divulgada imediatamente através de meios ao menos iguais aos utilizados para a divulgação do avisto ao mercado e do anúncio de início. A Administradora deverá acautelar-se e se certificar, no momento do recebimento das aceitações da Oferta, de que o manifestante está ciente de que a oferta original foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições.

Tendo sido deferida a modificação da Oferta, a CVM poderá, por sua própria iniciativa ou a requerimento do Fundo, prorrogar o prazo da Oferta por até 90 (noventa) dias.

Na hipótese de modificação ou revogação da Oferta, a Administradora comunicará diretamente os investidores que já tiverem aderido à Oferta a respeito da modificação efetuada. Os investidores que já tiverem aderido à Oferta deverão confirmar seu interesse em manter a sua aceitação da Oferta no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento da comunicação da Administradora. A manutenção da aceitação da Oferta será presumida em caso de silêncio do investidor.

Em caso de desistência da aceitação da Oferta pelo investidor, os valores eventualmente depositados pelos investidores serão devolvidos pela Administradora, sem nenhum acréscimo ou correção, no prazo de 3 (três) Dias Úteis contados da data em que em receber a comunicação enviada pelo investidor de revogação da sua aceitação.

CUSTOS E CRONOGRAMA DE DISTRIBUIÇÃO DAS QUOTAS SENIORES – 2ª SÉRIE

Demonstrativo de Custos de Distribuição das Quotas Seniores – 2ª Série

Não será devida à Administradora e à Gestora qualquer remuneração ou comissionamento pela execução dos trabalhos relacionados à estruturação do Fundo e à distribuição das Quotas, com exceção do reembolso pelas despesas eventualmente incorridas para a implementação e registro da Oferta, conforme aplicável, que será realizado pelo Fundo, mediante apresentação dos respectivos comprovantes de despesas. Adicionalmente, os custos relacionados à classificação de risco das Quotas Seniores – 2ª Série, assessores legais e despesas com publicações e divulgação da Oferta, dentre outros, serão de exclusiva responsabilidade do Fundo.

A tabela a seguir demonstra os custos estimados de forma consolidada da distribuição das Quotas Seniores – 2ª Série:

Custos da Distribuição	Montante (R\$)	% em relação ao valor total da Oferta
Taxa de registro na CVM	96.000,00	0,6400
Taxa de registro na ANBIMA	1.500,00	0,0100
Taxa de registro na CETIP	0	0,0000
Custos de Assessoria	45.000,00	0,3000
Custos com Cartório	600	0,0040
Custo unitário de distribuição	9,54	0,0001
Total	143.100,00	0,9540

Cronograma da Oferta

A oferta terá o seguinte cronograma tentativo:

Evento	Data Estimada
Protocolo dos documentos na CVM	06/02/2017
Obtenção do registro da Oferta	01/03/2017
Disponibilização do Prospecto definitivo	24/02/2017
Publicação do anúncio de início	01/03/2017
Início da distribuição pública das quotas	02/03/2017
Manifestação de aceitação dos investidores	01/04/2017
Manifestação de revogação da aceitação	11/04/2017
Subscrição	01/05/2017
Integralização	01/06/2017
Entrega dos certificados	01/09/2017
Distribuição junto ao público	01/09/2017
Entrega dos certificados dos valores mobiliários	01/09/2017
Devolução e reembolso dos investidores	01/09/2017
Primeira Data de Liquidação	15/01/2020
Segunda Data de Liquidação	15/02/2020
Terceira Data de Liquidação	15/03/2020
Quarta Data de Liquidação	15/04/2020

Quinta Data de Liquidação	15/05/2020
Sexta Data de Liquidação	15/06/2020
Sétima Data de Liquidação	15/07/2020
Oitava Data de Liquidação	15/08/2020
Nona Data de Liquidação	15/09/2020
Adequação das Ordens na BM&FBOVESPA ou na CETIP	24/02/2014
Publicação do anúncio de encerramento	17/12/2017

(*) Conforme previsto no item 3.2.3 do Anexo III da Instrução 400, as datas previstas para os eventos futuros são meramente indicativas e estão sujeitas a alterações, atrasos e adiamentos, sem aviso prévio.

CARACTERÍSTICAS DO FUNDO

As informações contidas nesta seção foram retiradas do Regulamento, que é um documento anexo ao presente Prospecto. Recomenda-se ao potencial investidor a leitura cuidadosa do Regulamento antes de tomar qualquer decisão de investimento no Fundo.

O Fundo

O Fundo foi constituído sob a forma de condomínio fechado, ou seja, as Quotas somente poderão ser resgatadas na data de resgate da respectiva Série ou Classe de Quotas, em função do encerramento do Prazo de Duração ou da liquidação antecipada do Fundo.

O Fundo é classificado como um Fundo de investimento em direitos creditórios “fomento mercantil”, nos termos do anexo II da Deliberação nº 44, de 24 de novembro de 2010, da ANBIMA, uma vez que o Fundo busca retorno por meio de investimento em carteira pulverizada de recebíveis (direitos ou títulos), originados e vendidos por diversos cedentes que antecipam recursos através da venda de duplicatas, cheques e quaisquer outros títulos passíveis de cessão transferência de titularidade.

O Fundo terá prazo de duração indeterminado, exceto em caso de liquidação antecipada do Fundo, nos termos do Capítulo XXIII, do Regulamento.

As Quotas deverão ser amortizadas na forma prevista pelo Capítulo XVIII do Regulamento, no período aplicável. Não haverá resgate de Quotas, a não ser em função da liquidação do Fundo nos termos da Seção "Liquidação do Fundo", abaixo.

O Fundo destina-se a adquirir, preponderantemente, recebíveis (direitos ou títulos), passíveis de investimento pelo Fundo e que atendam aos Critérios de Elegibilidade descritos neste Prospecto (“Direitos Creditórios Elegíveis”) e outros ativos referidos neste Prospecto (“Ativos Financeiros”).

Base Legal

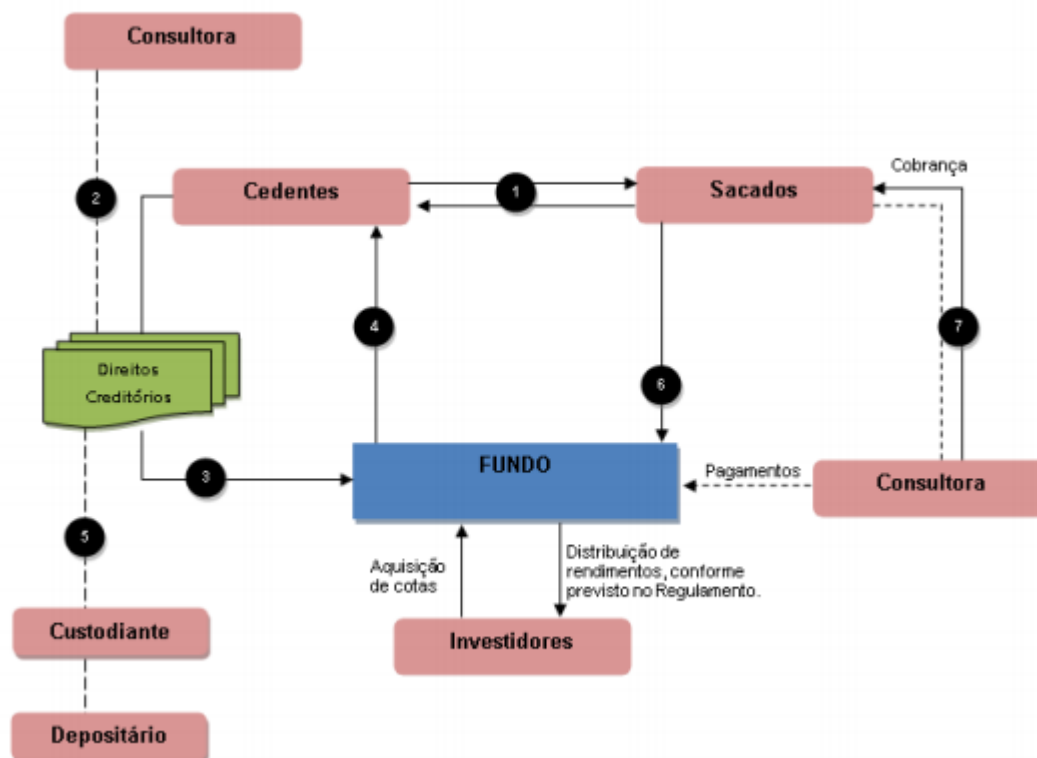
O Fundo é regido pelas disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis, em especial a Resolução CMN 2.907 e a Instrução CVM 356.

Público Alvo e Adequação do Investimento

O Fundo é destinado a Investidores Qualificados que (i) subscrevam Quotas no montante mínimo de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais); (ii) adiram ao Regulamento e subscrevam o Termo de Adesão.

O investimento nas Quotas não é adequado (i) a investidores que necessitem de liquidez considerável, uma vez que a negociação das Quotas no mercado secundário brasileiro é restrita, e (ii) não estejam dispostos a correr riscos inerentes ao investimento em quotas seniores de Fundos de investimento em direitos creditórios.

Fluxograma da Estrutura do Fundo



1. Os Direitos Creditórios são originados a partir de operações de venda de produtos e/ou prestação de serviços, realizadas entre Cedente e seus clientes (Sacados).
2. A Consultora realiza a análise dos Direitos Creditórios detidos pelos Cedentes, e caso sejam aprovados, os indica para aquisição pelo Fundo.
3. Verificados os créditos de elegibilidade dos Direitos creditórios indicados pela Consultora, os direitos creditórios são cedidos pelo Fundo, mediante assinatura do respectivo Termo de Cessão.
4. O Fundo realiza o pagamento ao Cedente do preço de cessão dos Direitos Creditórios.
5. Uma vez adquiridos pelo Fundo, os Direitos Creditórios são mantidos sob custódia pelo Custodiante, que poderá enviar os Documentos Comprobatórios para guarda realizada pelo Depositário.
6. No vencimento, o Sacado deverá realizar o pagamento dos Direitos Creditórios diretamente ao Fundo, em conta corrente movimentada pelo Custodiante.
7. Caso não haja pagamento no vencimento, a Consultora realizará a cobrança e recebimento dos valores referentes aos Direitos creditórios, os quais serão imediatamente repassados ao Fundo.

Aplicação dos Recursos

O Fundo buscará cumprir com seus objetivos por meio da aplicação dos recursos captados na subscrição ou aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis e Ativos financeiros, de acordo com os critérios de composição concentração e diversificação estabelecidos no Regulamento e na legislação vigente, em especial no artigo 3º da Lei 12.431.

A subscrição ou aquisição dos Direitos Creditórios Elegíveis será irrevogável e irretratável, com a transferência para o Fundo, em caráter definitivo, da plena titularidade dos referidos Direitos Creditórios

Elegíveis, juntamente com todos os direitos (inclusive direitos reais de garantia), garantias, privilégios, preferências, prerrogativas e ações a estes relacionadas, bem como reajustes monetários, juros e encargos, podendo ou não contar com coobrigação dos Devedores, nas hipóteses admitidas pela legislação e regulamentação em vigor.

Objetivo de Investimento

O objetivo do Fundo é a valorização de suas Quotas, preponderantemente, por meio da aquisição em Direitos Creditórios, de empresas sediadas no território nacional, decorrentes de operações realizadas, ou seja, cuja existência, validade e exequibilidade independam da prestação futura de qualquer contrapartida, realizadas nos segmentos financeiro, comercial, industrial, de arrendamento mercantil e de prestação de serviços.

Política de Investimento, Composição e Diversificação da Carteira

Política de Investimento

O Fundo buscará cumprir com seus objetivos por meio da aplicação dos recursos captados na aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis e Ativos Financeiros, de acordo com os critérios de composição, concentração e diversificação estabelecidos no Regulamento e na legislação vigente, em especial no art. 3º da Lei 12.431.

O Fundo não poderá investir (i) na aquisição de ativos de renda variável e/ou quotas de Fundo de Desenvolvimento Social (FDS); (ii) na aquisição de cessões de fração do valor nominal de Direitos Creditórios pelas Cedentes ao Fundo; (iii) na aquisição de Direitos Creditórios vencidos e pendentes de pagamento na data da cessão; (iv) em qualquer operação financeira, incluindo a compra e venda de qualquer Ativo Financeiro, operações compromissadas ou com derivativos, em que atue na contraparte, qualquer das Cedentes, a Consultora ou ainda qualquer de seus controladores, sociedades por eles direta ou indiretamente controladas, coligadas ou outras sociedades sob controle comum; (v) na realização de operações de *day trade*, assim consideradas aquelas iniciadas e encerradas no mesmo dia, independentemente do Fundo possuir estoque ou posição anterior do mesmo ativo; e, (vi) nas operações em mercados de derivativos, ainda que seja com o objetivo de proteger posições detidas no mercado à vista.

O Fundo não poderá realizar aplicações em (i) Direitos Creditórios originados ou cedidos, direta ou indiretamente, pela Administradora, pela Gestora, e/ou pela Consultora e/ou de sua coobrigação, bem como de seus controladores, de sociedades por ela direta ou indiretamente controladas, de coligadas ou outras sociedades sob controle comum; e (ii) Ativos Financeiros de emissão ou coobrigação da Administradora, da Gestora ou da Consultora, bem como de seus controladores, de sociedades por ela direta ou indiretamente controladas, de coligadas ou outras sociedades sob controle comum.

O Fundo poderá alienar a terceiros Direitos Creditórios adquiridos desde que o valor de venda seja igual ou superior ao valor contabilizado em seu ativo.

Limites de Concentração

O Fundo deve ter 50% (cinquenta por cento), no mínimo, de seu patrimônio líquido representado por Direitos Creditórios.

A parcela do patrimônio líquido do FUNDO que não estiver alocada em Direitos Creditórios Elegíveis será necessariamente alocada pela Administradora nos Ativos Financeiros a seguir descritos, de acordo com os critérios de diversificação estabelecidos abaixo:

- a) Títulos de emissão do Tesouro Nacional e/ou operações compromissadas com títulos de emissão do Tesouro Nacional, celebradas com as Instituições Autorizadas;
- b) Títulos de emissão do BACEN e/ou operações compromissadas com títulos de emissão do BACEN, celebradas com as Instituições Autorizadas;
- c) Quotas de emissão de Fundos de investimento em Quotas de Fundo de investimento de renda fixa ou de Fundo de investimento referenciado à Taxa DI, com liquidez diária, cujas políticas de investimento admitam a alocação de recursos exclusivamente nos ativos identificados nos itens "a", e "b" acima;
- d) Certificados de Depósito Bancário – CDBs emitidos por uma Instituição Autorizada.

A Gestora envidará seus melhores esforços para adquirir Ativos Financeiros cujos vencimentos propiciem à carteira do FUNDO a classificação de longo prazo, para fins de tributação dos Quotistas.

Os investimentos do Fundo deverão atender aos requisitos de composição e de diversificação estabelecidos abaixo e na Instrução CVM 356 ("Limite de Concentração"), exceto no que se refere à aquisição de títulos públicos federais, Quotas de Fundos de renda fixa e Fundos de investimento em Quotas classificados como "renda fixa":

- a) Ativos Financeiros de um mesmo emissor no limite de até 20% (vinte por cento) do patrimônio líquido;
- b) Direitos Creditórios adquiridos de uma mesma Cedente ou de coobrigação de uma mesma pessoa ou entidade no limite de até 10% (dez por cento) do patrimônio líquido;
- c) Direitos Creditórios de um mesmo devedor no limite de até 5% (cinco por cento) do patrimônio líquido, ressalvado o disposto na alínea "d" abaixo;
- d) Na hipótese de cessões de Direitos Creditórios por diferentes Cedentes e mesmos devedores, o limite por devedor estabelecido na alínea "c" acima, poderá ser majorado para 8% (oito por cento); e

Os Limites de Concentração deverão ser observados com relação ao grupo econômico do emissor, originador, devedor e/ou da Cedente, conforme o caso, incluindo desta forma, seus controladores, sociedades por eles direta ou indiretamente controladas, coligadas ou outras sociedades sob controle comum, incluindo empresas controladas por pessoas físicas com grau de parentesco até segundo grau ("Grupo Econômico").

Na hipótese de o FUNDO adquirir a concentração máxima em Direitos Creditórios estabelecida de uma mesma Cedente ou de coobrigação de uma mesma pessoa ou entidade no limite de até 10% (dez por cento) do patrimônio líquido, nos 3 (três) maiores Cedentes, analisando-se a partir do grupo econômico do emissor, originador, devedor e/ou da Cedente, conforme o caso; ou seja, tal aquisição representar 30% (trinta por cento) do patrimônio líquido, as Quotas Subordinadas do Fundo deverão corresponder à mesma porcentagem do patrimônio líquido do Fundo.

O Fundo poderá, ainda, alocar até 50% (cinquenta por cento) de seu patrimônio líquido em operações compromissadas.

Para efeito de verificação dos “Limites de Concentração” da composição da carteira, as cessões de Direitos Creditórios realizadas pela Consultora, serão consideradas em relação aos percentuais estabelecidos, como se estivessem sendo realizadas pelo Fundo pelo originador do crédito.

Os percentuais e Limites de Concentração aqui referidos serão cumpridos diariamente pela Administradora, com base no patrimônio líquido do Dia Útil imediatamente anterior.

Operações de Cessão dos Direitos Creditórios

Os Direitos Creditórios Elegíveis cedidos ao Fundo são oriundos de operações realizadas pelos Cedentes nos seguimentos comercial e de prestação de serviços, de acordo com os critérios de composição e diversificação estabelecidos pela legislação vigente e no Regulamento.

Formalização da Cessão dos Direitos Creditórios

A cessão de Direitos Creditórios Elegíveis para o Fundo é formalizada através da assinatura do Contrato de Cessão que estabelece as condições gerais e cada operação de cessão em si é formalizada através de um Termo de cessão que passa a integrar o Contrato de Cessão.

A oferta para o Fundo de Direitos Creditórios requer o prévio cadastramento do Cedente pela Consultora e a assinatura do Contrato de Cessão. A cada oferta de Direitos creditórios, havendo a observância das condições da cessão e critérios de elegibilidade, nos termos descritos no Regulamento do Fundo e no Contrato de Cessão, o Cedente e o Fundo formalizam a cessão dos direitos Creditórios considerados elegíveis através de um Termo de Cessão.

A cessão dos Direitos Creditórios Elegíveis para o Fundo será considerada formalizada na data (i) do mútuo consentimento em relação ao preço de aquisição; (ii) da verificação do cumprimento dos critérios de elegibilidade; e, (iii) da assinatura do correspondente Termo de Cessão.

Nos contratos firmados para estruturar o Fundo e nos contratos que regulam a cessão dos Direitos Creditórios para o Fundo, não há previsão de quaisquer eventos, que possam acarretar a liquidação ou amortização antecipada dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, bem como quaisquer outros fatos que possam afetar a regularidade dos fluxos de pagamento previstos.

Preço de Aquisição dos Direitos Creditórios

Pela aquisição dos Direitos Creditórios Elegíveis identificados no Termo de Cessão anexo ao Contrato de Cessão, o Fundo pagará à vista aos Cedentes, em moeda corrente nacional, na Data da Aquisição, o valor verto e ajustado, apurado da seguinte forma:

$$PADC = \left[\frac{VDC}{(1 + TC)^{\frac{N}{252}}} \right]$$

Onde:

PADC	=	Preço de Aquisição de cada Direito Creditório.
VDC	=	Valor nominal de cada Direito Creditório.
TC	=	Taxa de Cessão, expressa na forma decimal ao ano, que será apurada de acordo com a classificação de risco atribuída a cada operação, levando-se em consideração critérios objetivos e subjetivos de análise dos cedentes e dos sacados, tais como análise de balanço, pontualidade, prazo médio dos títulos, e desde que observada a taxa média da carteira que deverá ser igual ou superior a 170% do CDI.
N	=	Número de dias úteis entre a data de vencimento do Direito Creditório e a Data de Aquisição, incluindo-se na contagem o 1º dia e excluindo-se o último dia do respectivo período.

A taxa média da carteira de Direitos Creditórios a vencer do Fundo, incluindo os Direitos creditórios a serem cedidos, deverá ser igual ou superior a 170% (cento e setenta por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros (“DI”) de 1 (um) dia – “over Extra-Grupo”, expressa na forma de percentual ao ano, base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada pela CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos na data da respectiva cessão

Os critérios para a classificação do risco e atribuição do intervalo de taxas são:

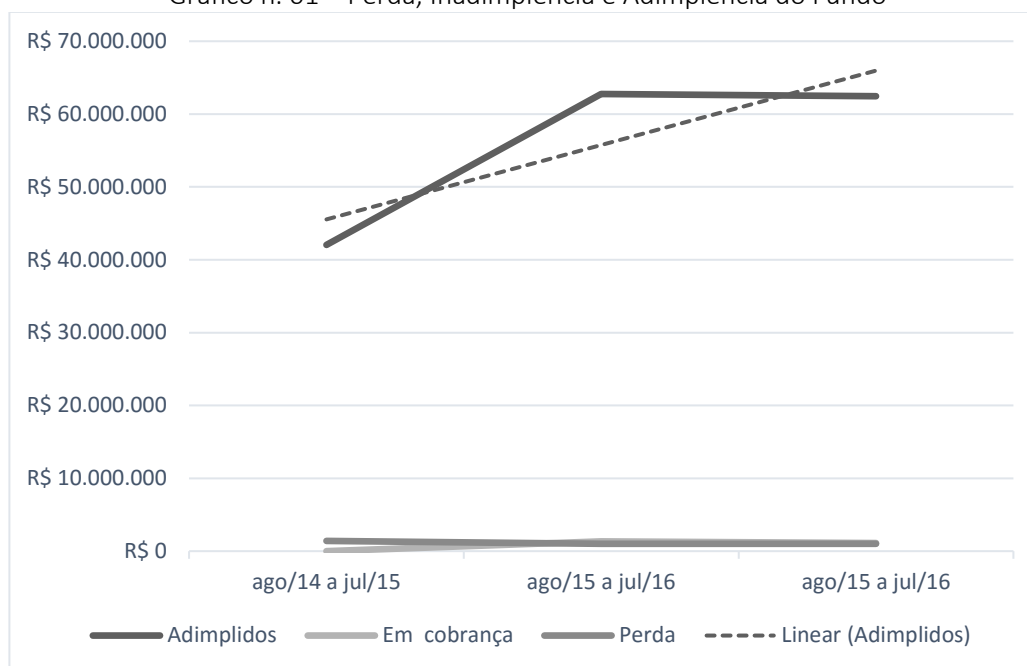
- a) Critérios objetivos: (i) análise do balanço (alavancagem; endividamento; liquidez; geração de caixa; rentabilidade; faturamento); (ii) pontualidade (avaliação da pontualidade do cliente no mercado financeiro, com base em pesquisas bancárias e comportamento junto a fornecedores, além do próprio Grupo BRR); e, (iii) prazo médio dos títulos.
- b) Critérios subjetivos: (i) tempo de atividade da empresa; (ii) Market share; (iii) administração; (iv) impressões de visita; (v) setor de atuação.

Informações Estatísticas sobre Inadimplementos, Perdas ou Pré-pagamentos

O Fundo iniciou suas atividades em 20 de junho de 2014, tendo por objetivo a aquisição de direitos creditórios decorrentes de cheques e duplicatas, selecionados com base nos critérios de elegibilidade constantes no regulamento do Fundo.

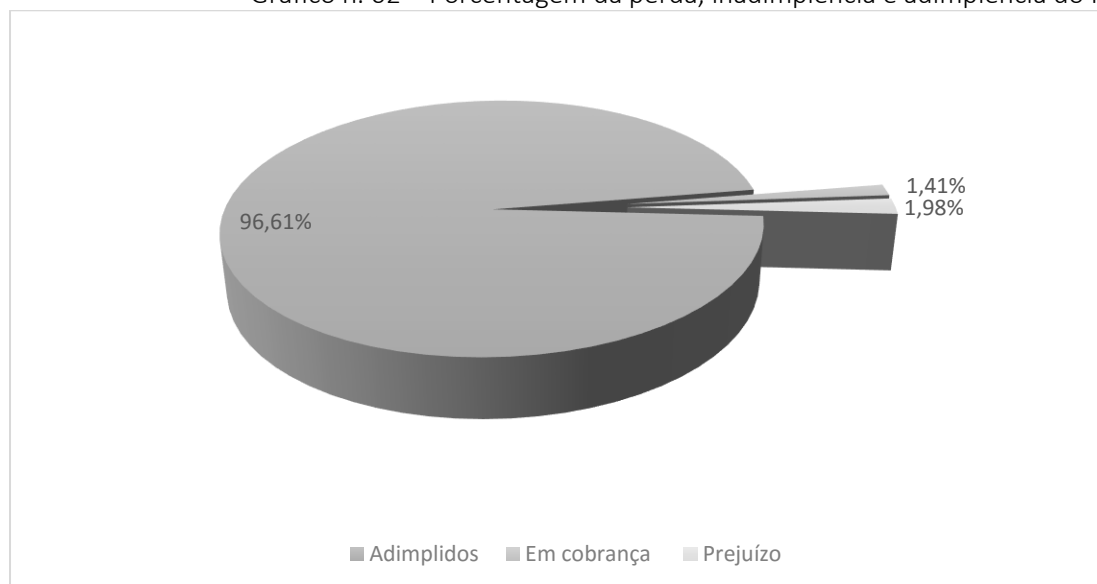
Considerando as operações realizadas do momento do início de funcionamento do Fundo até o julho/2016, momento em que foi efetuada a última classificação de risco das Quotas Seniores 1ª Série e das Quotas subordinadas, é verificável uma tendência linear crescente nos adimplementos dos títulos que se refletiu no aumento significativo do patrimônio líquido das Quotas Seniores da 1ª Série e das Quotas subordinadas, como se observa no Relatório de Rating do dia 15 de agosto de 2016.

Gráfico n. 01 – Perda, Inadimplência e Adimplência do Fundo



No total, o prejuízo do Fundo acumulado desde o início de seu funcionamento, soma 1,98% (um vírgula oito por cento) dos créditos movimentados, enquanto 96,61% (noventa e seis vírgula sessenta e um por cento), enquanto e 1,41% (um ponto quarenta e um por cento) estão em procedimento de cobrança pelo Consultor do Fundo.

Gráfico n. 02 – Porcentagem da perda, inadimplência e adimplência do Fundo



Pré-pagamentos e Perdas

Os créditos adquiridos são predominantemente de curto prazo, sendo sua liquidação antecipada improvável. Caso esse evento ocorra, a liquidação do crédito será realizada pelo seu valor presente, calculado pela taxa original da cessão de crédito.

Possibilidade de Remoção ou Substituição dos Direitos Creditórios

Não existe a possibilidade de substituição ou remoção de Direitos Creditórios.

Contrapartes do Fundo

O Fundo poderá realizar operações em que a Administradora/Gestora e/ou Consultora, bem como suas respectivas partes relacionadas, atuem na condição de contrapartes do Fundo, desde que com a finalidade exclusiva de realizar a gestão de caixa e liquidez do Fundo. Todas as informações relativas às operações ora referidas serão objeto de registros analíticos segregados, o quais serão mantidos pelo prazo de 5 (cinco) anos.

Regras Gerais

Os Direitos Creditórios serão custodiados pela Administradora ou pelo Depositário, conforme o caso, e os demais Ativos Financeiros da carteira do Fundo serão registrados e custodiados ou mantidos em contas de depósito diretamente em nome do Fundo, em contas específicas abertas no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC, em sistemas de registro e de liquidação financeira de ativos autorizados pelo BACEN ou em instituições ou entidades autorizadas à prestação desses serviços pela referida Autarquia ou pela CVM.

Conforme estabelecido em cada um dos Contratos de Cessão, os boletos de cobrança dos valores devidos pelos devedores com relação a cada um dos Direitos Creditórios representados por duplicatas e/ou contratos de compra e venda, e/ou de prestação de serviços serão emitidos pela Consultora ou pelo Banco Cobrador, e os valores decorrentes dos pagamentos serão diretamente depositados em conta corrente de titularidade do Fundo junto ao Banco Cobrador, por meio do sistema de compensação bancária.

Já os Direitos Creditórios representados por cheque, serão liquidados através de depósito em conta corrente de titularidade do Fundo junto ao Banco Cobrador. Nenhum valor oriundo de pagamentos dos Direitos Creditórios será considerado quitado se recebido por qualquer das Cedentes ou pela Consultora, até que o respectivo recurso seja creditado na conta corrente de titularidade do Fundo na Administradora, observado o disposto no inciso VII do Artigo 20 do Regulamento do Fundo.

Todos os resultados auferidos pelo Fundo serão incorporados ao seu patrimônio, de maneira diferenciada para cada série ou classe de Quotas conforme as regras estabelecidas no Regulamento.

Não existe, por parte do Fundo, da Administradora, da Gestora ou da Consultora, nenhuma promessa ou garantia acerca da rentabilidade das aplicações dos recursos do Fundo ou relativas à rentabilidade de suas Quotas.

As aplicações realizadas no Fundo não contam com garantia da Administradora, da Gestora, da Consultora ou do Fundo Garantidor de Créditos – FGC.

Critérios de Elegibilidade

Os Direitos Creditórios deverão atender aos seguintes critérios, que serão validados pela Administradora, nos termos do Capítulo XI do Regulamento e do artigo 38 da Instrução CVM 356, no momento de cada aquisição de Direitos Creditórios pelo Fundo ("Critérios de Elegibilidade"):

- (i) Terem sido incluídos na relação dos Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo, recepcionada por meio de arquivo eletrônico pela Consultora;
- (ii) Não serem, a data de vencimento, posteriores à data de encerramento da última série de Quotas Seniores do Fundo;

- (iii) Não estarem vencidos e pendentes de pagamento na Data de Aquisição;
- (iv) Ter a cessão de Direitos Creditórios sido precedida de análise para verificação da concentração de títulos de até 5% (cinco por cento) de um mesmo devedor (mesmo CPF ou CNPJ), ressalvando-se que na hipótese de cessões de Direitos Creditórios por diferentes Cedentes e mesmos devedores, o limite por devedor poderá ser majorado para 8% (oito por cento) e até 5% (cinco por cento) para um mesmo Cedente (mesmo CNPJ);
- (v) Serem, os Direitos Creditórios, de devedores que, na Data da Aquisição para o Fundo, não apresentem qualquer valor em atraso há mais de 15 (quinze) dias corridos;
- (vi) Ter, o Direito Creditório, o prazo médio inferior a 90 (noventa) dias contados a partir da Data de Aquisição;
- (vii) Os Direitos de Crédito representados por Duplicata deverão representar, no mínimo 50% (cinquenta por cento) do patrimônio líquido do FUNDO apurado no dia útil anterior à cessão.

Diretriz de Cobrança

Nos termos do artigo 38 da Instrução CVM 356, o Custodiante será responsável pela cobrança ordinária dos Direitos Creditórios e/ou os Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo, recebendo, em nome do Fundo, pagamentos, resgate de títulos ou qualquer outra renda relativa aos títulos custodiados, depositando os valores recebidos diretamente em: (i) conta de titularidade do Fundo; ou (ii) conta especial destinada a acolher depósitos a serem feitos pelos Devedores, os quais ali serão mantidos em custódia, para liberação após o cumprimento de requisitos especificados e verificados pelo Custodiante (escrow account).

A Consultora será responsável pela cobrança judicial e extrajudicial dos Direitos Creditórios Inadimplidos, devendo a instrução da cobrança dos Direitos Creditórios respeitar a “Política de Cobrança” descrita no artigo 84 do Regulamento:

- (i) As instruções de protesto, prorrogação, baixa, cancelamento de protesto e abatimento serão enviadas ao Banco Cobrador diretamente pela Consultora ou pela Administradora;
- (ii) As comunicações aos cartórios de protesto de títulos serão realizadas pelo Banco Cobrador, podendo ser empregada empresa terceirizada especializada em serviços dessa natureza;
- (iii) Havidas todas as medidas cabíveis amigavelmente e por meios administrativos, a Consultora ou a empresa de cobrança por ela nomeada poderá indicar um advogado que responderá pela cobrança do devedor em juízo, ficando a Administradora obrigada a outorgar em nome do FUNDO o respectivo mandato ad-judicia.

Pelas atividades de cobrança previstas nos parágrafos acima, o Custodiante e a Consultora não farão jus a qualquer remuneração adicional.

Patrimônio Líquido

Entende-se por patrimônio líquido do Fundo a soma algébrica do disponível com o valor da carteira, mais os valores a receber, menos as exigibilidades e provisões.

Na subscrição de Quotas representativas do patrimônio inicial do Fundo que ocorrer em data diferente da data de integralização definida no Boletim de Subscrição, será utilizado o valor da Cota de mesma classe em vigor no próprio dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor à Administradora, em sua sede ou dependências.

Em conformidade com o artigo 24, inciso XV, da Instrução CVM 356, a relação mínima entre o patrimônio líquido do Fundo e o valor das Quotas Seniores será de 133% (cento e trinta e três por cento). Isto quer dizer que o Fundo deverá ter no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) de seu patrimônio representado por Quotas Subordinadas (“Relação Mínima”).

Despesas e Encargos do Fundo

As despesas relacionadas com as medidas judiciais e/ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda dos direitos e prerrogativas do Fundo e/ou a cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos Creditórios Inadimplidos e dos demais Ativos Financeiros da carteira do Fundo, serão suportadas diretamente pelo Fundo. Da mesma forma, a Administradora, a Gestora, a Consultora ou respectivas Partes Relacionadas não serão responsáveis por quaisquer custos, taxas, despesas, emolumentos, honorários advocatícios e periciais ou quaisquer outros encargos relacionados à Diretriz de Cobrança.

Constituem encargos do Fundo, além da Taxa de Administração e de Gestão, as seguintes despesas, que podem ser debitadas pela Administradora:

- (i) Taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;
- (ii) Despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas neste Regulamento ou na regulamentação pertinente;
- (iii) Despesas com correspondências de interesse do Fundo, inclusive comunicações aos Quotistas;
- (iv) Honorários e despesas do auditor encarregado da revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo e da análise de sua situação e da atuação da Administradora;
- (v) Emolumentos e comissões pagas sobre as operações do Fundo;
- (vi) Honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o mesmo venha a ser vencido;
- (vii) Quaisquer despesas inerentes à constituição ou à liquidação do Fundo ou à realização de Assembleia Geral;
- (viii) Taxas de custódia de ativos do Fundo;
- (ix) Contribuição devida às bolsas de valores ou a entidades de mercado de balcão organizado em que o Fundo tenha suas Quotas admitidas à negociação;
- (x) Despesas com a contratação de agência classificadora de risco;

- (xi) Despesas com o profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos Quotistas, como representante dos Quotistas; e
- (xii) Despesas com a contratação de agente de cobrança de que trata o inciso IV do artigo 38 da Instrução CVM 356.

As despesas não previstas relacionadas nos itens acima como encargos do Fundo devem correr por conta da instituição Administradora, na forma do Parágrafo Único do artigo 122 do Regulamento do Fundo.

Remuneração

A Administradora, a Gestora e a Consultora receberão, pela prestação dos serviços de administração, gestão, escrituração, controladoria e consultoria especializada do Fundo, a remuneração equivalente à somatória dos seguintes montantes, calculados individualmente (a “Taxa de Administração”):

- a) O maior valor entre 0,35% (trinta e cinco décimos por cento) ao ano e o valor mínimo, conforme definidos a seguir: (i) para os 2 (dois) primeiros meses de funcionamento do Fundo, será cobrado o valor mínimo mensal de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais); (ii) no 3º (terceiro) e 4º (quarto) mês de funcionamento do Fundo, o valor mínimo mensal será de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais); (iii) no 5º e 6º mês de funcionamento do Fundo, o valor mínimo será de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) sendo que a partir do 7º mês de funcionamento do Fundo, o valor mínimo mensal passará a ser de R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais) atualizados anualmente pela variação do IGP-M; e
- b) O percentual de 1% (um por cento) ao mês sobre os Direitos Creditórios adquiridos no mês imediatamente anterior.

A Taxa de Administração será calculada e provisionada diariamente, tendo como base o patrimônio líquido do Fundo do primeiro Dia Útil imediatamente anterior, com a aplicação da fração de 1/252 (um duzentos e cinquenta e dois avos), por Dias Úteis, sendo o pagamento realizado mensalmente até o 5º (quinto) Dia Útil do mês subsequente ao vencido.

A Taxa de Administração não compreende os serviços de custódia de títulos e valores mobiliários e demais ativos financeiros do Fundo prestados pelo próprio Administrador, que serão cobrados do Fundo, a título de despesa, conforme disposto neste Regulamento.

Não será cobrada taxa de ingresso, saída e performance do Fundo.

Fatores de Riscos

Os investimentos do Fundo estão, por sua natureza, sujeitos a diversos tipos de riscos e, mesmo que a Administradora e a Gestora mantenham sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perda total do capital investido pelos Quotistas no Fundo.

Os Ativos Financeiros e Direitos Creditórios que compõem a carteira do Fundo estão sujeitos aos seguintes fatores de risco:

Risco de Crédito:

É o risco de inadimplemento ou atraso no pagamento de juros e/ou principal dos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros pelos emissores e coobrigados dos ativos ou pelas contrapartes das operações do

Fundo, podendo ocasionar, conforme o caso, a redução dos ganhos ou mesmo perdas financeiras até o valor das operações contratadas e não liquidadas. Alterações e equívocos na avaliação do risco de crédito do emissor podem acarretar em oscilações no preço de negociação dos títulos que compõem a carteira do Fundo.

Risco de Liquidez:

É risco de redução ou inexistência de demanda pelos Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo nos respectivos mercados em que são negociados, devido a condições específicas atribuídas a esses ativos ou aos próprios mercados em que são negociados. Em virtude de tais riscos, a Administradora poderá encontrar dificuldades para liquidar posições ou negociar os referidos ativos pelo preço e no tempo desejados, de acordo com a estratégia de gestão adotada para o Fundo, o qual permanecerá exposto, durante o respectivo período de falta de liquidez, aos riscos associados aos referidos ativos que podem, inclusive, obrigar a Gestora a aceitar descontos nos seus respectivos preços, de forma a realizar sua negociação em mercado. Esses fatores podem prejudicar o pagamento de resgate e/ou amortização aos Quotistas do Fundo.

Risco de Mercado:

É risco de flutuação dos preços e da rentabilidade dos Ativos Financeiros do Fundo, os quais são afetados por diversos fatores de mercado, como liquidez, crédito, alterações nas políticas econômicas monetária, fiscal ou cambial, e mudanças econômicas nacionais ou internacionais. As oscilações de preços podem fazer com que determinados ativos sejam avaliados por valores diferentes aos de emissão e/ou contabilização, podendo acarretar volatilidade das Quotas e perdas aos Quotistas.

Risco de Concentração:

A Gestora buscará diversificar a carteira do Fundo e deverá observar os “Limites de Concentração” de que trata o Artigo 56 do Regulamento. No entanto, a política de investimentos do Fundo admite:

- i) A aquisição/ou manutenção na carteira do Fundo de concentração em títulos públicos e privados;
- ii) Aquisição e/ou manutenção na carteira do Fundo de Direitos Creditórios de apenas uma Cedente nos primeiros 90 (noventa) dias de funcionamento do Fundo.

O risco associado às aplicações do Fundo é diretamente proporcional à concentração das aplicações. Quanto maior a concentração das aplicações do Fundo em um único emissor de títulos, ou em Direitos Creditórios cujo devedor seja um único devedor, maior será a vulnerabilidade do Fundo em relação ao risco de crédito desse emissor ou devedor.

Risco de Descasamento:

Os Direitos Creditórios componentes da carteira do Fundo são contratados a taxas pré-fixadas. A incorporação dos resultados auferidos pelo Fundo para as Quotas Seniores, quando houver, terão determinada Remuneração Alvo. Neste caso, se, de maneira excepcional, a taxa de juros se elevar substancialmente, os recursos do Fundo podem ser insuficientes para assegurar parte ou a totalidade da rentabilidade almejada para as Quotas.

Risco da Liquidez da Cota no Mercado Secundário:

O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado, assim, o resgate das Quotas do Fundo, em situações de normalidade, só poderá ser feito ao término do prazo de duração de cada série ou classe, razão pela qual se, por qualquer motivo, antes de findo tal prazo, o cotista resolva desfazer-se de suas Quotas, ele terá que aliená-las no mercado secundário de Quotas de Fundos de investimento, mercado esse que, no Brasil, não apresenta alta liquidez, o que pode acarretar dificuldades na alienação dessas Quotas e/ou ocasionar a obtenção de um preço de venda que cause perda patrimonial ao investidor.

Risco de inexistência de mercado secundário para negociação de Direitos Creditórios:

O Fundo deve aplicar seus recursos preponderantemente em Direitos Creditórios. No entanto, pela sua própria natureza, a aplicação em Direitos Creditórios apresenta peculiaridades em relação às aplicações usuais da maioria dos Fundos de investimento de renda fixa. Não existe, no Brasil, por exemplo, mercado ativo para compra e venda de Direitos Creditórios. Assim, caso seja necessária a venda dos Direitos Creditórios da carteira do Fundo, como nas hipóteses de liquidação previstas no Regulamento, poderá não haver compradores ou o preço de negociação poderá causar perda de patrimônio ao Fundo, bem como afetar adversamente a rentabilidade das Quotas.

Risco de Descontinuidade:

A existência do Fundo no tempo dependerá da manutenção do fluxo de cessão de Direitos Creditórios nos termos de cada um dos Contratos de Cessão. Conforme previsto no Regulamento, poderá haver a liquidação antecipada do Fundo em situações pré-determinadas ou mediante deliberação da Assembleia Geral. Tal situação pode acarretar o desenquadramento da carteira do Fundo, bem como gerar dificuldades à Gestora e a Consultora em identificar Direitos de Crédito que estejam de acordo com os Critérios de Elegibilidade nos termos deste Regulamento em tempo hábil.

Desse modo, os Quotistas terão seu horizonte original de investimento reduzido e poderão não conseguir reinvestir os recursos que detinham aplicados no Fundo com a mesma remuneração proporcionada pelo Fundo, não sendo devida, entretanto, pelo Fundo, pela Administradora, pela Consultora ou pelas Cedentes dos Direitos Creditórios qualquer multa ou penalidade, a qualquer título, em decorrência desse fato.

Risco de Resgate das Quotas do Fundo em Direitos Creditórios:

Na ocorrência de uma das hipóteses de liquidação antecipada do Fundo, há previsão no Regulamento de que as Quotas Seniores poderão ser resgatadas em Direitos Creditórios. Nessa hipótese, os Quotistas poderão encontrar dificuldades para vender os Direitos Creditórios recebidos do Fundo ou para administrar/cobrar os valores devidos pelos devedores dos Direitos Creditórios e poderão sofrer prejuízos patrimoniais.

Risco Tributário:

É o risco de perdas devido à criação de tributos, nova interpretação ou ainda de interpretação diferente que venha a se consolidar sobre a incidência de quaisquer tributos, obrigando o Fundo a novos recolhimentos, ainda que relativos a operações já efetuadas.

Risco Relacionado a Fatores Legais e Regulatórios:

O Fundo está sujeito a riscos decorrentes das eventuais restrições de natureza legal ou regulatória que possam afetar adversamente a validade da constituição e da cessão dos Direitos Creditórios para o

Cedente, bem como o comportamento do conjunto dos Direitos Creditórios cedidos e os fluxos de caixa a serem gerados.

Risco de Guarda da Documentação Relativa aos Direitos Creditórios e da Verificação de Lastro por Amostragem:

A Administradora será responsável pela guarda dos Documentos Comprobatórios da operação relativos aos direitos creditórios. Todavia a Administradora poderá contratar e contratou o Depositário para que realize a guarda do original dos Documentos Comprobatórios da operação que tenham sido emitidos em suporte analógico. Mesmo que a Administradora possua regras e procedimentos adequados, por escrito e passíveis de verificação e que o contrato de prestação de serviços celebrado com o Depositário garanta o efetivo controle da Administradora sobre a movimentação dos Documentos Comprobatórios e demais ativos integrantes da carteira do Fundo sob a guarda do Depositário, a guarda da documentação por terceiro poderá dificultar ou retardar eventuais procedimentos de cobrança dos respectivos devedores, podendo gerar perdas ao Fundo e consequentemente aos seus Quotistas.

Adicionalmente, eventos fora do controle da Administradora ou do Depositário, incluindo, mas não se limitando a, incêndios, inundações e outras hipóteses de força maior, poderão acarretar a perda dos Documentos Comprobatórios, gerando prejuízos ao Fundo e aos seus Quotistas.

A Administradora realizará, diretamente ou através de terceiros contratados, verificação periódica da documentação referente aos direitos creditórios. Uma vez que essa verificação é realizada por amostragem após a cessão dos direitos creditórios ao Fundo este poderá adquirir direitos creditórios que, na data da cessão, não apresentem evidências da comprovação de entrega da mercadoria ou da prestação do serviço. Além disso, a carteira do Fundo poderá conter direitos creditórios cujos Documentos Comprobatórios apresentem irregularidades, que poderão obstar o pleno exercício, pelo Fundo, das prerrogativas decorrentes da titularidade dos direitos creditórios.

Risco relacionado à Consultora:

Uma vez que o Fundo poderá adquirir Direitos Creditórios de titularidade da Consultora, existe o risco de haver conflito de interesse entre o Fundo e a Consultora.

Risco pela Ausência do Registro em Cartório das Cessões de Direitos Creditórios ao Fundo:

Por se tratar de um Fundo que poderá adquirir Direitos Creditórios de uma multiplicidade de Cedentes domiciliados em diversas localidades no território brasileiro, o Fundo adota como política não registrar os Contratos de Cessão e seus Termos de Cessão em cartório de registro de títulos e documentos em função dos custos do registro. Assim sendo, a não realização do referido registro, ou a não utilização de instrumento público para a formalização dos Contratos de Cessão e/ou Termo de Cessão e anexos poderá representar risco ao FUNDO em relação a créditos reclamados por terceiros que tenham sido ofertados ou cedidos pelas Cedentes a mais de um cessionário.

O Fundo não poderá reclamar Direitos Creditórios cedidos a terceiros ou valores em relação a Direitos Creditórios cedidos pagos por devedores a terceiros de boa-fé adquirentes dos mesmos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo. O Fundo poderá sofrer perdas, não podendo a Administradora ser de qualquer forma responsabilizados por tais perdas.

Ausência de classificação de risco das Quotas:

O Fundo poderá emitir Quotas Subordinadas e séries de Quotas Seniores que não possuam classificação de risco emitida por agência classificadora de risco, desde que permitido pela regulamentação aplicável, o que pode dificultar a avaliação, por parte dos investidores, da qualidade do crédito representado pelas Quotas e com a capacidade do Fundo em honrar com os pagamentos das Quotas.

Além disso, a ausência de classificação de risco pode restringir a negociação dessas Quotas no mercado secundário a um número menor de investidores e, assim, reduzir a liquidez destas nesse mercado. Caso os titulares das Quotas Seniores desejem se desfazer de seu investimento antes do prazo de vencimento, podem ser obrigados a oferecer descontos substanciais para vendê-las no mercado secundário, realizando uma perda de parte de seu vencimento. Não há garantias de que os investidores conseguirão se desfazer de seus investimentos antes do prazo de vencimento destas Quotas.

Risco Relacionado a Fatores Macroeconômicos:

O Fundo também poderá estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos ao controle da Gestora tais como a ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro e/ou de capitais brasileiro, incluindo variações nas taxas de juros, eventos de desvalorização da moeda e de mudanças legislativas, poderão resultar em:

- (i) Perda de liquidez dos ativos que compõem a carteira do Fundo;
- (ii) Inadimplência dos emissores dos ativos e/ou devedores;
- (iii) Incremento significativo nas solicitações de resgates de Quotas Seniores. Tais fatos poderão acarretar prejuízos para os Quotistas e atrasos nos pagamentos dos resgates.

Titularidade dos Direitos Creditórios:

O Fundo é uma comunhão de recursos que tem por objeto a aquisição de Direitos de Creditórios, e suas Quotas representam porções ideais de seu patrimônio líquido. Deste modo, a titularidade das Quotas não confere ao cotista a propriedade ou qualquer outro direito que possa ser exercido diretamente sobre os Direitos de Creditórios ou sobre os Ativos Financeiros que integram a carteira do Fundo.

Em caso de liquidação antecipada do Fundo, poderá haver resgate de Quotas mediante dação em pagamento de Direitos Creditórios, nas hipóteses previstas no Regulamento, e neste caso, a propriedade dos Direitos Creditórios será transferida do Fundo para os quotistas. Não caberá ao cotista a escolha dos Direitos Creditórios que lhe serão atribuídos por ocasião do resgate de Quotas mediante dação em pagamento de Direitos Creditórios.

Risco decorrente da multiplicidade de Cedentes:

O Fundo está apto a adquirir Direitos Creditórios de titularidade de múltiplas Cedentes. Tais Cedentes não são previamente conhecidas pelo Fundo, pela Administradora, pela Gestora, pela Consultora de forma que eventuais problemas de natureza comercial entre as Cedentes e os respectivos devedores podem não ser previamente identificados pelo Fundo, pela Administradora, pela Gestora ou pela Consultora.

Caso os Direitos Creditórios cedidos não sejam pagos integralmente pelos respectivos devedores em decorrência de qualquer problema de natureza comercial entre o devedor e a respectiva Cedente, tais como (i) defeito ou vício do produto ou (ii) devolução do produto que resulte no cancelamento da respectiva venda e as respectivas Cedentes não restituam ao Fundo o montante em moeda corrente nacional correspondente ao valor dos referidos Direitos Creditórios, os resultados do Fundo poderão ser afetados negativamente.

Risco da Cobrança Judicial e Extrajudicial:

Em se verificando a inadimplência nas obrigações dos pagamentos dos créditos cedidos ao Fundo, a Consultora poderá efetuar a cobrança judicial e/ou extrajudicial dos valores devidos. Não há, contudo, garantia de que, em qualquer uma dessas hipóteses, as referidas cobranças atingirão os resultados almejados, nem de que o FUNDO recuperará a totalidade dos valores inadimplidos, o que poderá implicar perdas patrimoniais ao Fundo. O Fundo, caso os custos da cobrança judicial sejam muito elevados, poderá optar por não efetuar tal cobrança judicial, o que poderá acarretar perda patrimonial para o Fundo.

Riscos relacionados aos procedimentos de cobrança:

Os custos incorridos com os procedimentos judiciais ou extrajudiciais necessários à cobrança dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo e à salvaguarda dos direitos, das garantias e das prerrogativas dos Quotistas são de inteira e exclusiva responsabilidade do Fundo, devendo ser suportados até o limite do valor total das Quotas Subordinadas. A Administradora, a Gestora e a Consultora não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, pela adoção ou manutenção de referidos procedimentos caso o Fundo não disponha de recursos suficientes necessários para tanto.

Risco de Execução de Direitos Creditórios Emitidos em Caracteres de Computador na Modalidade de Duplicatas Digital:

O Fundo pode adquirir Direitos Creditórios formalizados através de duplicatas digitais. Essa é uma modalidade recente de título cambiário que se caracteriza pela emissão em meio magnético, ou seja, não há a emissão da duplicata em papel.

Não existe um entendimento uniforme da doutrina como da jurisprudência brasileira quanto à possibilidade do endosso virtual, isto porque a duplicata possui regras próprias segundo a Lei Uniforme de Genebra que limitariam a possibilidade de tais títulos serem endossados eletronicamente. Além disso, para promover ação de execução da duplicata virtual, o Fundo deverá apresentar em juízo o instrumento do protesto por indicação, nesse sentido será necessário provar a liquidez da dívida representada no título de crédito, já que não se apresenta a cártula, uma vez que a cobrança e o pagamento pelo aceitante, no caso da duplicata digital, são feitos por boleto bancário. Dessa forma, o Fundo poderá encontrar dificuldades para realizar a execução judicial dos Direitos Creditórios representados por duplicatas digitais.

Risco de pré-pagamento dos direitos creditórios:

Os devedores podem proceder ao pagamento antecipado, total ou parcial, do valor do principal e dos juros devidos até a data de pagamento do Direito de Crédito, observados os termos e condições nos instrumentos que formalizarem os Direitos de Crédito. Este evento pode implicar no recebimento, pelo Fundo, de um valor inferior ao previamente previsto no momento de sua aquisição, em decorrência do desconto dos juros que seriam cobrados ao longo do período compreendido entre a data do pré-pagamento e a data original de vencimento do crédito, resultando na redução da rentabilidade geral do Fundo.

Demais riscos:

O Regulamento prevê que os Direitos Creditórios deverão atender os Critérios e Elegibilidade, porém os referidos Critérios de Elegibilidade poderão ser insuficientes ou inadequadas para garantir a liquidez dos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo.

O Fundo poderá incorrer no risco de os Direitos Creditórios serem alcançados por obrigações assumidas pelas Cedentes e/ou em decorrência de sua intervenção ou liquidação extrajudicial. Os principais eventos que podem afetar a cessão dos Direitos Creditórios consistem:

- (i) Na existência de garantias reais sobre os Direitos Creditórios, constituídas antes da sua cessão ao Fundo, sem conhecimento do Fundo;
- (ii) Na existência de penhora ou outra forma de constrição judicial sobre os Direitos Creditórios, ocorridas antes da sua cessão ao Fundo e sem o conhecimento do Fundo;
- (iii) Na verificação, em processo judicial, de fraude contra credores ou fraude à execução praticadas pelas Cedentes, e
- (iv) Na revogação da cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo, quando restar comprovado que tal cessão foi praticada com a intenção de prejudicar os credores das Cedentes. Nestas hipóteses os Direitos Creditórios cedidos ao Fundo poderão ser alcançados por obrigações das Cedentes e o patrimônio do Fundo poderá ser afetado negativamente. A propriedade das Quotas não confere aos Quotistas a propriedade direta sobre os Direitos Creditórios. Os direitos dos Quotistas são exercidos sobre todos os ativos da carteira de modo não individualizado, proporcionalmente ao número de Quotas possuídas. O Fundo também poderá estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos, tais como moratória, guerras, revoluções, mudanças nas regras aplicáveis aos Ativos Financeiros, mudanças impostas aos ativos financeiros integrantes da carteira do Fundo, alteração na política econômica, decisões judiciais, etc.

CARACTERÍSTICAS DAS QUOTAS

Forma e espécie

As Quotas correspondem a frações ideais do patrimônio do Fundo. Todas as Quotas serão escriturais e permanecerão em contas de depósito em nome de seus titulares, junto à Administradora, qualificando seus respectivos titulares como quotistas do Fundo ("Quotistas").

As Quotas poderão ser seniores ou subordinadas. As Quotas seniores não se sujeitam às demais quotas para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos, garantindo ao investidor a prioridade do recebimento da remuneração do seu investimento.

As Quotas subordinadas, por sua vez, são subscritas geralmente pelas empresas originadoras dos recebíveis que compõem o patrimônio do Fundo, respeitando a relação mínima estabelecida no Regulamento, para suportar eventuais perdas decorrentes de inadimplências dos recebíveis cedidos (garantia colateral), além de outras despesas do Fundo e oscilações que impactem negativamente nos resultados de rentabilidade das Quotas Seniores, sendo remuneradas de acordo com o rendimento líquido do Fundo e após o pagamento da remuneração dos quotistas seniores.

Na hipótese de o Fundo atingir a Remuneração Alvo definida para as Quotas Seniores, conforme estabelecido no Regulamento, a rentabilidade excedente será atribuída às Quotas Subordinadas, as quais não possuem limite de rentabilidade.

Observadas as Subordinações Mínimas, o Fundo poderá emitir múltiplas séries de Quotas Seniores (cada, uma "Série"), múltiplas classes de Quotas Subordinadas Mezanino e múltiplas classes de Quotas Subordinadas Juniores (cada, uma "Classe"), de acordo com as condições previstas no respectivo Suplemento de cada Série ou cada Classe de Quotas, conforme aplicável. Não há qualquer tipo de preferência, prioridade ou subordinação entre os Quotistas titulares de Quotas da mesma Série ou da mesma Classe.

Emissão de Quotas Seniores

As Quotas do Fundo classificadas como "Seniores" têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações comuns:

- (i) Buscarão atingir a Meta de Rentabilidade das Quotas Seniores atribuída a cada Série, prevista no Suplemento de Quotas Seniores de cada Série, na forma substancialmente prevista no Regulamento.
- (ii) Prioridade de resgate em relação às Quotas Subordinadas, observado o disposto no Regulamento;
- (iii) Deverão atender à Relação Mínima estabelecida no Regulamento;
- (iv) O valor unitário inicial de emissão na data da primeira subscrição de Quotas Seniores será de R\$ 1.000,00 (mil reais);
- (v) O valor unitário será calculado todo Dia Útil para efeito de definição do valor de integralização e resgate das Quotas Seniores;

- (vi) Direito de votar todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembleias Gerais, sendo que cada Quota Sênior corresponderá a 01 (um) voto.
- (vii) As Quotas Seniores em circulação serão trimestralmente avaliadas pela agência classificadora de risco. Não obstante, caso entenda necessário, a agência classificadora de risco poderá solicitar informações adicionais e rever a classificação de risco das Quotas Seniores em periodicidade inferior.

Emissão de Quotas Subordinadas

As Quotas do Fundo classificadas como “Subordinadas” possuem as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações:

- (i) Subordinam-se às Quotas Seniores para efeito de resgate, observado o disposto no Regulamento;
- (ii) Deverão atender à Relação Mínima entre as Quotas Subordinadas estabelecidas no Regulamento;
- (iii) O valor unitário inicial de emissão na data da primeira subscrição de Quotas Subordinadas será de R\$ 1.000,00 (mil reais);
- (iv) O valor unitário será calculado todo Dia Útil para efeito de definição do valor de integralização e resgate das Quotas Subordinadas;
- (v) Direito de votar todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembleias Gerais, sendo que a cada Quotas Subordinada corresponderá 01 (um) voto.
- (vi) As Quotas Subordinadas não serão submetidas a avaliação pela agência classificadora de risco, uma vez que serão subscritas exclusivamente pela Consultora e seus sócios;
- (vii) A integralização de Quotas Subordinadas em Direitos de Crédito está condicionada ao atendimento dos Direitos de Crédito aos Critérios de Elegibilidade.

Emissão, Integralização e Valor das Quotas

Na emissão de Quotas do Fundo, deve ser utilizado o valor da Quota em vigor no próprio dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor ao Administrador, em sua sede ou dependências. No ato da subscrição das Quotas, o subscritor assinará o Boletim de Subscrição, que será autenticado pelo Administrador. No Boletim de subscrição constarão as seguintes informações:

- a) Nome e qualificação do subscritor;
- b) Número e classe de Quotas subscritas;
- c) Preço e condições para sua integralização.

Mediante aprovação da Assembleia Geral, novas séries de Quotas Seniores ou classes de Quotas Subordinadas do Fundo poderão ser emitidas, desde que observados os procedimentos exigidos pela regulamentação da CVM e as normas do Regulamento do Fundo, cabendo à respectiva Assembleia Geral

decidir sobre a realização de tal oferta pública, sendo que esta oferta poderá ser realizada nos termos da Instrução CVM 400 ou ser com esforços restritos, nos termos previstos na Instrução CVM 476, ficando as regras de distribuição estipuladas no respectivo suplemento.

Não haverá direito de preferência dos Cotistas do Fundo na aquisição e subscrição das eventuais novas séries de Quotas Seniores ou classes de Quotas Subordinadas.

O prazo para subscrição das Quotas Seniores será definido em Suplemento específico, observada as disposições normativas aplicáveis à modalidade de distribuição da respectiva série.

O saldo de Quotas Seniores não colocado será cancelado.

As Quotas deverão ser subscritas e integralizadas, respeitando-se as Subordinações Mínimas, nos termos e nos prazos definidos, conforme o caso, no Regulamento, neste Prospecto, nos Suplementos e nos respectivos Boletins de Subscrição assinados por cada Investidor Qualificado.

A integralização das Quotas do Fundo será efetuada à vista em moeda corrente nacional, mediante o crédito do respectivo valor em recursos disponíveis na conta corrente do Fundo a ser indicada pelo Administrador, por qualquer mecanismo de transferência de recursos admitido pelo BACEN ou através de sistema operacionalizado pela CETIP, quando aplicável.

Na integralização da 2ª Série de Quotas Seniores deverá ser utilizado o valor da 2ª Série de Quotas Seniores do dia da efetiva disponibilidade dos recursos investidos.

Amortização e Resgate de Quotas

A amortização das Quotas é admitida nos termos do Regulamento e do respectivo Suplemento aplicável à classe de Quotas, considerando a respectiva Série ou Classe, conforme aplicável.

Observado o prazo de carência de 20 (vinte) meses contados da Data de Emissão, as Quotas Seniores da 2ª Série terão os seus valores de principal investido e rendimentos amortizados mensalmente a partir do 21º (vigésimo primeiro) mês, de acordo com o cronograma de amortização definido abaixo:

Nº de amortização	Razão de amortização	Mês de Amortização
1/9	1/9	21º
2/9	1/8	22º
3/9	1/7	23º
4/9	1/6	24º
5/9	1/5	25º
6/9	1/4	26º
7/9	1/3	27º
8/9	1/2	28º
9/9	1/1	29º

A amortização das Quotas do Fundo poderá ocorrer antes do prazo previsto nas seguintes hipóteses:

- (i) Impossibilidade de o Fundo adquirir Direitos Creditórios admitidos por sua política de investimento;
- (ii) O patrimônio líquido do Fundo se tornar igual à soma do valor de todas as Quotas Seniores; e/ou

(iii) Em se tratando de Quotas Subordinadas, quando ocorrer a hipótese prevista no Artigo 107 do Regulamento.

A antecipação do início da amortização de Quotas do Fundo será operacionalizada mediante comunicação através de publicação no Periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo ou através de correio eletrônico aos Quotistas enviado com 15 (quinze) dias de antecedência em relação à data da efetivação da amortização.

Na hipótese do montante total de Quotas Subordinadas superar o percentual mínimo do patrimônio do Fundo previsto no artigo 115 do Regulamento, estas poderão ser amortizadas, tendo a Administradora até 15 (quinze) dias para realizar o pagamento das amortizações extraordinárias, observados os seguintes critérios:

- (i) A partir da data da primeira integralização de Quotas do Fundo, trimestralmente a Administradora fará a verificação da ocorrência ou não desta hipótese de amortização;
- (ii) as Quotas Subordinadas serão amortizadas visando exclusivamente o reequilíbrio da relação e observando, no que couber, as demais disposições do Regulamento.

O resgate de Quotas Seniores – 2ª Série somente ocorrerá no 29º (vigésimo nono) mês a contar da Data de Emissão, conforme estabelecido no respectivo Suplemento.

O pagamento das amortizações ou dos resgates de Quotas do Fundo será realizado no dia 15 (quinze) do respectivo mês ou no primeiro Dia Útil subsequente da praça em que a Administradora está sediada, sendo utilizado o valor da Quota em vigor no Dia Útil imediatamente anterior ao do pagamento respectivo, devendo a Administradora constituir reserva monetária formada com as disponibilidades diárias havidas com o recebimento: (i) do valor de integralização de Quotas; e/ou (ii) do valor dos Direitos Creditórios e Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo, destinada ao pagamento da próxima amortização ou resgate de Quotas Seniores, de acordo com o seguinte cronograma:

(i) até 20 (vinte) dias antes de cada data de amortização ou data de resgate, o saldo da reserva deverá ser equivalente a 50% (cinquenta por cento) do valor integral da amortização ou resgate atualizado até a data da constituição da reserva; e

(ii) até 10 (dez) dias antes de cada data de amortização ou data de resgate, o saldo da reserva deverá ser equivalente a 100% (cem por cento) do valor integral da amortização ou resgate atualizado até a data da constituição da reserva.

O Fundo somente efetuará resgates, aplicações e amortizações em Dias Úteis. Se a data de resgate, aplicação ou amortização ocorrer em dia não útil, o respectivo pagamento será efetuado no primeiro Dia Útil subsequente.

Metodologia de Avaliação dos Ativos do Fundo

As Quotas do Fundo terão seu valor calculado todo Dia Útil mediante a utilização de metodologia de apuração do valor dos Direitos Creditórios e dos demais Ativos Financeiros integrantes da respectiva carteira, de acordo com critérios consistentes e passíveis de verificação, amparados por informações externas e internas que levem em consideração aspectos relacionados ao devedor, aos seus garantidores e às características da correspondente operação, adotando-se, sempre quando houver, o valor de mercado, observando-se a seguinte metodologia:

I - Os ativos adquiridos com a intenção de serem mantidos até o respectivo vencimento deverão ser classificados como “títulos mantidos até o vencimento”. Os demais ativos deverão ser classificados na categoria “títulos para negociação”;

II - Os ativos classificados como “títulos para negociação” serão marcados a mercado, diariamente, nos termos da legislação em vigor, observado que:

- a) a verificação do valor de mercado dos Ativos Financeiros do Fundo terá como referência os preços praticados em operações realizadas com ativos e mercados semelhantes aos dos Ativos Financeiros do Fundo, levando em consideração volume, coobrigação e prazo; devendo ser utilizado como parâmetro o preço médio de negociação do ativo no dia da apuração em seus respectivos mercados; independentemente dos preços praticados pela Administradora em suas mesas de operação; e
- b) na precificação dos Ativos Financeiros deverá ser computada a valorização ou desvalorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período;

III - Os Ativos Financeiros do Fundo classificados na categoria “títulos mantidos até o vencimento” serão avaliados da seguinte forma:

- a) pelos respectivos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, computando-se a valorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do período;
- b) a apropriação dos rendimentos deve ser efetuada considerados os dias úteis entre a data da aquisição do Direito Creditório até a data do seu vencimento, excluído o dia da aquisição e incluído o dia do vencimento; e
- c) o rendimento do Direito Crédito é a diferença entre o valor de aquisição e o valor do Direito Creditório apurado na data de seu vencimento.

Todos os Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo serão classificados na categoria “títulos mantidos até o vencimento” para efeito de avaliação, e serão avaliados conforme a metodologia exposta no item III acima. Os demais ativos adquiridos pelo Fundo, ou seja, a parte do patrimônio líquido que não estiver alocada em Direitos Creditórios, serão classificados na categoria “títulos para negociação”, e serão avaliados conforme a metodologia exposta no item II acima.

Para a provisão dos valores referentes aos Direitos Creditórios vencidos e não pagos será observada a seguinte regra:

- (i) Até o 30º (trigésimo) dia de atraso não será realizada qualquer provisão;
- (ii) Para cada dia decorrido a partir do 30º (trigésimo) dia de atraso, será provisionado o valor correspondente a 1/30 (um trinta avos) do valor de face do título;
- (iii) A partir do 45º (quadragésimo quinto) dia contado desde o vencimento do título, o valor da provisão corresponderá ao valor de face do mesmo.

As Quotas devem ser registradas pelo valor respectivo para amortização ou resgate, respeitadas as características de cada classe ou série, se houver.

LIQUIDAÇÃO DO FUNDO

Eventos de Avaliação

Caberá à Administradora convocar uma Assembleia Geral para deliberar sobre a continuidade do Fundo ou sua liquidação antecipada, bem como consequente definição de cronograma de pagamentos aos Quotistas, se e quanto aplicável, na hipótese de ocorrência de qualquer das situações a seguir descritas ("Eventos de Avaliação"):

- (i) Inobservância, pela Consultora, dos deveres e das obrigações previstas no Regulamento, desde que, notificado para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 2 (dois) Dias Úteis, contados do recebimento da referida notificação;
- (ii) Inobservância, pela Administradora, dos deveres e das obrigações previstos no Regulamento, conforme o caso, verificado pelos Quotistas, desde que, notificada por estes para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis, contados do recebimento da referida notificação;
- (iii) Na hipótese de serem realizados pagamentos de amortização de Quotas Subordinadas em desacordo com o disposto no Regulamento; e
- (iv) Inobservância dos índices de subordinação mínimos estipulados neste regulamento por um período de 5 dias consecutivos.

Na hipótese de ocorrência e continuidade de um Evento de Avaliação, e até a eventual decisão de liquidação do Fundo ou de retomada de suas atividades regulares, conforme venha a ser deliberado pela Assembleia Geral, a Administradora do Fundo deverá suspender imediatamente a aquisição de novos Direitos Creditórios.

Eventos de Liquidação

O Fundo será liquidado única e exclusivamente nas seguintes hipóteses ("Eventos de Liquidação"):

- (i) Por deliberação de Assembleia Geral pela liquidação do Fundo;
- (ii) Em caso de impossibilidade de o Fundo adquirir Direitos Creditórios admitidos por sua política de investimento;
- (iii) No caso de oferta pública de Quotas Seniores, se o patrimônio líquido do Fundo se tornar igual ou inferior à soma do valor de todas as Quotas Seniores; e
- (iv) Cessação pela Consultora, a qualquer tempo e por qualquer motivo, da presta o dos serviços objeto do Contrato de Consultoria, sem que tenha havido sua substitui o por outra institui o, nos termos do referido contrato.

Na ocorrência de qualquer dos Eventos de Liquida o, independentemente de qualquer procedimento adicional, a Administradora deverá: (i) interromper imediatamente a aquisi o de novos Direitos Creditórios; (ii) convocar uma Assembleia Geral, no prazo máximo de 05 (cinco) Dias úteis, a contar da data da ocorrência do Evento de Liquida o, para deliberar sobre as medidas que serão adotadas visando preservar os direitos dos Quotistas, suas garantias e prerrogativas, sendo assegurado o resgate das Quotas

Seniores detidas pelos Quotistas dissidentes, no caso de decisão da Assembleia Geral favorável à interrupção dos procedimentos acima referidos.

Caso a Assembleia Geral decida não liquidar o Fundo, será assegurado aos Quotistas detentores de Quotas Seniores dissidentes, desde que se manifestem formalmente até o encerramento da respectiva Assembleia Geral, o resgate das Quotas Seniores por eles detidas, pelo seu valor, na forma prevista no Suplemento e neste Regulamento.

Na ocorrência de liquidação antecipada do Fundo, as Quotas poderão ser resgatadas em Direitos Creditórios, devendo ser observado, no que couber, o disposto no Regulamento.

Na hipótese de liquidação do Fundo, os titulares de Quotas Seniores terão o direito de partilhar o patrimônio na proporção dos valores previstos para amortização ou resgate da respectiva série e no limite desses mesmos valores, na data da liquidação, sendo vedado qualquer tipo de preferência, prioridade ou subordinação entre os titulares de Quotas Seniores.

Nas hipóteses de liquidação do Fundo, o auditor independente deverá emitir parecer sobre a demonstração da movimentação do patrimônio líquido, compreendendo o período entre a data das últimas demonstrações financeiras auditadas e a data da efetiva liquidação do Fundo, manifestando-se sobre as movimentações ocorridas no período.

Após a partilha ativo, a Administradora deverá promover o cancelamento do registro do Fundo, mediante o encaminhamento à CVM, no prazo de 15 (quinze) dias.

ASSEMBLEIA GERAL

Competência

É da competência da assembleia geral de Quotistas ("Assembleia Geral"):

- (i) Tomar anualmente, no prazo máximo de 4 (quatro) meses após o encerramento do exercício social, as contas do Fundo e deliberar sobre as demonstrações financeiras deste;
- (ii) Alterar o Regulamento do Fundo;
- (iii) Deliberar sobre a substituição da Administradora e dos demais prestadores de serviços do Fundo, observado o item abaixo;
- (iv) Deliberar sobre a destituição da Consultora ou sobre a contratação pelo Fundo de novas prestadoras de serviços de consultoria especializada;
- (v) Deliberar sobre a elevação da taxa de administração praticada pela Administradora, inclusive na hipótese de restabelecimento de taxa que tenha sido objeto de redução;
- (vi) Prorrogar o prazo de duração de séries de Quotas Seniores;
- (vii) Deliberar sobre a ocorrência de quaisquer dos Eventos de Avaliação e/ou Liquidação Antecipada;
- (viii) Aprovar a emissão de novas Quotas Seniores do Fundo; e
- (ix) Deliberar sobre incorporação, fusão, cisão ou liquidação do Fundo.
- (x) Deliberar sobre as demonstrações financeiras do Fundo, no mínimo, uma vez por ano.

Procedimento de Convocação

A convocação da Assembleia Geral do Fundo far-se-á, pela Administradora, por correio eletrônico preferencialmente, ou por carta com aviso de recebimento endereçado a cada cotista ou mediante anúncio publicado no Periódico indicado no Regulamento, do qual constarão, obrigatoriamente, o dia, a hora e o local em que será realizada a Assembleia Geral e ainda, de forma sucinta, os assuntos a serem tratados.

Além da reunião anual para deliberar sobre as demonstrações financeiras do Fundo, a Assembleia Geral pode ser convocada pela Administradora ou por Quotistas possuidores de Quotas que representem, isoladamente ou em conjunto, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total das Quotas emitidas.

A convocação da Assembleia Geral deve ser feita com 10 (dez) dias de antecedência, no mínimo, contado o prazo da data de publicação do primeiro anúncio ou do envio de carta com aviso de recebimento ou do correio eletrônico aos Quotistas.

Não se realizando a Assembleia Geral, será publicado novo anúncio de segunda convocação ou novamente providenciado o envio de carta com aviso de recebimento ou correio eletrônico aos Quotistas, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias, sendo possível que tais providências sejam tomadas juntamente com o anúncio, a carta ou o correio eletrônico de primeira convocação.

Salvo motivo de força maior, a Assembleia Geral realizar-se-á no local onde a Administradora tiver a sede, quando houver necessidade de efetuar-se em outro lugar, os anúncios cartas ou correios eletrônicos endereçados aos Quotistas indicarão, com clareza, o lugar da reunião, que, em nenhum caso, poderá ser fora da localidade da sede.

Independentemente das formalidades previstas nos Artigos deste Capítulo, será considerada regular a Assembleia Geral que comparecerem todos os Quotistas.

Instalação da Assembleia

As Assembleias Gerais serão instaladas com a presença de pelo menos 1 (um) cotista, devendo as deliberações relativas à matéria prevista no ponto (i) do item “Competência”, ser aprovada pelo critério da maioria de Quotas dos Quotistas presentes, correspondendo a cada Cota um voto, ressalvado o disposto a seguir.

As deliberações relativas às matérias previstas nos pontos (iv) e (viii) do item “Competência” dependerão da aprovação de no mínimo 70% (setenta por cento) das Quotas Subordinadas emitidas.

As deliberações relativas às matérias previstas no ponto (iii), exclusivamente no que se refere a substituição da Administradora, (v) e (ix) do item “Competência” dependerão da aprovação em primeira convocação da maioria das Quotas emitidas e, em segunda convocação, pela maioria das Quotas dos presentes.

Somente podem votar na Assembleia Geral os Quotistas, seus representantes legais, ou procuradores constituídos há menos de um ano.

Não têm direito a voto na Assembleia Geral a Administradora e respectivos empregados.

As decisões da Assembleia Geral devem ser divulgadas aos Quotistas no prazo máximo de 30 (trinta) dias de sua realização. Referida divulgação deve ser providenciada mediante anúncio publicado no Periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo ou por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada cotista ou, ainda, por correio eletrônico.

As modificações aprovadas pela Assembleia Geral passam a vigorar a partir da data do protocolo na CVM dos seguintes documentos:

- (i) Lista de Quotistas presentes na Assembleia Geral;
- (ii) Cópia da ata da Assembleia Geral;
- (iii) Exemplar do Regulamento, consolidando as alterações efetuadas, devidamente registrado em cartório de títulos e documentos; e
- (iv) Modificações procedidas no prospecto, se houver.

O Regulamento do Fundo poderá ser alterado, independentemente de Assembleia Geral, sempre que tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento às exigências de normas legais

ou regulamentares ou de determinação da CVM, devendo ser providenciada, no prazo de 30 (trinta) dias, a necessária comunicação aos Quotistas.

REGRAS DE TRIBUTAÇÃO

A presente análise foi feita com base na legislação brasileira, em vigor na data deste Prospecto, e tem por objetivo descrever genericamente o tratamento tributário aplicável aos Quotistas e ao Fundo.

Objetivo de Tratamento Tributário

O Fundo tem como objetivo proporcionar aos seus Quotistas uma estrutura que permita a incidência de uma baixa carga tributária, de acordo com a legislação atualmente aplicável. Para tanto o Fundo dedicará esforços em buscar o enquadramento como fundo de investimento de longo prazo.

As amortizações programadas poderão não ter o mesmo tratamento tributário aplicável ao resgate das Quotas, pois os prazos de amortização são menores que o prazo de resgate, o que implica um tratamento tributário menos favorecido ao Quotista. Ademais, o Fundo não tem como garantir aos seus Quotistas que a legislação atual permanecerá em vigor pelo tempo de duração do Fundo, e não tem como garantir que não haverá alteração da legislação e regulamentação em vigor, e que esse será o tratamento tributário aplicável aos titulares de Quotas à época do resgate ou da amortização de Quotas.

Tributação Aplicável aos Quotistas

IOF – Títulos

Os fatos sujeitos à incidência do IOF-Títulos são a aquisição, cessão, resgate, repactuação ou pagamento para liquidação de títulos e valores mobiliários.

No caso específico de Fundos como o presente, há incidência do IOF apenas na hipótese de o quotista resgatar suas quotas antes de completado o prazo de carência para crédito dos rendimentos, ou caso haja resgate, cessão ou repactuação antes de 30 (trinta) dias contados da data em que tiver investido no Fundo.

No caso de haver resgate antes de completado o prazo de carência para crédito dos rendimentos, o IOF será de 0,5% (cinquenta centésimos por cento) ao dia sobre o valor de resgate, limitado à diferença entre o valor da quota, no dia do resgate, multiplicado pelo número de quotas resgatadas, deduzido o valor do imposto de renda, se houver, e o valor pago ou creditado ao quotista.

Nas demais hipóteses, a tributação do IOF é regressiva em função do prazo decorrido do investimento. A alíquota aplicável é de 1% (um por cento) ao dia sobre o valor do resgate, cessão ou repactuação, ficando a incidência limitada a um percentual do rendimento da aplicação, em função do seu prazo. A tributação inicial aplicável é de 1% (um por cento) sobre o valor do resgate, cessão ou repactuação, limitada a 96% (noventa e seis por cento) do rendimento da aplicação. Após o trigésimo dia de investimento, a tributação torna-se zero, conforme tabela abaixo:

Número de dias	% Limite do Rendimento	Número de dias	% Limite do Rendimento
1	96%	16	46%
2	93%	17	43%
3	90%	18	40%
4	86%	19	36%
5	83%	20	33%
6	80%	21	30%
7	76%	22	26%

8	73%	23	23%
9	70%	24	20%
10	66%	25	16%
11	63%	26	13%
12	60%	27	10%
13	56%	28	6%
14	53%	29	3%
15	50%	30	0%

A alíquota do IOF/Títulos pode ser majorada a qualquer tempo, por ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,5% (um inteiro e cinco décimos por cento) ao dia, relativamente a operações ocorridas após este eventual aumento.

IOF – Câmbio

No caso de quotista não residente, as operações de câmbio relacionadas ao investimento ou desinvestimento no Fundo aqui tratado gerarão a incidência do IOF na modalidade câmbio ("IOF-Câmbio"). Atualmente, a alíquota do IOF-Câmbio encontra-se reduzida a zero no caso das operações para ingresso para aquisição das quotas do Fundo, bem como para retorno dos recursos investidos.

Imposto de Renda para Quotista Pessoa Física residente no Brasil:

a) Rendimentos:

Considerando que o Fundo buscará cumprir com os requisitos necessários para ser enquadrado como fundo de longo prazo, ou seja, com carteira de crédito que tenha prazo médio de vencimentos dos títulos e valores mobiliários superior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, serão aplicáveis as alíquotas regressivas do IRRF sobre os rendimentos serão as seguintes:

Fundo de investimento - longo prazo	
Prazo de investimento do quotista	Alíquota
Até 180 dias	22,5%
De 181 a 360 dias	20,0%
De 361 a 720 dias	17,5%
Acima de 720 dias	15,0%

Por outro lado, se a carteira do fundo for de curto prazo, ou seja, se o prazo médio de vencimento dos títulos e valores mobiliários que a compõem for igual ou inferior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, as alíquotas regressivas do IRRF sobre os Rendimentos serão:

Fundo de investimento - curto prazo	
Prazo de investimento do quotista	Alíquota
Até 180 dias	22,5%
Acima de 180 dias	20,0%

Em razão de o fundo ser organizado sob a forma de condomínio fechado, não há a aplicação do IRRF semestral ("come-quotas") incidente no último dia útil dos meses de maio e de novembro de cada ano.

b) Ganhos de Capital:

Imposto de Renda sobre Ganhos na Alienação das Cotas – Os ganhos (diferença positiva entre o valor de alienação e o custo de aquisição das Quotas) auferidos pelos Quotistas na alienação das Quotas serão tributados à alíquota de 15% (quinze por cento) (i) como ganho de capital, no caso de Quotista pessoa física em operação realizada fora de bolsa; ou (ii) como ganho líquido, nos demais casos.

Imposto de Renda para Quotista Pessoa Jurídica não-financeira domiciliada no Brasil:

a) Rendimentos:

Os rendimentos auferidos no resgate (liquidação do Fundo) ou amortização das Quotas do Fundo devem ser tributados na fonte pela diferença positiva entre o valor do resgate ou amortização e o respectivo custo de aquisição das Quotas, mediante aplicação das alíquotas regressivas aplicáveis aos Quotistas pessoas físicas residentes no Brasil.

b) Ganhos de Capital:

Os ganhos auferidos na alienação (realizada dentro ou fora de bolsa) das Quotas do Fundo devem ser tributados na fonte, como ganhos de renda variável, pela diferença positiva entre o valor da alienação e o custo de aquisição das Quotas à alíquota de 15%.

Como regra, o IRRF será tratado como: (i) definitivo, no caso de Quotistas pessoas físicas, e (ii) antecipação do imposto devido, uma vez que os rendimentos e ganhos integram a base de cálculo do imposto de renda da pessoa jurídica - IRPJ e da contribuição social sobre o lucro - CSLL. Nessa hipótese, o imposto de renda retido na fonte é tratado como antecipação, podendo ser compensado com o IRPJ apurado no encerramento do período de apuração.

Outras Incidências:

No caso de alienação de quotas do Fundo realizada em bolsa ou no mercado de balcão ou com intermediação, pode haver, a depender do caso, a incidência de IRRF de 0,005% (cinco milésimos por cento) sobre o valor de alienação, sendo que a retenção e recolhimento caberá, em princípio, à instituição intermediária que receber a ordem do quotista para a alienação de quotas, sendo antecipação do imposto de renda devido.

Para as pessoas jurídicas domiciliadas no Brasil, os resultados auferidos em decorrência do investimento no Fundo devem ser considerados na apuração da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), exceto quando haja previsão de isenção ou imunidade.

Em relação ao PIS e à COFINS, no caso de pessoa jurídica sujeita ao regime não cumulativo, os resultados auferidos sujeitam-se à incidência das contribuições, porém a sua alíquota atualmente encontra-se reduzida a zero. No caso de pessoa jurídica sujeita ao regime cumulativo, como regra geral não há incidência das contribuições, porém no caso de pessoas jurídicas que tenham como atividade principal a exploração de operações financeiras, como, por exemplo, as instituições financeiras e entidades assemelhadas, os resultados auferidos são considerados como receita tributável pelo PIS e pela COFINS pela Receita Federal do Brasil, na forma da legislação aplicável.

Além dos tributos acima, pode haver outras incidências ou regras de tributação específicas além daquelas comentadas, a depender do regime a que esteja submetido o quotista.

A tributação acima descrita somente será alterada em virtude de eventuais modificações legislativas futuras. Caso isso ocorra, o Fundo deverá atender o que vier a ser disposto em lei, mesmo que tais modificações gerem um ônus tributário maior para os quotistas.

Inexiste garantia de rentabilidade ou de manutenção do regime tributário aplicável por parte da Administradora e dos demais prestadores de serviço do Fundo.

Tributação Aplicável ao Fundo

Os resultados auferidos pelo Fundo não se sujeitam à incidência de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) ou Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS).

Além disso, em relação às operações do Fundo, atualmente existe previsão de alíquota zero para fim de incidência do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio, Seguro ou relativas a Títulos e Valores Mobiliários ("IOF") na modalidade Título e Valores Mobiliários ("IOF/Títulos"). Porém, esta alíquota pode ser aumentada pelo Poder Executivo futuramente.

ADMINISTRAÇÃO DO FUNDO

O Administrador do Fundo é o **BANCO FINAXIS S.A.**, instituição financeira com sede na cidade de Curitiba, estado do Paraná, na Rua Pasteur, n. 463, 11º andar, conjunto 1103, bairro de Água Verde, inscrita no CNPJ sob o nº 11.758.741/0001-52, autorizada a administrar carteiras de valores mobiliários pelo Ato Declaratório CVM nº 11.821, de 18 de julho de 2011.

A Administradora deverá administrar o Fundo cumprindo com suas obrigações de acordo com os mais altos padrões de diligência e correção do mercado, entendidos no mínimo como aqueles que todo homem ativo e probo deve empregar na condução de seus próprios negócios, praticando todos os seus atos com a estrita observância (i) da lei e das normas regulamentares aplicáveis; (ii) do Regulamento; (iii) das deliberações da Assembleia Geral; (iv) dos deveres fiduciários, de diligência e lealdade, de informação e de preservação dos direitos dos Quotistas.

Histórico e Atividades

O Grupo Finaxis foi fundado em 1999 como uma sociedade distribuidora de títulos e valores mobiliários e, em todos esses anos, diversificou seus negócios, com foco em soluções financeiras, relacionamento e comunicação com seus clientes, que vão de investidores pessoas físicas a grandes empresas, instituições financeiras e investidores institucionais.

Com presença em São Paulo e Curitiba, o Grupo Finaxis possui mais de 150 (cento e cinquenta) colaboradores atuando em quatro áreas de negócio:

- Finaxis Corretora (distribuição de valores mobiliários)
- Banco Finaxis S.A. (banco comercial / serviços fiduciários)
- Petra Capital (gestão de crédito)

Atualmente, o Grupo Finaxis é responsável pela administração de mais de 100 fundos, o que representa um patrimônio líquido de R\$ 7,7 bilhões. Deste total aproximadamente R\$ 3,7 bilhões correspondem a FIDCs. (Fonte: Anbima – Agosto/2015).

Funções e Responsabilidades da Administradora

A Administradora, observadas as limitações legais e do Regulamento, tem poderes para praticar todos os atos necessários à administração do Fundo e para exercer os direitos inerentes aos Direitos Creditórios que integram a carteira do Fundo.

Estão incluídas entre as obrigações da Administradora:

- a) Manter atualizados e em perfeita ordem: (i) a documentação relativa às operações do Fundo; (ii) o registro dos quotistas; (iii) o livro de atas de Assembleias Gerais; (iv) o livro de presença de cotistas; (v) o prospecto do Fundo, se houver; (vi) os demonstrativos trimestrais do Fundo; (vii) o registro de todos os fatos contábeis referentes ao Fundo; e, (viii) os relatórios do auditor independente.
- b) Receber quaisquer rendimentos ou valores do Fundo diretamente ou por meio de instituição contratada;
- c) Entregar ao quotista, gratuitamente, exemplar do Regulamento do Fundo, bem como cientificá-lo do nome do Periódico utilizado para divulgação de informações e da Taxa de Administração praticada;

- d) Divulgar, anualmente, no Periódico utilizado para divulgações do Fundo, além de manter disponíveis em sua sede e agências e nas instituições que coloquem quotas deste, o valor do patrimônio líquido do Fundo, o valor da quota, as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil a que se referirem, e os relatórios da agência classificadora de risco contratada pelo Fundo, se houver;
- e) Custear as despesas de propaganda do Fundo;
- f) Fornecer anualmente aos quotistas, documento contendo informações sobre os rendimentos auferidos no ano civil e, com base nos dados relativos ao último dia do mês de dezembro, sobre o número de quotas de sua propriedade e respectivo valor;
- g) Sem prejuízo da observância dos procedimentos relativos às demonstrações financeiras, previstas na regulamentação em vigor, manter, separadamente, registros analíticos com informações completas sobre toda e qualquer modalidade de negociação realizada entre a Administradora e o Fundo;
- h) Providenciar trimestralmente, no mínimo, a atualização da classificação de risco do Fundo ou dos Direitos Creditórios e demais Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo (quando aplicável); e
- i) Fornecer informações relativas aos Direitos Creditórios adquiridos ao Sistema de Informações de Créditos do Banco Central do Brasil (SCR), nos termos da norma específica.

Atividades de Custódia

A Administradora será a responsável pela prática das atividades de custódia dos ativos do Fundo previstas na Instrução CVM 356, devendo:

- a) Validar os Direitos Creditórios em relação aos Critérios de Elegibilidade;
- b) Receber e verificar os Documentos Comprobatórios que evidenciem o lastro dos Direitos Creditórios;
- c) Durante o funcionamento do Fundo, em periodicidade trimestral, verificar os Documentos Comprobatórios;
- d) Realizar a liquidação física e financeira dos Direitos Creditórios, evidenciados pelo Contrato de Cessão e pelos Documentos Comprobatórios;
- e) Diligenciar para que seja mantida, às suas expensas, atualizada e em perfeita ordem, a documentação dos Direitos Creditórios, com metodologia preestabelecida e de livre acesso para o auditor independente, agência classificadora de risco contratada pelo Fundo (caso aplicável) e órgãos reguladores; e,
- f) Cobrar e receber, por conta e ordem do Fundo, pagamentos, resgate de títulos ou qualquer outra renda relativa aos títulos custodiados, depositando os valores recebidos diretamente em conta de titularidade do Fundo, ou em conta escrow instituída pelas partes, em instituição financeira, sob contrato, a qual acolherá os depósitos a serem feitos pelos devedores e ali mantidos em custódia, para liberação após o cumprimento de requisitos especificados e verificados pela Administradora.

A guarda dos Documentos Comprobatórios emitidos a partir dos caracteres criados em computador ou meio técnico equivalente, de acordo com os termos da Instrução CVM 356, será realizada pela Administradora.

Verificação por amostragem do lastro

A Administradora receberá os Documentos Comprobatórios em até 2 (dois) dias úteis depois da cessão dos Direitos Creditórios, e analisará a referida documentação que evidencia o lastro dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo.

Observado o disposto no item (“a”) numa data-base pré-estabelecida, sendo que nesta data-base será selecionada uma amostra aleatória simples para a determinação de um intervalo de confiança para a proporção de eventuais falhas, baseado numa distribuição binomial aproximada a uma distribuição normal com 95% (noventa e cinco por cento) de nível de confiança, visando a uma margem de erro de 10% (dez por cento), independentemente de quem sejam os cedentes dos Direitos Creditórios.

O escopo da análise da documentação que evidencia o lastro dos Direitos Creditórios contempla a verificação da existência dos respectivos Documentos Comprobatórios, conforme abaixo discriminado:

- a) Obtenção de base de dados analítica por Direitos Creditórios integrante da carteira do Fundo;
- b) Seleção de uma amostra de acordo com a fórmula abaixo:

$$n_0 = \frac{1}{\xi_0^2} A = \frac{N \times n_0}{N + n_0}$$

ξ_0 : Erro Estimado

A : Tamanho da Amostra

N : População Total

n_0 : Fator Amostral

- c) Verificação física/digital dos Documentos Comprobatórios;
- d) Verificação da documentação acessória representativa dos Direitos Creditórios (identificação pessoal, comprovante de residência, etc.);
- e) Evidenciação do atendimento às políticas de cobrança administrativa para recebíveis vencidos e não liquidados;
- f) Verificação das condições de guarda física dos Documentos Comprobatórios junto ao Depositário do Fundo; e,
- g) A verificação trimestral deve contemplar:
 - (i) os Direitos Creditórios integrantes da carteira do FUNDO; e
 - (ii) os Direitos Creditórios inadimplidos e os substituídos no referido trimestre, para a qual não se aplica o disposto nos §§ 1º e 3º do Artigo 38 da Instrução CVM 356.

Procedimentos de Verificação do Cumprimento de Obrigações por Prestadores de Serviços Contratados pela Administradora

De acordo com o artigo 39 da Instrução CVM 356, a Administradora pode, sem prejuízo de sua responsabilidade, mediante deliberação da assembleia ou quando previsto no Regulamento, contratar, por conta e ordem do Fundo, prestadores de serviços para (i) prestar consultoria especializada, que objetive dar suporte e subsidiar a Administradora e a Gestora, em suas atividades de análise e seleção de direitos creditórios para integrarem a carteira do Fundo; (ii) gestão da carteira do fundo; (iii) custódia; e (iv) agente de cobrança, para cobrar e receber, em nome do Fundo, direitos creditórios inadimplidos, observado o disposto no inciso VII do artigo 38 da Instrução CVM 356.

Adicionalmente, nos termos do parágrafo 4º do artigo 39 da Instrução CVM 356, para contratação de referidos prestadores de serviços, a Administradora deve possuir regras e procedimentos que permitam diligenciar o cumprimento das respectivas obrigações atribuídas a cada prestador de serviços contratado.

Caso a Administradora identifique algum problema nos documentos e informações apresentadas, o respectivo prestador de serviços relacionado será questionado e deverá apresentar justificativa e regularização no prazo estipulado pela Administradora. Caso referido prestador de serviços não apresente as informações e/ou documentos solicitados no prazo estipulado, este será, mais uma vez, notificado pela Administradora, na forma prevista em seus respectivos instrumentos de contratação. Se a regularização não ocorrer em até 5 (cinco) Dias Úteis da data desta última notificação, o caso será submetido para apreciação da Assembleia Geral.

Por fim, a Administradora, com intuito de acompanhamento dos processos e atos realizados por cada um dos prestadores de serviços contratados por conta e ordem do Fundo, pode requerer, mensalmente, à Gestora e/ou à Consultora relatório que liste (i) todos os atos por eles realizados no respectivo período a ser indicado pela Administradora, bem como sua respectiva correspondência com deveres e obrigações previstos no Regulamento, em seu respectivo instrumento de contratação e/ou na regulamentação aplicável; e (ii) quaisquer informações que a Administradora entenda necessárias para cumprir com o parágrafo 4º do artigo 39 da Instrução CVM 356.

Substituição da Administradora

Mediante aviso divulgado no periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo, ou por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada condômino, a Administradora poderá renunciar à administração do fundo, desde que convoque no mesmo ato a assembleia geral para decidir sobre sua substituição, ou, ainda, sobre a liquidação do Fundo.

Na hipótese de renúncia da Administradora, esta deverá permanecer na administração do Fundo até que a Assembleia Geral eleja um novo administrador ou decida sua liquidação. Se, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contado a partir da renúncia, a Assembleia Geral não indicar um substituto, a Administradora poderá promover a liquidação do Fundo.

A decretação de intervenção ou liquidação extrajudicial da Administradora implicará na automática convocação da Assembleia Geral, no prazo de 5 (cinco) dias contados da sua decretação, para que seja: (i) nomeado representante dos quotistas; (ii) deliberado acerca da substituição da Administradora, conforme o caso; e, (iii) deliberado acerca da liquidação do Fundo.

A Administradora poderá, ainda, ser substituída por decisão tomada pela maioria das quotas em Assembleia Geral, realizada em primeira convocação, ou em segunda convocação pela maioria das quotas dos presentes, na forma do Regulamento.

GESTÃO DO FUNDO

O Fundo contratou a **PETRA CAPITAL GESTÃO DE INVESTIMENTOS LTDA.**, instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Av. Paulista, nº 1842, 1º andar, inscrita no CNPJ sob o nº 09.204.714/0001-96, autorizada a administrar carteiras de valores mobiliários pelo Ato Declaratório CVM nº 9.664, de 28 de dezembro de 2001, que será responsável pela gestão da carteira do Fundo, nos termos do artigo 39, inciso II da Instrução CVM 356.

Histórico e Atividades

O Grupo Finaxis foi fundado em 1999 como uma sociedade distribuidora de títulos e valores mobiliários e, em todos esses anos, diversificou seus negócios, com foco em soluções financeiras, relacionamento e comunicação com seus clientes, que vão de investidores pessoas físicas a grandes empresas, instituições financeiras e investidores institucionais.

Com presença em São Paulo e Curitiba, o Grupo Finaxis possui mais de 150 (cento e cinquenta) colaboradores atuando em quatro áreas de negócio:

- Finaxis Corretora (distribuição de valores mobiliários)
- Banco Finaxis S.A. (banco comercial / serviços fiduciários)
- Petra Capital (gestão de crédito)

Atualmente, o Grupo Finaxis é responsável pela administração de mais de 100 fundos, o que representa um patrimônio líquido de R\$ 7,7 bilhões. Deste total aproximadamente R\$ 3,7 bilhões correspondem a FIDCs. (Fonte: Anbima – Agosto/2015).

Função da Gestora

A Gestora será responsável por todos os serviços relativos à gestão da carteira do Fundo, seleção, compra e venda dos Direitos Creditórios Elegíveis, de acordo com a política de investimento e desinvestimento previstas no Regulamento.

Substituição da Gestora

A Gestora poderá ser substituída por decisão tomada pelos quotistas em Assembleia Geral, na forma do art. 24 e seguintes do Regulamento do Fundo, já descrita nesse Prospecto.

DEMAIS PRESTADORES DE SERVIÇOS DO FUNDO

CONSULTOR DE INVESTIMENTOS

O Fundo contratou a **MILÊNIO FOMENTO MERCANTIL LTDA.**, sociedade empresária com sede na cidade de Recife, estado de Pernambuco, na Rua José de Alencar, nº 916, 7º andar, inscrita no CNPJ sob o nº 05.546.588/0001-05, para auxiliar a Gestora na análise e seleção dos Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo, bem como para atuar como responsável pela cobrança judicial e/ou extrajudicial dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo que não tenham sido pagos nas respectivas datas de vencimento, de acordo com a Política de Cobrança do Fundo e as demais condições estabelecidas no Contrato de Consultoria.

Histórico e Atividades

A Milênio Fomento Comercial Ltda. atua no segmento de fomento mercantil e consultoria empresarial com foco na solução do gerenciamento do fluxo de caixa das empresas desde 1999, atendendo os mais diversos segmentos da economia, notadamente o varejo nordestino, com foco nos estados da Bahia e Pernambuco.

O comércio de confecção, a pequena e média indústria de alimentos, de material médico hospitalar, entre outros, além da cadeia de prestação de serviços nos seus mais diversos ramos compõem uma carteira de mais de mil cedentes cadastrados, dos quais quase 200 são ativos na utilização dos serviços de gerenciamento de recebíveis, *trustee*, análise creditícia e assessoramento mercadológico e estratégico.

Através de um dos mais modernos softwares de gestão de fomento oferece ao cliente a solução na gestão de informações financeiras de forma ágil, com segurança e eficiência.

O corpo funcional é composto de uma equipe estimulada, com histórico e experiência na área financeira com certificação nas práticas de *compliance* e submetidas a constantes treinamentos e capacitação. Os gestores, por sua vez, são profissionais oriundos do mercado financeiro com vasto histórico de atuação em grandes instituições financeiras nacionais, com formação acadêmica focada na área financeira.

Desde 2014 a Milênio opera o FIDC Milênio, com histórico de rentabilidade consistente, propiciando adequada pulverização tanto na carteira de cedentes como na dispersão dos sacados, garantindo um retorno sólido e positivo aos investidores.

Função do Consultor de Investimentos

Auxiliar a Gestora na análise e seleção dos Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo, bem como para atuar como responsável pela cobrança judicial e/ou extrajudicial dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo que não tenham sido pagos nas respectivas datas de vencimento, de acordo com a Política de Cobrança do Fundo e as demais condições estabelecidas no Contrato de Consultoria.

Substituição do Consultor de Investimentos

O Consultor de Investimentos poderá ser substituído por decisão tomada pelos quotistas em Assembleia Geral, na forma do art. 24 e seguintes do Regulamento do Fundo, já descrita nesse Prospecto.

AGENTE DE COBRANÇA

O Consultor de Investimentos será responsável por cobrar, judicial e/ou extrajudicialmente, os Direitos Creditórios e/ou os ativos financeiros integrantes da carteira do Fundo, caso aplicável.

AGÊNCIA DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

O Fundo contratou a **LIBERUM RATINGS SERVIÇOS FINANCEIROS LTDA.**, sociedade empresária com sede na Rua Bandeira Paulista, n. 530, 10º andar, conj. 103, Itaim Bibi, São Paulo/SP, inscrita no CNPJ sob o n. 14.222.571/0001-85, para atribuir a classificação de risco em escala nacional as Quota Seniores – 2ª Série.

Histórico e Atividades

A Liberum Ratings é uma agência de classificação de riscos. Sua principal linha de negócios é a atribuição de ratings de crédito de curto e longo prazo, aplicáveis a ativos e a emissores. Utiliza um processo de análise que se apoia no tripé experiência, conhecimento técnico e metodologia.

Reúne profissionais qualificados, que conduzem as avaliações de forma aderente às metodologias adotadas e de acordo com as particularidades de cada ativo, equilibrando aspectos qualitativos e quantitativos. A essa prática, soma a abordagem de aspectos socioambientais e de governança corporativa, o que diferencia suas análises das emitidas tradicionalmente pela indústria de rating. Tais critérios estão em linha com o *Principles for Responsible Investment* (PRI), iniciativa da ONU à qual a Liberum Ratings é signatária.

Além dos ratings de crédito, a Liberum Ratings elabora pareceres sobre a qualidade da gestão adotada por intermediários, como gestores de recursos de terceiros (assets) e corretoras de valores, e sobre a adequação das práticas de sustentabilidade observadas por companhias e instituições financeiras. Desenvolve, ainda, estudos e pesquisas sobre os mercados financeiros e de capitais, locais ou globais, bem como das indústrias que os acessam.

De origem brasileira, tem sede em São Paulo e possui sócios isentos de qualquer vínculo com grupos econômicos. Seu compromisso com a independência e isenção também se traduz no fato de nenhum de seus sócios e colaboradores, ou seus familiares, participarem no capital de empresas que atuem na estruturação, distribuição ou comercialização de ativos financeiros, ou que prestem serviços de *trustee* ou fidúcia.

A contratação da empresa de classificação de risco foi baseada na verificação dos seus profissionais, bem como no histórico de serviços já prestados à ADMNISTRADORA em outros fundos de investimento por ela administrados.

Substituição da Agência de Classificação de Risco

A Agência de Classificação de Risco poderá ser substituída por decisão tomada pelos quotistas em Assembleia Geral, na forma do art. 24 e seguintes do Regulamento do Fundo, já descrita nesse Prospecto.

AUDITORIA DO FUNDO E AUDITORIA DOS DIREITOS CREDITÓRIOS

O Fundo contratou a **GRANT THORNTON AUDITORES INDEPENDENTES**, sociedade empresária com sede na Av. Paulista, n. 37, conj. 12, Bela Vista, São Paulo/SP, inscrita no CNPJ sob o n. 10.830.108/0001-65, para a prestação de serviços de auditoria das contas do Fundo.

Histórico e Atividades

Grant Thornton Auditores Independentes é uma firma-membro da Grant Thornton International Ltda., uma das seis principais organizações de firmas independentes de auditoria e consultoria do mundo. As firmas-membro utilizam as mesmas metodologias e plataformas tecnológicas inovadoras e partilham um compromisso comum de serviço personalizado ao cliente.

Esta combinação de recursos e compromisso pessoal explica o motivo da Grant Thornton operar firmas-membro em mais de 124 países, mais de 2.800 sócios que fornecem serviços distintos, de alta qualidade e personalizados aos clientes.

No Brasil, oferece uma linha mais ampla de serviços, incluindo: auditoria, consultoria em tecnologia da informação, tributária, trabalhista, empresarial, finanças corporativas e outsourcing para empresas privadas e empresas públicas, sediadas no Brasil ou no exterior. Nos conectamos e acompanhamos o desenvolvimento de organizações dinâmicas.

A contratação da empresa de auditoria foi baseada na verificação dos seus profissionais, bem como no histórico de serviços já prestados à ADMNISTRADORA em outros fundos de investimento por ela administrados.

Substituição do Prestador do Serviço de Auditoria

O Prestador do Serviço de Auditoria poderá ser substituído por decisão tomada pelos quotistas em Assembleia Geral, na forma do art. 24 e seguintes do Regulamento do Fundo, já descrita nesse Prospecto.

INSTITUIÇÃO DISTRIBUIDORA DAS QUOTAS

O Fundo contratou a **FINAXIS CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A.**, sociedade empresária com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Av. Paulista, n. 1845, 1º andar, conjuntos 17 e 18, Bela Vista, São Paulo/SP, CEP: 01.310-923, para proceder com a distribuição pública das Quotas Seniores 2ª Série.

Histórico e Atividades

O Grupo Finaxis foi fundado em 1999 como uma sociedade distribuidora de títulos e valores mobiliários e, em todos esses anos, diversificou seus negócios, com foco em soluções financeiras, relacionamento e comunicação com seus clientes, que vão de investidores pessoas físicas a grandes empresas, instituições financeiras e investidores institucionais.

Com presença em São Paulo e Curitiba, o Grupo Finaxis possui mais de 150 (cento e cinquenta) colaboradores atuando em quatro áreas de negócio:

- Finaxis Corretora (distribuição de valores mobiliários)
- Banco Finaxis S.A. (banco comercial / serviços fiduciários)

- Petra Capital (gestão de crédito)

Atualmente, o Grupo Finaxis é responsável pela administração de mais de 100 fundos, o que representa um patrimônio líquido de R\$ 7,7 bilhões. Deste total aproximadamente R\$ 3,7 bilhões correspondem a FIDCs. (Fonte: Anbima – Agosto/2015).

Função do Distribuidor das Quotas

Proceder com a distribuição pública das Quotas Seniores 2ª Série.

Substituição do Distribuidor das Quotas

O Distribuidor das Quotas poderá ser substituído por decisão tomada pelos quotistas em Assembleia Geral, na forma do art. 24 e seguintes do Regulamento do Fundo, já descrita nesse Prospecto.

POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES

Regra geral

A Administradora deve encaminhar à CVM, no prazo de 10 (dez) dias após a respectiva ocorrência as seguintes informações:

- (i) A data da primeira integralização de Cotas do Fundo; e
- (ii) A data do encerramento de cada distribuição de Quotas.

A Administradora deve prestar à CVM, mensalmente, através do Sistema de Envio de Documentos disponível na página da CVM na rede mundial de computadores, conforme modelo e conteúdo disponíveis na referida página, observado o prazo de 15 (quinze) dias após o encerramento de cada mês do calendário civil, com base no último Dia Útil daquele mês, devendo eventuais retificações nas informações ser comunicadas à CVM até o primeiro Dia Útil subsequente à data da respectiva ocorrência.

A Administradora divulgará, ampla e imediatamente, qualquer ato ou fato relevante relativo ao Fundo, de modo a garantir a todos os quotistas o acesso às informações que possam, direta ou indiretamente, influir em suas decisões quanto à respectiva permanência no mesmo, se for o caso. A divulgação de tais informações deve ser feita por meio de publicação no Periódico e através de correio eletrônico e mantida disponível para os cotistas na sede e agências da Administradora e nas instituições que coloquem Quotas do Fundo.

A Administradora deve, no prazo máximo de 10 (dez) dias após o encerramento de cada mês, colocar à disposição dos cotistas, em sua sede e dependências, informações sobre:

- (i) O número de cotas de propriedade de cada um e o respectivo valor;
- (ii) A rentabilidade do FUNDO, com base nos dados relativos ao último dia do mês; e
- (iii) O comportamento da carteira de Direitos Creditórios e demais Ativos Financeiros da carteira FUNDO, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e o realizado.

No prazo máximo de 10 (dez) dias contados de sua ocorrência, a Administradora deverá protocolar na CVM os documentos correspondentes aos seguintes atos relativos ao Fundo:

- (i) Alteração de Regulamento;
- (ii) Substituição da instituição Administradora;
- (iii) Incorporação;
- (iv) Fusão;
- (v) Cisão; e
- (vi) Liquidação.

Observadas as disposições da Instrução CVM 356 a esse respeito, o Diretor Designado ou sócio-gerente da Administradora, indicado como sendo o responsável pelo Fundo, deverá elaborar demonstrativos trimestrais, os quais devem ser enviados à CVM, através do Sistema de Envio de Documentos disponível na página da CVM na rede mundial de computadores, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias após o encerramento do período, e permanecer à disposição dos cotistas do FUNDO, bem como ser examinados por ocasião da realização de auditoria independente.

Atendimento aos Quotistas

PETRA CAPITAL GESTÃO DE INVESTIMENTOS LTDA.

Att. Paulo Roberto Trota

Av. Paulista, nº 1842, 1º andar

Bela Vista, São Paulo/SP, CEP: 01.310-923

Telefone: (11) 3526-9001

Fax: (11) 3526-9001

E-mail: middle.office@petraasset.com.br

Site: www.petracapital.com.br

SUMÁRIO DOS PRINCIPAIS CONTRATOS

Contrato de Custódia e Controladoria e de Escrituração

Por meio dos Contratos de Custódia e Controladoria e de Escrituração de Quotas, o Custodiante se obrigou a prestar ao Fundo os serviços (i) de custódia dos Direitos Creditórios e Ativos Financeiros; (ii) controladoria do Fundo; e (iii) escrituração de Quotas, incluindo os serviços de que trata o artigo 38 da Instrução CVM 356.

O serviço de custódia qualificada compreende a liquidação física e financeira dos ativos, sua guarda e responsabilidade, bem como a administração e informação de eventos associados a esses ativos.

O serviço de controladoria consiste na execução dos processos que compõem a controladoria dos ativos e passivos, bem como na execução dos procedimentos contábeis, de acordo com as legislações e as normas vigentes.

O serviço de escrituração consiste na manutenção da totalidade das Quotas, emitidas pelo Fundo, incluindo o registro e controle das Quotas em nome dos respectivos titulares, registradas em contas de depósito, mantidas no Banco do Brasil, na CETIP e/ou na BM&FBOVESPA, de acordo com as legislações e as normas vigentes.

O Custodiante receberá pela prestação dos seus serviços uma remuneração em montante e na forma descrita na Seção “Remuneração” deste Prospecto.

Contrato de Gestão

Por meio do Contrato de Gestão, a Gestora se obrigará a prestar serviços descritos no Regulamento, e, pelo desempenho destas obrigações, a Gestora fará jus a uma parcela da Taxa de Administração. A Gestora receberá pela prestação dos seus serviços uma remuneração em montante e na forma descrita na Seção “Remuneração” deste Prospecto.

Contratos de Rating

Por meio dos Contratos de Rating, as Agências de Classificação de Risco foram contratadas para prestação dos serviços de classificação de risco das Quotas Seniores 2ª Série.

Contrato com Auditor Independente

O Auditor Independente foi contratado pelo Fundo para realizar a revisão anual das demonstrações financeiras e das contas do Fundo.

Como resultado dos trabalhos realizados pelo Auditor Independente, serão emitidos os seguintes documentos:

- (i) Relatório sobre as demonstrações financeiras do Fundo, compreendendo: (a) Demonstrações da composição e diversificação das aplicações; (b) Demonstrações das evoluções do Patrimônio Líquido; e (c) Notas explicativas às demonstrações financeiras;
- (ii) Parecer dos auditores independentes; e

- (iii) Relatório de recomendações e descumprimento de normas incluindo aspectos relacionados aos controles internos, práticas contábeis utilizadas e o não cumprimento de leis e regulamentação, se aplicável.

Contrato de Distribuição de Quotas

Por meio do Contrato de Distribuição, a Administradora, em nome do Fundo, contratou os Coordenadores para a prestação dos serviços de distribuição pública das Quotas. Para maiores informações ver seção “Procedimento de Distribuição das Quotas Seniores 2ª Série” deste Prospecto.

Não foi identificado nenhum evento nos contratos firmados pelo Fundo que possa acarretar a liquidação ou amortização antecipada dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo.

ANEXO I – REGULAMENTO DO FUNDO



PETRA
BANCO PETRA S.A.

**REGULAMENTO DO
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL MILÊNIO
RECEBÍVEIS LP**

Administrado pelo
BANCO PETRA S.A.

25 de outubro de 2016

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR



SUMÁRIO DO REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS
MULTISSECTORIAL MILÊNIO RECEBÍVEIS LP

<u>DA ORGANIZAÇÃO</u>	<u>PAG</u>
CAPÍTULO I - DENOMINAÇÃO E PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DO FUNDO	04
CAPÍTULO II - OBJETIVO DO FUNDO E PÚBLICO ALVO	04
CAPÍTULO III - DA ADMINISTRAÇÃO	05
CAPÍTULO IV - DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	07
CAPÍTULO V - DA CUSTÓDIA	08
CAPÍTULO VI - DOS OUTROS PROFISSIONAIS CONTRATADOS	09
CAPÍTULO VII - DA ASSEMBLEIA GERAL	09
CAPÍTULO VIII - DA PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES	12
CAPÍTULO IX - DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	15
 <u>DOS ATIVOS</u>	
CAPÍTULO X - DA POLÍTICA DE INVEST. E COMP. DA CARTEIRA	14
CAPÍTULO XI - DOS CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE	19
CAPÍTULO XII - DOS PROCEDIMENTOS DE CESSÃO	20
CAPÍTULO XIII - DOS FATORES DE RISCO	21
CAPÍTULO XIV - DA AQUISIÇÃO E DA COBRANÇA DOS DIR. CREDITÓRIOS	24
 <u>DO PASSIVO E DOS ENCARGOS</u>	
CAPÍTULO XV - DA COTAS	26
CAPÍTULO XVI - DA EMISSÃO	27
CAPÍTULO XVII - DA DISTRIBUIÇÃO	29
CAPÍTULO XVIII - DA AMORTIZAÇÃO, DA RESERVA DE AMORTIZAÇÃO E DO RESGATE	29
CAPÍTULO XIX - DA NEGOCIAÇÃO DAS COTAS	31

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR



CAPÍTULO XX - DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31
CAPÍTULO XXI - DA METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS	32
CAPÍTULO XXII - DOS ENCARGOS DO FUNDO	33
 <u>DA LIQUIDAÇÃO E DISPOSIÇÕES FINAIS</u>	
CAPÍTULO XXIII - DOS EVENTOS DE AVALIAÇÃO E LIQUIDAÇÃO E DA LIQUIDAÇÃO ANTECIPADA	34
CAPÍTULO XXIV - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS	35
 ANEXO I – Definições	 36
ANEXO II – Modelo de Suplemento de emissão de Cotas Seniores / Cotas Subordinadas Mezanino	42
ANEXO III – Parâmetros para a verificação do lastro por amostragem	44
ANEXO IV – Suplemento de emissão de Cotas Seniores	45

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR



**REGULAMENTO DO
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL MILÊNIO
RECEBÍVEIS LP
CNPJ/MF Nº 15.578.550/0001-60**

CAPÍTULO I - DENOMINAÇÃO E PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DO FUNDO

Artigo 1º - O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multissetorial Milênio Recebíveis LP, doravante denominado FUNDO, é um fundo de investimento em direitos creditórios regido por este Regulamento, bem como pela Resolução CMN 2.907, pela Instrução CVM 356 e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

Parágrafo Primeiro. Os termos e as expressões adotados neste Regulamento, grafados em letra maiúscula, terão os significados a eles atribuídos no Anexo I deste Regulamento, aplicáveis tanto às formas no singular quanto no plural.

Parágrafo Segundo. O FUNDO é classificado como um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Fomento Mercantil, nos termos da Deliberação nº 72, de 17 de dezembro de 2015, da ANBIMA, uma vez que o FUNDO busca retorno por meio de investimento em carteira pulverizada de recebíveis (direitos ou títulos), originados e vendidos por diversos cedentes que antecipam recursos através da venda de duplicatas, cheques e quaisquer outros títulos passíveis de cessão e transferência de titularidade.

Artigo 2º - O FUNDO tem como principais características:

- I - é constituído sob a forma de condomínio fechado, com prazo de duração indeterminado;
- II - não possui taxa de ingresso, taxa de saída e de performance;
- III - poderá emitir tanto Cotas de classe Sênior (as "Cotas Seniores") como de classe Subordinada ("Cotas Subordinadas");
- IV - poderá emitir séries de Cotas Seniores;
- V - somente poderá receber aplicações, bem como ter Cotas Seniores negociadas no mercado secundário, quando o subscritor ou o adquirente das Cotas Seniores for Investidor Qualificado;
- VI - as Cotas possuem valor unitário de emissão de R\$ 1.000,00 (mil reais) e;
- VII - o valor mínimo para aquisição inicial de Cotas Subordinadas será de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais); e
- VIII - o valor mínimo para aquisição inicial de Cotas Seniores estará definido no Suplemento da respectiva série.

Artigo 3º - Os Anexos a este Regulamento constituem parte integrante e inseparável do mesmo.

CAPÍTULO II - OBJETIVO DO FUNDO E PÚBLICO ALVO

Artigo 4º - O objetivo do FUNDO é a valorização de suas Cotas, por meio da aquisição: (i) de Direitos Creditórios, juntamente com todos os direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações assegurados aos titulares de tais direitos creditórios, tudo nos termos dos respectivos Contratos de Cessão; e (ii) de Ativos Financeiros, conforme a política de investimento estabelecida neste Regulamento.



Artigo 5º - O FUNDO estabelecerá uma Remuneração Alvo para cada série de Cotas que forem emitidas, conforme Suplemento específico, sem que isto represente uma garantia ou promessa de rentabilidade das aplicações.

Artigo 6º - As Cotas Subordinadas não possuem meta de rentabilidade.

Artigo 7º - O público-alvo do FUNDO são Investidores Qualificados, definidos como tal pela regulamentação editada pela CVM, não havendo critérios diferenciadores aplicáveis entre os investidores qualificados para fins de aquisição e subscrição de Cotas do FUNDO.

Artigo 8º - É indispensável, por ocasião da subscrição de Cotas do FUNDO, a adesão do cotista aos termos deste Regulamento, com a assinatura do respectivo Termo de Adesão onde ele atesta que tomou conhecimento dos riscos envolvidos e da política de investimento do FUNDO, recebendo uma cópia do presente Regulamento e do prospecto, se houver.

Parágrafo único. Quando se tratar de oferta pública com esforços restritos nos termos da Instrução CVM 476, cada Cotista assinará declaração atestando sua ciência com a ausência de registro perante a CVM da oferta e as restrições a negociação das Cotas previstas na Instrução CVM 476.

Artigo 9º - O investidor receberá também informações referentes à classificação de risco das Cotas Seniores, quando houver.

Artigo 10º - Na hipótese de oferta pública de Cotas nos termos da Instrução CVM 400 ou da Instrução CVM 476, além de estarem disponíveis no site da CVM, o Regulamento e o prospecto, se houver, estarão disponíveis na página da rede mundial de computadores (Internet) da Administradora e das instituições que coloquem Cotas do Fundo. Os exemplares do Regulamento e o prospecto, se houver serão fornecidos pela Administradora sempre que solicitado.

CAPÍTULO III - DA ADMINISTRAÇÃO

Artigo 11 - As atividades de administração, controladoria e escrituração das cotas do FUNDO serão exercidas pelo BANCO PETRA S.A., instituição financeira com sede na Rua Pasteur, nº 463, 11º andar – Conjunto 1103, Água Verde, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.758.741/0001-52, doravante designada ("Administradora").

Artigo 12 - A Administradora, observadas as limitações legais e deste Regulamento, tem poderes para praticar todos os atos necessários à administração do FUNDO e para exercer os direitos inerentes aos Direitos Creditórios que integram a carteira do FUNDO.

Artigo 13 - Incluem-se entre as obrigações da Administradora, sem prejuízo de outras definidas neste Regulamento:

- I - manter atualizados e em perfeita ordem:
 - a) a documentação relativa às operações do FUNDO;
 - b) o registro dos cotistas;
 - c) o livro de atas de Assembleias Gerais;
 - d) o livro de presença de cotistas;

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR



- e) o prospecto do FUNDO, se houver;
- f) os demonstrativos trimestrais do FUNDO;
- g) o registro de todos os fatos contábeis referentes ao FUNDO; e
- h) os relatórios do auditor independente.

II - receber quaisquer rendimentos ou valores do FUNDO diretamente ou por meio de instituição contratada;

III - entregar ao colista, gratuitamente, exemplar do Regulamento do FUNDO, bem como cientificá-lo do nome do Periódico utilizado para divulgação de informações e da Taxa de Administração praticada;

IV - divulgar, anualmente, no Periódico utilizado para divulgações do FUNDO, além de manter disponíveis em sua sede e agências e nas instituições que coloquem Cotas deste, o valor do patrimônio líquido do FUNDO, o valor da Cota, as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil a que se referirem, e os relatórios da agência classificadora de risco contratada pelo FUNDO, se houver;

V - custear as despesas de propaganda do FUNDO;

VI - fornecer anualmente aos cotistas documento contendo informações sobre os rendimentos auferidos no ano civil e, com base nos dados relativos ao último dia do mês de dezembro, sobre o número de Cotas de sua propriedade e respectivo valor;

VII - sem prejuízo da observância dos procedimentos relativos às demonstrações financeiras, previstas na regulamentação em vigor, manter, separadamente, registros analíticos com informações completas sobre toda e qualquer modalidade de negociação realizada entre a Administradora e o FUNDO;

VIII - providenciar trimestralmente, no mínimo, a atualização da classificação de risco do FUNDO ou dos Direitos Creditórios e demais Ativos Financeiros integrantes da carteira do FUNDO (quando aplicável); e

IX - fornecer informações relativas aos Direitos Creditórios adquiridos ao Sistema de Informações de Créditos do Banco Central do Brasil (SCR), nos termos da norma específica.

Artigo 14 - É vedado à Administradora:

I - prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma nas operações praticadas pelo FUNDO, inclusive quando se tratar de garantias prestadas às operações realizadas em mercados de derivativos;

II - utilizar ativos de sua própria emissão ou co-obrigação como garantia das operações praticadas pelo FUNDO; e

III - efetuar aportes de recursos no FUNDO, de forma direta ou indireta, a qualquer título.

Parágrafo Único - As vedações de que tratam os incisos I a III do *caput* deste Artigo abrangem os recursos próprios das pessoas físicas e das pessoas jurídicas controladoras da Administradora, das sociedades por ela direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum, bem como os ativos integrantes das respectivas carteiras e os de emissão ou coobrigação dessas.

Artigo 15 - É vedado à Administradora, em nome do FUNDO:

I - prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma;

II - realizar operações e negociar com ativos financeiros ou modalidades de investimento não previstos neste Regulamento ou nas instruções da CVM;



- III - aplicar recursos diretamente no exterior;
- IV - adquirir Cotas do próprio FUNDO;
- V - pagar ou ressarcir-se de multas impostas em razão do descumprimento de normas previstas na Instrução CVM 356;
- VI - vender Cotas do FUNDO a prestação;
- VII - vender Cotas do FUNDO a instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil Cedentes de Direitos Creditórios para este FUNDO, exceto quando se tratar de Cotas cuja classe se subordine às demais para efeito de resgate;
- VIII - prometer rendimento predeterminado aos cotistas;
- IX - fazer, em sua propaganda ou em outros documentos apresentados aos investidores, promessas de retiradas ou de rendimentos, com base em seu próprio desempenho, no desempenho alheio ou no de ativos financeiros ou modalidades de investimento disponíveis no âmbito do mercado financeiro;
- X - delegar poderes de gestão da carteira do FUNDO, ressalvado o disposto no Artigo 39, inciso II, da Instrução CVM 356;
- XI - obter ou conceder empréstimos; e
- XII - efetuar locação, penhor ou caução dos direitos e demais ativos integrantes da carteira do FUNDO.

Artigo 16 - A Administradora, mediante aviso divulgado no Periódico utilizado para a divulgação de informações do FUNDO ou por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada cotista, pode renunciar à administração do FUNDO, desde que convoque, no mesmo ato, Assembleia Geral para decidir sobre sua substituição ou sobre a liquidação deste, nos termos da Instrução CVM 356.

Parágrafo Primeiro. Nas hipóteses de substituição da Administradora e de liquidação do FUNDO, aplicam-se, no que couberem, as normas em vigor sobre responsabilidade civil ou criminal da Administradora, diretores e gerentes de instituições financeiras, independentemente das que regem a responsabilidade civil da própria Administradora.

Parágrafo Segundo. Na hipótese de renúncia da Administradora, esta deverá permanecer na administração do FUNDO até que a Assembleia Geral eleja um novo administrador ou decida sua liquidação. Se, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contado a partir da renúncia, a Assembleia Geral não indicar um substituto, a Administradora poderá promover a liquidação do FUNDO.

CAPÍTULO IV - DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO

Artigo 17 - Será devido à Administradora, a Gestora e a Consultora, a título de honorários pelas atividades de administração, gestão, escrituração, controladoria e consultoria especializada, a remuneração equivalente à somatória dos seguintes montantes, calculados individualmente (a "Taxa de Administração"):

- a) O maior valor entre 0,35% a.a (trinta e cinco décimos por cento) ao ano e o valor mínimo, conforme definidos a seguir: (i) para os 2 (dois) primeiros meses de funcionamento do Fundo, será cobrado o valor mínimo mensal de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais); (ii) no 3º (terceiro) e 4º (quarto) mês de funcionamento do Fundo, o valor mínimo mensal será de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais); (iii) no 5º e 6º mês de funcionamento do Fundo, o valor mínimo será de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) sendo que a partir do 7º mês de funcionamento do Fundo, o valor mínimo mensal passará a ser de R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais) atualizados anualmente pela variação do IGP-M; e



b) O percentual de 1% (um por cento) ao mês sobre os Direitos Creditórios adquiridos no mês imediatamente anterior.

Artigo 18 - A Taxa de Administração será calculada e provisionada diariamente, tendo como base o patrimônio líquido do FUNDO do primeiro Dia Útil imediatamente anterior, com a aplicação da fração de 1/252 (um duzentos e cinquenta e dois avos), por Dias Úteis, sendo o pagamento realizado mensalmente até o 5º (quinto) Dia Útil do mês subsequente ao vencido.

Parágrafo Primeiro - A Administradora pode estabelecer que parcelas da Taxa de Administração sejam pagas diretamente pelo FUNDO aos prestadores de serviço contratados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da Taxa de Administração.

Parágrafo Segundo. A Taxa de Administração, nos termos da legislação aplicável, não compreende os serviços de custódia de títulos e valores mobiliários e demais ativos financeiros do FUNDO prestados pelo próprio ADMINISTRADOR, que serão cobrados do FUNDO, a título de despesa, conforme disposto neste Regulamento.

Parágrafo Terceiro. Não será cobrada taxa de ingresso, saída e performance do FUNDO.

CAPÍTULO V - DA CUSTÓDIA

Artigo 19 - As atividades de custódia dos ativos do FUNDO previstas na Instrução CVM 356 serão realizadas pela Administradora.

Artigo 20 - Como custodiante do FUNDO a Administradora é responsável pelas seguintes atividades:

- I - validar os Direitos Creditórios em relação aos Critérios de Elegibilidade;
- II - receber e verificar os Documentos Comprobatórios que evidenciem o lastro dos Direitos Creditórios;
- III - durante o funcionamento do FUNDO, em periodicidade trimestral, verificar os Documentos Comprobatórios;
- IV - realizar a liquidação física e financeira dos Direitos Creditórios, evidenciados pelo Contrato de Cessão e pelos Documentos Comprobatórios;
- V - fazer a custódia e a guarda da documentação relativa aos Direitos Creditórios e demais ativos da carteira do FUNDO, observado o disposto no Parágrafo Quinto abaixo;
- VI - diligenciar para que seja mantida, às suas expensas, atualizada e em perfeita ordem, a documentação dos Direitos Creditórios, com metodologia preestabelecida e de livre acesso para o auditor independente, agência classificadora de risco contratada pelo FUNDO (caso aplicável) e órgãos reguladores; e
- VII - cobrar e receber, por conta e ordem do FUNDO, pagamentos, resgate de títulos ou qualquer outra renda relativa aos títulos custodiados, depositando os valores recebidos diretamente em conta de titularidade do FUNDO, ou em conta escrow instituída pelas partes, em instituição financeira, sob contrato, a qual acolherá os depósitos a serem feitos pelos devedores e ali mantidos em custódia, para liberação após o cumprimento de requisitos especificados e verificados pela Administradora.



Parágrafo Primeiro - Em razão do FUNDO possuir significativa quantidade de Direitos Creditórios cedidos e expressiva diversificação de devedores e de Cedentes, além de atuar em vários segmentos, a Administradora, sempre que permitido pela legislação aplicável, está autorizada a efetuar a verificação do lastro dos Direitos Creditórios trimestralmente e por amostragem.

Parágrafo Segundo - A Administradora realizará, a verificação por amostragem do lastro dos Direitos Creditórios com base nos parâmetros estabelecidos no Anexo III deste Regulamento, sempre que permitido pela legislação aplicável.

Parágrafo Terceiro - Para atendimento ao disposto no parágrafo 3º, inciso IV, do Artigo 8º da Instrução CVM 356, a Administradora considerará os resultados da verificação dos Documentos Comprobatórios, por amostragem, realizada no trimestre anterior.

Parágrafo Quarto - O FUNDO, com a anuência da Administradora, poderá contratar Banco Cobrador para responder pelas atividades de cobrança bancária dos Direitos Creditórios.

Parágrafo Quinto - A guarda dos Documentos Comprobatórios emitidos a partir dos caracteres criados em computador ou meio técnico equivalente, de acordo com os termos da Instrução CVM 356, será realizada pela Administradora. O Depositário fará a guarda dos Documentos Comprobatórios físicos, ou seja, dos originais emitidos em suporte analógico.

Parágrafo Sexto - A Administradora dispõe de regras e procedimentos estabelecidos no contrato de prestação de serviços firmado com o Depositário, passíveis de verificação, que lhe permitem diligenciar o cumprimento pelo Depositário, de suas obrigações descritas neste Regulamento e no acima mencionado. Tais regras e procedimentos encontram-se disponíveis para consulta no website da Administradora.

CAPÍTULO VI - DOS OUTROS PROFISSIONAIS CONTRATADOS

Artigo 21 - O FUNDO contratou a Milênio Fomento Mercantil Ltda, sociedade com sede na cidade de Recife, Estado de Pernambuco, na Rua José de Alencar, nº 916, 7º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.546.588/0001-05, para auxiliar a Gestora na análise e seleção dos Direitos de Creditórios a serem adquiridos pelo FUNDO, bem como para atuar como responsável pela cobrança judicial e/ou extrajudicial dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do FUNDO que não tenham sido pagos nas respectivas datas de vencimento, de acordo com a Política de Cobrança do FUNDO e as demais condições estabelecidas no Contrato de Consultoria ("Consultora").

Artigo 22 - As demonstrações financeiras do FUNDO serão auditadas por auditor independente devidamente registrado na CVM.

Artigo 23 - A atividade de gestão da carteira do FUNDO será exercida pela PETRA Capital Gestão de Investimentos Ltda., sociedade limitada com sede na Av. Paulista, nº 1842, 1º andar, São Paulo-SP, inscrita no CNPJ sob o nº 09.204.714/0001-96 ("Gestora").



CAPÍTULO VII - DA ASSEMBLEIA GERAL

Artigo 24 - Será de competência privativa da Assembleia Geral:

- I - tomar anualmente, no prazo máximo de 4 (quatro) meses após o encerramento do exercício social, as contas do FUNDO e deliberar sobre as demonstrações financeiras deste;
- II - alterar o Regulamento do FUNDO;
- III - deliberar sobre a substituição da Administradora e dos demais prestadores de serviços do FUNDO, observado o inciso IV abaixo;
- IV - deliberar sobre a destituição da Consultora ou sobre a contratação pelo FUNDO de novas prestadoras de serviços de consultoria especializada;
- V - deliberar sobre a elevação da taxa de administração praticada pela Administradora, inclusive na hipótese de restabelecimento de taxa que tenha sido objeto de redução;
- VI - Prorrogar o prazo de duração de séries de Cotas Seniores;
- VII - deliberar sobre a ocorrência de quaisquer dos Eventos de Avaliação e/ou Liquidação Antecipada,;
- VIII - aprovar a emissão de novas Cotas Seniores do FUNDO; e
- IX - deliberar sobre incorporação, fusão, cisão ou liquidação do FUNDO.

Artigo 25 - A Assembleia Geral reunir-se-á uma vez por ano, no mínimo, para deliberar sobre as demonstrações financeiras do FUNDO.

Artigo 26 - A convocação da Assembleia Geral do FUNDO far-se-á, pela Administradora, por correio eletrônico preferencialmente, ou por carta com aviso de recebimento endereçado a cada cotista ou mediante anúncio publicado no Periódico indicado neste Regulamento, do qual constarão, obrigatoriamente, o dia, a hora e o local em que será realizada a Assembleia Geral e ainda, de forma sucinta, os assuntos a serem tratados.

Artigo 27 - Além da reunião anual para deliberar sobre as demonstrações financeiras do FUNDO, a Assembleia Geral pode ser convocada pela Administradora ou por Cotistas possuidores de Cotas que representem, isoladamente ou em conjunto, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total das Cotas emitidas.

Artigo 28 - A convocação da Assembleia Geral deve ser feita com 10 (dez) dias de antecedência, no mínimo, contado o prazo da data de publicação do primeiro anúncio ou do envio de carta com aviso de recebimento ou do correio eletrônico aos cotistas.

Parágrafo Primeiro - Não se realizando a Assembleia Geral, será publicado novo anúncio de segunda convocação ou novamente providenciado o envio de carta com aviso de recebimento ou correio eletrônico aos cotistas, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias.

Parágrafo Segundo - Para efeito do disposto no parágrafo anterior, admite-se que a segunda convocação da Assembleia Geral seja providenciada juntamente com o anúncio, a carta ou o correio eletrônico de primeira convocação.

Artigo 29 - Salvo motivo de força maior, a Assembleia Geral realizar-se-á no local onde a Administradora tiver a sede, quando houver necessidade de efetuar-se em outro lugar, os anúncios, cartas ou correios eletrônicos endereçados aos cotistas indicarão, com clareza, o lugar da reunião, que, em nenhum caso, poderá ser fora da localidade da sede.



Artigo 30 - Independentemente das formalidades previstas nos Artigos deste Capítulo, será considerada regular a Assembleia Geral que comparecerem todos os cotistas.

Artigo 31 - O caso de decretação de intervenção ou liquidação extrajudicial da Administradora implicará em automática convocação da Assembleia Geral, no prazo de 5 (cinco) dias, contados de sua decretação, para:

- I - nomeação de representante de cotistas;
- II - deliberação acerca de:
 - a) substituição da Administradora, conforme o caso;
 - b) liquidação antecipada do FUNDO.

Artigo 32 - As Assembleias Gerais serão instaladas com a presença de pelo menos um cotista, sendo que as deliberações relativas à matéria prevista no Artigo 24, inciso I, devem ser tomadas pelo critério da maioria de Cotas dos cotistas presentes, correspondendo a cada Cota um voto, ressalvado o disposto nos parágrafos deste Artigo.

Parágrafo Primeiro - As deliberações relativas às matérias previstas no Artigo 24, incisos, VI e VIII deste Regulamento dependerão da aprovação de no mínimo 70% (setenta por cento) das Cotas Subordinadas emitidas.

Parágrafo Segundo - As deliberações relativas às matérias previstas no art. 24, incisos III, exclusivamente no que se refere a substituição da Administradora, V e IX deste Regulamento dependerão da aprovação em primeira convocação da maioria das cotas emitidas e, em segunda convocação, pela maioria das cotas dos presentes.

Parágrafo Terceiro - Somente podem votar na Assembleia Geral os cotistas, seus representantes legais, ou procuradores constituídos há menos de um ano.

Artigo 33 - Não têm direito a voto na Assembleia Geral a Administradora e respectivos empregados.

Artigo 34 - As decisões da Assembleia Geral devem ser divulgadas aos cotistas no prazo máximo de 30 (trinta) dias de sua realização.

Parágrafo único. A divulgação referida no *caput* deste Artigo deve ser providenciada mediante anúncio publicado no Periódico utilizado para a divulgação de informações do FUNDO ou por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada cotista ou, ainda, por correio eletrônico.

Artigo 35 - A Assembleia Geral pode, a qualquer momento, nomear um ou mais representantes para exercerem as funções de fiscalização e de controle gerencial das aplicações do FUNDO, em defesa dos direitos e dos interesses dos cotistas.

Artigo 36 - Somente pode exercer as funções de representante de cotistas, pessoa física ou jurídica que atenda aos seguintes requisitos:

- I - ser cotista ou profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos cotistas;
- II - não exercer cargo ou função na Administradora, em seu controlador, em sociedades por ela direta ou indiretamente controladas e em coligadas ou outras sociedades sob controle comum; e



III - não exercer cargo em empresa Cedente de Direitos Creditórios integrantes da carteira do FUNDO.

Artigo 37 - O Regulamento do FUNDO poderá ser alterado, independentemente de Assembleia Geral, sempre que tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento às exigências de normas legais ou regulamentares ou de determinação da CVM, devendo ser providenciada, no prazo de 30 (trinta) dias, a necessária comunicação aos cotistas.

Artigo 38 - As modificações aprovadas pela Assembleia Geral passam a vigorar a partir da data do protocolo na CVM dos seguintes documentos:

- I - lista de cotistas presentes na Assembleia Geral;
- II - cópia da ata da Assembleia Geral;
- III - exemplar do Regulamento, consolidando as alterações efetuadas, devidamente registrado em cartório de títulos e documentos; e
- IV - modificações procedidas no prospecto, se houver.

CAPÍTULO VIII - DA PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES

Artigo 39 - A Administradora deve encaminhar à CVM, no prazo de 10 (dez) dias após a respectiva ocorrência as seguintes informações:

- I - a data da primeira integralização de Cotas do FUNDO; e
- II - a data do encerramento de cada distribuição de Cotas.

Artigo 40 - A Administradora deve prestar à CVM, mensalmente, através do Sistema de Envio de Documentos disponível na página da CVM na rede mundial de computadores, conforme modelo e conteúdo disponíveis na referida página, observado o prazo de 15 (quinze) dias após o encerramento de cada mês do calendário civil, com base no último Dia Útil daquele mês.

Parágrafo único. Eventuais retificações nas informações previstas neste Artigo devem ser comunicadas à CVM até o primeiro Dia Útil subsequente à data da respectiva ocorrência.

Artigo 41 - A Administradora divulgará, ampla e imediatamente, qualquer ato ou fato relevante relativo ao FUNDO, de modo a garantir a todos os cotistas acesso às informações que possam, direta ou indiretamente, influir em suas decisões quanto à respectiva permanência no mesmo, se for o caso.

Parágrafo Primeiro - A divulgação das informações previstas neste Artigo deve ser feita por meio de publicação no Periódico e através de correio eletrônico e mantida disponível para os cotistas na sede e agências da Administradora e nas instituições que coloquem Cotas do FUNDO.

Parágrafo Segundo - A Administradora deve realizar as publicações aqui previstas sempre no mesmo Periódico e, em caso de mudança, deve ser precedida de aviso aos cotistas.

Parágrafo Terceiro - Sem prejuízo de outras ocorrências relativas ao FUNDO, são exemplos de fatos relevantes os seguintes:



- I - a alteração da classificação de risco das classes ou séries de Cotas, bem como, quando houver, dos demais Ativos Financeiros da carteira;
- II - a mudança ou substituição de terceiros contratados para prestação de serviços de custódia, consultoria especializada ou gestão da carteira do FUNDO;
- III - a ocorrência de eventos subsequentes que tenham afetado ou possam afetar os critérios de composição e os limites de diversificação da carteira do FUNDO, bem como o comportamento da carteira de Direitos Creditórios, no que se refere ao histórico de pagamentos; e
- IV - a ocorrência de atrasos na distribuição de rendimentos aos cotistas do FUNDO.

Artigo 42 - A Administradora deve, no prazo máximo de 10 (dez) dias após o encerramento de cada mês, colocar à disposição dos cotistas, em sua sede e dependências, informações sobre:

- I - o número de cotas de propriedade de cada um e o respectivo valor;
- II - a rentabilidade do FUNDO, com base nos dados relativos ao último dia do mês; e
- III - o comportamento da carteira de Direitos Creditórios e demais Ativos Financeiros da carteira FUNDO, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e o realizado.

Artigo 43 - No prazo máximo de 10 (dez) dias contados de sua ocorrência, a Administradora deverá protocolar na CVM os documentos correspondentes aos seguintes atos relativos ao FUNDO:

- I - alteração de Regulamento;
- II - substituição da instituição Administradora;
- III - incorporação;
- IV - fusão;
- V - cisão; e
- VI - liquidação.

Artigo 44 - As informações prestadas ou qualquer material de divulgação do FUNDO não podem estar em desacordo com o Regulamento protocolado na CVM e com o prospecto, se houver.

Parágrafo único. Caso o texto publicitário apresente incorreções ou impropriedades que possam induzir o investidor a erros de avaliação, a CVM pode exigir que as retificações e os esclarecimentos sejam veiculados, com igual destaque, através do veículo usado para divulgar o texto publicitário original, devendo constar, de forma expressa, que a informação está sendo republicada por determinação da CVM.

Artigo 45 - Toda informação, divulgada por qualquer meio, na qual seja incluída referência à rentabilidade do FUNDO, deve obrigatoriamente:

- I - mencionar a data de início de seu funcionamento;
- II - referir-se, no mínimo, ao período de 1 (um) mês-calendário, sendo vedada a divulgação de rentabilidade apurada em períodos inferiores;
- III - abranger, no mínimo, os últimos 3 (três) anos ou períodos desde a sua constituição, se mais recente;
- IV - ser acompanhada do valor da média aritmética do seu patrimônio líquido apurado no último Dia Útil de cada mês, nos últimos 3 (três) anos ou desde a sua constituição, se mais recente; e
- V - deverá apresentar, em todo material de divulgação, o grau conferido pela empresa de classificação de risco ao FUNDO, bem como a indicação de como obter maiores informações sobre a avaliação efetuada.



Artigo 46 - Observada as disposições da Instrução CVM 356 a esse respeito, o Diretor Designado ou sócio-gerente da Administradora, indicado como sendo o responsável pelo FUNDO, deverá elaborar demonstrativos trimestrais, os quais devem ser enviados à CVM, através do Sistema de Envio de Documentos disponível na página da CVM na rede mundial de computadores, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias após o encerramento do período, e permanecer à disposição dos colistas do FUNDO, bem como ser examinados por ocasião da realização de auditoria independente.

Parágrafo Único - Para efeito do disposto neste Artigo, deve ser considerado o calendário do ano civil.

CAPÍTULO IX - DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Artigo 47 - O FUNDO tem escrituração contábil própria.

Artigo 48 - O exercício social do FUNDO tem duração de um ano, encerrando-se em 30 de junho de cada ano.

Artigo 49 - As demonstrações financeiras anuais do FUNDO estão sujeitas às normas contábeis expedidas pela CVM, incluindo a Instrução CVM nº 489/2011, e serão auditadas por auditor independente registrado na CVM.

Parágrafo Primeiro - Enquanto a CVM não editar as normas referidas no *caput*, aplicam-se ao FUNDO as disposições do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, editado pelo Banco Central do Brasil.

Parágrafo Segundo - A Administradora deve enviar à CVM, através do Sistema de Envio de Documentos disponível na página da CVM na rede mundial de computadores, em até 90 (noventa) dias após o encerramento do exercício social ao qual se refiram, as demonstrações financeiras anuais do FUNDO.

CAPÍTULO X - DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS E COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA

Artigo 50 - Observado o disposto neste Regulamento, o objetivo do FUNDO é a valorização de suas Cotas, preponderantemente, por meio da aquisição em Direitos Creditórios, de empresas sediadas no território nacional, decorrentes de operações performadas, ou seja, cuja existência, validade e exequibilidade independam da prestação futura de qualquer contrapartida, realizadas nos segmentos financeiro, comercial, industrial, de arrendamento mercantil e de prestação de serviços.

Parágrafo único. Os Direitos Creditórios serão representados pelos Documentos Comprobatórios.

Artigo 51 - Os Direitos Creditórios serão cedidos ao FUNDO pelas respectivas Cedentes juntamente como todos e quaisquer direitos, garantias e prerrogativas, principais e acessórios, assegurados em razão de sua titularidade.

Parágrafo Primeiro - A respectiva Cedente é responsável pela correta constituição, pela existência, certeza, autenticidade, legalidade, veracidade e correta formalização dos Direitos Creditórios



cedidos ao FUNDO, e ainda, pela solvência ou solvibilidade dos Direitos Creditórios nos termos deste Regulamento e do respectivo Contrato de Cessão.

Parágrafo Segundo - A Administradora, a Gestora e a Consultora não respondem pela solvência dos devedores, pelo pagamento dos Direitos Creditórios cedidos ou por sua existência, liquidez e correta formalização.

Artigo 52 - Após 90 (noventa) dias do início de suas atividades, o FUNDO deve ter 50% (cinquenta por cento), no mínimo, de seu patrimônio líquido representado por Direitos Creditórios, podendo a Administradora requerer a prorrogação desse prazo à CVM, por igual período, desde que haja motivos que justifiquem o pedido.

Artigo 53 - A parcela do patrimônio líquido do FUNDO que não estiver alocada em Direitos Creditórios elegíveis será necessariamente alocada pela Administradora nos Ativos Financeiros a seguir descritos, de acordo com os critérios de diversificação estabelecidos abaixo:

- I - títulos de emissão do Tesouro Nacional e/ou operações compromissadas com títulos de emissão do Tesouro Nacional, celebradas com as Instituições Autorizadas;
- II - títulos de emissão do BACEN e/ou operações compromissadas com títulos de emissão do BACEN, celebradas com as Instituições Autorizadas;
- III - cotas de emissão de fundos de investimento em cotas de fundo de investimento de renda fixa ou de fundo de investimento referenciado à Taxa DI, com liquidez diária, cujas políticas de investimento admitam a alocação de recursos exclusivamente nos ativos identificados nos itens "I", e "II" acima; e
- IV - Certificados de Depósito Bancário - CDBs emitidos por uma Instituição Autorizada.

Parágrafo único. A Gestora envidará seus melhores esforços para adquirir Ativos Financeiros cujos vencimentos propiciem à carteira do FUNDO a classificação de longo prazo, para fins de tributação dos cotistas.

Artigo 54 - É vedado ao FUNDO:

- I - Aquisição de ativos de renda variável e/ou cotas de Fundo de Desenvolvimento Social (FDS);
- II - Aquisição a realização de cessões de fração do valor nominal de Direitos Creditórios pelas Cedentes ao FUNDO;
- III - Aquisição de Direitos Creditórios vencidos e pendentes de pagamento na data da cessão;
- IV - Realizar qualquer operação financeira, incluindo a compra e venda de qualquer Ativo Financeiro, operações compromissadas ou com derivativos, em que atue na contraparte, qualquer das Cedentes, a Consultora ou ainda qualquer de seus controladores, sociedades por eles direta ou indiretamente controladas, coligadas ou outras sociedades sob controle comum; e
- V - Realizar operações de *day trade*, assim consideradas aquelas iniciadas e encerradas no mesmo dia, independentemente do FUNDO possuir estoque ou posição anterior do mesmo ativo.

Artigo 55 - A Gestora não poderá realizar operações em mercados de derivativos, ainda que seja com o objetivo de proteger posições detidas no mercado à vista.

Artigo 56 - Os investimentos do FUNDO deverão atender aos requisitos de composição e de diversificação estabelecidos abaixo e na Instrução CVM 356 ("Limite de Concentração"):



- a) Ativos Financeiros de um mesmo emissor no limite de até 20% (vinte por cento) do patrimônio líquido;
- b) Direitos Creditórios adquiridos de uma mesma Cedente ou de coobrigação de uma mesma pessoa ou entidade no limite de até 10% (dez por cento) do patrimônio líquido;
- c) Direitos Creditórios de um mesmo devedor no limite de até 5% (cinco por cento) do patrimônio líquido, ressalvado o disposto na alínea "d" abaixo;
- d) Na hipótese de cessões de Direitos Creditórios por diferentes Cedentes e mesmos devedores, o limite por devedor estabelecido na alínea "c" acima, poderá ser majorado para 8% (oito por cento); e

Parágrafo Primeiro - Os Limites de Concentração deverão ser observados com relação ao grupo econômico do emissor, originador, devedor e/ou da Cedente, conforme o caso, incluindo desta forma, seus controladores, sociedades por eles direta ou indiretamente controladas, coligadas ou outras sociedades sob controle comum, incluindo empresas controladas por pessoas físicas com grau de parentesco até segundo grau ("Grupo Econômico").

Parágrafo Segundo - Na hipótese de o FUNDO adquirir a concentração máxima em Direitos Creditórios estabelecida na alínea "b" do caput do presente artigo, nos 3 (três) maiores Cedentes, observado o parágrafo primeiro acima, ou seja, tal aquisição representar 30% (trinta por cento) do patrimônio líquido, as Cotas Subordinadas do FUNDO deverão corresponder à mesma porcentagem do patrimônio líquido do FUNDO.

Parágrafo Terceiro - Os Limites de Concentração previstos no caput deste Artigo não se aplicam à aquisição de títulos públicos federais, cotas de fundos de renda fixa e fundos de investimento em cotas classificados como "renda fixa".

Parágrafo Quarto - O FUNDO poderá, ainda, alocar até 50% (cinquenta por cento) de seu patrimônio líquido em operações compromissadas.

Parágrafo Quinto - Enquanto não decorrido o período de 90 (noventa) dias, previsto no Artigo 52 acima, não são aplicáveis ao FUNDO os Limites de Concentração previstos no caput, podendo a Administradora, inclusive, manter a carteira do FUNDO concentrada em Direitos Creditórios oriundos de uma única Cedente.

Parágrafo Sexto - Para efeito do disposto neste Artigo, as cessões de Direitos Creditórios realizadas pela Consultora, serão consideradas em relação aos percentuais estabelecidos, como se estivessem sendo realizadas ao FUNDO pelo originador do crédito.

Artigo 57 - Desde que com a finalidade exclusiva de realizar a gestão de caixa e liquidez do FUNDO poderá contratar quaisquer operações para a composição da carteira do FUNDO onde figurem como contraparte a Gestora, as empresas controladoras, coligadas e/ou subsidiárias da Gestora ou ainda quaisquer carteiras, clubes de investimento e/ou fundos de investimento administrados pela Administradora ou pelas demais pessoas que prestam serviços para o FUNDO. Todas as informações relativas às operações ora referidas serão objeto de registros analíticos segregados.

Artigo 58 - Os percentuais e Limites de Concentração referidos neste Capítulo serão cumpridos diariamente pela Administradora, com base no patrimônio líquido do Dia Útil imediatamente anterior.



Artigo 59 - Os Direitos Creditórios serão custodiados pela Administradora ou pelo Depositário, conforme o caso, e os demais Ativos Financeiros da carteira do FUNDO serão registrados e custodiados ou mantidos em contas de depósito diretamente em nome do FUNDO, em contas específicas abertas no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC, em sistemas de registro e de liquidação financeira de ativos autorizados pelo BACEN ou em instituições ou entidades autorizadas à prestação desses serviços pela referida Autarquia ou pela CVM.

Artigo 60 - Conforme estabelecido em cada um dos Contratos de Cessão, os boletos de cobrança dos valores devidos pelos devedores com relação a cada um dos Direitos Creditórios representados por duplicatas e/ou contratos de compra e venda, e/ou de prestação de serviços serão emitidos pela Consultora ou pelo Banco Cobrador, e os valores decorrentes dos pagamentos serão diretamente depositados em conta corrente de titularidade do FUNDO junto ao Banco Cobrador, por meio do sistema de compensação bancária. Já os Direitos Creditórios representados por cheque, serão liquidados através de depósito em conta corrente de titularidade do FUNDO junto ao Banco Cobrador. Nenhum valor oriundo de pagamentos dos Direitos Creditórios será considerado quitado se recebido por qualquer das Cedentes ou pela Consultora, até que o respectivo recurso seja creditado na conta corrente de titularidade do FUNDO na Administradora, observado o disposto no inciso VII do Artigo 20 deste Regulamento.

Artigo 61 - O FUNDO não poderá realizar aplicações em (i) Direitos Creditórios originados ou cedidos, direta ou indiretamente, pela Administradora, pela Gestora, e/ou pela Consultora e/ou de sua coobrigação, bem como de seus controladores, de sociedades por ela direta ou indiretamente controladas, de coligadas ou outras sociedades sob controle comum; e (ii) Ativos Financeiros de emissão ou coobrigação da Administradora, da Gestora ou da Consultora, bem como de seus controladores, de sociedades por ela direta ou indiretamente controladas, de coligadas ou outras sociedades sob controle comum.

Artigo 62 - O FUNDO poderá alienar a terceiros Direitos Creditórios adquiridos desde que o valor de venda seja igual ou superior ao valor contabilizado em seu ativo.

Artigo 63 - Todos os resultados auferidos pelo FUNDO serão incorporados ao seu patrimônio, de maneira diferenciada para cada série ou classe de Cotas conforme as regras estabelecidas neste Regulamento.

Artigo 64 - Não existe, por parte do FUNDO, da Administradora, da Gestora ou da Consultora, nenhuma promessa ou garantia acerca da rentabilidade das aplicações dos recursos do FUNDO ou relativas à rentabilidade de suas Cotas.

Artigo 65 - As aplicações realizadas no FUNDO não contam com garantia da Administradora, da Gestora, da Consultora ou do Fundo Garantidor de Créditos - FGC.

CAPÍTULO XI – DOS CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE

Artigo 67 - Na Data de Aquisição dos Direitos Creditórios pelo FUNDO caberá a Administradora a verificação do atendimento pelos Direitos Creditórios aos Critérios de Elegibilidade. Quando da aquisição de Direitos Creditórios pelo FUNDO, a Consultora e a Administradora deverão observar as rotinas e os procedimentos definidos neste Regulamento cujo atendimento esteja sob sua específica responsabilidade.



Artigo 68 - Serão considerados elegíveis ao FUNDO os Direitos Creditórios cujas informações foram transmitidas pela Consultora à Administradora, por meio eletrônico, de acordo com os procedimentos definidos neste Regulamento, e que atendam, cumulativamente, na Data de Aquisição, aos seguintes Critérios de Elegibilidade:

- I - recebimento de arquivo eletrônico com a relação dos Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo FUNDO;
- II - o FUNDO somente adquirirá Direitos Creditórios cuja data de vencimento não seja posterior à data de encerramento da última série de Cotas Seniores do FUNDO;
- III - o FUNDO somente poderá adquirir Direitos Creditórios que não estejam vencidos e pendentes de pagamento na Data de Aquisição;
- IV - cada cessão de Direitos Creditórios será precedida de análise verificando a concentração de títulos de até 5% (cinco por cento) de um mesmo devedor (mesmo CPF ou CNPJ), ressalvado que na hipótese de cessões de Direitos Creditórios por diferentes Cedentes e mesmos devedores, o limite por devedor, poderá ser majorado para 8% (oito por cento) e até 5% (cinco por cento) para um mesmo Cedente (mesmo CNPJ);
- V - os Direitos Creditórios devem ser de devedores que, na Data da Aquisição para o FUNDO, não apresentem qualquer valor em atraso há mais de 15 (quinze) dias corridos;
- VI - o prazo médio de todos os Direitos de Crédito adquiridos pelo FUNDO não poderá ser superior a 90 (noventa) dias considerados a partir da Data de Aquisição;
- VII - Os Direitos de Crédito representados por Duplicata deverão representar, no mínimo 50% (cinquenta por cento) do patrimônio líquido do FUNDO apurado no dia útil anterior à cessão

Parágrafo Primeiro - As operações de aquisição dos Direitos Creditórios pelo FUNDO serão consideradas formalizadas somente após a celebração de Contrato de Cessão e recebimento do Termo de Cessão, firmados pelo FUNDO com as Cedentes devidamente assinados, bem como atendidos todos e quaisquer procedimentos descritos neste Regulamento. As Cedentes poderão responder solidariamente com seus devedores pelo pagamento dos Direitos Creditórios cedidos ao FUNDO, nos termos dos respectivos Contratos de Cessão.

Artigo 67 - Na hipótese do Direito Creditório perder qualquer Critério de Elegibilidade após sua aquisição pelo FUNDO, ou seja, cumpridos todos os procedimentos descritos neste Regulamento e registrados no sistema da Administradora, não haverá direito de regresso contra a Administradora, Gestora ou a Consultora, salvo na existência de má-fé, culpa ou dolo por parte destes.

CAPÍTULO XII - DOS PROCEDIMENTOS DE CESSÃO

Artigo 69 - Para a formalização das ofertas de Direitos Creditórios pela Cedente ao FUNDO, serão adotados os procedimentos descritos nos Artigos abaixo.

Artigo 70 - A Consultora será a centralizadora do recebimento de arquivos transmitidos pelas Cedentes selecionadas para cederem Direitos Creditórios ao FUNDO. Em tais arquivos, deverá constar a relação dos Direitos Creditórios ofertados, oriundos de operações realizadas nos segmentos financeiro, comercial, industrial, de arrendamento mercantil e de prestação de serviços realizados pela Cedente, o valor de face dos mesmos, as datas dos seus vencimentos e os dados dos devedores.



Artigo 71 - A Consultora recepcionará a relação dos Direitos Creditórios ofertados e seguirá os seguintes procedimentos; (i) recepcionada a relação de Direitos Creditórios, verificará quais Direitos Creditórios dentre os ofertados atendem a política de investimentos do FUNDO; (ii) não havendo qualquer restrição, considerará os Direitos Creditórios passíveis de cessão ao Fundo, devendo transmitir à Administradora, através de arquivo eletrônico em formato ("layout") específico, contemplando, além dos dados recebidos da Cedente, o valor pelo qual os Direitos Creditórios serão cedidos ao FUNDO.

Artigo 72 - Após recebimento do arquivo eletrônico pela Administradora, a mesma averiguará se a aquisição pelo FUNDO dos Direitos Creditórios passíveis de cessão é compatível com as obrigações passivas do FUNDO estabelecidas em seu Regulamento e no Contrato de Cessão, considerados o fluxo de caixa existente e a remuneração dessas obrigações passivas, conforme Taxa Mínima de Cessão. Por sua vez, a Administradora validará os Direitos Creditórios em relação aos Critérios de Elegibilidade estabelecidos no Regulamento.

Artigo 73 - Verificada a compatibilidade e validade dos Direitos Creditórios nos termos acima, assinado o Contrato de Cessão, a Administradora comandará a emissão do respectivo Termo de Cessão, preferencialmente em forma eletrônica.

Artigo 74 - A Consultora e a Gestora acompanharão todo o procedimento de oferta e cessão, dos Direitos Creditórios cedidos, nos termos dos contratos firmados entre o FUNDO e a Consultora.

Artigo 75 - A liquidação da cessão será realizada mediante o pagamento dos valores correspondentes ao preço da cessão, pela Administradora, atuando por conta e ordem do FUNDO, sempre em até 1 (um) Dia Útil, contado da Data de Aquisição.

CAPÍTULO XIII – DOS FATORES DE RISCO

Artigo 76 - Não obstante a diligência da Administradora, da Gestora e da Consultora em colocar em prática a política de investimento delineada, os investimentos do FUNDO estão, por sua natureza, sujeitos a diversos tipos de riscos e, mesmo que a Administradora e a Gestora mantenham sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perda total do capital investido pelos cotistas no FUNDO.

Artigo 77 - Os Ativos Financeiros e Direitos Creditórios que compõem a carteira do FUNDO estão sujeitos aos seguintes fatores de risco:

I – **Risco de crédito:** consiste no risco de inadimplemento ou atraso no pagamento de juros e/ou principal dos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros pelos emissores e coobrigados dos ativos ou pelas contrapartes das operações do FUNDO, podendo ocasionar, conforme o caso, a redução dos ganhos ou mesmo perdas financeiras até o valor das operações contratadas e não liquidadas. Alterações e equívocos na avaliação do risco de crédito do emissor podem acarretar em oscilações no preço de negociação dos títulos que compõem a carteira do FUNDO.

II – **Risco de liquidez:** consiste no risco de redução ou inexistência de demanda pelos Ativos Financeiros integrantes da carteira do FUNDO nos respectivos mercados em que são negociados, devido a condições específicas atribuídas a esses ativos ou aos próprios mercados em que são negociados. Em virtude de tais riscos, a Administradora poderá encontrar dificuldades para liquidar posições ou negociar os referidos ativos pelo preço e no tempo desejados, de acordo com a estratégia de gestão adotada para o FUNDO, o qual permanecerá



exposto, durante o respectivo período de falta de liquidez, aos riscos associados aos referidos ativos que podem, inclusive, obrigar a Gestora a aceitar descontos nos seus respectivos preços, de forma a realizar sua negociação em mercado. Esses fatores podem prejudicar o pagamento de resgate e/ou amortização aos cotistas do FUNDO.

III – Risco de mercado: consiste no risco de flutuação dos preços e da rentabilidade dos Ativos Financeiros do FUNDO, os quais são afetados por diversos fatores de mercado, como liquidez, crédito, alterações nas políticas econômicas monetária, fiscal ou cambial, e mudanças econômicas nacionais ou internacionais. As oscilações de preços podem fazer com que determinados ativos sejam avaliados por valores diferentes aos de emissão e/ou contabilização, podendo acarretar volatilidade das Cotas e perdas aos cotistas.

IV – Risco de concentração: A Gestora buscará diversificar a carteira do FUNDO e deverá observar os Limites de Concentração do FUNDO de que trata o Artigo 56 deste Regulamento. No entanto, a política de investimentos do FUNDO admite i) a aquisição/ou manutenção na carteira do FUNDO de concentração em títulos públicos e privados; e ii) a aquisição e/ou manutenção na carteira do FUNDO de Direitos Creditórios de apenas uma Cedente nos primeiros 90 (noventa) dias de funcionamento do FUNDO. O risco associado às aplicações do FUNDO é diretamente proporcional à concentração das aplicações. Quanto maior a concentração das aplicações do FUNDO em um único emissor de títulos, ou em Direitos Creditórios cujo devedor seja um único devedor, maior será a vulnerabilidade do FUNDO em relação ao risco de crédito desse emissor ou devedor.

V – Risco de descasamento: Os Direitos Creditórios componentes da carteira do FUNDO são contratados a taxas pré-fixadas. A incorporação dos resultados auferidos pelo FUNDO para as Cotas Seniores, quando houver, terão determinada Remuneração Alvo. Neste caso, se, de maneira excepcional, a taxa de juros se elevar substancialmente, os recursos do FUNDO podem ser insuficientes para assegurar parte ou a totalidade da rentabilidade almejada para as Cotas.

VI – Risco da liquidez da Cota no mercado secundário: O FUNDO é constituído sob a forma de condomínio fechado, assim, o resgate das Cotas do FUNDO, em situações de normalidade, só poderá ser feito ao término do prazo de duração de cada série ou classe, razão pela qual se, por qualquer motivo, antes de findo tal prazo, o cotista resolva desfazer-se de suas Cotas, ele terá que aliená-las no mercado secundário de cotas de fundos de investimento, mercado esse que, no Brasil, não apresenta alta liquidez, o que pode acarretar dificuldades na alienação dessas Cotas e/ou ocasionar a obtenção de um preço de venda que cause perda patrimonial ao investidor.

VII – Risco de inexistência de mercado secundário para negociação de Direitos Creditórios: O FUNDO deve aplicar seus recursos preponderantemente em Direitos Creditórios. No entanto, pela sua própria natureza, a aplicação em Direitos Creditórios apresenta peculiaridades em relação às aplicações usuais da maioria dos fundos de investimento de renda fixa. Não existe, no Brasil, por exemplo, mercado ativo para compra e venda de Direitos Creditórios. Assim, caso seja necessária a venda dos Direitos Creditórios da carteira do FUNDO, como nas hipóteses de liquidação previstas neste Regulamento, poderá não haver compradores ou o preço de negociação poderá causar perda de patrimônio ao FUNDO, bem como afetar adversamente a rentabilidade das Cotas.

VIII – Risco de descontinuidade: A existência do FUNDO no tempo dependerá da manutenção do fluxo de cessão de Direitos Creditórios nos termos de cada um dos Contratos de Cessão. Conforme previsto neste Regulamento, poderá haver a liquidação antecipada do FUNDO em situações pré-determinadas ou mediante deliberação da Assembleia Geral. Tal situação pode acarretar o desenquadramento da carteira do FUNDO, bem como gerar dificuldades à Gestora e a Consultora em identificar Direitos de Crédito que estejam de acordo com os Critérios de Elegibilidade nos termos deste Regulamento em tempo hábil. Desse modo, os cotistas terão seu



horizonte original de investimento reduzido e poderão não conseguir reinvestir os recursos que detinham aplicados no FUNDO com a mesma remuneração proporcionada pelo FUNDO, não sendo devida, entretanto, pelo FUNDO, pela Administradora, pela Consultora ou pelas Cedentes dos Direitos Creditórios qualquer multa ou penalidade, a qualquer título, em decorrência desse fato.

IX - Risco de resgate das Cotas do FUNDO em Direitos Creditórios: Na ocorrência de uma das hipóteses de liquidação antecipada do FUNDO, há previsão neste Regulamento de que as Cotas Seniores poderão ser resgatadas em Direitos Creditórios. Nessa hipótese, os cotistas poderão encontrar dificuldades para vender os Direitos Creditórios recebidos do FUNDO ou para administrar/cobrar os valores devidos pelos devedores dos Direitos Creditórios e poderão sofrer prejuízos patrimoniais.

X - Risco tributário: Este pode ser definido como o risco de perdas devido à criação de tributos, nova interpretação ou ainda de interpretação diferente que venha a se consolidar sobre a incidência de quaisquer tributos, obrigando o FUNDO a novos recolhimentos, ainda que relativos a operações já efetuadas.

XI - Risco Relacionado a Fatores Legais e Regulatórios: O FUNDO está sujeito a riscos decorrentes das eventuais restrições de natureza legal ou regulatória que possam afetar adversamente a validade da constituição e da cessão dos Direitos Creditórios para o Cedente, bem como o comportamento do conjunto dos Direitos Creditórios cedidos e os fluxos de caixa a serem gerados.

XII - Risco de guarda da documentação relativa aos Direitos Creditórios e da verificação de lastro por amostragem: A Administradora será responsável pela guarda dos Documentos Comprobatórios da operação relativos aos direitos creditórios. Todavia a Administradora poderá contratar e contratou o Depositário para que realize a guarda do original dos Documentos Comprobatórios da operação que tenham sido emitidos em suporte analógico. Mesmo que a Administradora possua regras e procedimentos adequados, por escrito e passíveis de verificação e que o contrato de prestação de serviços celebrado com o Depositário garanta o efetivo controle da Administradora sobre a movimentação dos Documentos Comprobatórios e demais ativos integrantes da carteira do FUNDO sob a guarda do Depositário, a guarda da documentação por terceiro poderá dificultar ou retardar eventuais procedimentos de cobrança dos respectivos devedores, podendo gerar perdas ao FUNDO e consequentemente aos cotistas do FUNDO. Adicionalmente, eventos fora do controle da Administradora ou do Depositário, incluindo, mas não se limitando a, incêndios, inundações e outras hipóteses de força maior, poderão acarretar a perda dos Documentos Comprobatórios, gerando prejuízos ao FUNDO e aos cotistas do FUNDO. A Administradora realizará, diretamente ou através de terceiros contratados, verificação periódica da documentação referente aos direitos creditórios. Uma vez que essa verificação é realizada por amostragem após a cessão dos direitos creditórios ao FUNDO este poderá adquirir direitos creditórios que, na data da cessão, não apresentem evidências da comprovação de entrega da mercadoria ou da prestação do serviço. Além disso, a carteira do FUNDO poderá conter direitos creditórios cujos Documentos Comprobatórios apresentem irregularidades, que poderão obstar o pleno exercício, pelo FUNDO, das prerrogativas decorrentes da titularidade dos direitos creditórios.

XIII - Risco relacionado a Consultora: Uma vez que o FUNDO poderá adquirir Direitos Creditórios de titularidade da Consultora, existe o risco de haver conflito de interesse entre o FUNDO e as Consultora.

XIV - Risco pela ausência do registro em cartório das cessões de Direitos Creditórios ao FUNDO: Por se tratar de um FUNDO que poderá adquirir Direitos Creditórios de uma multiplicidade de Cedentes domiciliadas em diversas localidades no território brasileiro, o FUNDO adota como política não registrar os Contratos de Cessão e seus Termos de Cessão em



cartório de registro de títulos e documentos em função dos custos do registro. Assim sendo, a não realização do referido registro, ou a não utilização de instrumento público para a formalização dos Contratos de Cessão e/ou Termo de Cessão e anexos poderá representar risco ao FUNDO em relação a créditos reclamados por terceiros que tenham sido ofertados ou cedidos pelas Cedentes a mais de um cessionário. O FUNDO não poderá reclamar Direitos Creditórios cedidos a terceiros ou valores em relação a Direitos Creditórios cedidos pagos por devedores a terceiros de boa fé adquirentes dos mesmos Direitos Creditórios cedidos ao FUNDO. O FUNDO poderá sofrer perdas, não podendo a Administradora ser de qualquer forma responsabilizados por tais perdas.

XV - Ausência de classificação de risco das Cotas: O FUNDO poderá emitir Cotas Subordinadas e séries de Cotas Seniores que não possuam classificação de risco emitida por agência classificadora de risco, desde que permitido pela regulamentação aplicável, o que pode dificultar a avaliação, por parte dos investidores, da qualidade do crédito representado pelas Cotas e com a capacidade do FUNDO em honrar com os pagamentos das Cotas. Além disso, a ausência de classificação de risco pode restringir a negociação dessas Cotas no mercado secundário a um número menor de investidores e, assim, reduzir a liquidez destas nesse mercado. Caso os titulares das Cotas Seniores desejem se desfazer de seu investimento antes do prazo de vencimento, podem ser obrigados a oferecer descontos substanciais para vendê-las no mercado secundário, realizando uma perda de parte de seu vencimento. Não há garantias de que os investidores conseguirão se desfazer de seus investimentos antes do prazo de vencimento destas cotas.

XVI - Risco Relacionado a Fatores Macroeconômicos: O FUNDO também poderá estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos ao controle da Gestora tais como a ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro e/ou de capitais brasileiro, incluindo variações nas taxas de juros, eventos de desvalorização da moeda e de mudanças legislativas, poderão resultar em (a) perda de liquidez dos ativos que compõem a carteira do FUNDO, (b) inadimplência dos emissores dos ativos e/ou devedores, e (c) incremento significativo nas solicitações de resgates de Cotas Seniores. Tais fatos poderão acarretar prejuízos para os Cotistas e atrasos nos pagamentos dos resgates.

XVII - Titularidade dos Direitos Creditórios: O FUNDO é uma comunhão de recursos que tem por objeto a aquisição de Direitos de Creditórios, e suas Cotas representam porções ideais de seu patrimônio líquido. Deste modo, a titularidade das Cotas não confere ao cotista propriedade ou qualquer outro direito que possa ser exercido diretamente sobre os Direitos de Creditórios ou sobre os Ativos Financeiros que integram a carteira do Fundo. Em caso de liquidação antecipada do FUNDO, poderá haver resgate de Cotas mediante dação em pagamento de Direitos Creditórios, nas hipóteses previstas no Regulamento, e neste caso, a propriedade dos Direitos Creditórios será transferida do FUNDO para os cotistas. Não caberá ao cotista a escolha dos Direitos Creditórios que lhe serão atribuídos por ocasião do resgate de Cotas mediante dação em pagamento de Direitos Creditórios.

XVIII - Risco decorrente da multiplicidade de Cedentes: O FUNDO está apto a adquirir Direitos Creditórios de titularidade de múltiplas Cedentes. Tais Cedentes não são previamente conhecidas pelo FUNDO, pela Administradora, pela Gestora, pela Consultora de forma que eventuais problemas de natureza comercial entre as Cedentes e os respectivos devedores podem não ser previamente identificados pelo FUNDO, pela Administradora, pela Gestora ou pela Consultora. Caso os Direitos Creditórios cedidos não sejam pagos integralmente pelos respectivos devedores em decorrência de qualquer problema de natureza comercial entre o devedor e a respectiva Cedente, tais como (i) defeito ou vício do produto ou (ii) devolução do



produto que resulte no cancelamento da respectiva venda e as respectivas Cedentes não restituam ao FUNDO o montante em moeda corrente nacional correspondente ao valor dos referidos Direitos Creditórios, os resultados do FUNDO poderão ser afetados negativamente.

XIX - Risco da Cobrança Judicial e Extrajudicial: Em se verificando a inadimplência nas obrigações dos pagamentos dos créditos cedidos ao FUNDO, a Consultora poderá efetuar a cobrança judicial e/ou extrajudicial dos valores devidos. Não há, contudo, garantia de que, em qualquer uma dessas hipóteses, as referidas cobranças atingirão os resultados almejados, nem de que o FUNDO recuperará a totalidade dos valores inadimplidos, o que poderá implicar perdas patrimoniais ao FUNDO. O FUNDO, caso os custos da cobrança judicial sejam muito elevados, poderá optar por não efetuar tal cobrança judicial, o que poderá acarretar perda patrimonial para o FUNDO.

XX - Riscos relacionados aos procedimentos de cobrança: os custos incorridos com os procedimentos judiciais ou extra judiciais necessários à cobrança dos Direitos Creditórios de titularidade do FUNDO e à salvaguarda dos direitos, das garantias e das prerrogativas dos Cotistas são de inteira e exclusiva responsabilidade do FUNDO, devendo ser suportados até o limite do valor total das Cotas Subordinadas. A Administradora, a Gestora e a Consultora não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, pela adoção ou manutenção de referidos procedimentos caso o FUNDO não disponha de recursos suficientes necessários para tanto.

XXI - Risco de execução de Direitos Creditórios emitidos em caracteres de computador na modalidade de duplicatas digital: O FUNDO pode adquirir Direitos Creditórios formalizados através de duplicatas digitais. Essa é uma modalidade recente de título cambiário que se caracteriza pela emissão em meio magnético, ou seja, não há a emissão da duplicata em papel. Não existe um entendimento uniforme da doutrina como da jurisprudência brasileira quanto à possibilidade do endosso virtual, isto porque a duplicata possui regras próprias segundo a Lei Uniforme de Genebra que limitariam a possibilidade de tais títulos serem endossados eletronicamente. Além disso, para promover ação de execução da duplicata virtual, o FUNDO deverá apresentar em juízo o instrumento do protesto por indicação, nesse sentido será necessário provar a liquidez da dívida representada no título de crédito, já que não se apresenta a cártula, uma vez que a cobrança e o pagamento pelo aceitante, no caso da duplicata digital, são feitos por boleto bancário. Dessa forma, o FUNDO poderá encontrar dificuldades para realizar a execução judicial dos Direitos Creditórios representados por duplicatas digitais.

XXII - Demais riscos: O Regulamento prevê que os Direitos Creditórios deverão atender os Critérios e Elegibilidade, porém os referidos Critérios de Elegibilidade poderão ser insuficientes ou inadequadas para garantir a liquidez dos Direitos Creditórios adquiridos pelo FUNDO. O FUNDO poderá incorrer no risco de os Direitos Creditórios serem alcançados por obrigações assumidas pelas Cedentes e/ou em decorrência de sua intervenção ou liquidação extrajudicial. Os principais eventos que podem afetar a cessão dos Direitos Creditórios consistem (i) na existência de garantias reais sobre os Direitos Creditórios, constituídas antes da sua cessão ao FUNDO, sem conhecimento do FUNDO, (ii) na existência de penhora ou outra forma de constrição judicial sobre os Direitos Creditórios, ocorridas antes da sua cessão ao FUNDO e sem o conhecimento do FUNDO, (iii) na verificação, em processo judicial, de fraude contra credores ou fraude à execução praticadas pelas Cedentes, e (iv) na revogação da cessão dos Direitos Creditórios ao FUNDO, quando restar comprovado que tal cessão foi praticada com a intenção de prejudicar os credores das Cedentes. Nestas hipóteses os Direitos Creditórios cedidos ao FUNDO poderão ser alcançados por obrigações das Cedentes e o patrimônio do FUNDO poderá ser afetado negativamente. A propriedade das Cotas não confere aos cotistas propriedade direta sobre os Direitos Creditórios. Os direitos dos cotistas são exercidos sobre todos os ativos da carteira de modo não individualizado, proporcionalmente ao número de Cotas possuídas. O FUNDO também poderá estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos,



tais como moratória, guerras, revoluções, mudanças nas regras aplicáveis aos Ativos Financeiros, mudanças impostas aos ativos financeiros integrantes da carteira do FUNDO, alteração na política econômica, decisões judiciais, etc.

CAPÍTULO XIV - DA AQUISIÇÃO E DA COBRANÇA DOS DIREITOS CREDITÓRIOS

Artigo 78 - Os procedimentos para cessão de Direitos Creditórios ao FUNDO podem ser descritos da seguinte forma:

- a) as Cedentes submetem a Consultora, informações acerca dos Direitos Creditórios que pretendam ceder para o FUNDO;
- b) a Consultora encaminha à Administradora arquivo eletrônico que relacionará, identificará e descreverá apenas os Direitos Creditórios aprovados de acordo com a política de investimento do FUNDO;
- c) após o recebimento do arquivo enviado pela Consultora, a Administradora deverá verificar os Critérios de Elegibilidade dos Direitos Creditórios indicados pela Consultora;
- d) estando o Contrato de Cessão devidamente assinado, a Administradora comandará a emissão do Termo de Cessão conforme estabelecido em cada um dos Contratos de Cessão de Crédito – a ser preferencialmente firmado em forma eletrônica com a utilização de processo de certificação disponibilizado pela Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil – relacionando os Direitos Creditórios adquiridos pelo FUNDO;
- e) as Cedentes e o FUNDO, representado pela Administradora, firmarão o Termo de Cessão, usando preferencialmente o formato eletrônico discriminado na alínea "d";
- f) o FUNDO pagará pela cessão dos Direitos Creditórios, na Data da Aquisição, por intermédio da Administradora, através de TED em conta corrente diretamente às Cedentes;
- g) as Cedentes encaminharão à Administradora ou ao Depositário, conforme o caso, a documentação relativa aos Direitos Creditórios, bem como eventuais títulos de crédito vinculados, para que sejam mantidos sob sua guarda, a partir da Data de Aquisição, na qualidade de Fiel Depositária.


Parágrafo único. Não são admitidos pagamentos de cessão para contas de pessoas que não sejam as próprias Cedentes dos Direitos Creditórios (de terceiros, estranhos aos negócios realizados de venda e compra dos recebíveis).

Artigo 79 - A Consultora, em nome do FUNDO, será responsável pela comunicação aos devedores, da cessão dos Direitos Creditórios para o FUNDO até em 3 (três) dias após a realização da cessão.

Parágrafo único. A comunicação poderá ser realizada pelos Correios, por meio de carta com aviso de recebimento (AR), ou através de e-mail que utilize o sistema Comprova de certificação digital de envio, recebimento, conteúdo e leitura (www.comprova.com).

Artigo 80 - A forma de liquidação dos Direitos Creditórios representados por duplicatas e/ou contratos de compra e venda, e/ou de prestação de serviços será através de (i) boletos bancários, tendo o FUNDO por favorecido, emitidos pelo Banco Cobrador ou pela Consultora e enviados aos devedores, ou (ii) crédito pelos devedores em conta corrente do FUNDO mantida junto ao Banco Cobrador ou junto à Administradora, conforme o caso, ou, ainda, crédito pelos devedores em uma *conta escrow* gerenciada pela Administradora.

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR


www.bancopetra.com.br



Parágrafo Único - O recebimento dos Direitos Creditórios resultante dos pagamentos dos boletos bancários nos termos *caput* deste Artigo será efetuado diretamente em conta corrente do FUNDO junto ao Banco Cobrador, ou conforme o caso, em uma conta corrente do FUNDO na Administradora.

Artigo 81 - Os Direitos Creditórios representados por cheque, serão liquidados através de depósito em conta corrente de titularidade do FUNDO junto ao Banco Cobrador.

Parágrafo Único - As Cedentes deverão entregar os cheques cedidos para custódia do Banco Cobrador em até 72 (setenta e duas) horas, contadas da assinatura do Termo de Cessão.

Artigo 82 - A cobrança dos Direitos Creditórios vencidos e não pagos será realizada pela Consultora.

Artigo 83 - Os Direitos Creditórios poderão ser protestados e cobrados inclusive judicialmente. Todas as despesas de cobrança, inclusive judiciais, serão suportadas pelo FUNDO.

Artigo 84 - As instruções de cobrança dos Direitos Creditórios deverão respeitar a seguinte Política de Cobrança:

- I - As instruções de protesto, prorrogação, baixa, cancelamento de protesto e abatimento serão enviadas ao Banco Cobrador diretamente pela Consultora ou pela Administradora;
- II - As comunicações aos cartórios de protesto de títulos serão realizadas pelo Banco Cobrador, podendo ser empregada empresa terceirizada especializada em serviços dessa natureza;
- III - Havidas todas as medidas cabíveis amigavelmente e por meios administrativos, a Consultora ou a empresa de cobrança por ela nomeada poderá indicar um advogado que responderá pela cobrança do devedor em juízo, ficando a Administradora obrigada a outorgar em nome do FUNDO o respectivo mandato *ad-judicia*.

CAPÍTULO XV - DAS COTAS

Artigo 85 - O patrimônio do Fundo é formado por Cotas Seniores e Cotas Subordinadas, sendo que as características e os direitos, bem como as condições de emissão, subscrição, integralização e resgate aplicáveis às classes de Cotas estão descritas neste Regulamento.

Parágrafo Primeiro - Cada classe de Cotas terá características específicas, de acordo com o disposto neste Regulamento e no respectivo Suplemento.

Parágrafo Segundo - As Cotas (a) terão a forma escritural, (b) serão mantidas em conta de depósito em nome de seus respectivos titulares, (c) correspondem a frações ideais de seu patrimônio, (d) serão subscritas e integralizadas na mesma data, e (e) serão resgatadas nos termos previstos neste Regulamento.

Parágrafo Terceiro - Na hipótese do Fundo atingir a Remuneração Alvo definida para as Cotas Seniores, conforme estabelecido neste Regulamento, a rentabilidade excedente será atribuída às Cotas Subordinadas, as quais não possuem limite de rentabilidade.

Parágrafo Quarto - O cálculo do valor das Cotas Seniores e das Cotas Subordinadas será realizado diariamente, utilizando os seguintes critérios:



- a) Primeiramente, calcula-se ao final do dia os custos para a manutenção da estrutura do **FUNDO** como, por exemplo, mas não limitado a administração, custódia, controladoria, gestão, debitando-os diretamente do valor das cotas subordinadas;
- b) Calcula-se então o custo relativo à remuneração-alvo das Cotas Seniores e debita-se do valor das Cotas Subordinadas;
- c) Finalmente, verifica-se se houve qualquer operação que tenha gerado prejuízo ao **FUNDO** debitando-a também do valor das Cotas Subordinadas;

Artigo 86 - As Cotas Seniores têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações comuns:

- (a) Prioridade de resgate em relação às Cotas Subordinadas, observado o disposto neste Regulamento;
- (b) Deverão atender à Relação Mínima estabelecida neste Regulamento;
- (c) O valor unitário inicial de emissão na data da primeira subscrição de Cotas Seniores será de R\$ 1.000,00 (mil reais);
- (d) O valor unitário será calculado todo Dia Útil para efeito de definição do valor de integralização e resgate das Cotas Seniores; e
- (e) Direito de votar todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembleias Gerais, sendo que cada Cota Sênior corresponderá a 01 (um) voto.

Parágrafo Único - As Cotas Seniores em circulação serão trimestralmente avaliadas pela agência classificadora de risco. Não obstante, caso entenda necessário, a agência classificadora de risco poderá solicitar informações adicionais e rever a classificação de risco das Cotas Seniores em periodicidade inferior.

Artigo 87 - As Cotas Subordinadas possuem as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações:

- (a) Subordinam-se às Cotas Seniores para efeito de resgate, observado o disposto neste Regulamento;
- (b) Deverão atender à Relação Mínima entre as Cotas Subordinadas estabelecidas neste Regulamento;
- (c) O valor unitário inicial de emissão na data da primeira subscrição de Cotas Subordinadas será de R\$ 1.000,00 (mil reais);
- (d) O valor unitário será calculado todo Dia Útil para efeito de definição do valor de integralização e resgate das Cotas Subordinadas; e
- (e) Direito de votar todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembleias Gerais, sendo que a cada Cota Subordinada corresponderá 01 (um) voto.

Parágrafo Primeiro - As Cotas Subordinadas não serão submetidas a avaliação pela agência classificadora de risco, uma vez que serão subscritas exclusivamente pela Consultora e seus sócios.

Parágrafo Segundo - A integralização de Cotas Subordinadas em Direitos de Crédito está condicionada ao atendimento dos Direitos de Crédito aos Critérios de Elegibilidade.



Parágrafo Terceiro – Será admitida a subscrição por um mesmo investidor de todas as Cotas Seniores e/ou Cotas Subordinadas emitidas.

Artigo 88 - O cotista, por ocasião de seu ingresso no Fundo: (a) receberá exemplar deste Regulamento e do prospecto, se houver, e (b) assinará termo de adesão, declarando sua qualidade de Investidor Qualificado, bem como declarando estar ciente, dentre outras informações: (i) das disposições contidas neste Regulamento, especialmente aquelas referentes à política de investimento, à Taxa de Administração; (ii) dos riscos inerentes ao investimento no Fundo, conforme descritos neste Regulamento; e (iii) da possibilidade de perdas decorrentes das características dos Direitos de Crédito que integram e/ou venham a integrar a carteira do Fundo.

Artigo 89 - A qualidade de cotista do Fundo caracterizar-se-á pela abertura de conta de depósito em nome do Cotista.

Parágrafo Primeiro - O extrato da conta de depósito, emitido pelo Administrador, será o documento hábil para comprovar a propriedade do número de Cotas pertencentes a cada Cotista.

Parágrafo Segundo - A integralização das Cotas do Fundo será efetuada à vista em moeda corrente nacional, mediante o crédito do respectivo valor em recursos disponíveis na conta corrente do Fundo a ser indicada pelo Administrador, por qualquer mecanismo de transferência de recursos admitido pelo BACEN ou através de sistema operacionalizado pela CETIP, quando aplicável.

Parágrafo Terceiro - A confirmação da integralização de Cotas do Fundo está condicionada à efetiva disponibilidade pelos cotistas dos recursos na conta corrente do Fundo.

Parágrafo Quarto - Os titulares das Cotas não poderão, sob nenhuma hipótese, exigir do FUNDO o resgate de suas Cotas em termos outros que não os expressamente previstos neste Regulamento.

Artigo 90 - A partir da Data de Subscrição Inicial as Cotas do Fundo terão seu valor de integralização e de resgate, nas hipóteses definidas neste Regulamento, calculado no fechamento de todo Dia Útil pela Administradora.

Artigo 91 - É vedada a afetação ou a vinculação, a qualquer título, de parcela do patrimônio do FUNDO a qualquer classe ou série de Cotas.

Artigo 92 - Ocorrendo feriado de âmbito estadual ou municipal na praça sede da Administradora, a aplicação, efetivação de amortização ou de resgate será realizada no primeiro Dia Útil subsequente com base no valor da Cota deste dia para aplicação e no valor da Cota no Dia Útil imediatamente anterior para amortização e resgate. Da mesma forma, considerar-se-á feito o pedido de aplicação, amortização ou resgate no primeiro Dia Útil subsequente.

CAPÍTULO XVI - DA EMISSÃO

Artigo 93 - Na emissão de Cotas do FUNDO, deve ser utilizado o valor da Cota em vigor no próprio dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor à Administradora, em sua sede ou dependências.



Artigo 94 - No ato da subscrição das Cotas, o subscritor assinará Boletim de Subscrição, que será autenticado pela Administradora. Do Boletim de Subscrição constarão as seguintes informações:

- I - nome e qualificação do subscritor;
- II - número e classe de Cotas subscritas; e
- III - preço e condições para sua integralização.

Artigo 95 - Mediante aprovação da Assembleia Geral, novas séries Cotas Seniores ou classes de Cotas Subordinadas do FUNDO poderão ser emitidas, desde que observados os procedimentos exigidos pela regulamentação da CVM e as normas deste Regulamento, cabendo a respectiva Assembleia Geral decidir sobre a realização de oferta pública das mesmas, sendo que esta oferta poderá ser realizada nos termos da Instrução CVM 400 ou ser com esforços restritos, nos termos previstos na Instrução CVM 476, ficando as regras de distribuição estipuladas no respectivo Suplemento.

Parágrafo único - Não haverá direito de preferência dos Cotistas do FUNDO na aquisição e subscrição das eventuais novas séries de Cotas Seniores mencionadas no *caput*.

Artigo 96 - As Cotas Seniores deverão ser subscritas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias a contar da (i) data da publicação do anúncio de início de distribuição, quando se tratar de colocação pública de Cotas; ou (ii) da data da dispensa de registro outorgada pela CVM; ou ainda na data estipulada no termo de deliberação de emissão de Cotas, quando se tratar de colocação com esforços restritos.

Parágrafo Primeiro - A CVM, em virtude de solicitação fundamentada, a seu exclusivo critério, poderá prorrogar o prazo previsto no parágrafo anterior por outro período, no máximo igual ao prazo inicial.

Parágrafo Segundo - O saldo de Cotas Seniores não colocado será cancelado.

Artigo 97 - O FUNDO poderá realizar distribuição concomitante de classes e séries distintas de Cotas, em quantidades e condições previamente estabelecidas no respectivo Suplemento, anúncio de início de distribuição de Cotas e no prospecto do FUNDO, se houver, observado o disposto neste Regulamento e na regulamentação aplicável.

Artigo 98 - O preço de subscrição das Cotas poderá contemplar ágio ou deságio sobre o valor previsto para amortização desde que uniformemente aplicado para todos os subscritores e apurado através de procedimento de descoberta de preço em mercado organizado.

Artigo 99 - Para o cálculo do número de Cotas a que tem direito o investidor, não serão deduzidas do valor entregue à Administradora quaisquer taxas ou despesas.

Parágrafo Único - As Cotas do Fundo terão seu valor de integralização e de resgate, nas hipóteses definidas neste Regulamento, calculado no fechamento de todo Dia Útil pela Administradora.

CAPÍTULO XVII - DA DISTRIBUIÇÃO

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR

www.bancopetra.com.br



Artigo 100 - Exceto na hipótese de distribuição pública de Cotas do FUNDO com dispensa de requisitos ou de registro nos termos Instrução CVM 400 e da Instrução CVM 476 a distribuição das Cotas Seniores será precedida de registro específico na CVM e da publicação de anúncio de início de distribuição contendo todas as informações exigidas na regulamentação expedida pela CVM.

Artigo 101 - Cada classe ou série de Cotas do FUNDO destinada à colocação pública deve ser avaliada por agência classificadora de risco em funcionamento no país.

Artigo 102 - Caso ocorra o rebaixamento da classificação de risco de uma série ou classe de Cotas do FUNDO, serão adotados os seguintes procedimentos:

- I - comunicação a cada cotista das razões do rebaixamento, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, através de publicação no Periódico utilizado para a divulgação de informações do FUNDO ou através de correio eletrônico;
- II - envio a cada cotista de correspondência ou correio eletrônico contendo cópia do relatório da empresa de classificação de risco que deliberou pelo rebaixamento.

CAPÍTULO XVIII - DA AMORTIZAÇÃO, DA RESERVA DE AMORTIZAÇÃO E DO RESGATE

Artigo 103 - As Cotas Subordinadas poderão ser amortizadas e resgatadas em Direitos Creditórios.

Artigo 104 - As Cotas Seniores poderão ser resgatadas em Direitos Creditórios exclusivamente na hipótese de liquidação antecipada do FUNDO.

Artigo 105 - As Cotas Subordinadas somente poderão ser amortizadas (total ou parcialmente) ou resgatadas após a amortização (total ou parcial) ou resgate de todas as Cotas Seniores.

Parágrafo Primeiro - Excetua-se do disposto no *caput* deste Artigo a hipótese de amortização de Cotas Subordinadas prevista no Artigo 107 deste Regulamento.

Parágrafo Segundo - A amortização das Cotas Subordinadas deverá respeitar Relação Mínima, conforme estabelecida no Artigo 115 deste Regulamento, enquanto houver Cotas Seniores em circulação.

Parágrafo Terceiro - O cronograma de pagamento das amortizações de Cotas Seniores obedecerá ao estabelecido no respectivo Suplemento.

Artigo 106 - A amortização das Cotas do FUNDO poderá ocorrer antes do prazo previsto nas seguintes hipóteses:

- I - impossibilidade do FUNDO adquirir Direitos Creditórios admitidos por sua política de investimento;
- II - o patrimônio líquido do FUNDO se tornar igual à soma do valor de todas as Cotas Seniores; e/ou
- III - em se tratando de Cotas Subordinadas, quando ocorrer a hipótese prevista no Artigo 107 deste Regulamento.

Parágrafo Único - A antecipação do início da amortização de Cotas do FUNDO será operacionalizada mediante comunicação através de publicação no Periódico utilizado para a



divulgação de informações do FUNDO ou através de correio eletrônico aos Colistas enviado com 15 (quinze) dias de antecedência em relação à data da efetivação da amortização.

Artigo 107 - Independente das amortizações previstas neste Regulamento, na hipótese do montante total de Cotas Subordinadas superar o percentual mínimo do patrimônio do FUNDO conforme estabelecido no Artigo 115, estas poderão ser amortizadas, observados os seguintes critérios: (a) a partir da data da primeira integralização de Cotas do FUNDO, trimestralmente a Administradora fará a verificação da ocorrência ou não desta hipótese de amortização; e (b) as Cotas Subordinadas serão amortizadas visando exclusivamente o reequilíbrio da relação e observando, no que couber, as demais disposições deste Regulamento.

Parágrafo Único - Verificada a possibilidade de amortização de Cotas Subordinadas nos termos do caput, a Administradora terá até 15 (quinze) dias para realizar o pagamento das amortizações extraordinárias.

Artigo 108 - O resgate de Cotas somente ocorrerá no término do prazo de duração do FUNDO ou de cada série ou classe de Cotas ou ainda no caso de liquidação antecipada.

Artigo 109 - O pagamento das amortizações ou dos resgates de Cotas do FUNDO será realizado no dia 15 (quinze) do respectivo mês ou no primeiro Dia Útil subsequente da praça em que a Administradora está sediada.

Artigo 110 - Na amortização ou resgate de Cotas será utilizado o valor da cota em vigor no Dia Útil imediatamente anterior ao do pagamento respectivo, sendo que a Administradora deverá constituir reserva monetária formada com as disponibilidades diárias havidas com o recebimento: (i) do valor de integralização de Cotas; e/ou (ii) do valor dos Direitos Creditórios e Ativos Financeiros integrantes da carteira do FUNDO, destinada ao pagamento da próxima amortização ou resgate de Cotas Seniores, de acordo com o seguinte cronograma:

(a) até 20 (vinte) dias antes de cada data de amortização ou data de resgate, o saldo da reserva deverá ser equivalente a 50% (cinquenta por cento) do valor integral da amortização ou resgate atualizado até a data da constituição da reserva; e

(b) até 10 (dez) dias antes de cada data de amortização ou data de resgate, o saldo da reserva deverá ser equivalente a 100% (cem por cento) do valor integral da amortização ou resgate atualizado até a data da constituição da reserva.

Parágrafo Primeiro - Caso a Administradora não consiga formar a Reserva de Amortização de acordo com o descrito no "caput", a Administradora deverá interromper a aquisição de Direitos Creditórios elegíveis até que a respectiva Reserva de Amortização seja devidamente constituída.

Parágrafo Segundo - Os recursos da Reserva de Amortização serão exclusivamente alocados pela Administradora na aquisição dos Ativos Financeiros indicados no Artigo 56 deste Regulamento. Os rendimentos auferidos pelas aplicações da Reserva de Amortização serão revertidos exclusivamente ao FUNDO.

CAPÍTULO XIX - DA NEGOCIAÇÃO DAS COTAS

Artigo 111 - As Cotas Seniores do Fundo poderão ser registradas em mercado de negociação secundária de valores mobiliários.

Parágrafo Único - As Cotas Subordinadas do Fundo não serão registradas em mercado secundários de valores mobiliários.

Artigo 112 - Caso, a critério da Administradora, futuramente, o FUNDO venha a realizar distribuições públicas, e as Cotas venham a ser registradas em bolsa de valores ou sistema de balcão organizado, a negociação das Cotas dependerá (i) do prévio registro na CVM, nos termos do art. 2º da Instrução CVM 400; e (ii) da obtenção de uma classificação de risco das Cotas por agência classificadora de risco atuante no país.

Artigo 113 - Na hipótese de negociação privada de Cotas, (i) a transferência de titularidade para a conta de depósito do novo cotista e o respectivo pagamento do preço será processado pela Administradora somente após a verificação, pelo intermediário que representa o adquirente, da condição de investidor qualificado do novo cotista; (ii) os cotistas serão responsáveis pelo pagamento de todos os custos, tributos ou emolumentos decorrentes da negociação ou transferência de suas cotas.

Parágrafo único - Na transferência de titularidade das Cotas fora de bolsa ou mercado de balcão organizado, o alienante deverá apresentar o documento de arrecadação de receitas federais que comprove o pagamento do imposto de renda sobre o ganho de capital incidente na alienação ou declaração sobre a inexistência de imposto devido.

CAPÍTULO XX - DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Artigo 114 - O patrimônio líquido do FUNDO corresponde à soma algébrica do disponível com o valor da carteira, mais os valores a receber, menos as exigibilidades e provisões.

Parágrafo Único - Na subscrição de Cotas representativas do patrimônio inicial do FUNDO que ocorrer em data diferente da data de integralização definida no Boletim de Subscrição, será utilizado o valor da Cota de mesma classe em vigor no próprio dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor à Administradora, em sua sede ou dependências.

Artigo 115 - Em conformidade com o artigo 24, inciso XV, da Instrução CVM 356, a relação mínima entre o patrimônio líquido do FUNDO e o valor das Cotas Seniores será de 133% (cento e trinta e três por cento). Isto quer dizer que o FUNDO deverá ter no mínimo 25% (vinte cinco por cento) de seu patrimônio representado por Cotas Subordinadas ("Relação Mínima").

Parágrafo Único - Na hipótese de inobservância do percentual mencionado no *caput* deste Artigo, por 5 (cinco) dias úteis consecutivos, será adotado o seguinte procedimento: no prazo de 10 (dez) dias contados da constatação do desenquadramento entre o valor das Cotas Seniores em relação ao patrimônio líquido do FUNDO, a Administradora deverá convocar Assembleia Geral para deliberar sobre a eventual liquidação antecipada do FUNDO, ficando assegurado a qualquer cotista detentor de Cotas Subordinadas o direito de evitar a liquidação do FUNDO, caso subscreva tantas Cotas Subordinadas quantas forem necessárias para recompor a Relação Mínima entre o patrimônio líquido do FUNDO e o valor total das Cotas Seniores.



Artigo 116 - O descumprimento de qualquer obrigação originária dos Direitos Creditórios pelos devedores e demais Ativos Financeiros componentes da carteira do FUNDO será atribuído às Cotas Subordinadas até o limite equivalente à somatória do valor total destas. Uma vez excedida a somatória de que trata este Artigo, a inadimplência dos Direitos Creditórios de titularidade do FUNDO será atribuída às Cotas Seniores.

Artigo 117 - As séries de Cotas Seniores do FUNDO buscarão atingir *Benchmark* (remuneração- alvo) previsto no respectivo Suplemento de Cotas Seniores.

Parágrafo Primeiro: Depois de atingida a Remuneração Alvo definida para as Cotas Seniores, o excedente da rentabilidade será destinado às Cotas Subordinadas, as quais não possuem limitação máxima de rentabilidade.

Parágrafo Segundo: Conforme acima determinado, uma vez atingida a Remuneração Alvo definida para cada série de Cotas Seniores emitidas, toda a rentabilidade a ele excedente será atribuída primeiramente às Cotas Subordinadas, razão pela qual estas cotas poderão apresentar valores diferentes entre si e diferentes das Cotas Seniores.

Parágrafo Terceiro: No entanto, na hipótese da Remuneração Alvo definida para as Cotas Seniores não for atingida a diferença, será suportada pelas cotas Subordinadas até o limite da remuneração estabelecida.

CAPÍTULO XXI - DA METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS

Artigo 118 - Para efeito da determinação do valor da carteira, devem ser observadas as normas e os procedimentos previstos abaixo e na legislação em vigor.

Artigo 119 - As Cotas do FUNDO terão seu valor calculado todo Dia Útil mediante a utilização de metodologia de apuração do valor dos Direitos Creditórios e dos demais Ativos Financeiros integrantes da respectiva carteira, de acordo com critérios consistentes e passíveis de verificação, amparados por informações externas e internas que levem em consideração aspectos relacionados ao devedor, aos seus garantidores e às características da correspondente operação, adotando-se, sempre quando houver, o valor de mercado, observando-se a seguinte metodologia:

I - Os ativos adquiridos com a intenção de serem mantidos até o respectivo vencimento deverão ser classificados como "títulos mantidos até o vencimento". Os demais ativos deverão ser classificados na categoria "títulos para negociação";

II - Os ativos classificados como "títulos para negociação" serão marcados a mercado, diariamente, nos termos da legislação em vigor, observado que:

a) a verificação do valor de mercado dos Ativos Financeiros do FUNDO terá como referência os preços praticados em operações realizadas com ativos e mercados semelhantes aos dos Ativos Financeiros do FUNDO, levando em consideração volume, coobrigação e prazo; devendo ser utilizado como parâmetro o preço médio de negociação do ativo no dia da apuração em seus respectivos mercados; independentemente dos preços praticados pela Administradora em suas mesas de operação; e



b) na precificação dos Ativos Financeiros deverá ser computada a valorização ou desvalorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período;

III - Os Ativos Financeiros do FUNDO classificados na categoria "títulos mantidos até o vencimento" serão avaliados da seguinte forma:

a) pelos respectivos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, computando-se a valorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do período;

b) a apropriação dos rendimentos deve ser efetuada considerados os dias úteis entre a data da aquisição do Direito Creditório até a data do seu vencimento, excluído o dia da aquisição e incluído o dia do vencimento; e

c) o rendimento do Direito Crédito é a diferença entre o valor de aquisição e o valor do Direito Creditório apurado na data de seu vencimento.

Parágrafo Primeiro. Todos os Direitos Creditórios adquiridos pelo FUNDO serão classificados na categoria "títulos mantidos até o vencimento" para efeito de avaliação, e serão avaliados conforme a metodologia exposta no inciso III deste Artigo.

Parágrafo Segundo. Todos os demais ativos adquiridos pelo FUNDO, ou seja, a parte do patrimônio líquido que não estiver alocada em Direitos Creditórios, serão classificados na categoria "títulos para negociação", e serão avaliados conforme a metodologia exposta no inciso II deste Artigo.

Artigo 120 - Para a provisão dos valores referentes aos Direitos Creditórios vencidos e não pagos será observada a seguinte regra:

I - Até o 30º (trigésimo) dia de atraso não será realizada qualquer provisão;

II - Para cada dia decorrido a partir do 30º (trigésimo) dia de atraso, será provisionado o valor correspondente a 1/30 (um trinta avos) do valor de face do título;

III - A partir do 45º (quadragésimo quinto) dia contado desde o vencimento do título, o valor da provisão corresponderá ao valor de face do mesmo.

Artigo 121 - As Cotas devem ser registradas pelo valor respectivo para amortização ou resgate, respeitadas as características de cada classe ou série, se houver.

CAPÍTULO XXII - DOS ENCARGOS DO FUNDO

Artigo 122 - Constituem encargos do FUNDO, além da Taxa de Administração e de Gestão, as seguintes despesas, que podem ser debitadas pela Administradora:

I - taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do FUNDO;

II - despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas neste Regulamento ou na regulamentação pertinente;

III - despesas com correspondências de interesse do FUNDO, inclusive comunicações aos cotistas;

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR



- IV - honorários e despesas do auditor encarregado da revisão das demonstrações financeiras e das contas do FUNDO e da análise de sua situação e da atuação da Administradora;
- V - emolumentos e comissões pagas sobre as operações do FUNDO;
- VI - honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do FUNDO, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o mesmo venha a ser vencido;
- VII - quaisquer despesas inerentes à constituição ou à liquidação do FUNDO ou à realização de Assembleia Geral;
- VIII - taxas de custódia de ativos do FUNDO;
- IX - contribuição devida às bolsas de valores ou a entidades de mercado de balcão organizado em que o FUNDO tenha suas Cotas admitidas à negociação;
- X - despesas com a contratação de agência classificadora de risco;
- XI - despesas com o profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos cotistas, como representante dos cotistas; e
- XII - despesas com a contratação de agente de cobrança de que trata o inciso IV do artigo 38 da Instrução CVM 356.

Parágrafo Único - Quaisquer despesas não previstas neste Artigo como encargos do FUNDO devem correr por conta da instituição Administradora.

CAPÍTULO XXIII – DOS EVENTOS DE AVALIAÇÃO E LIQUIDAÇÃO E DA LIQUIDAÇÃO ANTECIPADA

Artigo 123. São considerados Eventos de Avaliação:

- I – inobservância, pela Consultora, dos deveres e das obrigações previstas neste Regulamento, desde que, notificado para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 2 (dois) Dias Úteis, contados do recebimento da referida notificação;
- II - inobservância, pela Administradora, dos deveres e das obrigações previstos no Regulamento, conforme o caso, verificado pelos cotistas, desde que, notificada por estes para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis, contados do recebimento da referida notificação;
- IV - na hipótese de serem realizados pagamentos de amortização de Cotas Subordinadas em desacordo com o disposto neste Regulamento; e
- V – inobservância dos índices de subordinação mínimos estipulados neste regulamento por um período de 5 dias consecutivos.

Parágrafo Primeiro – Na ocorrência de um Evento de Avaliação, o FUNDO não estará sujeito à liquidação automática, devendo a Administradora convocar a Assembleia Geral para deliberar sobre o grau de comprometimento das atividades do FUNDO em razão do Evento de Avaliação, podendo deliberar: (i) pela não liquidação do FUNDO, ou (ii) que o Evento de Avaliação constitui um Evento de Liquidação, devendo a Administradora, neste caso, convocar Assembleia Geral para deliberar pela liquidação do FUNDO.

Parágrafo Segundo - Na hipótese de ocorrência e continuidade de um Evento de Avaliação, e até a eventual decisão de liquidação do FUNDO ou de retomada de suas atividades regulares, conforme



venha a ser deliberado pela Assembleia Geral, a Administradora do FUNDO deverá suspender imediatamente a aquisição de novos Direitos Creditórios.

Artigo 124 - Poderá haver a liquidação antecipada do FUNDO nas seguintes situações ("Eventos de Liquidação Antecipada"):

- I - por deliberação de Assembleia Geral pela liquidação do FUNDO;
- II - em caso de impossibilidade do FUNDO adquirir Direitos Creditórios admitidos por sua política de investimento;
- III - no caso de oferta pública de Cotas Seniores, se o patrimônio líquido do FUNDO se tornar igual ou inferior à soma do valor de todas as Cotas Seniores; e
- IV - cessação pela Consultora, a qualquer tempo e por qualquer motivo, da prestação dos serviços objeto do Contrato de Consultoria, sem que tenha havido sua substituição por outra instituição, nos termos do referido contrato.

Parágrafo Primeiro - Na ocorrência de qualquer dos Eventos de Liquidação, independentemente de qualquer procedimento adicional, a Administradora deverá: (i) interromper imediatamente a aquisição de novos Direitos Creditórios; (iii) convocar uma Assembleia Geral, no prazo máximo de 05 (cinco) Dias Úteis, a contar da data da ocorrência do Evento de Liquidação, para deliberar sobre as medidas que serão adotadas visando preservar os direitos dos cotistas, suas garantias e prerrogativas, sendo assegurado o resgate das Cotas Seniores detidas pelos cotistas dissidentes, no caso de decisão da Assembleia Geral favorável à interrupção dos procedimentos acima referidos.

Parágrafo Segundo - A Assembleia Geral mencionada no parágrafo primeiro acima poderá ser realizada, quando aplicável, juntamente com a Assembleia Geral que deliberar que um Evento de Avaliação constitui um Evento de Liquidação.

Parágrafo Terceiro - Caso a Assembleia Geral decida não liquidar o FUNDO, será assegurado aos cotistas detentores de Cotas Seniores dissidentes, desde que se manifestem formalmente até o encerramento da respectiva Assembleia Geral, o resgate das Cotas Seniores por eles detidas, pelo seu valor, na forma prevista no Suplemento e neste Regulamento.

Artigo 125 - Na ocorrência de liquidação antecipada do FUNDO, as Cotas poderão ser resgatadas em Direitos Creditórios, devendo ser observado, no que couber, o disposto neste Regulamento.

Artigo 126 - Na hipótese de liquidação do FUNDO, os titulares de Cotas Seniores terão o direito de partilhar o patrimônio na proporção dos valores previstos para amortização ou resgate da respectiva série e no limite desses mesmos valores, na data da liquidação, sendo vedado qualquer tipo de preferência, prioridade ou subordinação entre os titulares de Cotas Seniores.

Artigo 127 - Nas hipóteses de liquidação do FUNDO, o auditor independente deverá emitir parecer sobre a demonstração da movimentação do patrimônio líquido, compreendendo o período entre a data das últimas demonstrações financeiras auditadas e a data da efetiva liquidação do FUNDO, manifestando-se sobre as movimentações ocorridas no período.

Artigo 128. Após a partilha ativo, a Administradora deverá promover o cancelamento do registro do FUNDO, mediante o encaminhamento à CVM, no prazo de 15 (quinze) dias, da seguinte documentação:

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR

- I - o termo de encerramento firmado pela Administradora em caso de pagamento integral aos colistas ou a ata da Assembleia Geral que tenha deliberado a liquidação do FUNDO, quando for o caso;
- II - a demonstração de movimentação de patrimônio do FUNDO, acompanhada do parecer do auditor independente; e
- III - o comprovante da entrada do pedido de baixa de registro no CNPJ do FUNDO perante a Receita Federal

CAPÍTULO XXIV - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 129 - Todas as disposições contidas neste Regulamento implicando qualquer tipo de obrigação de dar, fazer ou não fazer a ser realizada pelo FUNDO, deverão ser consideradas, salvo referência expressa em contrário, como de responsabilidade exclusiva da Administradora.

Artigo 130 - A cessão de Direitos Creditórios pelo FUNDO para qualquer pessoa, inclusive para efeitos de dação em pagamento, somente poderá ser realizada em caráter definitivo e sem direito de regresso ou cobrança do FUNDO ou da Administradora.

Artigo 131 - Fica eleito o foro da Comarca de Curitiba, Estado do Paraná, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas deste Regulamento, com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Curitiba, 25 de outubro de 2016.



BANCO PETRA S.A
Administradora

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 326 - Sala 504
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR

DISTRIBUIDO SOB Nº 86-10499 AO 2º OFÍCIO

Selo Digital: 9FcFO 1YJ5g F7bjn - 1Zph0 nDT0
Consulte esse selo em <http://funarpen.com.br>

CUSTAS

Lei Estadual nº11580/97, Tabela XVI-Distribuição (I, II, III, IV e nota 2).
Cobrança selo em cumprimento ao Ofício do FUNARPEN VRCs 0,183

() DISTRIBUIÇÃO (70 VRCs) R\$14,00
(X) AVERBAÇÃO (26 VRCs) R\$ 5,20
() TSELO R\$ 2,20

Curitiba, 22/11/2016



2º OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
Rua Honório Gato, 211/Cj 804 - F.: (41) 3224-2444
SELO MUSELO Nº Uouah.Y0NBk.Sw8gt-szPOw.sIjD
Consulte esse selo em <http://funarpen.com.br>
PROTOCOLADO E MICROFILMADO SOB Nº 1.087.632
REGISTRADO Nº 738.939
Curitiba-PR, 24 de novembro de 2016.
☐ Francisco César Cecilio - Oficial Designado
☐ Anamias Salata; ☐ Danielle Tavian Gonçalves Antunes;
☐ Regina Cella Ferreira Ferracin - Juramentados
Registro: R\$54,60 (300,00VRC), Funrejus: R\$7,35, Microfilme: R\$0,54, Funarpen:
R\$1,10, ISS: R\$2,18

**ANEXO I AO REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS
 MULTISSETORIAL MILÊNIO RECEBÍVEIS LP**

DEFINIÇÕES

DEFINIÇÕES

Os termos iniciados em letra maiúscula e utilizados neste Regulamento (estejam no singular ou no plural), que não estejam definidos neste Regulamento, têm os seguintes significados a eles atribuídos na tabela abaixo:

<u>Administradora:</u>	É a BANCO PETRA S.A , instituição financeira com sede na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua Pasteur, 463, 11º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.758.741/0001-52
<u>Anexos:</u>	São os anexos deste Regulamento;
<u>Assembleia Geral:</u>	É a Assembleia Geral de cotistas, ordinária e extraordinária, realizada nos termos do Capítulo VII Regulamento;
<u>Ativos Financeiros:</u>	São os bens, ativos, direitos e investimentos financeiros, distintos dos Direitos de Crédito, que compõem o patrimônio líquido do FUNDO;
<u>BACEN:</u>	É o Banco Central do Brasil;
<u>Banco Cobrador:</u>	Instituição financeira com carteira comercial contratada pelo FUNDO para responder pelas atividades de liquidação e cobrança bancária de determinados Direitos Creditórios;
<u>Remuneração Alvo</u>	É a meta de rentabilidade prioritária que o FUNDO buscará atingir para as Cotas Seniores de cada série, conforme o disposto no respectivo Suplemento;
<u>BM&FBovespa:</u>	É a Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros;
<u>Boletins de Subscrição:</u>	Documento assinado pelo subscritor que comprova a subscrição de Cotas do Fundo e estabelece direitos e obrigações relativas a subscrição e integralização de Cotas
<u>Cedentes:</u>	São empresas, sediadas no território nacional, indicadas pela Consultora, que cedam Direitos Creditórios ao FUNDO, na forma



	do Regulamento e do Contrato de Cessão;
<u>CETIP:</u>	É a CETIP S.A.
<u>CMN:</u>	É o Conselho Monetário Nacional;
<u>Contrato de Cessão:</u>	É cada um dos contratos que regulam as Cessões de Crédito para Fundo de Investimento em Direitos Creditórios celebrados entre o FUNDO, a Administradora e as Cedentes;
<u>Contrato de Consultoria:</u>	São os Contratos de Prestação de Serviços de Consultoria Especializada de Recebíveis e Outras Avenças, a serem celebrados entre o FUNDO e a Consultora;
<u>COSIF:</u>	É o Plano Contábil das Instituições Financeiras do Sistema Financeiro Nacional, instituído com a edição, pelo BACEN, da Circular nº 1.273, de 29 de dezembro de 1987;
<u>Cotas</u>	São as Cotas Seniores e as Cotas Subordinadas
<u>Cotas Seniores:</u>	São as cotas de classe sênior, emitidas pelo FUNDO as quais possuem prioridade nos pagamentos de amortização e/ou resgate sobre as Cotas Subordinadas, não havendo qualquer tipo de preferência, prioridade ou subordinação entre os titulares de Cotas Seniores de qualquer série;
<u>Cotas Subordinadas:</u>	São as Cotas de classe subordinada que se subordinam às Cotas Seniores para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do FUNDO;
<u>Crítérios de Elegibilidade:</u>	Tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 67 do Regulamento;
<u>Consultora</u>	É a Milênio Fomento Mercantil Ltda, sociedade com sede na cidade de Recife, Estado de Pernambuco, na Rua José de Alencar, nº 916, 7º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.546.588/0001-05,
<u>CVM:</u>	É a Comissão de Valores Mobiliários;
<u>Data de Aquisição:</u>	É a data da aquisição pelo Fundo dos Direitos Creditórios



	ofertados pelas Cedentes que atendam os Critérios de Elegibilidade;
<u>Depositário:</u>	É a Interfile Participações S.A., com sede em Taboão da Serra, Estado de São Paulo, na Avenida Paulo Ayres, nº 40 e 70, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.227.893/0001-51;
<u>Dia Útil:</u>	Significa qualquer dia, de segunda a sexta-feira, exceto (i) feriados ou dias em que, por qualquer motivo, não houver expediente comercial ou bancário no Estado ou na sede social da Administradora; e (ii) feriados de âmbito nacional;
<u>Direitos Creditórios:</u>	São as duplicatas, cheques, contratos de compra e venda, e/ou de prestação de serviços;
<u>Diretor Designado:</u>	É o diretor da Administradora designado para, nos termos da legislação aplicável, responder civil e criminalmente, pela gestão, supervisão e acompanhamento do FUNDO, bem como pela prestação de informações relativas ao FUNDO;
<u>Documentos Comprobatórios:</u>	São os documentos ou títulos representativos do respectivo Direito Creditório, que podem ser (i) emitidos em suporte analógico; (ii) emitidos a partir de caracteres criados em computador ou meio técnico equivalente e de que conste a assinatura do emitente que utilize certificado admitido pelas partes como válido; (iii) digitalizadas e certificadas nos termos constantes em lei e regulamentação específica;
<u>Eventos de Liquidação Avaliação</u>	São as situações descritas no Artigo 123 do Regulamento;
<u>Eventos de Liquidação Antecipada</u>	São as situações descritas no Artigo 124 do Regulamento;
<u>FUNDO:</u>	Tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 1º do Regulamento;
<u>Gestora</u>	É a PETRA Capital Gestão de Investimentos Ltda.;
<u>Grupo Econômico</u>	Tem o significado que lhe é atribuído no parágrafo primeiro do Artigo 56 do Regulamento;
<u>Instituições Autorizadas</u>	HSBC Bank Brasil S.A, Banco Bradesco S.A, Banco Itaú S.A, Banco Santander, Banco Safra S.A, Banco do Brasil S.A e Caixa Econômica Federal;
<u>Instrução CVM 356:</u>	É a Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, e alterações posteriores;
<u>Instrução CVM 400:</u>	É a Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003 e alterações posteriores;



<u>Instrução CVM 555</u>	É a Instrução CVM nº 555, de 17 de dezembro de 2014 e alterações posteriores;
<u>Instrução CVM 476:</u>	É a Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009 e alterações posteriores;
<u>Investidores Qualificados:</u>	São todos os investidores autorizados nos termos da regulamentação em vigor a investir em fundos de investimento em direitos creditórios;
<u>Periódico:</u>	É o jornal Folha de São Paulo.
<u>Política de Cobrança</u>	Tem o significado atribuído no Artigo 84 do Regulamento;
<u>Regulamento:</u>	É o Regulamento do FUNDO;
<u>Razão Garantia</u>	A relação (em percentual), entre o valor do patrimônio líquido do FUNDO e o valor das Cotas Seniores, obtida por meio da divisão do primeiro pelo segundo, conforme estabelecido no artigo 115;
<u>Reserva de Amortização</u>	Reserva de Amortização: a reserva constituída para o pagamento das amortizações das Cotas Seniores;
<u>Suplemento</u>	É o documento cujo modelo é parte integrante do Regulamento que prevê e estabelece as principais regras para cada série de Cotas Seniores de emissão do FUNDO;
<u>Taxa de Administração</u>	É a remuneração mensal devida à Administradora;
<u>Taxa DI:</u>	São as taxas médias referenciais dos depósitos interfinanceiros (CDI Extra-Grupo), apuradas pela CETIP e divulgadas pela resenha diária da ANBID, expressas na forma percentual e calculadas diariamente, sob forma de capitalização composta, com base em um ano de 252 Dias Úteis;
<u>Taxa Mínima de Cessão</u>	É a taxa mínima da cessão calculada conforme seguinte: TMC = 170% CDI* TMC = Taxa média de cessão (% ^{aa}) *170% (cento e setenta por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros ("DI") de 1 (um) dia – "over Extra-Grupo", expressa na forma de percentual ao ano, base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada pela CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos na data da respectiva cessão;
<u>Termo de Adesão:</u>	É o documento por meio do qual cada Cotista adere ao Regulamento e que deve ser firmado quando de seu ingresso no

	FUNDO, nos termos do Artigo 8 do Regulamento;
<u>Termo de Cessão:</u>	É o documento pelo qual se formaliza a cessão dos Direitos Creditórios adquiridos pelo FUNDO, na forma prevista no anexo do respectivo Contrato de Cessão. Funciona como um borderô, contendo a relação dos títulos cedidos, o valor de face dos mesmos, as datas dos seus vencimentos e os dados dos devedores, além do valor pelo qual os referidos Direitos Creditórios foram cedidos ao FUNDO. Este documento prova a realização da cessão e obriga a Cedente a entregar à Administradora, por conta e ordem do FUNDO, os Documentos Comprobatórios da Operação.

108

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
 Registro de Títulos e Documentos
 Registro Civil de Pessoas Jurídicas
 Rua Mai. Deodoro, 320 - Sala 504
 Fone: (41) 3225-9965 - Curitiba - PR



2º Ofício Distribuidor de Títulos e Documentos - Registro Civil de Pessoas Jurídicas - Curitiba - PR

DISTRIBUÍDO SOB Nº **86-10500** AO **2º OFÍCIO**

Selo Digital: 9FoF0 iYe5g OCTjn - 61bhd n0Tg
 Consulte esse selo em <http://funarpen.com.br>

CUSTAS

Lei Estadual nº11968/97, Tabela XVI-Distrib. I, II, III, IV e nota 2.
 Cobrança selo de cumprimento ao Ofício do FUNARPEN VRCs 0.180

(DISTRIBUIÇÃO (70 VRCs) R\$14,00

(JAVERGAÇÃO (26 VRCs) R\$ 5,20

(SELO R\$ 2,20

Curitiba, 22/11/2016



2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
 Rua Major Celso, 211/Cj 804 - F.: (41) 3224-2444
 SELO Nº SELO Nº 00uuh.Y0vBk.SIggT-sPkNw.sIjD
 Consulte esse selo em <http://funarpen.com.br>
 PROTOCOLADO E MICROFILMADO SOB Nº 1.087.633
 REGISTRADO Nº 738.939
 Curitiba-PR, 24 de novembro de 2016.
☐ Francisco César Cecílio - Oficial Designado
☐ Aramis Salata; ☐ Danielle Tavian Gonçalves Antunes;
☐ Rêgina Gêia Fazzarella Ferracin - Juramentados
 Registro: R\$54,60 (300,00VRC), Funrejus: R\$7,35, Microfilme: R\$0,54, Funarpen: R\$1,10, ISS: R\$2,18



Anexo II – Modelo de Suplemento de Emissão de Cotas Seniores / Cotas Subordinadas Mezanino

Suplemento de Emissão de Cotas Seniores / Cotas Subordinadas Mezanino
do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multissetorial Milênio Recebíveis LP

CNPJ/MF [●]

Suplemento referente à [-]ª série de Cotas Seniores / Cotas Subordinadas Mezanino emitida nos termos do regulamento do "Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multissetorial Milênio Recebíveis LP, inscrito no CNPJ/MF nº [●], administrado pelo Banco PETRA S.A., instituição financeira com sede na Rua Pasteur, nº 463, 11º andar, Água Verde, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.758.741/0001-52, doravante designada ("Administradora") registrado no [●] Registro de Títulos e Documentos de Curitiba (PR) do qual este Suplemento é parte integrante

1. PRAZO. O prazo de duração da [●]ª série é de [●] meses ([●] meses), contados da data da primeira integralização de Cotas Seniores da 1ª série.

2. PÚBLICO ALVO: Investidores qualificados, conforme definido no Artigo 4º da Instrução CVM 476.

3. REMUNERAÇÃO ALVO. A [●]ª série de Cotas Seniores / Cotas Subordinadas Mezanino, representativa do patrimônio líquido do FUNDO, possui uma Remuneração Alvo correspondente a [●] % ([●] por cento) da taxa média diária dos Depósitos Interfinanceiros – DI de 1 (um) dia, "over extra grupo", expressa na forma de percentual ao ano, base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, calculada e divulgada pela CETIP, no Informativo Diário, disponível em sua página na Internet (www.cetip.com.br).

3.1. Não obstante o acima disposto, não existe qualquer promessa do FUNDO, da Administradora, da Gestora ou da Consultora acerca da rentabilidade das aplicações dos recursos do FUNDO.

4. VALOR DA SÉRIE E QUANTIDADE DE COTAS:

R\$ [●] ([●]), totalizando [●] ([●]) Cotas Seniores / Cotas Subordinadas Mezanino da [●]ª série, com um valor inicial, na data de emissão das Cotas da [●]ª série, de R\$ 1.000,00 (mil reais) cada.

5. VALOR DE SUBSCRIÇÃO. Na subscrição de Cotas Seniores / Cotas Subordinadas Mezanino do FUNDO deve ser utilizado o valor de fechamento de mesma classe em vigor no mesmo ao da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor à ADMINISTRADORA, em sua sede ou dependências, observando o Boletim de Subscrição.

6. Distribuição. A distribuição da [●]ª Série de Cotas Seniores / Subordinadas Mezanino do FUNDO, serão colocadas na forma [de oferta pública com dispensa automática de registro, conforme previsto no artigo 5º, inciso II, da Instrução CVM 400, e será liderada pela Administradora em regime de melhores esforços].

6.2. A ADMINISTRADORA deverá observar a Relação Mínima, definida no Artigo 115 do Regulamento do FUNDO.

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR

7. Amortização e Resgate. A partir do [●]º ([●]) mês contado da data da primeira integralização de Cotas Seniores / Subordinada Mezanino, as Cotas Seniores / Subordinada Mezanino da [●]ª Série do FUNDO terão seus valores de principal investido e rendimentos amortizados mensalmente conforme a proporção abaixo, de acordo com o seguinte cronograma:

[●]º mês	1/6	[●]º mês	4/6
[●]º mês	2/6	[●]º mês	5/6
[●]º mês	3/6	[●]º mês	6/6

7.1. O pagamento das amortizações e do resgate das Cotas Seniores da [●]ª série / Cotas Subordinadas Mezanino deverá ocorrer nos termos do do Artigo 109, do Regulamento.

Em caso de divergência ou contradição entre o Suplemento das Cotas Seniores da [●]ª série / Cotas Subordinadas Mezanino e o Regulamento prevalecer o disposto no Regulamento, exceto se o Regulamento determine expressamente a prevalência do Suplemento.

Termos e condições definidos no Regulamento terão o mesmo significado ali atribuído quando utilizados neste Suplemento.

O presente Suplemento deverá ser registrado no Serviço de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de Curitiba, Estado do Paraná.

Curitiba, [●] de [●] de [●].

BANCO PETRA S.A
INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
Fone: (41) 3225.3905 - Curitiba - PR



2º Ofício Distribuidor de Títulos e Documentos
Ata Unificada do Sistema - Título

DISTRIBUÍDO SOB Nº 86-10501 AO 2º OFÍCIO

Selo Digital: 9FoFO . iY05g . IBzjn - SighD . nOT9
Consulte esse selo em <http://funarpen.com.br>

CUSTAS

Lei Estadual nº11560/97, Tabela XVI-Distrib. Eia III.12 e nota 2
Cobrança selo de cumprimento ao Ofício do FUNARPEN (VCL 0.182)

1 DISTRIBUIÇÃO (70 VRCs) R\$14,00
1 AVERBAÇÃO (26 VRCs) R\$ 5,20
1 SELO R\$ 2,20

Curitiba, 22/11/2016

[Assinatura]



2º OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
Rua Manoel Celso, 211/CJ 604 - F.: (41) 3224-2444
SELO Nº SELO Nº kouah.Y0yBk.Smigt-sXMXw.sIjD
Consulte esse selo em <http://funarpen.com.br>

PROTOCOLADO E MICROFILMADO SOB Nº 1.087.634
REGISTRADO Nº 738.939
Curitiba-PR, 24 de novembro de 2016.

- ☐ Francisco César Cecilio - Oficial Designado
- ☐ Aramle Batista
- ☐ Danielle Tavian Gonçalves Antunes
- ☐ Regina Gêlia Ferreira Ferracin Instrumentados

Registro: R\$54,60 (300,00VRC), Funrejus: R\$7,35, Microfilme: R\$0,54, Funarpen: R\$1,10, ISS: R\$2,19

Anexo III – Parâmetros para a verificação do lastro por amostragem

1. A Administradora receberá os Documentos Comprobatórios em até 10 (dez) dias úteis depois da cessão dos Direitos Creditórios, e analisará a referida documentação que evidencia o lastro dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do FUNDO.

2. Observado o disposto no item ("a") numa data-base pré-estabelecida, sendo que nesta data-base será selecionada uma amostra aleatória simples para a determinação de um intervalo de confiança para a proporção de eventuais falhas, baseado numa distribuição binomial aproximada a uma distribuição normal com 95% (noventa e cinco por cento) de nível de confiança, visando a uma margem de erro de 5% (cinco por cento), independentemente de quem sejam os cedentes dos Direitos Creditórios.

3. O escopo da análise da documentação que evidencia o lastro dos Direitos Creditórios contempla a verificação da existência dos respectivos Documentos Comprobatórios, conforme abaixo discriminado:

- (a) obtenção de base de dados analítica por Direitos Creditórios integrante da carteira do FUNDO;
- (b) seleção de uma amostra de acordo com a fórmula abaixo:

$$n_0 = \frac{1}{\xi_0^2} \quad A = \frac{N \times n_0}{N + n_0}$$

ξ_0 : Erro Estimado

A : Tamanho da Amostra

N: População Total

n_0 : Fator Amostral

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR

- (c) verificação física/digital dos Documentos Comprobatórios;
- (d) verificação da documentação acessória representativa dos Direitos Creditórios (identificação pessoal, comprovante de residência, etc.);
- (e) evidenciação do atendimento às políticas de cobrança administrativa para recebíveis vencidos e não liquidados;
- (f) verificação das condições de guarda física dos Documentos Comprobatórios junto ao Depositário do FUNDO; e
- (g) A verificação trimestral deve contemplar:

I – os Direitos Creditórios integrantes da carteira do FUNDO; e

II – os Direitos Creditórios inadimplidos e os substituídos no referido trimestre, para a qual não se aplica o disposto nos §§ 1º e 3º do Artigo 38 da Instrução CVM 356.



ANEXO II – ATA DA ASSEMBLEIA QUE AUTORIZOU A EMISSÃO DA 2ª SÉRIE SÊNIOR DE QUOTAS



**FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL
MILÊNIO RECEBÍVEIS LP**

("Fundo")

CNPJ/MF nº. 15.578.550/0001-60

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM
25 DE OUTUBRO DE 2016**

1. DATA, HORA E LOCAL:

No dia 25 de outubro de 2016, às 17 horas, na Rua Pasteur, 463 – 11º andar – Água Verde – Curitiba – PR.

2. QUORUM:

Presentes os cotistas detentores da totalidade das cotas, conforme Livro de Presença de Cotistas e a Administradora do Fundo.

3. MESA:

Presidente: Sr. Alexandre Calvo

Secretária: Sra. Marlei Marti

4. CONVOCAÇÃO:

Dispensada, nos termos do parágrafo quinto do artigo 28 da Instrução nº 356 da Comissão de Valores Mobiliários, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada.

**5. ORDEM DO DIA
DELIBERAÇÃO:**

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR

**EXAME E APROVAÇÃO DAS CONTAS E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO
FUNDO RELATIVAS AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 30.06.2014;
30.06.2015 E 30.06.2016**

Após os esclarecimentos necessários, foram aprovadas, pelos cotistas detentores da totalidade das cotas emitidas, e sem qualquer ressalva, as contas prestadas pela Administradora e as demonstrações contábeis do Fundo, relativas aos exercícios sociais encerrados em 30.06.2014; 30.06.2015 e 30.06.2016.

APROVAR A EMISSÃO DA 2ª SÉRIE DE COTAS SENIORES DO FUNDO

Os cotistas detentores da totalidade das cotas emitidas aprovaram a emissão da 2ª série de Cotas Seniores do Fundo, de acordo com as características descritas no Suplemento Anexo à presente Ata na forma de Anexo I.

**ALTERAR O REGULAMENTO DO FUNDO NOS CAPÍTULOS "DENOMINAÇÃO E
PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DO FUNDO"; NO "ANEXO I - DEFINIÇÕES"; E
NO "ANEXO III - PARÂMETROS PARA A VERIFICAÇÃO DO LASTRO POR
AMOSTRAGEM".**

Os cotistas detentores da totalidade das cotas emitidas, aprovaram as seguintes alterações no regulamento do Fundo:

No capítulo “**DENOMINAÇÃO E PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DO FUNDO**”, a fim de alterar a redação do Parágrafo Segundo do Artigo 1º, que passará a vigorar da seguinte forma:

“Parágrafo Segundo. O FUNDO é classificado como um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Fomento Mercantil, nos termos da Deliberação nº 72, de 17 de dezembro de 2015, da ANBIMA, uma vez que o FUNDO busca retorno por meio de investimento em carteira pulverizada de recebíveis (direitos ou títulos), originados e vendidos por diversos cedentes que antecipam recursos através da venda de duplicatas, cheques e quaisquer outros títulos passíveis de cessão e transferência de titularidade.”

No “**ANEXO I – DEFINIÇÕES**”, a fim de substituir a referência a Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2010 e alterações posteriores, em virtude de sua revogação pela Instrução CVM nº 555, de 17 de dezembro de 2014 e alterações posteriores.

No “**ANEXO III – PARÂMETROS PARA A VERIFICAÇÃO DO LASTRO POR AMOSTRAGEM**”, a fim de alterar a redação do item “2” deste anexo que passará a vigorar com a seguinte redação:


“2. Observado o disposto no item (“a”) numa data-base pré-estabelecida, sendo que nesta data-base será selecionada uma amostra aleatória simples para a determinação de um intervalo de confiança para a proporção de eventuais falhas, baseado numa distribuição binomial aproximada a uma distribuição normal com 95% (noventa e cinco por cento) de nível de confiança, visando a uma margem de erro de 5% (cinco por cento), independentemente de quem sejam os cedentes dos Direitos Creditórios.”

Os cotistas detentores da totalidade das cotas emitidas, neste ato; (i) declaram-se cientes da deliberação acima aprovada; (ii) autorizam a Administradora a realizar todas as alterações necessárias no Regulamento e demais instrumentos do Fundo em razão da deliberação acima aprovada; e (iii) aprovam a consolidação do Regulamento do Fundo, que passará a vigorar, na forma do Anexo a presente ata.


Oferecida a palavra aos cotistas, não houve manifestação.

6. **ENCERRAMENTO:** Lavrada, lida e achada conforme, foi esta ata assinada pelos cotistas presentes.

ASSINATURAS


Alexandre Calvo
Presidente

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR


Sra. Marlei Marti
Secretária



2º OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
Rua Nôris, Celso, 211/Cj 804 - F.: (41) 3224-2444
SELO Nº QouaD.o0bBk.SxVgt-sdfsw.sIJD
Consulte esse selo em <http://funarpen.com.br>
PROTOCOLADO E MICROFILMADO SOB Nº 1.087.630
REGISTRADO Nº 738.939
Curitiba-PR, 24 de novembro de 2016.
☐ Francisco César Cestilo - Oficial Designado
☐ Aramis Seleta; ☐ Daniele Tadeu Gonzalez Antunes;
☐ Regina Celia Ferreira Ferracin, Juzaamentados
Registro: R\$64,60 (300,00VRC), Funrejus: R\$7,35, Microfilme: R\$0,54, Funarpen:
R\$1,10, ISS: R\$2,18

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR



2º Ofício Distribuidor de Títulos e Documentos
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR

DISTRIBUÍDO SOB Nº 86-10497 AO 2º OFÍCIO

Selo Digital: 9FcFO iYw5g Qidjn - Eqgh0 H0t6
Consulte esse selo em <http://funarpen.com.br>

CUSTAS

Lei Estadual nº11880/97, Tabela XVI-Distrib. Lta I e II, IV e nota 2.
Cobrança selo em cumprimento ao Ofício do FUNARPEN VRCs B.182

1 DISTRIBUIÇÃO (70 VRCs) R\$14,00

1 AVERBAÇÃO (26 VRCs) R\$ 5,20

1 SELO R\$ 2,20

Curitiba, 22/11/2016

ADMINISTRADORA

BANCO PETRA S.A.







**SUPLEMENTO REFERENTE À 2ª SÉRIE DE COTAS SENIORES DO
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS
MULTISSECTORIAL MILÊNIO RECEBÍVEIS LP**

CNPJ/MF nº 15.578.550/0001-60

A **BANCO PETRA S/A**, instituição financeira com sede na Rua Pasteur, nº 463 – 11º andar, Água Verde, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.758.741/0001-52, doravante designada “Administradora” decide:

Nos termos do Regulamento do Fundo realizar a emissão da 2ª Série de Cotas Seniores (“Cotas Seniores”) do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multissetorial Milênio Recebíveis LP (“Fundo”) inscrito no CNPJ/MF nº 15.578.550/0001-60, tendo as seguintes características:

- a) **Quantidade de Cotas:** Serão emitidas até 15.000 (quinze mil) Cotas Seniores;
- b) **Valor Unitário de Emissão:** R\$ 1.000,00 (mil reais);
- c) **Valor Total da Emissão:** até R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais);
- d) **Data de Emissão:** Data em que ocorrer a primeira integralização da 2ª Série de Cotas Seniores;
- e) **Público Alvo:** Investidores qualificados, conforme regulamentação aplicável.
- f) **Parâmetro da Remuneração Prioritária da Cota Sênior:** A 2ª Série de Cotas Seniores possuem um Benchmark de rentabilidade correspondente a 150% (cento e cinquenta por cento) da taxa média diária dos Depósitos Interfinanceiros – DI de 1 (um) dia, “over extra grupo”, expressa na forma de percentual ao ano, base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, calculada e divulgada pela CETIP, no Informativo Diário, disponível em sua página na Internet (www.cetip.com.br).
- g) **Valor de Integralização:** Na integralização da 2ª Série de Cotas Seniores deve ser utilizado o valor da 2ª Série de Cotas Seniores do dia da efetiva disponibilidade dos recursos investidos.
- h) **Forma de Colocação:** A distribuição das Cotas Seniores desta 2ª Série será liderada pela Petra – Personal Trader Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S/A, em regime de melhores esforços. Nos termos do Artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Cotas Seniores indicadas neste suplemento poderá ser aumentada em até 15%, ou seja, em até 2.250 (dois mil duzentos e cinquenta) Cotas Seniores, caso a procura das Cotas do Fundo objeto da oferta pública de distribuição ora requerida assim justifique.
- i) **Amortizações Programadas:** Observado o prazo de carência de 20 (vinte) meses contados da Data de Emissão, as Cotas Seniores desta 2ª Série terão os seus valores de principal investido e rendimentos amortizados mensalmente a partir do 21º (vigésimo primeiro) mês, de acordo com o cronograma de amortização definido abaixo:

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 320 - Sala 504
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR

Nº de amortização	Razão de amortização	Mês de Amortização
1/9	1/9	21º
2/9	1/8	22º
3/9	1/7	23º
4/9	1/6	24º
5/9	1/5	25º
6/9	1/4	26º
7/9	1/3	27º
8/9	1/2	28º
9/9	1/1	29º

j) **Data de Resgate:** 29º (vigésimo nono) mês a contar da Data de Emissão da 2ª Série de Cotas Seniores.

k) **Distribuição e Negociação:** As Cotas Seniores desta 2ª Série poderão ser registradas para distribuição primária no MDA - Módulo de Distribuição de Ativos e, para negociação no mercado secundário, no SF - Módulo de Fundos, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP.

Termos e condições definidos no Regulamento terão o mesmo significado ali atribuído quando utilizados neste Termo de Deliberação.

O presente Termo de Deliberação deverá ser registrado no Registro de Títulos e Documentos da Comarca de Curitiba, Estado do Paraná.

Curitiba, 25 de outubro de 2016.

BANCO PETRA S.A.
INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA

2º OFÍCIO DISTRIBUIDOR
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mai Deodoro, 320 - Sala 504
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR



2º Ofício Distribuidor de Títulos e Documentos
Rua Mai Deodoro, 320 - Sala 504
Fone: (41) 3225-3905 - Curitiba - PR

DISTRIBUÍDO SOB Nº 86-10498 AO 2º OFÍCIO

Selo Digital: 8FcF0 iY85g niYjn - MVpD nDTV
Consulte esse selo em <http://funarpen.com.br>

CUSTAS

Lei Estadual nº11960/97, Tabela XVI-Distrib. Tit. 1.1.1. IV e nota 2
Cobrança selo em cumprimento ao Ofício do FUNARPEN VRCs D. 182

DISTRIBUIÇÃO (70 VRCs) R\$14,00

IAVERBAÇÃO (26 VRCs) R\$ 5,20

ISELO R\$ 2,20

Curitiba, 22/11/2016



2º OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
Rua Mem. Celso, 311/CJ 804 - F.: (41) 3224-2444
SELO Nº 86-10498 Nº Uouah.Y0LBk.SKAgt-sqEYw.sIjD
Consulte esse selo em <http://funarpen.com.br>
PROTOCOLADO E MICROFILMADO SOB Nº 1.087.631
REGISTRADO Nº 738.939
Curitiba-PR, 24 de novembro de 2016.

☐ Francisco César Dedilo - Oficial Designado

☐ Aramis Salata; ☐ Danielle Tavian Gonçalves Antunes;

☐ Regina Célia Ferreira-Ferreira - Jurementados

Registro: R\$64,00 (300,00VRC), Funrejus: R\$7,35, Microfilme: R\$0,64, Funarpen:
R\$1,10, ISS: R\$2,18

ANEXO III – RELATÓRIO DA AGÊNCIA CLASSIFICADORA DE RISCO

1ª Série de Cotas Seniores
(FE0048-2015)

BBB(fe) de Longo Prazo

CP3(fe) de Curto Prazo

2ª Série de Cotas Seniores
(FE0049-2015)

BBB(fe) de Longo Prazo

Cotas Subordinadas
(FE0047-2015)

B(fe) de Longo Prazo

Relatório de Rating

26, jan, 2017

Ações recentes

26, jan, 2017 – Confirmação dos Ratings

1º, nov, 2016 – Atribuição do Rating BBB(fe) de Longo Prazo para a 2ª Série de Cotas Seniores e Confirmação dos demais Ratings

15, ago, 2016 – Confirmação dos Ratings

03, fev, 2016 – Atribuição do Rating CP3(fe) de Curto Prazo para a 1ª Série de Cotas Seniores e Confirmação dos demais Ratings

15, dez, 2015 – Rebaixamento do Rating da 1ª Série de Cotas Seniores para BBB(fe) de LP

25, jun, 2015 - Atribuição dos Ratings A(fe) de Longo Prazo para a 1ª Série de Cotas Seniores e B(fe) de Longo Prazo para as Cotas Subordinadas

Critérios e Metodologias

Relevantes para este Rating

Metodologia Finanças Estruturadas
Liberum Ratings

(fe) representa o sufixo utilizado, pela Liberum Ratings, para ratings atribuídos a Finanças Estruturadas

ÍNDICE:

Rating e Fundamentos	01
Características do Fundo e Partes Envolvidas	02
Reforços de Créditos e Liquidez	02
Fluxo de Caixa / Liquidez	03
Considerações do Rating	03
Sobre o Rating	07
Informações Importantes	09

Tipo de Rating	Finanças Estruturadas (fe)
Relatório	Monitoramento 4T16
Perspectiva	Estável
Classes de Cotas	Sênior e Subordinada
Cotas Avaliadas	1ª e 2ª Séries de Cotas Seniores e Cotas Subordinadas
Escala Local	Moeda Local

Sumário executivo

O RATING

Em 26 de janeiro de 2017, a Liberum Ratings confirmou as classificações de risco de crédito BBB(fe) de Longo Prazo e CP3(fe) de Curto Prazo da 1ª Série de Cotas Seniores, BBB(fe) de Longo Prazo da 2ª Série de Cotas Seniores e B(fe) de Longo Prazo das Cotas Subordinadas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multissetorial Milênio Recebíveis LP (FIDC Milênio/Fundo). O risco de crédito é considerado adequado para a 1ª e 2ª Séries de Cotas Seniores e muito elevado para as Cotas Subordinadas. A perspectiva dos ratings é estável.

FUNDAMENTOS DA CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

As classificações consideraram positivamente os reforços de crédito na estrutura do Fundo em relação a subordinação mínima e concentração dos direitos creditórios. Foi ponderado para a avaliação dos ratings a *expertise* e *know-how* dos sócios da consultora Milênio Fomento Mercantil Ltda, o que potencialmente poderá ser refletido na qualidade dos direitos creditórios e ativos financeiros selecionados, e na conseguinte valorização das Cotas. Por outro lado, os ratings foram limitados pelo volume de créditos inadimplidos e riscos relacionados, principalmente a amplitude da carteira de recebíveis originados por cedentes e devedores cuja solidez financeira é preponderantemente fraca e com acesso limitado a outras fontes de financiamento.

VETORES DO RATING

Os principais aspectos que poderão acarretar o rebaixamento do rating do FIDC se referem, principalmente, à mudança das modalidades dos créditos adquiridos pelo fundo para perfis mais arriscados ou à piora da qualidade dos direitos creditórios. Esse cenário se refletiria no aumento dos índices de atraso e perda, no aumento de provisão e na piora de rentabilidade das cotas. Por outro lado, o rating poderá ser beneficiado caso as cotas do fundo apresentem histórico de desempenho positivo, refletindo a qualidade dos direitos creditórios ou então o Regulamento estipule mudanças nos critérios de Elegibilidade, que se reverteriam em benefício à minimização do risco de crédito da carteira de títulos.

PRINCIPAIS CONSIDERAÇÕES

Positivas

Experiência da Milênio Fomento Mercantil Ltda. para exercer a função de Consultora do Fundo.
Critérios de elegibilidade dos ativos potencialmente securitizáveis considerados adequados.

Negativas

A carteira do Fundo é composta por direitos creditórios cedidos por empresas cujo perfil de risco é considerado médio/elevado.
Volume significativo de créditos inadimplidos.

DESEMPENHO DO FUNDO

No fechamento do quarto trimestre de 2016, o Fundo apresentou PL de R\$ 15,2 milhões. A PDD alcançou R\$ 3,6 milhões após expressivo aumento nos trimestres anteriores. Os créditos inadimplidos representaram 29,7% do PL em dez/16. As cotas subordinadas apresentaram expressiva rentabilidade no período, após período de declínio ao final de 2015. A recompra de direitos creditórios é considerada alta, superior a 15% do PL.

FIDC Multissetorial Milênio Recebíveis LP

CARACTERÍSTICAS DO FUNDO E PARTES ENVOLVIDAS

Emitente:	FIDC Multissetorial Milênio Recebíveis LP
CNPJ:	15.578.550/0001-60
Data do registro de funcionamento:	20 de junho de 2014
Classes de Cotas:	Sênior e Subordinada
Cotas avaliadas:	1ª e 2ª Séries de Cotas Seniores e Cotas Subordinadas
Denominação:	Reais Brasileiros
Condomínio:	Fechado
Prazo do Fundo:	Indeterminado
Consultora dos Direitos Creditórios:	Milênio Fomento Mercantil Ltda.
Gestor:	Petra Capital Gestão de Investimentos Ltda.
Administrador:	Banco Petra S.A.
Custodiante:	Banco Petra S.A.

CARACTERÍSTICAS DA 1ª SÉRIE DE COTAS SENIORES

Resgate/Amortização:	A partir do 25º mês contado da data da primeira integralização, as Cotas Seniores da 1ª Série do Fundo terão seus valores de principal investido e rendimentos amortizados mensalmente em 6 vezes.
Remuneração alvo:	150% CDI
Razão de Garantia:	PL / Seniores > 133%

CARACTERÍSTICAS DA 2ª SÉRIE DE COTAS SENIORES

Resgate/Amortização:	A partir do 21º mês contado da data da primeira integralização, as Cotas Seniores da 2ª Série do Fundo terão seus valores de principal investido e rendimentos amortizados mensalmente em 9 vezes.
Remuneração alvo:	150% CDI
Razão de Garantia:	PL / Seniores > 133%

REFORÇOS DE CRÉDITO E LIQUIDEZ

Relação de Subordinação Mínima:	25% do PL do Fundo para Cotas Seniores.
Taxa mínima de cessão:	170% CDI.
Reserva de Liquidez:	Até 20 dias antes de cada data de amortização ou resgate, o saldo da reserva deverá ser equivalente a 50% do valor integral da amortização ou resgate atualizado até a data da constituição da reserva; e até 10 dias antes de cada data de amortização ou resgate, o saldo da reserva deverá ser equivalente a 100% do valor integral da amortização ou resgate atualizado até a data da constituição da reserva.
Relações de cobertura mínima – cota subordinada/maior cedente:	2,5 vezes.
Relações de cobertura mínima – cota subordinada/maior sacado:	5 vezes.

As Cotas Seniores contam com subordinação mínima equivalente a 25% do PL do Fundo.

FLUXO DE CAIXA/LIQUIDEZ

Os principais aspectos que poderão comprometer a formação de liquidez se referem, principalmente, ao alongamento do prazo médio dos direitos creditórios e ao aumento do nível de inadimplência, que se refletiria em redução das rendas obtidas com o fluxo de recebimento dos créditos.

O risco de falta de liquidez é determinado principalmente pelo prazo médio dos ativos, pelas condições de resgate das cotas e pela qualidade dos direitos creditórios. Em razão do prazo médio curto dos direitos creditórios e da inexistência de um cronograma pré-definido de amortização das cotas subordinadas, o risco de liquidez, na visão da Liberum Ratings, está diretamente associado à qualidade dos direitos creditórios (liquidez dos títulos).

CONSIDERAÇÕES DO RATING

O nível de risco dos cedentes dos direitos creditórios é médio/elevado. De maneira geral, os cedentes dos títulos são empresas cujos fundamentos financeiros tendem a ser mais frágeis. Essa característica faz com que a Consultora dos créditos pratique taxas de deságio compatíveis a esse risco. Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo devem ser originados por operações de compra e venda e/ou prestação de serviços, com pagamento a prazo, realizadas entre as Cedentes e seus respectivos clientes, os quais pertencem aos segmentos comercial, industrial, imobiliário, financeiro e de prestação de serviços, e serão indicados ao Fundo pela Empresa de Consultoria.

Adequadas concentrações entre os maiores cedentes e sacados do Fundo, o que se reverte em benefício à minimização do risco de crédito da carteira de títulos. Os critérios de elegibilidade do Fundo estipulam limites de diversificação de risco da carteira. Dessa forma, admitem exposição máxima de 10% do PL do Fundo em um único cedente e 5% para um mesmo sacado (com ressalva em regulamento para 8% nos casos de diferentes cedentes e mesmos devedores).

Estrutura de subordinação satisfatória. As Cotas Seniores contam com subordinação mínima equivalente a 25% do PL do Fundo. Esta proteção é fortalecida face aos limites de concentração por cedente e devedor estabelecidos em Regulamento, visto que, nessa estrutura, as Cotas Subordinadas são consideradas essenciais para absorver possíveis impactos decorrentes de variações no valor dos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo.

Boa capacidade operacional da Milênio Fomento Mercantil Ltda – Consultora dos créditos adquiridos pelo Fundo. A Empresa de Consultoria conta com equipes de análise de crédito, gestão de risco, comercial e monitoramento com histórico de bons resultados e solidez, capazes de exercer técnicas de gestão de risco, recuperação de crédito e monitoramento da carteira. Tais equipes são compostas por profissionais que atuam com grande conhecimento dos cedentes dos direitos creditórios, possuindo substancial rede de relacionamentos nos segmentos comercial, industrial, imobiliário, financeiro e de prestação de serviços, possibilitando a aquisição de Direitos Creditórios com boa relação de risco-retorno e a manutenção dos níveis de inadimplência observados pelo Fundo.

Falta de ambiente de negócios regulado para os direitos creditórios que são alvos de aquisição. Pesa negativamente, não só para os FIDCs multicedente/multissacados, mas para qualquer fundo que adquira ativos similares, a falta de ambiente de negócio regulado para tais títulos, o que também incluiria o registro desses ativos e um mercado organizado para negociação dos mesmos. Tais fatos agregariam maior segurança ao processo de alocação. Não existe um mercado secundário organizado para esse tipo de ativo, o que impacta negativamente seu perfil de liquidez.

Risco de insubsistência de direitos creditórios cedidos ao fundo. Há possibilidade de que alguns dos direitos creditórios cedidos aos fundos sejam insubsistentes ou, ainda, apresentem inconsistências contábeis. Esse risco é potencializado pelo elevado giro da carteira.

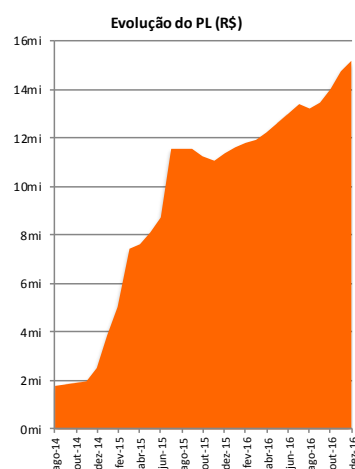
26, jan, 2017

FIDC Multissetorial Milênio Recebíveis LP

Risco de oscilações no fluxo de caixa. O fluxo de caixa é determinado principalmente pelo prazo médio e pela qualidade dos direitos creditórios. Considerando os direitos creditórios como principal ativo do Fundo, a liquidez se forma à medida em que os direitos creditórios são pagos pelos devedores. Na visão da Liberum Ratings, os principais fatores de risco de liquidez e impactos no fluxo de caixa do FIDC são o alongamento excessivo do prazo médio e um aumento de inadimplência dos direitos creditórios.

Ativos Remanescentes com baixo perfil de risco. Os Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo representarão, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo. O percentual remanescente do Patrimônio Líquido poderá ser investido em: I - títulos de emissão do Tesouro Nacional e/ou operações compromissadas com títulos de emissão do Tesouro Nacional, celebradas com as Instituições Autorizadas; II - títulos de emissão do BACEN e/ou operações compromissadas com títulos de emissão do BACEN, celebradas com as Instituições Autorizadas; III - cotas de emissão de fundos de investimento em cotas de fundo de investimento de renda fixa ou de fundo de investimento referenciado à Taxa DI, com liquidez diária, cujas políticas de investimento admitam a alocação de recursos exclusivamente nos ativos identificados nos itens "I", e "II" acima; e IV - Certificados de Depósito Bancário - CDBs emitidos por uma Instituição Autorizada.

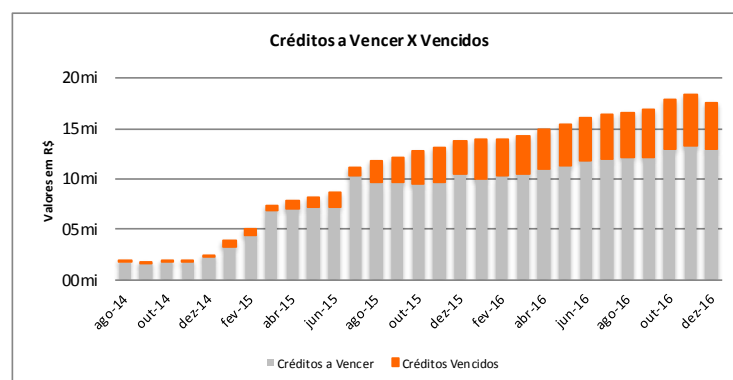
Risco de descasamento de taxas. Os Direitos Creditórios componentes da carteira do Fundo são contratados a taxas pré-fixadas. A incorporação dos resultados auferidos pelo Fundo para as Cotas Seniores terão determinado *benchmark* de taxa de juros. Neste caso, se, de maneira excepcional, a taxa de juros se elevar substancialmente, os recursos do Fundo podem ser insuficientes para assegurar parte ou a totalidade da rentabilidade almejada para as Cotas Seniores.



Fontes: CVM/ Administrador. Elaborado por Liberum Ratings.

Composição do PL (R\$ mil)	PL	Créditos a Vencer	Créditos Vencidos	Fundos de Invest.	Títulos Públicos	Tesouraria	Contas a Pagar/Receber	PDD
jan-16	11.604	9.989	3.995	5	60	142	33	-2.621
fev-16	11.780	10.236	3.657	25	60	436	-27	-2.607
mar-16	11.893	10.493	3.821	283	61	204	-12	-2.957
abr-16	12.241	11.041	3.939	69	62	29	130	-3.029
mai-16	12.595	11.361	4.116	26	62	120	41	-3.131
jun-16	12.996	11.726	4.323	57	63	155	-194	-3.134
jul-16	13.426	11.991	4.368	35	64	166	-35	-3.163
ago-16	13.219	12.091	4.460	183	40	100	-349	-3.306
set-16	13.484	12.162	4.745	16	41	120	-103	-3.497
out-16	14.029	13.027	4.790	12	41	151	-447	-3.546
nov-16	14.752	13.351	5.023	35	42	127	-112	-3.714
dez-16	15.211	13.014	4.518	1.342	17	65	-91	-3.654

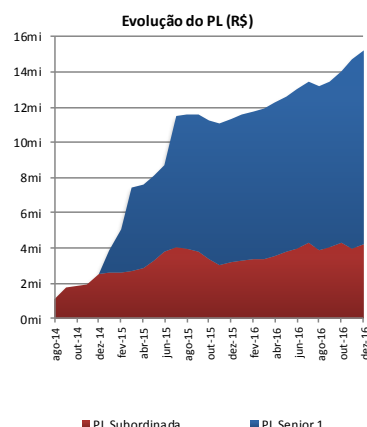
Fontes: CVM/ Administrador. Elaborado por Liberum Ratings.



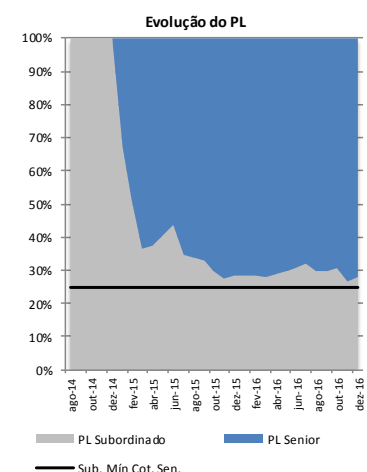
Fontes: CVM/ Administrador. Elaborado por Liberum Ratings.

26, jan, 2017

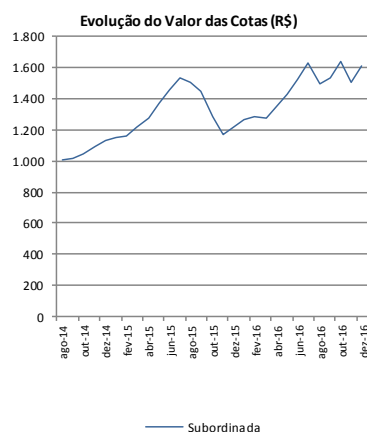
FIDC Multissetorial Milênio Recebíveis LP



Fontes: CVM/ Administrador. Elaborado por Liberum Ratings.



Fontes: CVM/ Administrador. Elaborado por Liberum Ratings.



Fontes: CVM/ Administrador. Elaborado por Liberum Ratings.

Dados das Cotas	PL (R\$)	PL Senior 1 (R\$)	PL Subordinada (R\$)	Valor Cota Senior (R\$)	Valor Cota Subordinada (R\$)	Qtd. De Cotas Senior	Qtd. De Cotas Subordinada
jan-16	11.604.064	8.284.487	3.319.577	1.222	1.266	6.778	2.622
fev-16	11.780.462	8.409.234	3.371.228	1.241	1.286	6.778	2.622
mar-16	11.893.288	8.556.026	3.337.263	1.262	1.273	6.778	2.622
abr-16	12.240.825	8.691.695	3.549.130	1.282	1.354	6.778	2.622
mai-16	12.595.340	8.836.464	3.758.876	1.304	1.434	6.778	2.622
jun-16	12.996.483	8.990.714	4.005.769	1.327	1.528	6.778	2.622
jul-16	13.426.127	9.140.464	4.285.663	1.349	1.635	6.778	2.622
ago-16	13.218.555	9.307.338	3.911.216	1.373	1.492	6.778	2.622
set-16	13.484.343	9.462.362	4.021.982	1.396	1.534	6.778	2.622
out-16	14.028.989	9.732.842	4.296.146	1.418	1.639	6.863	2.622
nov-16	14.752.240	10.801.966	3.950.274	1.440	1.507	7.500	2.622
dez-16	15.211.314	10.984.353	4.226.961	1.465	1.612	7.500	2.622

Fontes: CVM/ Administrador. Elaborado por Liberum Ratings.

Concentração por Cedente / PL	Maior Cedente / PL	5 Maiores Cedentes / PL	10 Maiores Cedentes / PL	15 Maiores Cedentes / PL	20 Maiores Cedentes / PL
jan-16	9,9%	38,3%	62,8%	81,7%	91,9%
fev-16	10,6%	39,8%	64,3%	81,4%	90,7%
mar-16	11,3%	37,7%	61,9%	80,2%	91,4%
abr-16	9,5%	39,8%	64,1%	82,6%	92,8%
mai-16	10,3%	36,5%	61,1%	79,9%	92,5%
jun-16	10,5%	38,7%	64,7%	83,8%	96,6%
jul-16	10,9%	39,6%	66,0%	84,6%	98,3%
ago-16	11,6%	41,4%	70,1%	89,5%	102,5%
set-16	11,9%	41,2%	68,5%	87,2%	100,3%
out-16	10,4%	40,6%	68,4%	87,2%	102,0%
nov-16	10,8%	39,4%	66,8%	86,0%	99,8%
dez-16	10,3%	40,1%	65,8%	83,2%	93,7%

Fontes: CVM/ Administrador. Elaborado por Liberum Ratings.

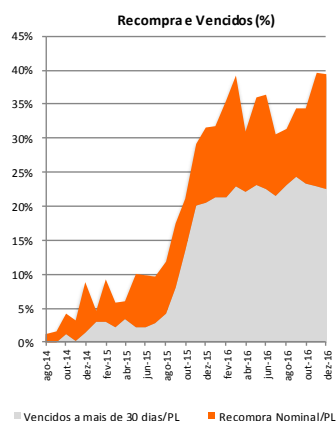
Concentração por Sacado / PL	Maior Sacado / PL	5 Maiores Sacados / PL	10 Maiores Sacados / PL	15 Maiores Sacados / PL	20 Maiores Sacados / PL
jan-16	4,5%	18,3%	30,7%	39,2%	46,0%
fev-16	5,1%	19,4%	33,4%	42,8%	50,0%
mar-16	6,4%	21,2%	33,0%	41,5%	48,0%
abr-16	6,1%	21,4%	34,7%	44,5%	51,9%
mai-16	7,4%	23,0%	35,3%	45,0%	52,1%
jun-16	7,0%	21,9%	35,2%	44,0%	51,0%
jul-16	7,7%	20,7%	32,1%	41,3%	49,3%
ago-16	8,5%	23,2%	37,0%	46,3%	54,5%
set-16	7,7%	20,4%	33,1%	43,6%	52,3%
out-16	7,5%	23,2%	36,9%	46,6%	55,1%
nov-16	7,6%	20,5%	34,0%	45,4%	54,5%
dez-16	7,4%	19,9%	32,7%	43,1%	51,5%

Fontes: CVM/ Administrador. Elaborado por Liberum Ratings.



26, jan, 2017

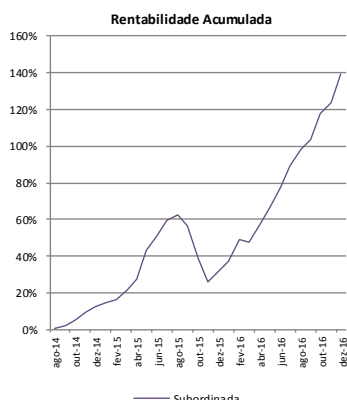
FIDC Multissetorial Milênio Recebíveis LP



Fontes: CVM/ Administrador. Elaborado por Liberum Ratings.

Rentabilidade	Subordinada
jan-16	3,53%
fev-16	9,09%
mar-16	-1,01%
abr-16	6,35%
mai-16	5,91%
jun-16	6,57%
jul-16	6,99%
ago-16	4,53%
set-16	2,83%
out-16	6,82%
nov-16	2,83%
dez-16	7,00%

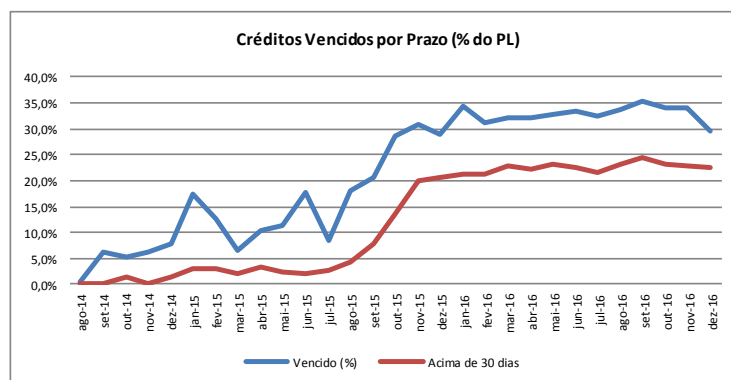
Fontes: CVM/ Administrador. Elaborado por Liberum Ratings.



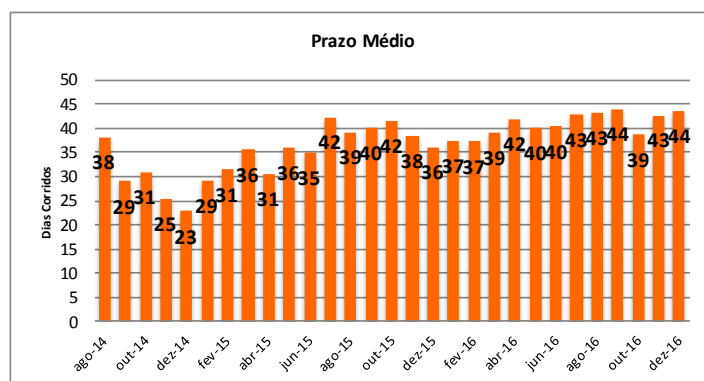
Fontes: CVM/ Administrador. Elaborado por Liberum Ratings.

Recomprados / Vencidos	Recompra (Nominal - R\$ mil)	Recompra Nominal/PL	Recompra (Contábil - R\$ mil)	Recompra Contábil/PL	Vencidos a mais de 30 dias (R\$ mil)	Vencidos a mais de 30 dias/PL
jan-16	1.201	10,3%	1.176	10,1%	2.481	21,4%
fev-16	1.672	14,2%	1.636	13,9%	2.512	21,3%
mar-16	1.945	16,4%	1.913	16,1%	2.722	22,9%
abr-16	1.081	8,8%	1.048	8,6%	2.708	22,1%
mai-16	1.601	12,7%	1.567	12,4%	2.923	23,2%
jun-16	1.783	13,7%	1.729	13,3%	2.938	22,6%
jul-16	1.231	9,2%	1.213	9,0%	2.881	21,5%
ago-16	1.095	8,3%	1.068	8,1%	3.044	23,0%
set-16	1.367	10,1%	1.350	10,0%	3.282	24,3%
out-16	1.570	11,2%	1.538	11,0%	3.260	23,2%
nov-16	2.458	16,7%	2.433	16,5%	3.386	23,0%
dez-16	2.564	16,9%	2.533	16,7%	3.437	22,6%

Fontes: CVM/ Administrador. Elaborado por Liberum Ratings.



Fontes: CVM/ Administrador. Elaborado por Liberum Ratings.



Fontes: CVM/ Administrador. Elaborado por Liberum Ratings.

Captção, Resgates e Amortizações (R\$)	Cota	Captção - Valor (R\$)	Amortização/Resgate - Valor (R\$)
jan-15	Subordinada	25.000	0
mai-15	Subordinada	200.000	125.000
jun-15	Subordinada	325.000	0
jul-15	Senior 1	2.501.591	0
ago-15	Subordinada	0	159.613
fev-16	Subordinada	0	250.000
ago-16	Subordinada	0	568.483
out-16	Senior 1	120.000	0
nov-16	Senior 1	905.388	0
nov-16	Subordinada	0	467.406

Fontes: CVM/ Administrador. Elaborado por Liberum Ratings.

26, jan, 2017

FIDC Multissetorial Milênio Recebíveis LP

SOBRE O RATING**Analista principal**

João Pedro Pereira – joao.pereira@liberumratings.com.br

Membros do comitê de rating:

Henrique Pinheiro – henrique.pinheiro@liberumratings.com.br

João Pedro Pereira – joao.pereira@liberumratings.com.br

Mauricio Bassi – mauricio.bassi@liberumratings.com.br

Rodrigo Indiani – rodrigo.indiani@liberumratings.com.br

Metodologia e critérios relevantes para esta análise:

Metodologia Finanças Estruturadas

Processo de diligência sobre os ativos de Finanças Estruturadas:

A presente avaliação se apoiou, entre outros, no uso de bases de dados históricas e comparativas para este tipo de ativo e o uso de modelos de análise proprietários, os quais consideram aspectos qualitativos e quantitativos especificamente associados a este tipo de ativo.

Histórico do rating:

26, jan, 2017 -	Confirmação dos Ratings.
1º, nov, 2016 -	Atribuição do Rating BBB(fe) de Longo Prazo para a 2ª Série de Cotas Seniores e Confirmação dos demais Ratings.
15, ago, 2016 -	Confirmação dos Ratings. Perspectiva: Estável.
10, mai, 2016 -	Confirmação dos Ratings.
03, fev, 2016 -	Atribuição do Rating CP3(fe) de Curto Prazo para a 1ª Série de Cotas Seniores e Confirmação dos demais Ratings.
15, dez, 2015 -	Rebaixamento do Rating da 1ª Série de Cotas Seniores para BBB(fe) de Longo Prazo. Perspectiva: Negativa.
16, nov, 2015 -	Encerramento do Rating da 2ª Série de Cotas Seniores.
09, nov, 2015 -	Confirmação dos Ratings.
16, set, 2015 -	Confirmação dos Ratings.
25, jun, 2015 -	Atribuição dos Ratings: A(fe) de Longo Prazo para a 1ª Série de Cotas Seniores; A(fe) de Longo Prazo para a 2ª Série de Cotas Seniores e B(fe) de Longo Prazo para as Cotas Subordinadas. Perspectiva: Estável.

A Liberum Ratings está avaliando esta espécie de ativo financeiro pela primeira vez? Não.
Esta classificação foi comunicada a entidade avaliada ou partes relacionadas a ela e em decorrência desse fato, a nota atribuída foi alterada antes da emissão deste relatório? Não.

Frequência de Monitoramento: A política de monitoramento de ratings para esta classe de ativo é descrita na Metodologia de Ratings de Finanças Estruturadas disponível no site da Liberum Ratings www.liberumratings.com.br

Escala de avaliação:Escala de Rating de Longo Prazo Liberum Ratings www.liberumratings.com.br

26, jan, 2017

FIDC Multissetorial Milênio Recebíveis LP**Informações utilizadas:**

As informações utilizadas para a elaboração deste relatório datam até 31/12/2016. Informações posteriores a essa data podem causar a alteração da classificação ou dos fundamentos expostos neste relatório. As informações disponíveis para a emissão da classificação e, consequentemente, deste relatório foram consideradas suficientes e alinhadas com os requerimentos metodológicos aplicáveis para a mesma. As informações utilizadas foram encaminhadas pelo Administrador do Fundo, pelo Custodiante e pelo Consultor dos Direitos Creditórios. Também foram utilizadas informações de domínio público e privado.

Outros Serviços Prestados:

A Liberum Ratings prestou outros serviços para a entidade avaliada nos últimos 12 meses? Não.

Houve serviços prestados por partes relacionadas da Liberum Ratings para entidade avaliada nos últimos 12 meses? Não.

Conflitos de Interesse:

A classificação de risco foi contratada por terceiros, outros que a entidade avaliada ou parte a ela relacionada? Não.

A entidade avaliada ou parte a ela relacionada é responsável por mais de 5% da receita anual da Liberum Ratings? Não.

A Liberum Ratings, seus analistas de classificação de risco de crédito ou demais pessoas envolvidas no processo de emissão de uma determinada classificação de risco, seus cônjuges, dependentes ou companheiros, tem, direta ou indiretamente, interesses financeiros e comerciais relevantes em relação à entidade avaliada? Não.

Os analistas de classificação de risco de crédito ou demais pessoas envolvidas no processo de emissão da classificação de risco tem vínculo com pessoa natural que trabalhe para a entidade avaliada ou parte a ela relacionada? Não.

Os procedimentos adotados para a emissão desta classificação de risco e emissão de relatório de rating estão enquadrados nos critérios estipulados no Código de Conduta desta Agência bem como nos seus procedimentos de Controles Internos e o Compliance.

Esta classificação é sujeita a alterações. Para verificar a última classificação disponível acesse www.liberumratings.com.br

LIBERUM RATINGS

Tel: 55 11 3165-4222

São Paulo - Brasil

Em caso de dúvidas, entre em contato conosco:

contato@liberumratings.com.brwww.liberumratings.com.br

INFORMAÇÕES IMPORTANTES

A Liberum Ratings Serviços Financeiros Ltda. (Liberum Ratings) emite seus pareceres, opiniões e demais materiais com base em informações encaminhadas por terceiros, dados que são considerados confiáveis e precisos. No entanto, há a possibilidade de erros de ordem humana, técnica ou de qualquer outra índole na elaboração e transmissão dessas informações. Nesses casos, a Liberum Ratings não faz nenhuma representação, nem avaliza, garante ou se responsabiliza - de forma explícita ou implícita - por erros ou omissões nos dados recebidos, ou, ainda, sobre a exatidão, completude, resultados, abrangência e integridade dos mesmos. Também não se responsabiliza por erros, omissões, resultados de opiniões ou análises que derivem de tais informações. O processo de análise utilizado pela Liberum Ratings não compreende a auditoria ou a verificação sistemática de tais informações. Eventuais investigações para a checagem desses dados variam, dependendo de fatos e circunstâncias.

Sob nenhuma circunstância, a Liberum Ratings, seus diretores, empregados, prestadores de serviços ou agentes serão responsabilizados civilmente ou de qualquer outra forma por quaisquer danos diretos, indiretos ou compensações, incluindo, mas não se limitando, a perda de dinheiro, lucros ou good will; pelo tempo perdido durante o uso ou impossibilidade de uso do website ou durante o prazo necessário para avaliação das informações recebidas e na elaboração das análises e opiniões, divulgadas ou não em seu website; por ações ou decisões tomadas com base nas opiniões da Liberum Ratings e demais informações veiculadas pelo seu website; por erros em quaisquer circunstâncias ou contingências, de controle ou não da Liberum Ratings e de seus agentes, originados pela comunicação, análise, interpretação, compilação, publicação ou entrega de quaisquer informações contidas e/ou disseminadas pelo website da Liberum Ratings.

Os ratings e quaisquer outras opiniões emitidas pela Liberum Ratings, ou outros materiais, são disponibilizados em seu website (www.liberumratings.com.br). Tais publicações são meras opiniões e devem ser interpretadas como tal. De nenhum modo e sob nenhuma circunstância devem ser consideradas como fatos ou verdades sobre a capacidade de crédito do emissor ou ativo financeiro (de crédito ou de qualquer outra índole) avaliado. Portanto, não representam, de nenhuma forma, recomendação para aquisição, venda ou manutenção de ativos em portfólio. Desse modo, as avaliações emitidas pela Liberum Ratings não são, nem substituem, prospectos ou demais informações, obrigatórias ou não, fornecidas ou apresentadas aos investidores e seus agentes na venda ou distribuição de ativos financeiros.

Em razão de mudanças e/ou indisponibilidade de informações tidas como necessárias para a emissão e descontinuidade do monitoramento do rating, ou outros fatores considerados pertinentes, as classificações de risco emitidas pela Liberum Ratings podem ser alteradas, suspensas ou retiradas a qualquer momento. Os ratings públicos emitidos pela Liberum Ratings são atualizados em seu website (www.liberumratings.com.br).

Na maior parte dos casos, os trabalhos realizados pela Liberum Ratings são remunerados pelos emissores, estruturadores ou garantidores dos ativos avaliados.

Copyright©2017 Liberum Ratings Serviços Financeiros Ltda.

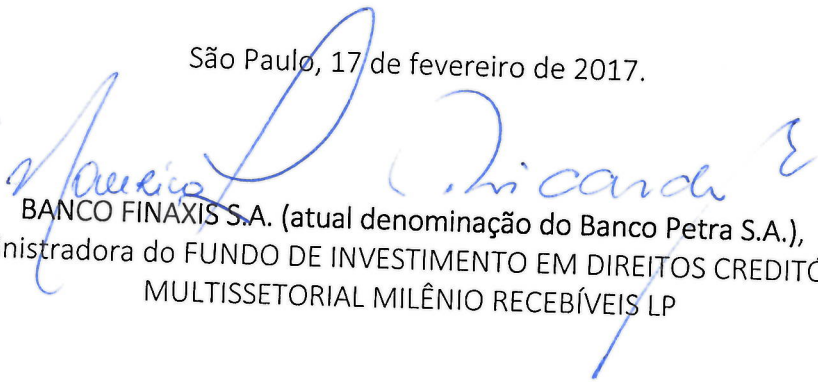
ANEXO IV – DECLARAÇÃO DA INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA

DECLARAÇÃO DA ADMINISTRADORA DO FUNDO PARA FINS DO ARTIGO 56 DA
INSTRUÇÃO CVM Nº 400, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2003

O BANCO FINAXIS S.A. (atual denominação do Banco Petra S.A.), instituição financeira, devidamente autorizada a administrar carteiras de valores mobiliários pelo Ato Declaratório CVM nº 11.821, de 18 de julho de 2011, com sede na cidade de Curitiba, estado do Paraná, na Rua Pasteur, n. 463, 11º andar, conjunto 1103, bairro de Água Verde, inscrita no CNPJ sob o nº 11.758.741/0001-52 ("Administradora"), na qualidade de instituição administradora do FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL MILÊNIO RECEBÍVEIS LP ("Fundo"), vem declarar, no âmbito da oferta pública de distribuição da 2ª (segunda) série de quotas seniores ("Quotas"), registrada na CVM ("Oferta"), exclusivamente para fins do processo de registro da Oferta perante a CVM, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), que (i) o Prospecto Preliminar da Oferta contém e o Prospecto Definitivo da Oferta conterá as informações relevantes, necessárias ao conhecimento pelos investidores, da Oferta, das características das Quotas Seniores – 2ª Série, da política de investimento, dos critérios de avaliação dos ativos, da composição da sua carteira bem como dos riscos inerentes ao investimento no Fundo e quaisquer outras informações relevantes do Fundo e da Oferta, necessárias para uma tomada de decisão fundamentada a respeito das Quotas, tendo sido elaborado de acordo com as normas pertinentes; e, (ii) as informações relativas ao Fundo e à Oferta prestadas por ocasião do registro da Oferta junto à CVM fornecidas ao mercado durante o processo de distribuição das Quotas no âmbito da Oferta são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes.

São Paulo, 17 de fevereiro de 2017.

Mauricio Zuanazzi
Procurador


BANCO FINAXIS S.A. (atual denominação do Banco Petra S.A.),
Administradora do FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS
MULTISSETORIAL MILÊNIO RECEBÍVEIS LP

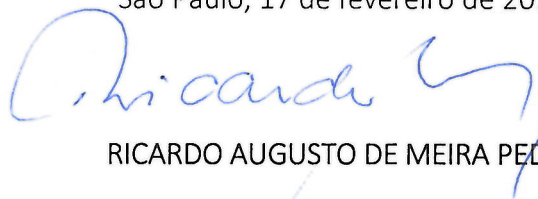
Ricardo Pedro
RG.. 15.568.920
CPF. 049.951.318-50

ANEXO V – DECLARAÇÃO DO DIRETOR RESPONSÁVEL PELO FUNDO

DECLARAÇÃO DO DIRETOR RESPONSÁVEL PELO FUNDO

RICARDO AUGUSTO DE MEIRA PEDRO, brasileiro, casado, administrador, inscrito no RG sob o n. 15568920-0 SSP-SP e no CPF sob o n. 049.951.318-50, com endereço comercial na Rua Pasteur, n. 463, 11º andar, Curitiba/PR, na qualidade de diretor responsável do FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL MILÊNIO RECEBÍVEIS LP ("Fundo"), inscrito no CNPJ sob o n. 15.578.550/0001-60, administrado pelo BANCO FINAXIS S.A. (atual denominação do Banco Petra S.A.), instituição financeira, devidamente autorizada a administrar carteiras de valores mobiliários pelo Ato Declaratório CVM nº 11.821, de 18 de julho de 2011, com sede na cidade de Curitiba, estado do Paraná, na Rua Pasteur, n. 463, 11º andar, conjunto 1103, bairro de Água Verde, inscrita no CNPJ sob o nº 11.758.741/0001-52 ("Administradora"), autorizado a prestar o serviço de administração de carteira de valores mobiliários através do Ato Declaratório da CVM n. 11.821, de 18 de julho de 2011, DECLARA que é responsável pela veracidade, consistência, correção e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a distribuição das quotas do Fundo.

São Paulo, 17 de fevereiro de 2017.



RICARDO AUGUSTO DE MEIRA PEDRO

Ricardo Pedro
RG.. 15.568.920
CPF. 049.951.318-50

ANEXO VI – DECLARAÇÃO DO COORDENADOR LÍDER

DECLARAÇÃO DA ADMINISTRADORA DO FUNDO PARA FINS DO ARTIGO 56 DA
INSTRUÇÃO CVM Nº 400, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2003

A FINAXIS CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A. (atual denominação da PETRA – Personal Trader Corretora de Títulos e Valores Mobiliários), instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Av. Paulista, n. 1845, 1º andar, conjuntos 17 e 18, bairro da Bela Vista, inscrita no CNPJ sob o n. 03.317.692/0001-94 (“Coordenador Líder”), na qualidade de coordenador líder da oferta pública de distribuição da 2ª (segunda) série de quotas seniores (“Quotas”) do FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL MILÊNIO RECEBÍVEIS LP (“Fundo”), vem declarar, no âmbito da oferta das Quotas, registrada na CVM (“Oferta”), exclusivamente para fins do processo de registro da Oferta perante a CVM, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada (“Instrução CVM 400”), que (i) o Prospecto contém as informações relevantes, necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da Oferta, das características das Quotas Seniores – 2ª Série, da política de investimento, dos critérios de avaliação dos ativos, da composição da sua carteira, bem como dos riscos inerentes ao investimento no Fundo e quaisquer outras informações relevantes, e permite uma tomada de decisão fundamentada a respeito das Quotas, tendo sido elaborado de acordo com as normas pertinentes; e, (ii) tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência para assegurar que (a) as informações prestadas pelo Banco Petra S.A., na qualidade de administrador do Fundo, por ocasião do registro e durante o período de realização da Oferta são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e (b) as informações fornecidas ao mercado durante todo o Prazo de Distribuição das Quotas, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta.

São Paulo, 17 de fevereiro de 2017.

Mauricio Zuanez
Procurador

FINAXIS CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A (atual denominação da
PETRA – Personal Trader Corretora de Títulos e Valores Mobiliários),
Coordenador Líder da distribuição pública das Quotas Seniores – 2ª Série do FUNDO DE
INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL MILÊNIO RECEBÍVEIS LP

Ricardo Pedro
RG.. 15.568.920
CPF. 049.951.318-50

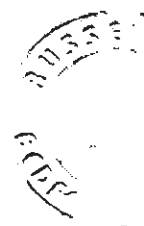
ANEXO VII – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS FINANCEIROS, INFORMAÇÕES
TRIMESTRAIS E EVENTOS SUBSEQUENTES



CONSULT AUDITORES

**Fundo de Investimento em Direitos Creditórios
Multissetorial Milênio Recebíveis LP**
CNPJ nº 15.578.550/0001-60
(Administrado pelo Banco PETRA S.A. – CNPJ nº 11.758.741/0001.52)

Demonstrações Financeiras
Período de 04 de agosto de 2014 (data de
início das atividades do Fundo) a 31 de
dezembro de 2014





CONSULT AUDITORES

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multissetorial Milênio Recebíveis LP
CNPJ: 15.578.550/0001-60

Demonstrações Financeiras

Período de 04 de agosto de 2014 (data de início das atividades do Fundo) a 31 de dezembro de 2014

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Demonstração da posição financeira	5
Demonstração do resultado	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstração dos fluxos de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos

Cotistas e ao Administrador do

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multissetorial Milênio Recebíveis LP

(Administrado por Banco Petra S.A.)

Curitiba - PR

Examinamos as demonstrações financeiras do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multissetorial Milênio Recebíveis LP (administrado por Banco Petra S.A.), que compreendem a demonstração da posição financeira e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período findo em 31 de dezembro de 2014, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração do Fundo é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis aos fundos de investimento em direitos creditórios regulamentados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras, com base em nossa auditoria, conduzidas de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores, e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para

RAI 1-02/15 OS Nº 3844
Formulário RAI.03





CONSULT AUDITORES

a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras do Fundo para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Fundo. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração do Fundo, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multissetorial Milênio Recebíveis LP (administrado pelo Banco Petra S.A.), em 31 de dezembro de 2014 e o desempenho de suas operações para o período findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis aos fundos de investimento em direitos creditórios, regulamentados pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários.

Curitiba, 06 de fevereiro de 2015.


Pedro Nunes de Gouveia
Contador CRC/PR Nº 022.632/O-9


João Raimundo Klein
Contador CRC/RS Nº 0 41.070/O-3 S-PR

CONSULT – AUDITORES INDEPENDENTES
CRC/PR Nº 002.906/O-5

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multissetorial Milênio Recebíveis LP
(Administrado pelo Banco PETRA S.A.)

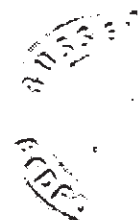
Demonstração da posição financeira

Período findo em 31 de dezembro de 2014

(Em milhares de reais)

	31 de dezembro de 2014		
	Quantidade	Período atual	% sobre o patrimônio líquido
Ativo			
Disponibilidades		50	1,99
Titulos e valores mobiliários		36	1,46
Cotas de fundos de investimento		36	1,46
Referenciado DI			
Petra Liquidez Fundo de Investimento Referenciado DI LP (Nota 4.a)	36	36	1,46
Direitos creditórios		2.405	96,11
Direitos creditórios sem aquisição substancial dos riscos e benefícios		2.405	96,11
Duplicatas a vencer (Nota 5.b)	313	1.855	74,13
Duplicatas vencidas (Nota 5.b)	37	173	6,91
(-) Provisão para perdas por redução no valor de recuperação de ativos (Notas 5.b e 5.g)		(57)	(2,28)
Cheques a vencer (Nota 5.b)	103	413	16,51
Cheques vencidos (Nota 5.b)	11	27	1,08
(-) Provisão para perdas por redução no valor de recuperação de ativos (Notas 5.b e 5.g)		(6)	(0,24)
Valores a receber		71	2,84
Cheques em compensação (Nota 5.c)		42	1,68
Direitos creditórios vencidos a liquidar (Nota 5.c)		27	1,08
Despesas antecipadas		2	0,08
Total do ativo		2.562	102,40
Passivo			
Valores a Pagar		60	2,40
Direitos creditórios recebidos a identificar (Nota 5.f)		37	1,48
Taxa de custódia		14	0,56
Taxa de administração		6	0,24
Outros		3	0,12
Total do passivo		60	2,40
Patrimônio líquido		2.502	100,00
Total do passivo e patrimônio líquido		2.562	102,40

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multissetorial Milênio Recebíveis LP
(Administrado pelo Banco PETRA S.A.)

Demonstração do resultado

Período de 04 de agosto de 2014 (data de início das atividades do Fundo) a 31 de dezembro de 2014

(Em milhares de reais)

Composição do resultado do exercício

31 de dezembro de 2014

Direitos creditórios

Apropriação de renda	376
Resultado nas negociações (Nota 5.e)	409
Perdas por redução no valor de recuperação (Nota 5.b)	30
	(63)

Operações compromissadas

Receitas	4
----------	---

Títulos e valores mobiliários

	1
--	---

Cotas de fundos de investimento

Resultado com aplicações em cotas de fundos	1
Referenciado DI	1

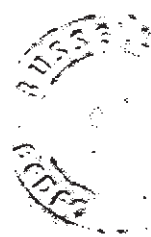
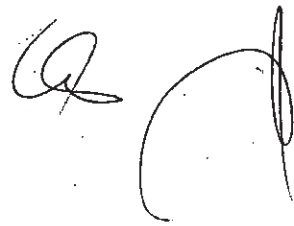
Demais despesas

Taxa de custódia (Nota 12.a)	(138)
Taxa de administração (Nota 12.a)	(33)
Despesa de consultoria especializada	(19)
Outras despesas	(60)
	(26)

Resultado do exercício pertencente aos detentores de cotas classificadas no patrimônio líquido

243

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multissetorial Milênio Recebíveis LP

(Administrado pelo Banco PETRA S.A.)

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Período de 04 de agosto de 2014 (data de início das atividades do Fundo) a 31 de dezembro de 2014

(Em milhares de reais, exceto o valor unitário das cotas)

	31 de dezembro de 2014
Emissão inicial de cotas	1.050
Total de 1.050,00 cotas subordinadas juniores a R\$ 1.000,00 cada uma (Nota 8.a)	1.050
Resultado do exercício pertencente aos detentores de cotas classificadas no patrimônio líquido	243
Cotas emitidas	1.209
Total de 1.168,06 cotas subordinadas juniores (Nota 8.a)	1.209
Acréscimo decorrente da movimentação de cotas	1.209
Patrimônio líquido no final do exercício	2.502
Total de 2.218,06 cotas subordinadas juniores a R\$1.128,19569905 cada uma	2.502

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multissetorial Milênio Recebíveis LP
(Administrado pelo Banco PETRA S.A.)

Demonstração dos fluxos de caixa

Período de 04 de agosto de 2014 (data de início das atividades do Fundo) a 31 de dezembro de 2014

(Em milhares de reais)

	31 de dezembro de 2014
Fluxo de caixa das atividades operacionais	
Compra de direitos creditórios	(7.377)
Recebimentos de juros/amortização de direitos creditórios	3.479
Compra de outros instrumentos financeiros	(11.823)
Venda de outros instrumentos financeiros	11.981
Pagamento da taxa de administração (Nota 12.a)	(13)
Pagamento da taxa de gestão	(3)
Pagamento da consultoria especializada (Nota 12.a)	(60)
Demais pagamentos / recebimentos	1.607
Caixa líquido das atividades operacionais	(2.209)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	
Cotas subordinadas emitidas	2.259
Caixa líquido das atividades de financiamento	2.259
Variação no caixa e equivalentes de caixa	50
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	50
Disponibilidades	50

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

1 Contexto operacional

O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multissetorial Milênio Recebíveis LP foi constituído em 20 de junho de 2014 e iniciou suas atividades em 04 de agosto de 2014 sob a forma de condomínio fechado, com prazo de duração indeterminado.

O objetivo do Fundo é valorização de suas cotas, por meio de aquisição: (i) de direitos creditórios, juntamente com todos os direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações assegurados ao titulares de tais direitos creditórios, tudo nos termos dos respectivos contratos de cessão; e (ii) de ativos financeiros, conforme a política de investimento estabelecido no regulamento do Fundo.

O Fundo destina-se especificamente a receber investimentos de titularidade de investidores qualificados, nos termos do artigo nº 109 da Instrução CVM nº 409/04.

Os investimentos no Fundo não são garantidos pelo administrador, gestora e qualquer mecanismo de seguro ou pelo Fundo Garantidor de Crédito ("FGC"). Os cotistas estão expostos à possibilidade de perda do capital investido, em decorrência do perfil de investimentos do Fundo.

2 Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis aos fundos de investimento regulamentados pela Instrução nº 489 de 14 de janeiro de 2011 e pelas orientações emanadas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), aplicáveis aos fundos de investimento em direitos creditórios.

Na elaboração dessas demonstrações financeiras foram utilizadas premissas e estimativas de preços para a contabilização e determinação dos valores dos ativos e instrumentos financeiros integrantes da carteira do Fundo. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e instrumentos financeiros, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados.

A demonstração da posição financeira, a demonstração do resultado, a demonstração das mutações do patrimônio líquido e a demonstração dos fluxos de caixa encontram-se apresentadas para o período de 04 de agosto de 2014 (data de início das atividades do Fundo) até 31 de dezembro de 2014, exercício social do Fundo.

3 Descrição das principais práticas contábeis

a. Apropriação de receitas e despesas

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

b. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa abrangem o saldo de caixa e instrumentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos, a partir da data de contratação e que estão sujeitas a um risco insignificante de alteração no valor e são geralmente utilizados na gestão de direitos e obrigações de curto prazo.

Demonstrações Financeiras

Período de 04 de agosto de 2014 (data de início das atividades do Fundo) a 31 de dezembro de 2014

Operações compromissadas

As operações compromissadas são registradas pelo valor efetivamente pago, acrescido dos rendimentos auferidos com base na taxa de remuneração, reconhecidos no resultado na rubrica de “Operações compromissadas - receitas”.

c. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários foram classificados de acordo com a intenção de negociação, classificados na categoria “Títulos para negociação”, que incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, sendo contabilizados pelo valor de mercado, em que as perdas e os ganhos realizados e não realizados sobre esses títulos são reconhecidos no resultado.

Cotas de fundos de investimento

As cotas de fundos de investimento são registradas pelo custo de aquisição, ajustado diariamente pela variação no valor das cotas informada pelos administradores dos respectivos fundos de investimento. A valorização e desvalorização das cotas de fundos de investimento estão apresentadas em “Resultado com aplicações em cotas de fundos”.

d. Direitos creditórios

Os direitos creditórios foram classificados de acordo com a intenção de negociação, classificados na categoria “Empréstimos e recebíveis”, que incluem qualquer ativo financeiro com pagamento fixo ou determinável, que não estão cotados em mercado ativo, incluindo ativos de empréstimo, recebíveis, investimentos em instrumentos de dívida e depósitos mantidos em banco.

Direitos creditórios - a vencer

Os direitos creditórios são registrados ao custo de aquisição, acrescidos de juros calculados com base na taxa interna de retorno dos contratos, pelo critério *pro rata temporis*. A taxa interna de retorno foi calculada com base no valor de aquisição, valor de vencimento e prazo de recebimento dos direitos creditórios.

Direitos creditórios - vencidos

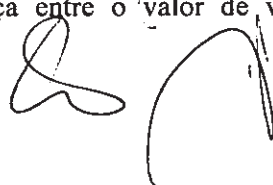
Os direitos creditórios vencidos encontram-se registrados pelos valores atualizados até a data dos respectivos vencimentos.

Os direitos creditórios são classificados no seguinte grupo:

- (i) Operações sem aquisição substancial dos riscos e benefícios** – neste grupo devem ser classificadas as operações em que o Fundo não adquire substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do direito creditório objeto da operação e que, como consequência, não ensejam a baixa do direito creditório nos registros contábeis do cedente.

A classificação do grupo acima é de responsabilidade do administrador que deverá ser estabelecida utilizando-se como metodologia, preferencialmente, o nível de exposição do Fundo à variação no fluxo de caixa futuro associado ao direito creditório objeto da operação.

A apropriação da remuneração dos direitos creditórios são reconhecidos no resultado, na rubrica “Apropriação de renda”, segundo a taxa de juros, conforme apresentado na nota 5. A partir da data de vencimento do direito creditório não são mais apropriados juros remuneratórios. Os lucros ou prejuízos apurados nas negociações são registrados pela diferença entre o valor de venda e o



Demonstrações Financeiras

Período de 04 de agosto de 2014 (data de início das atividades do Fundo) a 31 de dezembro de 2014

valor de mercado do título no dia anterior e reconhecidos em “Resultado nas negociações”, quando aplicável e para os direitos creditórios com aquisição substancial dos riscos e benefícios, o ajuste ao valor justo dos ativos são registrados em “Ajuste ao valor justo”, quando aplicável.

e. Provisão para perdas por redução no valor de recuperação de ativos

A provisão para perdas é constituída, com base nas orientações emanadas pela Instrução nº 489 da Comissão de Valores Mobiliários, sempre que houver evidência de redução no valor recuperável dos ativos do Fundo, avaliados pelo custo ou custo amortizado. A perda por redução no valor de recuperação deve ser mensurada e registrada pela diferença entre o valor contábil do ativo antes da mudança de estimativa e o valor presente do novo fluxo de caixa esperado calculado após a mudança de estimativa, desde que a mudança seja relacionada a uma deterioração da estimativa anterior de perdas de créditos esperadas.

Provisões para redução ao valor de recuperação de ativos são avaliadas e calculadas, pelo administrador, coletivamente e são registradas através de uma conta de provisão na rubrica “Direitos creditórios sem aquisição substancial dos riscos e benefícios – Provisão para perdas por redução no valor de recuperação de ativos”, sendo sua contrapartida no resultado do período.

Para direitos creditórios de um mesmo devedor, a perda deve ser mensurada sobre todo o fluxo de caixa esperado desse devedor, levando em consideração a natureza da transação e as características das garantias, tais como suficiência e liquidez.

Provisão para perdas por redução no valor de recuperação – avaliação individual

A redução no valor de recuperação em base individual é mensurada em duas circunstâncias: (i) para cobrir as perdas incorridas, mas que ainda não foram identificadas em direitos creditórios sujeitos a avaliação individual; e (ii) para grupos homogêneos de direitos creditórios que não são considerados individualmente significativos.

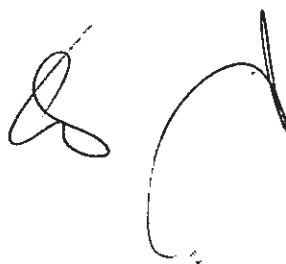
Provisão para perdas por redução no valor de recuperação – avaliação coletiva

A provisão para redução no valor recuperável em base coletiva é determinada levando em consideração: (i) a experiência de perdas nas carteiras com características similares de risco de crédito; (ii) o período estimado entre a ocorrência das evidências objetivas de redução ao valor recuperável e a identificação efetiva de perdas; e (iii) o julgamento baseado na experiência da Administradora quanto a situação e condições econômicas e de crédito. Esse julgamento é de tal ordem que o nível atual de perdas é provavelmente maior ou menor do que o sugerido pela experiência histórica.

4 Títulos e valores mobiliários

Composição da carteira

Os títulos e valores mobiliários registrados na categoria de “Títulos para negociação” estão assim classificados:



Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multissetorial Milênio Recebíveis LP
CNPJ: 15.578.550/0001-60

Demonstrações Financeiras

Período de 04 de agosto de 2014 (data de início das atividades do Fundo) a 31 de dezembro de 2014

a. Período findo em 31 de dezembro de 2014

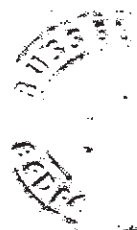
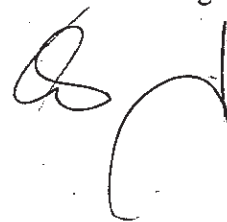
Títulos para negociação	Valor de mercado	Valor contábil	Faixas de vencimento
Cotas de fundos de investimento			
Petra Liquidez Fundo de Investimento Referenciado DI LP	36	36	Sem vencimento

5 Direitos creditórios sem aquisição substancial dos riscos e benefícios

Os direitos creditórios são classificados, conforme avaliação da Administradora, na categoria de "Operações sem aquisição substancial dos riscos e benefícios", pois os cedentes possuem a obrigação de recompra dos direitos creditórios vencidos.

a. Característica dos direitos creditórios

A carteira de direitos creditórios do Fundo, no período findo em 31 de dezembro de 2014, é expressa em moeda nacional, indicadas e aprovadas pela consultoria especializada, composta por duplicatas e cheques originados de operações de compra e venda de produtos, mercadorias nos segmentos financeiro, comercial, industrial e imobiliário.



Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multissetorial Milênio Recebíveis LP
CNPJ: 15.578.550/0001-60

Demonstrações Financeiras

Período de 04 de agosto de 2014 (data de início das atividades do Fundo) a 31 de dezembro de 2014

b. Composição dos direitos creditórios em 31 de dezembro de 2014

	Valor Contábil	Valor Nominal	Rendas a apropriar	Provisão	Taxa Média das Operações	Vencimentos					Acima 360
						0-30	31-45	46-90	91-180	181-360	
Duplicatas a vencer											
Indústria	802	829	27	(6)	76,53%	600	175	28	-	-	-
Comércio e serviços	1.053	1.089	36	(10)	97,16%	932	99	21	-	-	-
Total duplicatas a vencer	1.855	1.918	63	(16)		1.532	274	49	-	-	-
Duplicatas vencidas											
Indústria	94	94	-	(8)	70,73%	94	1	-	-	-	-
Comércio e serviços	79	79	-	(33)	105,72%	42	36	-	-	-	-
Total duplicatas vencidas	173	173	-	(41)		136	37	-	-	-	-
Cheques a vencer											
Indústria	64	66	2	(1)	73,85%	51	5	8	-	-	-
Comércio e serviços	349	363	15	(3)	71,48%	254	27	68	-	-	-
Total cheques a vencer	413	429	17	(4)		305	32	76	-	-	-
Cheques vencidos											
Indústria	5	5	-	-	76,43%	5	-	-	-	-	-
Comércio e Serviços	22	22	-	(2)	68,57%	22	-	-	-	-	-
Total cheques vencidos	27	27	-	(2)		27	-	-	-	-	-

[Assinatura]

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multissetorial Milênio Recebíveis LP
CNPJ: 15.578.550/0001-60

Demonstrações Financeiras

Período de 04 de agosto de 2014 (data de início das atividades do Fundo) a 31 de dezembro de 2014

A concentração dos 5 maiores devedores no período findo em 31 de dezembro de 2014 estão assim representados:

Cedente	Provisão	Quantidade		A vencer	Total	% sobre o total de direitos creditórios
		Sacados	Vencido			
Cedente 1	(1)	21	9	233	242	9,81
Cedente 2	-	2	-	235	235	9,53
Cedente 3	(4)	6	-	230	230	9,32
Cedente 4	(4)	12	13	215	228	9,24
Cedente 5	(6)	28	6	219	225	9,12
Demais 88	(48)	155	172	1.136	1.308	52,98
Total	(63)		200	2.268	2.468	100

c. Valores a receber

O saldo de direitos creditórios vencidos a liquidar no montante de R\$ 27 apresentados no ativo, refere-se a duplicatas liquidadas pelo sacado em 31 de dezembro de 2014, cujo recebimento por parte do Fundo se dará no primeiro dia útil subsequente.

O saldo de cheques em compensação no montante de R\$ 42, apresentados no ativo, refere-se a cheques que estão em processo de compensação no Banco depositário, cujo recebimento por parte do Fundo se dará nos primeiros dias úteis subsequentes a 31 de dezembro de 2014.

d. Critérios de elegibilidade e condições de cessão

Todo e qualquer direito creditório a ser adquirido pelo Fundo deverão atender, cumulativamente, na data da respectiva cessão, aos seguintes critérios de elegibilidade:

- (i) O prazo médio de todos os direitos creditórios adquiridos pelo Fundo não poderá ser superior a 70 dias;
- (ii) O Fundo somente adquirirá direitos creditórios cuja data de vencimento não seja posterior à data de encerramento da última série de cotas seniores do Fundo;
- (iii) O Fundo somente poderá adquirir direitos creditórios que não estejam vencidos e pendentes de pagamento na data de aquisição;
- (iv) Cada cessão de direitos creditórios será precedida de análise verificando a concentração de títulos de até cinco por cento de um mesmo devedor (mesmo CPF ou CNPJ), ressalvado que na hipótese de cessões de direitos creditórios por diferentes cedentes e mesmo devedores, o limite por devedor, poderá ser majorado para oito por cento e até cinco por cento para um mesmo cedente;
- (v) Os direitos creditórios devem ser de devedores que, na data de aquisição para o Fundo, não apresentem qualquer valor em atraso há mais de quinze dias corridos;

Demonstrações Financeiras

Período de 04 de agosto de 2014 (data de início das atividades do Fundo) a 31 de dezembro de 2014

- (vi) O prazo médio de todos os direitos creditórios adquiridos pelo Fundo não poderá ser superior a 90 dias considerados a partir da data de aquisição.
- (vii) Todo e qualquer direito creditório será analisado pelo consultor de crédito e deverá seguir as condições de cessão e limites de concentração conforme regulamento do Fundo.

e. Resultado nas negociações com direitos creditórios

No período findo em 31 de dezembro de 2014, o saldo da rubrica “resultado nas negociações” no montante de R\$ 30 é composto por:

- (i) Os direitos creditórios adquiridos pelo Fundo poderão ser recomprados, em caso de inadimplência pelos cedentes e pela consultora especializada, por critérios estabelecidos pela consultora. No período findo em 31 de dezembro de 2014, houve recompra de direitos creditórios no valor de R\$ 353, cujo valor de face dos direitos creditórios vencidos era de R\$ 348, o que gerou um resultado positivo de R\$ 5 para o Fundo;
- (ii) Os juros pagos pelos sacados pela prorrogação do prazo de vencimento dos direitos creditórios e os juros de mora pagos ao Fundo pelos atrasos na liquidação dos direitos creditórios, totalizaram no período o resultado de R\$ 49 ; e
- (iii) Os abatimentos/descontos, na antecipação do pagamento dos direitos creditórios concedidos pelo consultor de crédito aos sacados, totalizaram no exercício o resultado negativo de R\$ 24.

f. Valores a pagar

No período findo em 31 de dezembro de 2014, o saldo de direitos creditórios recebidos a identificar, nos montantes de R\$ 37, apresentados no passivo, correspondem ao envio de recursos ao Fundo, pela consultoria especializada, referentes a pagamento de direitos creditórios, que estão pendentes de conciliação pelo administrador.

g. Provisão para perdas por redução no valor de recuperação de ativos

Em 31 de dezembro 2014, a provisão para perdas por redução no valor de recuperação dos direitos creditórios foi estimada, pelo administrador, com base em evidências objetivas de perda:

O administrador utiliza a metodologia de agrupar os direitos creditórios por cedente, pois avaliou estar nela o risco de crédito por consequência da coobrigação de recompra dos direitos creditórios vencidos e realiza uma análise fundamentalista de tal cedente, a fim de cobrir perdas inerentes e para a carteira de direitos creditórios vencidos está utilizando percentuais de rolagem. Essa metodologia utiliza a junção de três fatores: (i) realiza uma análise de tendências históricas do cedente com base em ponderação de informações tais como recuperação judicial, tempo em operação, protestos, cheques emitidos devolvidos, grau de endividamento, e a experiência de atraso e inadimplência para estimar o impacto de tais informações sobre a capacidade de repagamento dos direitos creditórios pelos devedores; (ii) os direitos creditórios vencidos são agrupados em intervalos de acordo com o número de dias em atraso, e análises estatísticas são utilizadas para estimar a probabilidade de que, em cada intervalo, os direitos creditórios progridam através dos vários estágios de inadimplência, e finalmente possam ser provados como irre recuperáveis; e (iii) as recompras estão sendo consideradas no modelo, com a finalidade de avaliar o fluxo de caixa futuro das cedentes e da consultoria de crédito em exercer a coobrigação de recompra dos direitos creditórios vencidos e não pagos. Adicionalmente, o administrador está realizando *backtesting* para validar a aderência da sua metodologia com as perdas incorridas.

Demonstrações Financeiras

Período de 04 de agosto de 2014 (data de início das atividades do Fundo) a 31 de dezembro de 2014

A carteira de direitos creditórios e a provisão para perdas por redução no valor de recuperação de ativos está apresentada no período findo em 31 de dezembro de 2014 na nota 5.b.

A movimentação da provisão para perdas por redução no valor de recuperação de ativos constituída com base nos critérios da Instrução nº 489 da Comissão de Valores Mobiliários descritos na nota 3.e., está assim representada:

	<i>Período de 04 de agosto de 2014 a</i>
	<i>31 de dezembro de 2014</i>
Saldo inicial	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-
Baixas na provisão por liquidação de direitos creditórios	-
Constituição de provisão	(63)
Saldo final	
Provisão para perdas por redução no valor de recuperação de ativos	(63)

6 Gerenciamento de riscos

a. Tipos de risco

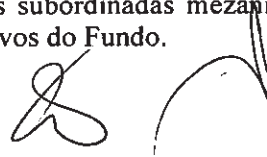
Mercado

Os ativos componentes da carteira do Fundo estão sujeitos a oscilações nos seus preços em função da reação dos mercados frente a notícias econômicas e políticas, tanto no Brasil como no exterior, podendo, ainda, responder a notícias específicas a respeito dos emissores dos títulos representativos dos ativos do Fundo. As variações de preços dos ativos poderão ocorrer também em função de alterações nas expectativas dos participantes do mercado, podendo, inclusive, ocorrer mudanças nos padrões de comportamento de preços dos ativos sem que haja mudanças significativas no contexto econômico e/ou político nacional e internacional. Logo, não há garantia de que as taxas de juros vigentes no mercado se mantenham estáveis. Além disso, dependendo do comportamento que as taxas de juros venham a ter, os ativos integrantes da carteira do Fundo poderão sofrer oscilações significativas de preços, com reflexos na rentabilidade do Fundo.

Crédito

A carteira do Fundo possui direitos creditórios e outros títulos de renda fixa que estão sujeitos ao risco de atraso e/ou não pagamento por seus emissores, devedores e/ou coobrigados, consequentemente, nessa hipótese, poderão ocorrer reduções de ganhos ou perda do capital investido, dos rendimentos e/ou do valor do principal de quaisquer dos ativos do Fundo.

Os cotistas detentores das cotas subordinadas juniores recebem o saldo residual dos valores a receber, após terem sido recebidos os valores a receber, pagas as despesas do Fundo e os cotistas detentores das cotas seniores e cotas subordinadas mezanino terem resgatado suas cotas. Neste sentido, os cotistas detentores das cotas subordinadas retêm parte substancial dos riscos e benefícios dos valores a receber. No entanto, os cotistas detentores das cotas seniores e cotas subordinadas mezanino também estão expostos ao risco de crédito dos direitos creditórios e outros ativos do Fundo.



Demonstrações Financeiras

Período de 04 de agosto de 2014 (data de início das atividades do Fundo) a 31 de dezembro de 2014

Liquidez

Os investimentos do Fundo em direitos creditórios apresentam peculiaridades com relação aos investimentos realizados pela maioria dos fundos de investimento brasileiros, não existindo mercado secundário líquido para negociação de tais direitos creditórios. Caso o Fundo precise vender seus direitos creditórios a terceiros, ou caso o cotista receba tais direitos creditórios como pagamento de resgate ou amortização de suas cotas, (i) poderá não haver mercado comprador para os mesmos, ou preço de alienação poderá causar perda de patrimônio para o Fundo, ou (ii) os cotistas poderão ter dificuldade para cobrar os valores devidos pelos devedores dos direitos creditórios em caso de inadimplemento. Isto é, não há qualquer garantia ou certeza que será possível ao Fundo liquidar posições ou negociar os direitos creditórios de sua carteira pelo preço e nos momentos desejados.

Outros riscos

Apesar da carteira do Fundo ser constituída, preponderantemente, pelos direitos creditórios elegíveis, a propriedade das cotas não confere aos cotistas propriedade direta sobre os direitos creditórios. Os direitos dos cotistas são exercidos sobre todos os ativos da carteira de modo não individualizado, proporcionalmente ao número de cotas detidas.

Excetuadas as ocorrências resultantes de comprovado dolo ou má-fé, em nenhuma outra hipótese o administrador/ gestora e/ou o custodiante serão responsabilizadas por qualquer depreciação dos bens da carteira do Fundo ou por eventuais prejuízos em caso de liquidação do Fundo ou resgate de cotas.

b. Controles relacionados aos riscos

Não obstante a diligência do administrador, da gestora e da consultora em colocar em prática a política de investimento delineada, os investimentos do Fundo estão, por sua natureza, sujeitos a diversos tipos de riscos e, mesmo que o administrador mantenha sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e seus Cotistas.

Os ativos que compõem a carteira do Fundo, conforme descrito no regulamento do Fundo, estão sujeitos a diversos fatores de risco dentre eles: risco de crédito, risco de liquidez dos ativos, e risco de mercado.

O Fundo também poderá estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos, tais como moratória, guerras, revoluções, mudanças nas regras aplicáveis aos ativos financeiros, mudanças impostas aos ativos financeiros integrantes da carteira, alteração na política econômica, decisões judiciais, etc.

De forma resumida, o processo constante de avaliação e monitoramento do risco consiste em:

- (i) **Risco de mercado:** O administrador monitora as taxas mínimas de cessão praticadas pelo Fundo respeitando os limites previstos em regulamento correlacionado à taxa CDI, visando assim atingir o *benchmark* estabelecido para as cotas seniores, balanceando desta forma possíveis efeitos de variação da taxa de juros praticada pelo mercado, caso este *benchmark* não esteja sendo atingido, o administrador convoca assembleia geral para início da amortização das cotas seniores.
- (ii) **Risco de crédito:** o administrador possui metodologia para definição de perda esperada para os direitos creditórios em carteira, que são mensuradas e revisadas durante toda a permanência do direito creditório na carteira do FIDC, efetuando avaliações creditícias sobre os cedentes e avaliando o comportamento e o histórico de liquidez dos recebíveis. O controle de risco de crédito é exercido independente da gestão do Fundo;

Demonstrações Financeiras

Período de 04 de agosto de 2014 (data de início das atividades do Fundo) a 31 de dezembro de 2014

- (iii) **Risco de liquidez:** o administrador constitui provisão de reserva para amortização de cotas, destinando os recursos em aplicações financeiras de liquidez imediata. Quatorze dias antes de qualquer amortização prevista, devem estar alocados na reserva de amortização ativos em valor equivalente a 100% do valor estimado da amortização. Caso o administrador não consiga formar a reserva, esta interrompe a aquisição de direitos creditórios até que a reserva seja devidamente constituída.

7 Evolução da cota e rentabilidade

A rentabilidade calculada com base na variação da cota, comparada com a variação do *benchmark*, o resultado auferido a cada classe de cotas e patrimônio líquido médio do exercício foram os seguintes:

	Rentabilidade		Patrimônio
	(%)	Resultado	líquido médio
Cota subordinada junior			
Período findo em 31 de dezembro de 2014	12,82	243	1.879

8 Emissão, amortização e resgate de cotas

a. Emissão

As emissões de cotas são processadas com base no valor da cota de fechamento em vigor da efetiva disponibilidade dos recursos.

Cotas subordinadas juniores

No período findo em 31 de dezembro de 2014 houve emissão inicial de 1.050,00 cotas no montante de R\$ 1.050 e também emissões durante o exercício de 1.168,06 cotas no montante de R\$ 1.209.

b. Amortização e resgate de cotas

As cotas subordinadas poderão ser amortizadas e resgatadas em direitos creditórios. Essa classe de cotas pode ser amortizada (total ou parcial) ou resgatadas após amortização (total ou parcial) ou resgate de todas as cotas seniores.

O pagamento das amortizações ou dos resgates de cotas do Fundo será realizado no dia 15 do respectivo mês ou no primeiro dia útil subsequente da praça em que o administrador está sediado.

Na amortização ou resgate de cotas será utilizado o valor da cota em vigor no dia útil imediatamente anterior ao do pagamento respectivo, sendo que o administrador deverá constituir reserva monetária formada com disponibilidade diárias havidas com o recebimento: (i) do valor de integralização de cotas; e/ou (ii) do valor de direitos creditórios e ativos financeiros integrantes da carteira do Fundo, destinada ao pagamento da próxima amortização ou resgate de cotas seniores, de acordo com o cronograma disposto no regulamento do Fundo.

No período findo em 31 de dezembro de 2014 não houve amortizações ou resgate de cotas.

9 Negociação de cotas

As cotas subordinadas do Fundo não são registradas em mercado secundário.

Demonstrações Financeiras

Período de 04 de agosto de 2014 (data de início das atividades do Fundo) a 31 de dezembro de 2014

10 Prestadores de serviços

As atividades de administração da carteira do Fundo, custódia, controladoria, escrituração de cotas são prestadas pelo Banco Petra S.A.

A gestão do Fundo é realizada pela Petra Capital Gestão de Investimentos LTDA.

A Milênio Fomento Mercantil LTDA. é responsável pela análise e seleção dos direitos creditórios do Fundo.

11 Custódia e tesouraria

Os títulos públicos federais e as operações compromissadas são escriturais e suas custódias encontram-se registradas em conta de depósito em nome do Fundo no Sistema Especial de Liquidação e Custódia ("SELIC").

O administrador é responsável pela custódia e a guarda dos documentos representativos do crédito e demais ativos da carteira do Fundo.

12 Encargos do Fundo

a. Taxa de administração

Será devido ao administrador, gestor e consultora especializada, a título de honorários pelas atividades de administração, gestão, escrituração, controladoria e consultoria especializada, a remuneração equivalente à somatório dos seguintes montantes, calculados individualmente:

a) O maior valor entre 0,35% a.a. (trinta e cinco décimos por cento ao ano) e o valor mínimo conforme definidos a seguir:

(i) para os dois primeiros meses de funcionamento do Fundo, será cobrado o valor mínimo mensal de R\$ 4;

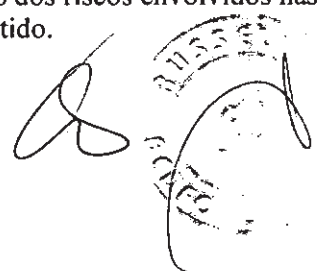
(ii) no terceiro e quarto mês de funcionamento do Fundo, o valor mínimo mensal será de R\$ 5; (iii) no quinto e sexto mês de funcionamento do Fundo, o valor mínimo será de R\$ 6, sendo que a partir do sétimo mês de funcionamento do Fundo, o valor mínimo mensal passará a ser de R\$ 7,5 atualizados anualmente pela variação do IGP-M; e

(b) O percentual de 1% ao mês sobre os direitos creditórios adquiridos no mês imediatamente anterior.

A despesa com taxa de administração e consultoria especializada foi de R\$ 19 e 60, respectivamente.

13 Classificação por agência classificadora de risco

O Fundo é dispensado da emissão de relatório de classificação de *rating* por agência classificadora, pois é destinado a um único grupo de cotistas vinculados por interesse único e indissociável e tais cotistas assinaram o termo de adesão declarando ter conhecimento dos riscos envolvidos nas operações do Fundo, inclusive com a possibilidade de perda do capital investido.



Demonstrações Financeiras

Período de 04 de agosto de 2014 (data de início das atividades do Fundo) a 31 de dezembro de 2014

14 Outros serviços prestados pelo auditor independente

Informamos que o administrador, no período, não contratou serviços da Consult Auditores Independentes relacionados ao Fundo, além dos serviços de auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes, que principalmente determinam que o auditor não deva auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os seus interesses.

15 Demandas judiciais

Não há registros de demandas judiciais ou extra-judiciais, quer na defesa dos direitos, quer desses contra a administração do Fundo.

16 Outras informações

a. Classes de cotas

- (i) As cotas seniores têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações comuns: (i) prioridade de resgate em relação às cotas subordinadas; (ii) valor unitário calculado todo dia útil, para efeito de definição de seu valor de aplicações e/ou resgates; e (iii) direito de votar em todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembleias Gerais, sendo que a cada cota corresponderá a um voto.
- (ii) As cotas subordinadas mezanino têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações comuns: (i) subordinam-se às cotas seniores e têm prioridade em relação às cotas subordinadas juniores para fins de aplicações e/ou resgate; (ii) valor unitário calculado todo dia útil, para efeito de definição de seu valor de aplicação e/ou resgate; e (iii) direito de votar em todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembleias Gerais, sendo que a cada cota corresponderá um voto.
- (iii) As cotas subordinadas juniores têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações: (i) subordinam-se às cotas seniores e às cotas subordinadas mezanino para efeito de aplicações e/ou resgates; (ii) valor unitário calculado todo dia útil, para efeito de definição de seu valor de aplicações e/ou resgates; e (iii) direito de votar em todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembleias Gerais, sendo que a cada cota subordinada junior corresponderá um voto.

b. Legislação tributária

Imposto de renda

Em conformidade com a Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, e demais normativos, os rendimentos eram tributados por ocasião do resgate das cotas, sendo aplicadas alíquotas complementares, variáveis em razão do prazo da aplicação.

- (i) 22,5% em aplicações com prazo de até 180 dias;
- (ii) 20% em aplicações com prazo de 181 a 360 dias;
- (iii) 17,5% em aplicações com prazo de 361 a 720 dias; e
- (iv) 15% em aplicações com prazo superior a 720 dias.

Em caso de condomínio aberto, o Imposto de Renda incidirá semestralmente, no último dia útil dos meses de maio e de dezembro de cada ano (pelo sistema do come-cotas) à alíquota de 15%,

Demonstrações Financeiras

Período de 04 de agosto de 2014 (data de início das atividades do Fundo) a 31 de dezembro de 2014

considerando a classificação da carteira do Fundo como de longo prazo. Adicionalmente, o cotista será tributado por ocasião do resgate, que, se ocorrer antes de 2 anos, ensejará a aplicação de alíquota complementar de 2,5% a 7,5%, conforme o período de aplicação.

A regra tributária acima descrita não se aplica aos cotistas sujeitos a regras de tributação específicas, na forma da legislação em vigor.

IOF (Decreto nº 6.306/07, de 14 de dezembro de 2007)

Os resgates, quando realizados em prazo inferior a 30 dias, estão sujeitos à cobrança de IOF. A alíquota de IOF é de 1% ao dia sobre o valor do resgate, limitado a um percentual do rendimento da operação, e decrescente em função do prazo da aplicação. Para os resgates efetuados a partir do trigésimo dia da data de aplicação, não há cobrança de IOF.

Os cotistas isentos, os imunes e os amparados por norma legal ou medida judicial específicas não sofrem retenção do Imposto de Renda na fonte e/ou IOF.

17 Operações com partes relacionadas

Foram consideradas partes relacionadas os cotistas, administrador, o custodiante e consultoria especializada. Todos os direitos creditórios do Fundo são analisados pelo consultor de crédito, com vista a identificar as exigibilidades relacionadas na nota 5.d. Adicionalmente, as despesas com taxa de administração e consultoria, conforme descrito na nota 12, o Fundo realizou a seguinte operação com a instituição administradora, gestora e/ou parte a elas relacionadas:

(a) Recompra de direitos creditórios

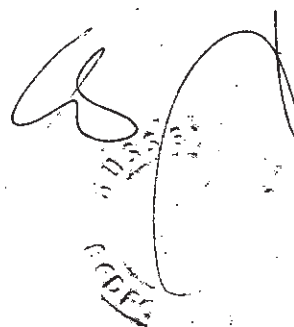
Conforme apresentado na nota 5.e.i, a Consultoria especializada, parte relacionada ao Fundo, no exercício findo em 31 de dezembro de 2014, houve recompra de direitos creditórios no valor de R\$ 353, cujo valor de face dos direitos creditórios vencidos era de R\$ 348, o que gerou um resultado positivo de R\$ 5 para o Fundo.

18 Contador e diretor

O diretor e o contador responsáveis pelo Fundo são os seguintes:

Edilberto Pereira
Diretor

Sylvio Luiz Depiné
Contador CRC PR-045612/O-7



Fundo de Investimento em Direitos Creditórios.
Multissetorial Milênio Recebíveis LP
CNPJ nº 15.578.550/0001-60
(Administrado pelo Banco PETRA S.A. – CNPJ nº 11.758.741/0001.52)

Demonstrações Financeiras
04 de agosto de 2014 (data de início das
atividades do Fundo) a 30 de junho de 2015



Demonstrações Financeiras

04 de agosto de 2014 (data de início das atividades do Fundo) a 30 de junho de 2015

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Demonstração da posição financeira	5
Demonstração do resultado	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstração dos fluxos de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Cotistas e ao Administrador do
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multissetorial Milênio Recebíveis
LP
(Administrado por Banco Petra S.A.)
Curitiba - PR

Examinamos as demonstrações financeiras do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multissetorial Milênio Recebíveis LP (administrado por Banco Petra S.A.), que compreendem a demonstração da posição financeira e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período findo em 30 de junho de 2015, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração do Fundo é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis aos fundos de investimento em direitos creditórios regulamentados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras, com base em nossa auditoria, conduzidas de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores, e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante

nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras do Fundo para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Fundo. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração do Fundo, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multissetorial Milênio Recebíveis LP (administrado pelo Banco Petra S.A.), em 30 de junho de 2015 e o desempenho de suas operações para o período findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis aos fundos de investimento em direitos creditórios, regulamentados pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários.

Curitiba, 16 de setembro de 2015.

Jacó Moacir Schreiner Maran
Contador CRC/PR Nº 017.214/O-8

João Raimundo Klein
Contador CRC/RS Nº 0 41.070/O-3 S-PR

CONSULT – AUDITORES INDEPENDENTES
CRC/PR Nº 002.906/O-5

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multissetorial Milênio Recebíveis LP
(Administrado pelo Banco PETRA S.A.)

Demonstração da posição financeira

Período de 04 de agosto de 2014 (data de início das atividades do Fundo) a 30 de junho de 2015

(Em milhares de reais)

		2015	
Ativo	Quantidade	Período atual	% sobre o patrimônio líquido
Disponibilidades		467	5,35
Títulos e valores mobiliários		55	0,64
Títulos públicos federais		55	0,63
Letras financeiras do tesouro (Nota 4)	8	55	0,63
Direitos creditórios		8.397	96,23
Direitos creditórios sem aquisição substancial dos riscos e benefícios		8.397	96,23
Duplicatas a vencer (Nota 5.b)		5.117	58,64
Duplicatas vencidas (Nota 5.b)		1.202	13,77
(-) Provisão para perdas por redução no valor de recuperação ((Notas 5.b e 5.g)		(206)	(2,36)
Cheques a vencer (Nota 5.b)		2.032	23,29
Cheques vencidos (Nota 5.b)		353	4,05
(-) Provisão para perdas por redução no valor de recuperação (Notas 5.b e 5.g)		(101)	(1,16)
Valores a receber		268	3,07
Cheques em compensação (Nota 5.c)		194	2,22
Direitos creditórios vencidos a liquidar (Nota 5.c)		47	0,54
Despesas antecipadas		27	0,31
Total do ativo		9.187	105,28
Passivo			
Valores a pagar		461	5,28
Direitos creditórios recebidos a identificar (Nota 5.f)		335	3,84
Taxa de custódia		11	0,13
Taxa de administração		7	0,08
Taxa de Consultoria especializada		41	0,47
Outros		67	0,77
Total do passivo		461	5,28
Patrimônio líquido		8.726	100,00
Total do passivo e patrimônio líquido		9.187	105,28

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multissetorial Milênio Recebíveis LP
(Administrado pelo Banco PETRA S.A.)

Demonstração do resultado

Período de 04 de agosto de 2014 (data de início das atividades do Fundo) a 30 de junho de 2015

(Em milhares de reais)

Composição do resultado do exercício

	<u>2015</u>	
Direitos creditórios	<u>1.995</u>	
Apropriação de renda	2.192	L
Resultado nas negociações (Nota 5.e)	110	M
Perdas por redução no valor de recuperação (Nota 5.g)	(307)	N
Operações compromissadas		
Receitas	<u>4</u>	O
Títulos e valores mobiliários	<u>14</u>	
Cotas de fundos de investimento		
Resultado com aplicações em cotas de fundos	<u>12</u>	
Referenciado DI	12	Q
Títulos públicos federais	<u>2</u>	
Letras financeiras do tesouro	2	P
Demais despesas	<u>(582)</u>	
Taxa de custódia (Nota 17.c)	(77)	R
Taxa de administração (Nota 12.a)	(51)	S
Despesa de consultoria especializada (Nota 12.a)	(346)	T
Outras despesas	<u>(108)</u>	U
Resultado do exercício pertencente aos detentores de cotas classificadas no patrimônio líquido	<u><u>1.431</u></u>	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multissetorial Milênio Recebíveis LP

(Administrado pelo Banco PETRA S.A.)

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Período de 04 de agosto de 2014 (data de início das atividades do Fundo) a 30 de junho de 2015

(Em milhares de reais, exceto o valor unitário das cotas)

	2015
Emissão inicial de cotas	2.050
Total de 1.050,00 cotas subordinadas juniores a R\$ 1.000,00 cada uma (Nota 8.a)	1.050
Total de 1.000,00 cotas seniores no valor de R\$1.000,00 cada uma	1.000
Resultado do exercício pertencente aos detentores de cotas classificadas no patrimônio líquido	1.431
Cotas emitidas	5.370
Total de 1.571,97 cotas subordinadas juniores (Nota 8.a)	1.760
Total de 3.512,50 cotas seniores	3.610
Amortização	
Cotas subordinadas juniores (Nota 8.b)	(125)
Acréscimo decorrente da movimentação de cotas	5.245
Patrimônio líquido no final do exercício	8.726
Total de 2.621,97 cotas subordinadas juniores a R\$1.454,464407 cada uma	3.814
Total de 4.512,50 cotas seniores a R\$1.088,595452 cada uma	4.912

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multissetorial Milênio Recebíveis LP
(Administrado pelo Banco PETRA S.A.)

Demonstração dos fluxos de caixa

Período de 04 de agosto de 2014 (data de início das atividades do Fundo) a 30 de junho de 2015

(Em milhares de reais)

	2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais	
Compra de direitos creditórios	(33.128)
Recebimentos de juros/amortização de direitos creditórios	24.982
Compra de outros instrumentos financeiros	(37.792)
Venda de outros instrumentos financeiros	37.946
Pagamento da taxa de administração	(44)
Pagamento da taxa de gestão	(12)
Pagamento da auditoria e custódia	(51)
Pagamento da consultoria especializada	(307)
Demais pagamentos / recebimentos	1.572
Caixa líquido das atividades operacionais	(6.834)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	
Cotas subordinadas emitidas	2.810
Cotas seniores emitidas	4.610
Cotas subordinadas amortizadas	(119)
Caixa líquido das atividades de financiamento	7.301
Variação no caixa e equivalentes de caixa	467
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	467
Disponibilidades	467

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multissetorial Milênio Recebíveis LP
CNPJ: 15.578.550/0001-60

Demonstrações Financeiras
04 de agosto de 2014 (data de início das atividades do Fundo) a 30 de junho de 2015

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

1 Contexto operacional

O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multissetorial Milênio Recebíveis foi constituído em 20 de junho de 2014 e iniciou suas atividades em 04 de agosto de 2014 sob a forma de condomínio fechado, com prazo de duração indeterminado.

O objetivo do Fundo é valorização de suas cotas, por meio de aquisição: (i) de direitos creditórios, juntamente com todos os direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações assegurados aos titulares de tais direitos creditórios, tudo nos termos dos respectivos contratos de cessão; e (ii) de ativos financeiros, conforme a política de investimento estabelecido no regulamento do Fundo.

O Fundo destina-se especificamente a receber investimentos de titularidade de investidores qualificados, nos termos do art. nº 109 da Instrução CVM nº 409/04.

Os investimentos no Fundo não são garantidos pelo administrador, gestora e qualquer mecanismo de seguro, ou pelo Fundo Garantidor de Crédito ("FGC"). Os cotistas estão expostos à possibilidade de perda do capital investido, em decorrência do perfil de investimentos do Fundo.

2 Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis aos fundos de investimento regulamentados pela Instrução nº 489 de 14 de janeiro de 2011 e pelas orientações emanadas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), aplicáveis aos fundos de investimento em direitos creditórios.

Na elaboração dessas demonstrações financeiras foram utilizadas premissas e estimativas de preços para a contabilização e determinação dos valores dos ativos e instrumentos financeiros integrantes da carteira do Fundo. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e instrumentos financeiros, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados.

A demonstração da posição financeira, a demonstração do resultado, a demonstração das mutações do patrimônio líquido e a demonstração dos fluxos de caixa encontram-se apresentadas para o período de 04 de agosto de 2014 (data de início das atividades do Fundo) até 30 de junho de 2015, exercício social do Fundo.

3 Descrição das principais práticas contábeis

a. Apropriação de receitas e despesas

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

b. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa abrangem o saldo de caixa e instrumentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos, a partir da data de contratação e que estão sujeitas a um risco insignificante de alteração no valor e são geralmente utilizados na gestão de direitos e obrigações de curto prazo.

Operações compromissadas

As operações compromissadas são registradas pelo valor efetivamente pago, acrescido dos rendimentos auferidos com base na taxa de remuneração, reconhecidos no resultado na rubrica de "Operações compromissadas - receitas".

c. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários foram classificados de acordo com a intenção de negociação, classificados na categoria "Títulos para negociação", que incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, sendo contabilizados pelo valor de mercado, em que as perdas e os ganhos realizados e não realizados sobre esses títulos são reconhecidos no resultado.

Cotas de fundos de investimento

As cotas de fundos de investimento são registradas pelo custo de aquisição, ajustado diariamente pela variação no valor das cotas informada pelos administradores dos respectivos fundos de investimento. A valorização e desvalorização das cotas de fundos de investimento estão apresentadas em "Resultado com aplicações em cotas de fundos".

d. Direitos creditórios

Os direitos creditórios foram classificados de acordo com a intenção de negociação, classificados na categoria "Empréstimos e recebíveis", que incluem qualquer ativo financeiro com pagamento fixo ou determinável, que não estão cotados em mercado ativo, incluindo ativos de empréstimo, recebíveis, investimentos em instrumentos de dívida e depósitos mantidos em banco.

Direitos creditórios - a vencer

Os direitos creditórios são registrados ao custo de aquisição, acrescidos de juros calculados com base na taxa interna de retorno dos contratos, pelo critério *pro rata temporis*. A taxa interna de retorno foi calculada com base no valor de aquisição, valor de vencimento e prazo de recebimento dos direitos creditórios.

Direitos creditórios - vencidos

Os direitos creditórios vencidos encontram-se registrados pelos valores atualizados até a data dos respectivos vencimentos.

Os direitos creditórios são classificados no seguinte grupo:

- (i) **Operações sem aquisição substancial dos riscos e benefícios** – neste grupo devem ser classificadas as operações em que o Fundo não adquire substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do direito creditório objeto da operação e que, como consequência, não ensejam a baixa do direito creditório nos registros contábeis do cedente.

A classificação do grupo acima é de responsabilidade do administrador, que deverá ser estabelecida utilizando-se como metodologia, preferencialmente, o nível de exposição do Fundo à variação no fluxo de caixa futuro associado ao direito creditório objeto da operação.

A apropriação da remuneração dos direitos creditórios é reconhecida no resultado, na rubrica “Apropriação de renda” segundo a taxa de juros, conforme apresentado na nota explicativa nº 5. A partir da data de vencimento do direito creditório não são mais apropriados juros remuneratórios. Os lucros ou prejuízos apurados nas negociações são registrados pela diferença entre o valor de venda e o valor de mercado do título no dia anterior e reconhecidos em “Resultado nas negociações”, quando aplicável e para os direitos creditórios com aquisição substancial dos riscos e benefícios, o ajuste ao valor justo dos ativos são registrados em “Ajuste ao valor justo”, quando aplicável.

e. Provisão para perdas por redução no valor de recuperação de ativos

A provisão para perdas é constituída, com base nas orientações emanadas pela Instrução nº 489 da Comissão de Valores Mobiliários, sempre que houver evidência de redução no valor recuperável dos ativos do Fundo, avaliados pelo custo ou custo amortizado. A perda por redução no valor de recuperação deve ser mensurada e registrada pela diferença entre o valor contábil do ativo antes da mudança de estimativa e o valor presente do novo fluxo de caixa esperado calculado após a mudança de estimativa, desde que a mudança seja relacionada a uma deterioração da estimativa anterior de perdas de créditos esperadas.

Provisões para redução ao valor de recuperação de ativos são avaliadas e calculadas, pelo administrador, coletivamente e são registradas através de uma conta de provisão na rubrica “Direitos creditórios sem aquisição substancial dos riscos e benefícios – Provisão para perdas por redução no valor de recuperação de ativos”, sendo sua contrapartida no resultado do período.

Para direitos creditórios de um mesmo devedor, a perda deve ser mensurada sobre todo o fluxo de caixa esperado desse devedor, levando em consideração a natureza da transação e as características das garantias, tais como suficiência e liquidez.

Provisão para perdas por redução no valor de recuperação – avaliação individual

A redução no valor de recuperação em base individual é mensurada em duas circunstâncias: (i) para cobrir as perdas incorridas, mas que ainda não foram identificadas em direitos creditórios sujeitos a avaliação individual; e (ii) para grupos homogêneos de direitos creditórios que não são considerados individualmente significativos.

Provisão para perdas por redução no valor de recuperação – avaliação coletiva

A provisão para redução no valor recuperável em base coletiva é determinada levando em consideração: (i) a experiência de perdas nas carteiras com características similares de risco de

crédito; (ii) o período estimado entre a ocorrência das evidências objetivas de redução ao valor recuperável e a identificação efetiva de perdas; e (iii) o julgamento baseado na experiência da administradora quanto à situação e condições econômicas e de crédito é de tal ordem que o nível atual de perdas é provavelmente maior ou menor do que o sugerido pela experiência histórica.

4 Títulos e valores mobiliários

Composição da carteira

Os títulos e valores mobiliários registrados na categoria de “Títulos para negociação” estão assim classificados:

a. Período findo em 30 de junho de 2015

Títulos para negociação	Valor de mercado	Valor contábil	Faixas de vencimento
Titulos públicos federais			
Letras financeiras do tesouro	56	55	Acima de 1 ano

5 Direitos creditórios sem aquisição substancial dos riscos e benefícios

Os direitos creditórios são classificados, conforme avaliação da Administradora, na categoria de “Operações sem aquisição substancial dos riscos e benefícios”, pois os cedentes, possuem a obrigação de recompra dos direitos creditórios vencidos.

a. Característica dos direitos creditórios

A carteira de direitos creditórios do Fundo, no período findo em 30 de junho de 2015 é expressa em moeda nacional, indicadas e aprovadas pela consultoria especializada, composta por duplicatas e cheques originados de operações de compra e venda de produtos, mercadorias nos segmentos financeiro, comercial, industrial e imobiliário.

Demonstrações Financeiras

04 de agosto de 2014 (data de início das atividades do Fundo) a 30 de junho de 2015

b. Composição dos direitos creditórios em 30 de junho de 2015

Duplicatas a vencer	Valor Contábil	Valor Nominal	Rendas a apropriar	Provisão	Taxa Média das Operações	Vencimentos				
						0-30	30-45	45-90	90-180	Acima 360
Indústria	1.428	1.495	67	(8)	88,30%	1.020	188	134	86	-
Comércio e serviços	2.731	2.921	190	(21)	162,34%	1.495	414	584	190	-
Infraestrutura	958	985	27	(14)	118,29%	884	4	70	-	-
Total duplicatas a vencer	5.117	5.401	284	(43)		3.399	606	788	276	48

Duplicatas vencidas	Valor Contábil	Valor Nominal	Rendas a apropriar	Provisão	Taxa Média das Operações	Vencimentos				
						0-30	30-45	45-90	90-180	Acima 360
Indústria	422	422	-	(75)	128,87%	349	1	4	2	-
Comércio e serviços	736	736	-	(85)	162,05%	694	41	1	-	-
Infraestrutura	44	44	-	(3)	190,58%	44	-	-	-	-
Total duplicatas vencidas	1.202	1.202	-	(163)		1.087	42	5	2	66

Cheques a vencer	Valor Contábil	Valor Nominal	Rendas a apropriar	Provisão	Taxa Média das Operações	Vencimentos				
						0-30	30-45	45-90	90-180	Acima 360
Indústria	793	853	60	(7)	82,51%	328	130	291	44	-
Comércio e serviços	1.239	1.316	77	(13)	99,61%	703	168	296	72	-
Total cheques a vencer	2.032	2.169	137	(20)		1.031	298	587	116	-

Cheques vencidos	Valor Contábil	Valor Nominal	Rendas a apropriar	Provisão	Taxa Média das Operações	Vencimentos				
						0-30	30-45	45-90	90-180	Acima 360
Indústria	77	77	-	(55)	78,65%	23	1	-	48	-
Comércio e Serviços	276	276	-	(26)	81,86%	257	19	-	-	-
Total cheques vencidos	353	353	-	(81)		280	20	-	48	5

TOTAL	8.704	9.125	421	(307)		5.797	966	1.380	442	119
--------------	--------------	--------------	------------	--------------	--	--------------	------------	--------------	------------	------------

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multissetorial Milênio Recebíveis LP
CNPJ: 15.578.550/0001-60

Demonstrações Financeiras

04 de agosto de 2014 (data de início das atividades do Fundo) a 30 de junho de 2015

A concentração dos 5 maiores devedores no período findo em 30 de junho de 2015 está assim representada:

Cedente	Quantidade		A vencer	Total	Provisão	% sobre o total de direitos creditórios
	Sacados	Vencido				
Cedente 1	11	405	469	873	(52)	10,03
Cedente 2	6	94	661	755	(14)	8,67
Cedente 3	31	304	422	726	-	8,34
Cedente 4	75	27	582	609	(8)	7,00
Cedente 5	4	0	534	534	(10)	6,13
Demais 36	1.022	725	4.482	5.207	(223)	59,82
Total		1.555	7.149	8.704	(307)	100

c. Valores a receber

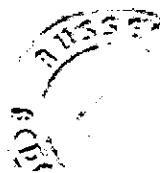
O saldo de direitos creditórios vencidos a liquidar no montante de R\$ 47 apresentados no ativo, refere-se a duplicatas liquidadas pelo sacado em 30 de junho de 2015, cujo recebimento por parte do Fundo se dará no primeiro dia útil subsequente.

O saldo de cheques em compensação no montante de R\$194, apresentados no ativo, refere-se a cheques que estão em processo de compensação no banco depositário, cujo recebimento por parte do Fundo se dará nos primeiros dias úteis subsequentes a 30 de junho de 2015.

d. Critérios de elegibilidade e condições de cessão

Todo e qualquer direito creditório a ser adquirido pelo Fundo deverão atender, cumulativamente, na data da respectiva cessão, aos seguintes critérios de elegibilidade:

- (i) recebimento de arquivo eletrônico com a relação dos direitos creditórios a serem adquiridos pelo Fundo;
- (ii) o Fundo somente adquirirá direitos creditórios cuja data de vencimento não seja posterior à data de encerramento da última série de Cotas Seniores do Fundo;
- (iii) o Fundo somente poderá adquirir direitos creditórios que não estejam vencidos e pendentes de pagamento na data de aquisição;
- (iv) cada cessão de direitos creditórios será precedida de análise, verificando a concentração de títulos de até 5% (cinco por cento) de um mesmo devedor (mesmo CPF ou CNPJ), ressalvado que na hipótese de cessões de direitos creditórios por diferentes cedentes e mesmos devedores, o limite por devedor poderá ser majorado para 8% (oito por cento) e até 5% (cinco por cento) para um mesmo cedente (mesmo CNPJ);
- (v) os direitos creditórios devem ser de devedores que, na data da aquisição para o FUNDO, não apresentem qualquer valor em atraso há mais de 15 (quinze) dias corridos;



Demonstrações Financeiras

04 de agosto de 2014 (data de início das atividades do Fundo) a 30 de junho de 2015

- (vi) o prazo médio de todos os direitos de crédito adquiridos pelo Fundo não poderá ser superior a 90 (noventa) dias considerados a partir da data de aquisição; e
- (vii) os direitos de crédito representados por duplicata deverão representar, no mínimo 50% (cinquenta por cento) do patrimônio líquido do Fundo apurado no dia útil anterior à cessão.

e. Resultado nas negociações com direitos creditórios

No período findo em 30 de junho de 2015, o saldo da rubrica “resultado nas negociações” no montante de R\$ 110 é composto por:

- (i) os direitos creditórios adquiridos pelo Fundo poderão ser recomprados, em caso de inadimplência pelos cedentes, por critérios estabelecidos pela consultora; no período findo em 30 de junho de 2015, houve recompra de direitos creditórios no valor de R\$ 2.258, cujo valor de face dos direitos creditórios vencidos era de R\$ 2.234, o que gerou um resultado positivo de R\$ 24 para o Fundo;
- (ii) os juros pagos pelos sacados pela prorrogação do prazo de vencimento dos direitos creditórios e os juros de mora pagos ao Fundo pelos atrasos na liquidação dos direitos creditórios totalizaram no período o resultado de R\$248; e
- (iii) os abatimentos/descontos, na antecipação do pagamento dos direitos creditórios concedidos pelo consultor de crédito aos sacados, totalizaram no período o resultado negativo de R\$162.

f. Valores a pagar

No período findo em 30 de junho de 2015, o saldo de direitos creditórios recebidos a identificar, nos montantes de R\$ 335, apresentados no passivo, correspondem ao envio de recursos ao Fundo, pela consultoria especializada, referentes a pagamento de direitos creditórios, que estão pendentes de conciliação pelo administrador.

g. Provisão para perdas por redução no valor de recuperação de ativos

Em 30 de junho 2015, a provisão para perdas por redução no valor de recuperação dos direitos creditórios foi estimada, pelo administrador, com base em evidências objetivas de perda:

O administrador utiliza a metodologia de agrupar os direitos creditórios por cedente, pois avaliou estar nela o risco de crédito por consequência da coobrigação de recompra dos direitos creditórios vencidos e realiza uma análise fundamentalista de tal cedente, a fim de cobrir perdas inerentes e para a carteira de direitos creditórios vencidos está utilizando percentuais de rolagem. Essa metodologia utiliza a junção de três fatores: (i) realiza uma análise de tendências históricas do cedente com base em ponderação de informações, tais como recuperação judicial, tempo em operação, protestos, cheques emitidos devolvidos, grau de endividamento e a experiência de atraso e inadimplência para estimar o impacto de tais informações sobre a capacidade de repagamento dos direitos creditórios pelos devedores; (ii) os direitos creditórios vencidos são agrupados em intervalos de acordo com o número de dias em atraso, e análises estatísticas são utilizadas para estimar a probabilidade de que, em cada intervalo, os direitos creditórios progridam através dos vários estágios de inadimplência e finalmente possam ser provados como irrecuperáveis; e (iii) as recompras estão sendo consideradas no modelo, com a finalidade de avaliar o fluxo de caixa futuro das cedentes e da consultoria de crédito em exercer a coobrigação de recompra dos direitos creditórios vencidos e não pagos. Adicionalmente, o administrador está realizando *backtesting* para validar a aderência da sua metodologia com as perdas incorridas.

Demonstrações Financeiras

04 de agosto de 2014 (data de início das atividades do Fundo) a 30 de junho de 2015

A carteira de direitos creditórios e a provisão para perdas por redução no valor de recuperação de ativos está apresentada no período findo em 30 de junho de 2015 na nota explicativa nº 5.b.

A movimentação da provisão para perdas por redução no valor de recuperação de ativos constituída com base nos critérios da Instrução nº 489 da Comissão de Valores Mobiliários descritos na nota explicativa no 3.e. está assim representada:

Período de 04 de agosto de 2014 a

30 de junho de 2015

Saldo inicial

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Baixas na provisão por liquidação de direitos creditórios

606

Constituição de provisão

(913)

Saldo final

Provisão para perdas por redução no valor de recuperação de ativos

(307)

6 Gerenciamento de riscos

a. Tipos de risco

Mercado

Os ativos componentes da carteira do Fundo estão sujeitos a oscilações nos seus preços em função da reação dos mercados frente a notícias econômicas e políticas, tanto no Brasil como no exterior, podendo, ainda, responder a notícias específicas a respeito dos emissores dos títulos representativos dos ativos do Fundo. As variações de preços dos ativos poderão ocorrer também em função de alterações nas expectativas dos participantes do mercado, podendo, inclusive, ocorrer mudanças nos padrões de comportamento de preços dos ativos sem que haja mudanças significativas no contexto econômico e/ou político nacional e internacional. Logo, não há garantia de que as taxas de juros vigentes no mercado se mantenham estáveis. Além disso, dependendo do comportamento que as taxas de juros venham a ter, os ativos integrantes da carteira do Fundo poderão sofrer oscilações significativas de preços, com reflexos na rentabilidade do Fundo.

Crédito

A carteira do Fundo possui direitos creditórios e outros títulos de renda fixa que estão sujeitos ao risco de atraso e/ou não pagamento por seus emissores, devedores e/ou coobrigados, consequentemente, nessa hipótese, poderão ocorrer reduções de ganhos ou perda do capital investido, dos rendimentos e/ou do valor do principal de quaisquer dos ativos do Fundo.

Os cotistas detentores das cotas subordinadas juniores recebem o saldo residual dos valores a receber, após terem sido recebidos os valores a receber, pagas as despesas do Fundo e os cotistas detentores das cotas seniores e cotas subordinadas mezanino terem resgatado suas cotas. Neste sentido, os cotistas detentores das cotas subordinadas retêm parte substancial dos riscos e

Demonstrações Financeiras

04 de agosto de 2014 (data de início das atividades do Fundo) a 30 de junho de 2015

benefícios dos valores a receber. No entanto, os cotistas detentores das cotas seniores e cotas subordinadas mezanino também estão expostos ao risco de crédito dos direitos creditórios e outros ativos do Fundo.

Liquidez

Os investimentos do Fundo em direitos creditórios apresentam peculiaridades com relação aos investimentos realizados pela maioria dos fundos de investimento brasileiros, não existindo mercado secundário líquido para negociação de tais direitos creditórios. Caso o Fundo precise vender seus direitos creditórios a terceiros ou caso o cotista receba tais direitos creditórios como pagamento de resgate ou amortização de suas cotas, (i) poderá não haver mercado comprador para os mesmos, ou preço de alienação poderá causar perda de patrimônio para o Fundo, ou (ii) os cotistas poderão ter dificuldade para cobrar os valores devidos pelos devedores dos direitos creditórios em caso de inadimplemento. Isto é, não há qualquer garantia ou certeza que será possível ao Fundo liquidar posições ou negociar os direitos creditórios de sua carteira pelo preço e nos momentos desejados.

Outros riscos

Apesar da carteira do Fundo ser constituída, preponderantemente, pelos direitos creditórios elegíveis, a propriedade das cotas não confere aos cotistas propriedade direta sobre os direitos creditórios. Os direitos dos cotistas são exercidos sobre todos os ativos da carteira de modo não individualizado, proporcionalmente ao número de cotas detidas.

Excetuadas as ocorrências resultantes de comprovado dolo ou má-fé, em nenhuma outra hipótese o administrador/ gestora e/ou o custodiante serão responsabilizadas por qualquer depreciação dos bens da carteira do Fundo ou por eventuais prejuízos em caso de liquidação do Fundo ou resgate de cotas.

b. Controles relacionados aos riscos

Não obstante a diligência do administrador, da gestora e da consultora em colocar em prática a política de investimento delineada, os investimentos do Fundo estão, por sua natureza, sujeitos a diversos tipos de riscos, e mesmo que o Administrador mantenha sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e seus Cotistas.

Os ativos que compõem a carteira do Fundo, conforme descrito no regulamento do Fundo estão sujeitos a diversos fatores de risco dentre eles: risco de crédito, risco de liquidez dos ativos e risco de mercado.

O Fundo também poderá estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos, tais como moratória, guerras, revoluções, mudanças nas regras aplicáveis aos ativos financeiros, mudanças impostas aos ativos financeiros integrantes da carteira, alteração na política econômica, decisões judiciais, etc.

De forma resumida, o processo constante de avaliação e monitoramento do risco consiste em:

- (i) **Risco de mercado:** O administrador monitora as taxas mínimas de cessão praticadas pelo Fundo, respeitando os limites previstos em regulamento correlacionado à taxa CDI, visando assim atingir o *benchmark* estabelecido para as cotas seniores, balanceando desta forma possíveis efeitos de variação da taxa de juros praticada pelo mercado, caso este *benchmark* não

Demonstrações Financeiras

04 de agosto de 2014 (data de início das atividades do Fundo) a 30 de junho de 2015

esteja sendo atingido, o administrador convoca assembleia geral para início da amortização das cotas seniores.

- (ii) **Risco de crédito:** o administrador possui metodologia para definição de perda esperada para os direitos creditórios em carteira, que são mensuradas e revisadas durante toda a permanência do direito creditório na carteira do FIDC, efetuando avaliações creditícias sobre os cedentes e avaliando o comportamento e o histórico de liquidez dos recebíveis. O controle de risco de crédito é exercido independente da gestão do Fundo.
- (iii) **Risco de liquidez:** o Administrador constitui provisão de reserva para amortização de cotas, destinando os recursos em aplicações financeiras de liquidez imediata. Quatorze dias antes de qualquer amortização prevista, devem estar alocados na reserva de amortização ativos em valor equivalente a 100% do valor estimado da amortização. Caso o administrador não consiga formar a reserva, esta interrompe a aquisição de direitos creditórios até que seja devidamente constituída.

7 Evolução da cota e rentabilidade

A rentabilidade calculada com base na variação da cota, comparada com a variação do *benchmark*, o resultado auferido a cada classe de cotas e patrimônio líquido médio do período foram os seguintes:

Cotas subordinadas juniores		Rentabilidade	Resultado	Patrimônio líquido médio
Período de 04 de agosto de 2014 a 30 de junho de 2015		39,49%	1.129	2.410

Cotas seniores		Benchmark 150% do CDI	Rentabilidade	Resultado	Patrimônio líquido médio
Período de 05 de janeiro de 2015 a 30 de junho de 2015		8,94%	8,86%	302	3.512

8 Emissão, amortização e resgate de cotas

a. Emissão

As emissões de cotas são processadas com base no valor da cota de fechamento em vigor da efetiva disponibilidade dos recursos.

Cotas subordinadas juniores

No período findo em 30 de junho de 2015 houve emissão inicial de 1.050,00 cotas no montante de R\$1.050 e também emissões durante o período de 1.571,97 cotas no montante de R\$1.760.

b. Amortização e resgate de cotas

As cotas subordinadas poderão ser amortizadas e resgatadas em direitos creditórios. Essa classe de cotas pode ser amortizada (total ou parcial) ou resgatadas após amortização (total ou parcial) ou resgate de todas as cotas seniores.

Os pagamentos das amortizações ou dos resgates de cotas do Fundo será realizado no dia 15 do respectivo mês ou no primeiro dia útil subsequente da praça em que o administrador está sediado.

Na amortização ou resgate de cotas será utilizado o valor da cota em vigor no dia útil imediatamente anterior ao do pagamento respectivo, sendo que o administrador deverá constituir reserva monetária formada com disponibilidade diárias havidas com o recebimento: (i) do valor de integralização de cotas; e/ou (ii) do valor de direitos creditórios e ativos financeiros integrantes da carteira do Fundo, destinada ao pagamento da próxima amortização ou resgate de cotas seniores, de acordo com o cronograma disposto no regulamento do Fundo.

No período findo em 30 de junho de 2015 houve amortizações de cotas subordinadas juniores no montante de R\$125.

9 Negociação de cotas

As cotas subordinadas do Fundo não são registradas em mercado secundário.

10 Prestadores de serviços

As atividades de administração da carteira do Fundo, custódia, controladoria, escrituração de cotas são prestadas pelo Banco Petra S.A.

A gestão do Fundo é realizada pela Petra Capital Gestão de Investimentos LTDA.

A Milênio Fomento Mercantil LTDA. é responsável pela análise e seleção dos direitos creditórios do Fundo.

11 Custódia e tesouraria

Os títulos públicos federais e as operações compromissadas são escriturais e suas custódias encontram-se registradas em conta de depósito em nome do Fundo no Sistema Especial de Liquidação e Custódia ("SELIC").

O administrador é responsável pela custódia e a guarda dos documentos representativos do crédito e demais ativos da carteira do Fundo.

12 Encargos do Fundo

a. Taxa de administração

Será devido ao administrador, gestor e consultora especializada, a título de honorários pelas atividades de administração, gestão, escrituração, controladoria e consultoria especializada, a remuneração equivalente a somatório dos seguintes montantes, calculados individualmente:

a) o maior valor entre 0,35% a.a. (trinta e cinco décimos por cento) ao ano e o valor mínimo, conforme definidos a seguir:

(i) para os dois primeiros meses de funcionamento do Fundo, será cobrado o valor mínimo mensal de R\$4;

(ii) no terceiro e quarto mês de funcionamento do Fundo, o valor mínimo mensal será de R\$5;

(iii) no quinto e sexto mês de funcionamento do Fundo, o valor mínimo será de R\$6, sendo que a partir do sétimo mês de funcionamento do Fundo, o valor mínimo mensal passará a ser de R\$7,5 atualizados anualmente pela variação do IGP-M; e

(b) o percentual de 1% ao mês sobre os direitos creditórios adquiridos no mês imediatamente anterior.

A despesa com taxa de administração e consultoria especializada foi de R\$ 51 e 346, respectivamente.

13 Classificação por agência classificadora de risco

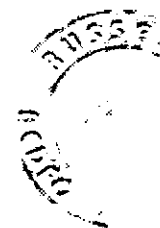
Em 25 de junho de 2015, a Liberum Ratings atribuiu as classificações de risco A(fe) de longo prazo para a 1ª e 2ª séries de cotas seniores e B(fe) de longo prazo para as cotas subordinadas do Fundo. O risco de crédito para as cotas subordinadas é considerado muito elevado enquanto o risco de crédito para a 1ª e 2ª séries de cotas seniores é considerado baixo. A perspectiva dos ratings é estável.

14 Outros serviços prestados pelo auditor independente

Informamos que o administrador, no período, não contratou serviços da Consult Auditores Independentes relacionados ao Fundo, além dos serviços de auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes, que principalmente determinam que o auditor não deva auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os seus interesses.

15 Demandas judiciais

Não há registros de demandas judiciais ou extra-judiciais, quer na defesa dos direitos, quer desses contra a administração do Fundo.



Demonstrações Financeiras

04 de agosto de 2014 (data de início das atividades do Fundo) a 30 de junho de 2015

16 Outras informações

a. Classes de cotas

- (i) As cotas seniores têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações comuns: (i) prioridade de resgate em relação às cotas subordinadas; (ii) valor unitário calculado todo dia útil, para efeito de definição de seu valor de aplicações e/ou resgates; e (iii) direito de votar em todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas assembleias gerais, sendo que a cada cota corresponderá a um voto.
- (ii) As cotas subordinadas juniores têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações: (i) subordinam-se às cotas seniores e às cotas subordinadas mezanino para efeito de aplicações e/ou resgates; (ii) valor unitário calculado todo dia útil, para efeito de definição de seu valor de aplicações e/ou resgates; e (iii) direito de votar em todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas assembleias gerais, sendo que a cada cota subordinada junior corresponderá um voto.

b. Legislação tributária

Imposto de Renda

Em conformidade com a Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, e demais normativos, os rendimentos eram tributados por ocasião do resgate das cotas, sendo aplicadas alíquotas complementares, variáveis em razão do prazo da aplicação.

- (i) 22,5% em aplicações com prazo de até 180 dias;
- (ii) 20% em aplicações com prazo de 181 a 360 dias;
- (iii) 17,5% em aplicações com prazo de 361 a 720 dias; e
- (iv) 15% em aplicações com prazo superior a 720 dias.

Em caso de condomínio aberto, o Imposto de Renda incidirá, semestralmente, no último dia útil dos meses de maio e de dezembro de cada ano (pelo sistema do come-cotas) à alíquota de 15%, considerando a classificação da carteira do Fundo como de longo prazo. Adicionalmente, o cotista será tributado por ocasião do resgate, que, se ocorrer antes de 2 anos, ensejará a aplicação de alíquota complementar de 2,5% a 7,5%, conforme o período de aplicação.

A regra tributária acima descrita não se aplica aos cotistas sujeitos a regras de tributação específicas, na forma da legislação em vigor.

IOF (Decreto nº 6.306/07, de 14 de dezembro de 2007)

Os resgates, quando realizados em prazo inferior a 30 dias, estão sujeitos à cobrança de IOF. A alíquota de IOF é de 1% ao dia sobre o valor do resgate, limitado a um percentual do rendimento da operação, e decrescente em função do prazo da aplicação. Para os resgates efetuados a partir do trigésimo dia da data de aplicação, não há cobrança de IOF.

Os cotistas isentos, os imunes e os amparados por norma legal ou medida judicial específicas não sofrem retenção do Imposto de Renda na fonte e/ou IOF.

17 Operações com partes relacionadas

Foram consideradas partes relacionadas, os cotistas, o administrador, o custodiante e a consultoria especializada. Todos os direitos creditórios do Fundo são analisados pelo consultor de crédito, com vista a identificar as exigibilidades relacionadas na Nota Explicativa 5.d. Adicionalmente às despesas com taxa de administração e consultoria, conforme descrito na nota explicativa nº 12, o Fundo realizou a seguinte operação com a instituição administradora, gestora e/ou parte a elas relacionadas:

(a) Recompra de direitos creditórios

Conforme apresentado na nota explicativa nº 5.e.i, a consultoria especializada, parte relacionada ao Fundo, no período findo em 30 de junho de 2015, intermediou recompra de direitos creditórios no valor R\$ 2.258, cujo valor de face dos direitos creditórios vencidos era de R\$ 2.234, o que gerou um resultado positivo de R\$ 24 para o Fundo.

(b) Depósito Bancário

Em 30 de junho de 2015 o Fundo possui depósitos bancários junto ao Banco Petra S/A, parte relacionada do Fundo, no montante de R\$ 2,8.

(c) Despesa com taxa de custódia

O valor pago pelo Fundo a título de remuneração de custodiante no período foi R\$ 77.

18 Contadora e Diretor

O Diretor e o contador responsáveis pelo Fundo são os seguintes:

Edilberto Pereira
Diretor

Suelen Inácia de Oliveira
Contador CRC PR-065.476/O-0



**Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multissetorial Milênio
Recebíveis LP**

**CNPJ: 15.578.550/0001-60 (Administrado pelo Banco Petra S/A. CNPJ:
11.758.741/0001-52)**

**Demonstrações Contábeis acompanhadas do Relatório dos Auditores
Independentes**

Exercício findo em 30 de junho de 2016 e período findo em 30 de junho de 2015

Índice

	Página
Relatório dos auditores independentes	3
Demonstrações contábeis	5
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para o exercício findo em 30 de junho de 2016 e período findo em 30 de junho de 2015	9

Relatório dos auditores independentes

Grant Thornton Auditores Independentes
Av. Paulista, 37 – 1º andar
Edifício Parque Cultural Paulista | Bela Vista
São Paulo | SP | Brasil

T +55 11 3886.5100
www.grantthornton.com.br

Aos:
Cotistas e ao Administrador do
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multissetorial Milênio Recebíveis LP
(Administrador Banco Petra S/A)
Curitiba – PR

Examinamos as demonstrações contábeis do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multissetorial Milênio Recebíveis LP (Fundo), administrado pelo Banco Petra S/A. (Administrador), que compreendem a demonstração da posição financeira em 30 de junho de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como, o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração do Fundo é responsável pela elaboração e adequada apresentação destas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos fundos de investimentos em direitos creditórios e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Estas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e também que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter uma segurança razoável de que as demonstrações contábeis estejam livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro. Nesta avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis do Fundo para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia destes controles internos do Fundo. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

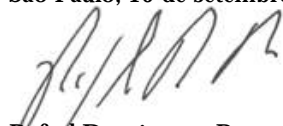
Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima citadas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multissetorial Milênio Recebíveis LP em 30 de junho de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis aos fundos de investimentos em direitos creditórios.

Outros assuntos

Demonstrações contábeis do exercício anterior

As demonstrações contábeis do período de 04 de agosto de 2014 (data de início das atividades do Fundo) a 30 de junho de 2015 foram examinadas por outros auditores independentes, cujo relatório foi emitido em 16 de setembro de 2015, sem modificação.

São Paulo, 16 de setembro de 2016.



Rafael Dominguez Barros
CT CRC SP-208.108/ O-1 "S" - PR

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1 "S" – PR

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multissetorial Milênio Recebíveis LP
(Administrado pelo Banco PETRA S.A.)
Demonstração da posição financeira em 30 de junho de 2016 e de 2015
(Em milhares de reais)

	2016			2015		
	Quantidade	Período atual	% sobre o Patrimônio Líquido	Quantidade	Período anterior	% sobre o Patrimônio Líquido
Ativo						
Disponibilidades		178	1,37		467	5,35
Títulos e valores mobiliários		120	0,92		55	0,64
Cotas de fundos de investimento Referenciado DI		57	0,44		-	-
Petra Liquidez Fundo de Investimento Referenciado DI LP	46	57	0,44		-	-
Títulos públicos federais		63	0,48		55	0,63
Letras financeiras do tesouro (Nota 4)	8	63	0,48	8	55	0,63
Direitos creditórios		12.915	99,38		8.397	96,23
Direitos creditórios sem aquisição substancial dos riscos e benefícios		12.915	99,38		8.397	96,23
Duplicatas a vencer (Nota 5.b)	1.512	9.400	72,33	1.136	5.117	58,64
Duplicatas vencidas (Nota 5.b)	481	3.119	24,00	145	1.202	13,77
(-) Provisão para redução no valor de recuperação de ativos (Notas 5.b e 5.g)		(2.212)	(17,02)		(206)	(2,36)
Cheques a vencer (Nota 5.b)	706	2.327	17,91	974	2.032	23,29
Cheques vencidos (Nota 5.b)	170	1.203	9,25	71	353	4,05
(-) Provisão para redução no valor de recuperação de ativos (Notas 5.b e 5.g)		(922)	(7,09)		(101)	(1,16)
Valores a receber		239	1,84		268	3,07
Cheques em compensação (Nota 5.c)		-	-		194	2,22
Direitos creditórios vencidos a liquidar (Nota 5.c)		205	1,58		47	0,54
Despesas antecipadas		30	0,23		27	0,31
Outros créditos		4	0,03		-	-
Total do ativo		13.452	103,51		9.187	105,28
Passivo						
Valores a pagar		456	3,51		461	5,28
Direitos creditórios recebidos a identificar (Nota 5.f)		327	2,52		335	3,84
Taxa de auditoria e custódia		17	0,13		11	0,13
Taxa de administração		6	0,05		7	0,08
Taxa de Consultoria especializada		78	0,60		41	0,47
Taxa de gestão		2	0,02		12	0,14
Outros		26	0,19		55	0,62
Total do passivo		456	3,51		461	5,28
Patrimônio líquido		12.996	100,00		8.726	100,00
Total do passivo e patrimônio líquido		13.452	103,51		9.187	105,28

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multissetorial Milênio Recebíveis LP

(Administrado pelo Banco PETRA S.A.)

Demonstração do resultado do exercício findo em 30 de junho de 2016 e período de 04 de agosto de 2014 (data de início das atividades do Fundo) a 30 de junho de 2015

(Em milhares de reais)

Composição do resultado do exercício / período	30 de junho de 2016	04 de agosto de 2014 a 30 de junho de 2015
Direitos creditórios	3.494	1.995
Receita	5.839	2.192
Resultado nas negociações (Nota 5.e)	482	110
Perdas por redução no valor de recuperação (Nota 5.g)	(2.827)	(307)
Operações compromissadas		
Receitas	-	4
Títulos e valores mobiliários	15	14
Cotas de fundos de investimento		
Resultado com aplicações em cotas de fundos	7	12
Referenciado DI	7	12
Títulos públicos federais	8	2
Letras financeiras do tesouro	8	2
Demais despesas	(1.331)	(582)
Despesa de consultoria especializada	(839)	(346)
Despesa com cartório	(123)	(32)
Taxa de auditoria e custódia	(111)	(82)
Tarifa bancária e taxa de cobrança	(72)	(31)
Taxa de administração	(68)	(51)
Despesa de rating e certificação digital	(53)	(8)
Cetip e Selic	(29)	(1)
Taxa de gestão	(23)	(16)
Taxa de fiscalização CVM	(9)	(4)
Outras despesas	(4)	(11)
Resultado do exercício / período pertencente aos detentores de cotas classificadas no patrimônio líquido	2.178	1.431

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multissetorial Milênio Recebíveis LP

(Administrado pelo Banco PETRA S.A.)

Demonstração das mutações do patrimônio líquido do exercício findo em 30 de junho de 2016 e período de 04 de agosto de 2014 (data de início das atividades do Fundo) a 30 de junho de 2015

(Em milhares de reais, exceto o valor unitário das cotas)

	<u>30 de junho de 2016</u>	<u>04 de agosto de 2014 a 30 de junho de 2015</u>
Patrimônio líquido no início do exercício / período	8.726	-
Total de 2.621,97 cotas subordinadas juniores a R\$1.454,464407 cada uma	3.814	-
Total de 4.512,50 cotas seniores a R\$1.088,595452 cada uma	4.912	-
Emissão inicial de cotas	-	2.050
Total de 1.050,00 cotas subordinadas juniores a R\$1.000,00 cada uma	-	1.050
Total de 1.000,00 cotas seniores no valor de R\$1.000,00 cada uma	-	1.000
Resultado do exercício / período pertencente aos detentores de cotas classificadas no patrimônio líquido	2.178	1.431
Cotas emitidas	2.502	5.370
Total de 2.265,00 cotas seniores	2.502	-
Total de 1.571,97 cotas subordinadas juniores	-	1.760
Total de 3.512,50 cotas seniores	-	3.610
Amortização		
Cotas subordinadas juniores	(410)	(125)
Acréscimo decorrente da movimentação de cotas	2.092	5.245
Patrimônio líquido no final do exercício / período	12.996	8.726
Total de 2.621,97 cotas subordinadas juniores a R\$1.527,769378 cada uma	4.005	-
Total de 6.777,50 cotas seniores a R\$1.326,552252 cada uma	8.991	-
Total de 2.621,97 cotas subordinadas juniores a R\$1.454,464407 cada uma	-	3.814
Total de 4.512,50 cotas seniores a R\$1.088,595452 cada uma	-	4.912

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multissetorial Milênio Recebíveis LP

(Administrado pelo Banco PETRA S.A.)

Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 30 de junho de 2016 e período de 04 de agosto de 2014 (data de início das atividades do Fundo) a 30 de junho de 2015

(Em milhares de reais)

	30 de junho de 2016	04 de agosto de 2014 a 30 de junho de 2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Compra de direitos creditórios	(65.062)	(33.128)
Recebimentos de juros/amortização de direitos creditórios	64.055	24.982
Compra de outros instrumentos financeiros	(15.309)	(37.792)
Venda de outros instrumentos financeiros	15.260	37.946
Pagamento da taxa de administração	(69)	(44)
Pagamento da taxa de gestão	(25)	(12)
Pagamento da auditoria e custódia	(105)	(51)
Pagamento da consultoria especializada	(802)	(307)
Demais pagamentos / recebimentos	(324)	1.572
Caixa líquido das atividades operacionais	(2.381)	(6.834)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Cotas subordinadas emitidas	-	2.810
Cotas seniores emitidas	2.502	4.610
Cotas subordinadas amortizadas	(410)	(119)
Caixa líquido das atividades de financiamento	2.092	7.301
Variação no caixa e equivalentes de caixa	(289)	467
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício / período	467	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício / período	178	467
Disponibilidades	178	467

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para o exercício findo em 30 de junho de 2016 e período de 04 de agosto de 2014 (data de início das atividades do Fundo) a 30 de junho de 2015 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multissetorial Milênio Recebíveis LP (Fundo) foi constituído em 20 de junho de 2014 e iniciou suas atividades em 04 de agosto de 2014 sob a forma de condomínio fechado, com prazo de duração indeterminado.

O objetivo do Fundo é valorização de suas cotas, por meio de aquisição: (i) de direitos creditórios, juntamente com todos os direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações assegurados aos titulares de tais direitos creditórios, tudo nos termos dos respectivos contratos de cessão; e (ii) de ativos financeiros, conforme a política de investimento estabelecido no regulamento do Fundo.

O Fundo destina-se especificamente a receber investimentos de titularidade de investidores qualificados, conforme regulamentação vigente.

Os investimentos no Fundo não são garantidos pelo Administrador, Gestora e qualquer mecanismo de seguro, ou pelo Fundo Garantidor de Crédito ("FGC"). Os cotistas estão expostos à possibilidade de perda do capital investido, em decorrência do perfil de investimentos do Fundo.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis aos fundos de investimento regulamentados pela Instrução CVM nº 489 de 14 de janeiro de 2011 e pelas orientações emanadas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), aplicáveis aos fundos de investimento em direitos creditórios.

Na elaboração dessas demonstrações contábeis foram utilizadas premissas e estimativas de preços para a contabilização e determinação dos valores dos ativos e instrumentos financeiros integrantes da carteira do Fundo. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e instrumentos financeiros, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados.

3. Descrição das principais práticas contábeis

a) Apropriação de receitas e despesas

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

b) Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa abrangem o saldo de caixa e instrumentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos, a partir da data de contratação e que estão sujeitas a um risco insignificante de alteração no valor e são geralmente utilizados na gestão de direitos e obrigações de curto prazo.

Operações compromissadas

As operações compromissadas são registradas pelo valor efetivamente pago, acrescido dos rendimentos auferidos com base na taxa de remuneração, reconhecidos no resultado na rubrica de “Operações compromissadas – receitas”.

c) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários foram classificados de acordo com a intenção de negociação, classificados na categoria “Títulos para negociação” que incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, sendo contabilizados pelo valor de mercado, em que as perdas e os ganhos realizados e não realizados sobre esses títulos são reconhecidos no resultado.

Cotas de fundos de investimento

As cotas de fundos de investimento são registradas pelo custo de aquisição, ajustado diariamente pela variação no valor das cotas informada pelos administradores dos respectivos fundos de investimento. A valorização e desvalorização das cotas de fundos de investimento estão apresentadas em “Resultado com aplicações em cotas de fundos”.

d) Direitos creditórios

Os direitos creditórios foram classificados de acordo com a intenção de negociação, classificados na categoria “Empréstimos e recebíveis” que incluem qualquer ativo financeiro com pagamento fixo ou determinável, que não estão cotados em mercado ativo, incluindo ativos de empréstimo, recebíveis, investimentos em instrumentos de dívida e depósitos mantidos em banco.

Direitos creditórios - a vencer

Os direitos creditórios são registrados ao custo de aquisição, acrescidos de juros calculados com base na taxa interna de retorno dos contratos, pelo critério pro rata temporis. A taxa interna de retorno foi calculada com base no valor de aquisição, valor de vencimento e prazo de recebimento dos direitos creditórios.

Direitos creditórios - vencidos

Os direitos creditórios vencidos encontram-se registrados pelos valores atualizados até a data dos respectivos vencimentos.

Os direitos creditórios são classificados no seguinte grupo:

Operações sem aquisição substancial dos riscos e benefícios – nesse grupo devem ser classificadas as operações em que o Fundo não adquire substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do direito creditório objeto da operação e que, como consequência, não ensejam a baixa do direito creditório nos registros contábeis do cedente.

A classificação do grupo acima é de responsabilidade do Administrador que deverá ser estabelecida utilizando-se como metodologia, preferencialmente, o nível de exposição do Fundo à variação no fluxo de caixa futuro associado ao direito creditório objeto da operação.

A apropriação da remuneração dos direitos creditórios é reconhecida no resultado, na rubrica “Apropriação de renda” segundo a taxa de juros, conforme apresentado na nota explicativa nº 5. A partir da data de vencimento do direito creditório não são mais apropriados juros remuneratórios. Os lucros ou prejuízos apurados nas negociações são registrados pela diferença entre o valor de venda e o valor de mercado do título no dia anterior e reconhecidos em “Resultado nas negociações”, quando aplicável e para os direitos creditórios com aquisição substancial dos riscos e benefícios, o ajuste ao valor justo dos ativos são registrados em “Ajuste ao valor justo”, quando aplicável.

e) Provisão para redução no valor de recuperação de ativos

A provisão é constituída, com base nas orientações emanadas pela Instrução CVM nº 489, sempre que houver evidência de redução no valor recuperável dos ativos do Fundo, avaliados pelo custo ou custo amortizado. A perda por redução no valor de recuperação deve ser mensurada e registrada pela diferença entre o valor contábil do ativo antes da mudança de estimativa e o valor presente do novo fluxo de caixa esperado calculado após a mudança de estimativa, desde que a mudança seja relacionada a uma deterioração da estimativa anterior de perdas de créditos esperadas.

Provisões para redução ao valor de recuperação de ativos são avaliadas e calculadas, pelo Administrador, coletivamente e são registradas através de uma conta de provisão na rubrica “Direitos creditórios sem aquisição substancial dos riscos e benefícios – Provisão para redução no valor de recuperação de ativos”, sendo sua contrapartida no resultado do período.

Para direitos creditórios de um mesmo devedor, a perda deve ser mensurada sobre todo o fluxo de caixa esperado desse devedor, levando em consideração a natureza da transação e as características das garantias, tais como suficiência e liquidez.

Provisão para redução no valor de recuperação – avaliação individual

A redução no valor de recuperação em base individual é mensurada em duas circunstâncias: (i) para cobrir as perdas incorridas, mas que ainda não foram identificadas em direitos creditórios sujeitos a avaliação individual; e (ii) para grupos homogêneos de direitos creditórios que não são considerados individualmente significativos.

Provisão para redução no valor de recuperação – avaliação coletiva

A provisão para redução no valor recuperável em base coletiva é determinada levando em consideração: (i) a experiência de perdas nas carteiras com características similares de risco de crédito; (ii) o período estimado entre a ocorrência das evidências objetivas de redução ao valor recuperável e a identificação efetiva de perdas; e (iii) o julgamento baseado na experiência do Administrador quanto a situação e condições econômicas e de crédito é de tal ordem que o nível atual de perdas é provavelmente maior ou menor do que o sugerido pela experiência histórica.

4. Títulos e valores mobiliários

Composição da carteira

Os títulos e valores mobiliários registrados na categoria de “Títulos para negociação” estão assim classificados:

30 de junho de 2016

Títulos para negociação	Valor de mercado	Valor contábil	Faixas de vencimento
Títulos públicos federais			
Letras financeiras do tesouro	64	63	Acima de 1 ano
Cotas de fundos de investimentos			
Referenciado	57	57	Sem vencimento

30 de junho de 2015

Títulos para negociação	Valor de mercado	Valor contábil	Faixas de vencimento
Títulos públicos federais			
Letras financeiras do tesouro	56	55	Acima de 1 ano

5. Direitos creditórios sem aquisição substancial dos riscos e benefícios

Os direitos creditórios são classificados, conforme avaliação do Administrador, na categoria de “Operações sem aquisição substancial dos riscos e benefícios”, pois os cedentes, possuem a obrigação de recompra dos direitos creditórios vencidos.

a) Característica dos direitos creditórios

A carteira de direitos creditórios do Fundo, no exercício findo em 30 de junho de 2016 é expressa em moeda nacional, indicadas e aprovadas pela consultoria especializada, composta por duplicatas e cheques originados de operações de compra e venda de produtos, mercadorias nos segmentos financeiro, comercial, industrial e imobiliário.

b) Composição dos direitos creditórios

30 de junho de 2016

Duplicatas a vencer	Valor Contábil	Valor Nominal	Rendas a apropriar	Provisão	Taxa Média das Operações	Vencimentos					
						0-30	31-45	46-90	91-180	181-360	Acima 360
Indústria	2.227	2.328	101	(10)	73,30%	1.342	428	300	157	-	-
Comércio e serviços	6.246	6.615	369	(69)	81,66%	3.459	514	1.418	855	-	-
Infraestrutura	927	963	36	(7)	91,75%	506	385	36	-	-	-
Total duplicatas a vencer	9.400	9.906	506	(86)		5.307	1.327	1.754	1.012	-	-

Duplicatas vencidas	Valor Contábil	Valor Nominal	Rendas a apropriar	Provisão	Taxa Média das Operações	Vencimentos					
						0-30	31-45	46-90	91-180	181-360	Acima 360
Indústria	244	244	-	(156)	79,89%	90	2	1	4	55	92
Comércio e serviços	2.510	2.510	-	(1.935)	83,86%	591	63	42	84	1.644	86
Infraestrutura	365	365	-	(35)	98,06%	341	24	-	-	-	-
Total duplicatas vencidas	3.119	3.119	-	(2.126)		1.022	89	43	88	1.699	178

Cheques a vencer	Valor Contábil	Valor Nominal	Rendas a apropriar	Provisão	Taxa Média das Operações	Vencimentos					
						0-30	31-45	46-90	91-180	181-360	Acima 360
Indústria	1.009	1.062	53	(12)	82,61%	542	162	291	14	-	-
Comércio e serviços	1.019	1.095	76	(39)	83,07%	519	91	252	139	18	-
Infraestrutura	299	334	35	-	83,25%	70	28	116	85	-	-
Total cheques a vencer	2.327	2.491	164	(51)		1.131	281	659	238	18	-

Cheques vencidos	Valor Contábil	Valor Nominal	Rendas a apropriar	Provisão	Taxa Média das Operações	Vencimentos					
						0-30	31-45	46-90	91-180	181-360	Acima 360
Indústria	300	300	-	(167)	80,93%	133	61	58	10	1	37
Comércio e Serviços	871	871	-	(704)	71,68%	198	64	108	321	180	-
Infraestrutura	32	32	-	-	100,00%	32	-	-	-	-	-
Total cheques vencidos	1.203	1.203	-	(871)		363	125	166	331	181	37

TOTAL	16.049	16.719	670	(3.134)		7.823	1.822	2.622	1.669	1.898	215
--------------	---------------	---------------	------------	----------------	--	--------------	--------------	--------------	--------------	--------------	------------

30 de junho de 2015

Duplicatas a vencer	Valor Contábil	Valor Nominal	Rendas a apropriar	Provisão	Taxa Média das Operações	Vencimentos					
						0-30	31-45	46-90	91-180	181-360	Acima 360
Indústria	1.428	1.495	67	(8)	88,30%	1.020	188	134	86	-	-
Comércio e serviços	2.731	2.921	190	(21)	162,34%	1.495	414	584	190	48	-
Infraestrutura	958	985	27	(14)	118,29%	884	4	70	-	-	-
Total duplicatas a vencer	5.117	5.401	284	(43)		3.399	606	788	276	48	-

Duplicatas vencidas	Valor Contábil	Valor Nominal	Rendas a apropriar	Provisão	Taxa Média das Operações	Vencimentos					
						0-30	31-45	46-90	91-180	181-360	Acima 360
Indústria	422	422	-	(75)	128,87%	349	1	4	2	66	-
Comércio e serviços	736	736	-	(85)	162,05%	694	41	1	-	-	-
Infraestrutura	44	44	-	(3)	190,58%	44	-	-	-	-	-
Total duplicatas vencidas	1.202	1.202	-	(163)		1.087	42	5	2	66	-

Cheques a vencer	Valor Contábil	Valor Nominal	Rendas a apropriar	Provisão	Taxa Média das Operações	Vencimentos					
						0-30	31-45	46-90	91-180	181-360	Acima 360
Indústria	793	853	60	(7)	82,51%	328	130	291	44	-	-
Comércio e serviços	1239	1316	77	(13)	99,61%	703	168	296	72	-	-
Total cheques a vencer	2.032	2.169	137	(20)		1.031	298	587	116	-	-

Cheques vencidos	Valor Contábil	Valor Nominal	Rendas a apropriar	Provisão	Taxa Média das Operações	Vencimentos					
						0-30	31-45	46-90	91-180	181-360	Acima 360
Indústria	77	77	-	(55)	78,65%	23	1	-	48	5	-
Comércio e Serviços	276	276	-	(26)	81,86%	257	19	-	-	-	-
Total cheques vencidos	353	353	-	(81)		280	20	-	48	5	-

TOTAL	8.704	9.125	421	(307)		5.797	966	1.380	442	119	-
--------------	--------------	--------------	------------	--------------	--	--------------	------------	--------------	------------	------------	----------

As concentrações dos 5 (cinco) maiores cedentes estão assim apresentadas:

30 de junho de 2016

Cedente	Quantidade de Sacados	Vencido	A vencer	Total	Provisão	% sobre o total de direitos creditórios
Cedente 1	14	102	1.267	1.369	(52)	8,53
Cedente 2	73	11	951	962	-	5,99
Cedente 3	8	75	880	955	(19)	5,95
Cedente 4	9	918	0	918	(918)	5,72
Cedente 5	6	671	154	825	(691)	5,14
Demais 56	1.109	2.545	8.475	11.020	(1.454)	68,66
Total	1.219	4.322	11.727	16.049	(3.134)	100,00

30 de junho de 2015

Cedente	Quantidade de Sacados	Vencido	A vencer	Total	Provisão	% sobre o total de direitos creditórios
Cedente 1	11	405	468	873	(52)	10,03
Cedente 2	6	94	661	755	(14)	8,67
Cedente 3	31	304	422	726	-	8,34
Cedente 4	75	27	582	609	(8)	7,00
Cedente 5	4	-	534	534	(10)	6,14
Demais 36	1.022	725	4.482	5.207	(223)	59,82
Total	1.149	1.555	7.149	8.704	(307)	100,00

c) Valores a receber

Em 30 de junho de 2016, o saldo de direitos creditórios vencidos a liquidar no montante de R\$ 205 (R\$ 47 em 30 de junho de 2015) apresentados no ativo, refere-se a duplicatas liquidadas pelo sacado, cujo recebimento por parte do Fundo se dará no primeiro dia útil subsequente.

Em 30 de junho de 2016, o Fundo não possuía saldo de cheques em processo de compensação (em 30 de junho de 2015, o Fundo possuía o montante de R\$194).

d) Critérios de elegibilidade e condições de cessão

Todo e qualquer direito creditório a ser adquirido pelo Fundo deverão atender, cumulativamente, na data da respectiva cessão, aos seguintes critérios de elegibilidade:

- i)** Recebimento de arquivo eletrônico com a relação dos direitos creditórios a serem adquiridos pelo Fundo;
- ii)** O Fundo somente adquirirá direitos creditórios cuja data de vencimento não seja posterior à data de encerramento da última série de Cotas Seniores do Fundo;
- iii)** O Fundo somente poderá adquirir direitos creditórios que não estejam vencidos e pendentes de pagamento na data de aquisição;
- iv)** Cada cessão de direitos creditórios será precedida de análise verificando a concentração de títulos de até 5% (cinco por cento) de um mesmo devedor (mesmo CPF ou CNPJ), ressalvado que na hipótese de cessões de direitos creditórios por diferentes cedentes e mesmos devedores, o limite por devedor, poderá ser majorado para 8% (oito por cento) e até 5% (cinco por cento) para um mesmo cedente (mesmo CNPJ);
- v)** Os direitos creditórios devem ser de devedores que, na data da aquisição para o Fundo, não apresentem qualquer valor em atraso há mais de 15 (quinze) dias corridos;
- vi)** O prazo médio de todos os direitos de crédito adquiridos pelo Fundo não poderá ser superior a 90 (noventa) dias considerados a partir da data de aquisição; e
- vii)** Os direitos de crédito representados por duplicata deverão representar, no mínimo 50% (cinquenta por cento) do patrimônio líquido do Fundo apurado no dia útil anterior à cessão.

e) Resultado nas negociações com direitos creditórios

No exercício findo em 30 de junho de 2016, o saldo da rubrica “resultado nas negociações” no montante de R\$ 482 (R\$ 110 em 30 de junho de 2015) é composto por:

- i)** Os direitos creditórios adquiridos pelo Fundo poderão ser recomprados, em caso de inadimplência pelos cedentes, por critérios estabelecidos pela consultora. No exercício findo em 30 de junho de 2016, houve recompra de direitos creditórios no valor de R\$ 15.311 (R\$ 2.258 em 30 de junho de 2015), cujo valor de face dos direitos creditórios vencidos era de R\$ 14.968 (R\$ 2.234 em 30 de junho de 2015), o que gerou um resultado positivo de R\$ 343 (R\$ 24 em 30 de junho de 2015) para o Fundo;
- ii)** Os juros pagos pelos sacados pela prorrogação do prazo de vencimento dos direitos creditórios e os juros de mora pagos ao Fundo pelos atrasos na liquidação dos direitos creditórios, totalizaram no período o resultado de R\$ 294 (R\$ 248 em 30 de junho de 2015);

iii) Os abatimentos/descontos, na antecipação do pagamento dos direitos creditórios concedidos pelo consultor de crédito aos sacados, totalizaram no período o resultado negativo de R\$ 155 (2015 - R\$ 162 em 30 de junho de 2015).

f) Valores a pagar

No exercício findo em 30 de junho de 2016, o saldo de direitos creditórios recebidos a identificar, nos montantes de R\$ 327 (2015 - R\$ 335), apresentados no passivo, correspondem ao envio de recursos ao Fundo, pela consultoria especializada, referentes a pagamento de direitos creditórios, que estão pendentes de conciliação pelo Administrador.

g) Provisão para redução no valor de recuperação de ativos

Em 30 de junho 2016, a provisão para redução no valor de recuperação dos direitos creditórios foi estimada, pelo Administrador, com base em evidências objetivas de perda:

O Administrador utiliza a metodologia de agrupar os direitos creditórios por cedente, pois avaliou estar nela o risco de crédito por consequência da coobrigação de recompra dos direitos creditórios vencidos e realiza uma análise fundamentalista de tal cedente, a fim de cobrir perdas inerentes e para a carteira de direitos creditórios vencidos está utilizando percentuais de rolagem. Essa metodologia utiliza a junção de três fatores: (i) realiza uma análise de tendências históricas do cedente com base em ponderação de informações tais como recuperação judicial, tempo em operação, protestos, cheques emitidos devolvidos, grau de endividamento, e a experiência de atraso e inadimplência para estimar o impacto de tais informações sobre a capacidade de re-pagamento dos direitos creditórios pelos devedores; (ii) os direitos creditórios vencidos são agrupados em intervalos de acordo com o número de dias em atraso, e análises estatísticas são utilizadas para estimar a probabilidade de que, em cada intervalo, os direitos creditórios progridam através dos vários estágios de inadimplência, e finalmente possam ser provados como irrecuperáveis; e (iii) as recompras estão sendo consideradas no modelo, com a finalidade de avaliar o fluxo de caixa futuro das cedentes e da consultoria de crédito em exercer a coobrigação de recompra dos direitos creditórios vencidos e não pagos. Adicionalmente o Administrador está realizando backtesting para validar a aderência da sua metodologia com as perdas incorridas.

A carteira de direitos creditórios e a provisão para redução no valor de recuperação estão assim apresentadas:

2016

A vencer	Vencimentos						
	Valor contábil	0-30	31-45	46-90	91-180	181-360	Acima de 360
Cheques	2.327	1.131	281	659	238	18	-
Duplicatas	9.400	5.307	1.327	1.754	1.012	-	-
% Provisão	1,17	1,29	0,50	1,16	1,44	-	-
Valor da provisão	(137)	(83)	(8)	(28)	(18)	-	-
Vencidos							
Cheques	1.203	363	125	166	331	181	37
Duplicatas	3.119	1.022	89	43	88	1.699	178
% Provisão	69,33	9,27	67,44	100,00	100,00	100,00	100,00
Valor da provisão	(2.997)	(128)	(145)	(210)	(418)	(1.881)	(215)
Total da carteira de direitos creditórios	16.049	7.823	1.822	2.622	1.669	1.898	215
Total da provisão para redução no valor de recuperação de ativos	(3.134)	(211)	(153)	(238)	(436)	(1.881)	(215)

2015

A vencer	Vencimentos						
	Valor contábil	0-30	31-45	46-90	91-180	181-360	Acima de 360
Cheques	2.032	1.031	298	587	116	-	-
Duplicatas	5.117	3.399	606	788	276	48	-
% Provisão	0,88	1,11	0,77	0,44	0,26	-	-
Valor da provisão	(63)	(49)	(7)	(6)	(1)	-	-
Vencidos							
Cheques	353	280	20	-	49	5	-
Duplicatas	1.202	1.086	42	5	2	66	-
% Provisão	15,69	5,42	69,35	100	100	100	-
Valor da provisão	(244)	(74)	(43)	(5)	(51)	(71)	-
Total da carteira de direitos creditórios	8.704	5.796	966	1.380	443	119	-
Total da provisão para redução no valor de recuperação de ativos	(307)	(123)	(50)	(11)	(52)	(71)	-

A movimentação da provisão para redução no valor de recuperação de ativos, constituída com base nos critérios da Instrução CVM nº 489 descritos na nota explicativa no 3.e., está assim representada:

	30 de junho de 2016	Período de 04 de agosto de 2014 a 30 de junho de 2015
Saldo inicial		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(307)	-
Baixas na provisão por liquidação de direitos creditórios	2.266	606
Constituição de provisão	(5.093)	(913)
Saldo final		
Provisão para redução no valor de recuperação de ativos	(3.134)	(307)

6. Gerenciamento de riscos

a) Tipos de risco

Mercado

Os ativos componentes da carteira do Fundo estão sujeitos a oscilações nos seus preços em função da reação dos mercados frente a notícias econômicas e políticas, tanto no Brasil como no exterior, podendo, ainda, responder a notícias específicas a respeito dos emissores dos títulos representativos dos ativos do Fundo. As variações de preços dos ativos poderão ocorrer também em função de alterações nas expectativas dos participantes do mercado, podendo, inclusive, ocorrer mudanças nos padrões de comportamento de preços dos ativos sem que haja mudanças significativas no contexto econômico e/ou político nacional e internacional. Logo, não há garantia de que as taxas de juros vigentes no mercado se mantenham estáveis. Além disso, dependendo do comportamento que as taxas de juros venham a ter, os ativos integrantes da carteira do Fundo poderão sofrer oscilações significativas de preços, com reflexos na rentabilidade do Fundo.

Crédito

A carteira do Fundo possui direitos creditórios e outros títulos de renda fixa que estão sujeitos ao risco de atraso e/ou não pagamento por seus emissores, devedores e/ou co-obrigados, consequentemente, nessa hipótese, poderão ocorrer reduções de ganhos ou perda do capital investido, dos rendimentos e/ou do valor do principal de quaisquer dos ativos do Fundo.

Os cotistas detentores das cotas subordinadas juniores recebem o saldo residual dos valores a receber, após terem sido recebidos os valores a receber, pagas as despesas do Fundo e os cotistas detentores das cotas seniores e cotas subordinadas mezanino terem resgatado suas cotas. Neste sentido, os cotistas detentores das cotas subordinadas retêm parte substancial dos riscos e benefícios dos valores a receber. No entanto, os cotistas detentores das cotas seniores e cotas subordinadas mezanino também estão expostos ao risco de crédito dos direitos creditórios e outros ativos do Fundo.

Liquidez

Os investimentos do Fundo em direitos creditórios apresentam peculiaridades com relação aos investimentos realizados pela maioria dos fundos de investimento brasileiros, não existindo mercado secundário líquido para negociação de tais direitos creditórios. Caso o Fundo precise vender seus direitos creditórios a terceiros, ou caso o cotista receba tais direitos creditórios como pagamento de resgate ou amortização de suas cotas, (i) poderá não haver mercado comprador para os mesmos, ou preço de alienação poderá causar perda de patrimônio para o Fundo, ou (ii) os cotistas poderão ter dificuldade para cobrar os valores devidos pelos devedores dos direitos creditórios em caso de inadimplemento. Isto é, não há qualquer garantia ou certeza que será possível ao Fundo liquidar posições ou negociar os direitos creditórios de sua carteira pelo preço e nos momentos desejados.

Outros riscos

Apesar da carteira do Fundo ser constituída, preponderantemente, pelos direitos creditórios elegíveis, a propriedade das cotas não confere aos cotistas propriedade direta sobre os direitos creditórios. Os direitos dos cotistas são exercidos sobre todos os ativos da carteira de modo não individualizado, proporcionalmente ao número de cotas detidas.

Excetuadas as ocorrências resultantes de comprovado dolo ou má-fé, em nenhuma outra hipótese o Administrador/ Gestor e/ou o Custodiante serão responsabilizados por qualquer depreciação dos bens da carteira do Fundo, ou por eventuais prejuízos em caso de liquidação do Fundo ou resgate de cotas.

b) Controles relacionados aos riscos

Não obstante a diligência do Administrador, da Gestora e da Consultora em colocar em prática a política de investimento delineada, os investimentos do Fundo estão, por sua natureza, sujeitos a diversos tipos de riscos e, mesmo que o Administrador mantenha sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e seus Cotistas.

Os ativos que compõem a carteira do Fundo, conforme descrito no regulamento do Fundo estão sujeitos a diversos fatores de risco dentre eles: risco de crédito, risco de liquidez dos ativos, e risco de mercado.

O Fundo também poderá estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos, tais como moratória, guerras, revoluções, mudanças nas regras aplicáveis aos ativos financeiros, mudanças impostas aos ativos financeiros integrantes da carteira, alteração na política econômica, decisões judiciais, etc.

De forma resumida, o processo constante de avaliação e monitoramento do risco consiste em:

i) **Risco de mercado:** O Administrador monitora as taxas mínimas de cessão praticadas pelo Fundo respeitando os limites previstos em regulamento correlacionado a taxa CDI visando assim atingir o benchmark estabelecido para as cotas seniores, balanceando desta forma possíveis efeitos de variação da taxa de juros praticada pelo mercado, caso este benchmark não esteja sendo atingido o Administrador convoca assembleia geral para início da amortização das cotas seniores.

ii) **Risco de crédito:** o Administrador possui metodologia para definição de perda esperada para os direitos creditórios em carteira, que são mensuradas e revisadas durante toda a permanência do direito creditório na carteira do FIDC efetuando avaliações creditícias sobre os cedentes e avaliando o comportamento e o histórico de liquidez dos recebíveis. O controle de risco de crédito é exercido independente da gestão do Fundo;

iii) **Risco de liquidez:** o Administrador constitui provisão de reserva para amortização de cotas, destinando os recursos em aplicações financeiras de liquidez imediata. Quatorze dias antes de qualquer amortização prevista, devem estar alocados na reserva de amortização ativos em valor equivalente a 100% do valor estimado da amortização. Caso o Administrador não consiga formar a reserva esta interrompe a aquisição de direitos creditórios até que a reserva seja devidamente constituída.

7. Evolução da cota e rentabilidade

A rentabilidade calculada com base na variação da cota, comparada com a variação do benchmark, o resultado auferido a cada classe de cotas e patrimônio líquido médio do período foram os seguintes:

Cotas subordinadas juniores		Rentabilidade	Resultado	Patrimônio líquido médio
30 de junho de 2016		17,53%	602	3.495
Período de 04 de agosto de 2014 a 30 de junho de 2015		39,49%	1.129	2.410

Cotas seniores	Benchmark 150% do CDI	Rentabilidade	Resultado	Patrimônio líquido médio
30 de junho de 2016	21,86%	21,86%	1.577	7.982
Período de 05 de janeiro de 2015 a 30 de junho de 2015	8,94%	8,86%	302	3.512

8. Emissão, amortização e resgate de cotas

a) Emissão

As emissões de cotas são processadas com base no valor da cota de fechamento em vigor da efetiva disponibilidade dos recursos.

Cotas subordinadas juniores

No exercício findo em 30 de junho de 2016, não houve emissão de cotas. (No período findo em 30 de junho de 2015 houve emissão inicial de 1.050,00 cotas no montante de R\$1.050 e também emissões durante o período de 1.571,97 cotas no montante de R\$1.760).

Cotas seniores 1º série

Esta classe de cotas tem prazo de duração de 30 meses contados da data da primeira integralização de cotas, possui remuneração alvo correspondente a 150% da taxa média diária dos depósitos interfinanceiros (DI).

Na subscrição de cotas seniores do Fundo deve ser utilizado o valor de fechamento de mesma classe em vigor no mesmo ao da efetiva disponibilidade dos recursos.

No exercício findo em 30 de junho de 2016, houve emissão de 2.265,00 cotas no montante de R\$ 2.502. (No período findo em 30 de junho de 2015 houve emissão inicial de 1.000,00 cotas no montante de R\$1.000 e também emissões durante o período de 3.512,50 cotas no montante de R\$ 3.610).

b) Amortização e resgate de cotas

As cotas subordinadas poderão ser amortizadas e resgatadas em direitos creditórios. Essa classe de cotas pode ser amortizada (total ou parcial) ou resgatadas após amortização (total ou parcial) ou resgate de todas as cotas seniores.

Os pagamentos das amortizações ou dos resgates de cotas do Fundo será realizado no dia 15 do respectivo mês ou no primeiro dia útil subsequente da praça em que o Administrador está sediado.

Na amortização ou resgate de cotas será utilizado o valor da cota em vigor no dia útil imediatamente anterior ao do pagamento respectivo, sendo que o Administrador deverá constituir reserva monetária formada com disponibilidade diárias havidas com o recebimento: (i) do valor de integralização de cotas; e/ou (ii) do valor de direitos creditórios e ativos financeiros integrantes da carteira do Fundo, destinada ao pagamento da próxima amortização ou resgate de cotas seniores, de acordo com o cronograma disposto no regulamento do Fundo.

Cotas subordinadas juniores

No exercício findo em 30 de junho de 2016, houve amortização de cotas no montante de R\$ 410. (No período findo em 30 de junho de 2015 houve amortizações de cotas subordinadas juniores no montante de R\$125).

Cotas seniores 1º série

A partir do 25º mês contado da data da primeira integralização de cotas, as cotas seniores da 1ª classe terão seus valores de principal e rendimentos amortizados mensalmente.

9. Negociação de cotas

As Cotas Seniores do Fundo poderão ser registradas em mercado de negociação secundária de valores mobiliários.

As Cotas Subordinadas do Fundo não são registradas em mercado secundário de valores mobiliários.

10. Prestadores de serviços

As atividades de administração da carteira do Fundo, custódia, controladoria, escrituração de cotas são prestadas pelo Banco Petra S.A.

A gestão do Fundo é realizada pela Petra Capital Gestão de Investimentos LTDA.

A Milênio Fomento Mercantil LTDA. é responsável pela análise e seleção dos direitos creditórios do Fundo.

11. Custódia e tesouraria

Os títulos públicos federais e as operações compromissadas são escriturais e suas custódias encontram-se registradas em conta de depósito em nome do Fundo no Sistema Especial de Liquidação e Custódia ("SELIC").

As cotas de fundos de investimento são escriturais e seu controle é mantido pelos administradores dos respectivos fundos.

O Administrador é responsável pela custódia e a guarda dos documentos representativos do crédito e demais ativos da carteira do Fundo.

12. Encargos do Fundo

a) Taxa de administração

Será devido ao administrador, gestor e consultora especializada, a título de honorários pelas atividades de administração, gestão, escrituração, controladoria e consultoria especializada, a remuneração equivalente a somatório dos seguintes montantes, calculados individualmente:

a.1) O maior valor entre 0,35% a.a. (trinta e cinco décimos por cento) ao ano e o valor mínimo conforme definidos a seguir:

(i) para os dois primeiros meses de funcionamento do Fundo, será cobrado o valor mínimo mensal de R\$4;

(ii) no terceiro e quarto mês de funcionamento do Fundo, o valor mínimo mensal será de R\$5; (iii) no quinto e sexto mês de funcionamento do Fundo, o valor mínimo será de R\$6, sendo que a partir do sétimo mês de funcionamento do Fundo, o valor mínimo mensal passará a ser de R\$7,5 atualizados anualmente pela variação do IGP-M; e

(b) O percentual de 1% ao mês sobre os direitos creditórios adquiridos no mês imediatamente anterior.

A despesa com taxa de administração e consultoria especializada foi de R\$ 68 e R\$ 839 (R\$ 51 e 346 em 30 de junho de 2015), respectivamente.

13. Classificação por agência classificadora de risco

Em 15 de dezembro de 2015, a Liberum Ratings rebaixou o rating da 1ª Séries de Cotas Seniores de A(fe) para BBB (fe) de longo prazo e em 03 de maio atribuiu o rating CP3(fe) de curto prazo. Em 10 de maio de 2016 a Liberum Ratings confirmou as classificações de risco BBB(fe) de Longo Prazo e CP3(fe) de Curto Prazo da 1ª Série de Cotas Seniores e B(fe) de Longo Prazo das Cotas Subordinadas.

O risco de crédito para a 1ª Série de Cotas Seniores é considerado adequado enquanto o risco de crédito para as Cotas Subordinadas é considerado muito elevado. A perspectiva dos ratings é negativa para a 1ª Série de Cotas Seniores e estável para as Cotas Subordinadas.

14. Outros serviços prestados pelo auditor independente

Informamos que o Administrador, no período, não contratou serviços da Grant Thornton Auditores Independentes relacionados ao Fundo, além dos serviços de auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes, que principalmente determinam que o auditor não deva auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os seus interesses.

15. Demandas judiciais

As demandas judiciais ou extrajudiciais impetradas contra o Fundo, classificadas pelo consultor jurídico com probabilidade de perda de perda possível, somam R\$ 52 em 30 de junho de 2016 (não haviam demandas judiciais impetradas contra o Fundo no exercício findo em 30 de junho de 2015).

16. Outras informações

a) Classes de cotas

i) As cotas seniores têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações comuns: (i) prioridade de resgate em relação às cotas subordinadas; (ii) valor unitário calculado todo dia útil, para efeito de definição de seu valor de aplicações e/ou resgates; e (iii) direito de votar em todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas assembleias gerais, sendo que a cada cota corresponderá a um voto.

ii) As cotas subordinadas juniores têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações: (i) subordinam-se às cotas seniores e às cotas subordinadas mezanino para efeito de aplicações e/ou resgates; (ii) valor unitário calculado todo dia útil, para efeito de definição de seu valor de aplicações e/ou resgates; e (iii) direito de votar em todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas assembleias gerais, sendo que a cada cota subordinada júnior corresponderá um voto.

b) Legislação tributária

Imposto de renda

Em conformidade com a Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, e demais normativos, os rendimentos eram tributados por ocasião do resgate das cotas, sendo aplicadas alíquotas complementares, variáveis em razão do prazo da aplicação.

- i) 22,5% em aplicações com prazo de até 180 dias;
- ii) 20% em aplicações com prazo de 181 a 360 dias;
- iii) 17,5% em aplicações com prazo de 361 a 720 dias;
- iv) 15% em aplicações com prazo superior a 720 dias.

Em caso de condomínio aberto, o imposto de renda incidirá semestralmente, no último dia útil dos meses de maio e de dezembro de cada ano (pelo sistema do come-cotas) à alíquota de 15%, considerando a classificação da carteira do Fundo como de longo prazo. Adicionalmente, o cotista será tributado por ocasião do resgate, que, se ocorrer antes de 2 anos, ensejará a aplicação de alíquota complementar de 2,5% a 7,5%, conforme o período de aplicação.

A regra tributária acima descrita não se aplica aos cotistas sujeitos a regras de tributação específicas, na forma da legislação em vigor.

IOF (Decreto nº 6.306/07, de 14 de dezembro de 2007)

Os resgates, quando realizados em prazo inferior a 30 dias, estão sujeitos à cobrança de IOF. A alíquota de IOF é de 1% ao dia sobre o valor do resgate, limitado a um percentual do rendimento da operação, e decrescente em função do prazo da aplicação. Para os resgates efetuados a partir do trigésimo dia da data de aplicação, não há cobrança de IOF.

Os cotistas isentos, os imunes e os amparados por norma legal ou medida judicial específicas não sofrem retenção do imposto de renda na fonte e/ou IOF.

17. Operações com partes relacionadas

Foram consideradas partes relacionadas, os cotistas, administrador, o custodiante e consultoria especializada. Todos os direitos creditórios do Fundo são analisados pelo consultor de crédito, com vista a identificar as exigibilidades relacionadas na nota explicativa nº 5.d. Adicionalmente às despesas com taxa de administração e consultoria, conforme descrito na nota explicativa nº 12, o Fundo realizou a seguinte operação com a instituição administradora, gestora e/ou parte a elas relacionadas:

a) Recompra de direitos creditórios

Conforme apresentado na nota explicativa nº 5.e.i, a Consultoria especializada, parte relacionada ao Fundo, no exercício findo em 30 de junho de 2016, intermediou recompra de direitos creditórios no valor de R\$ 15.311 (R\$ 2.258 em 30 de junho de 2015), cujo valor de face dos direitos creditórios vencidos era de R\$ 14.968 (R\$ 2.234 em 30 de junho de 2015), o que gerou um resultado positivo de R\$ 343 (R\$ 24 em 30 de junho de 2015) para o Fundo.

b) Depósito Bancário

O Fundo não possui depósito bancário junto ao Administrador do Fundo em 30 de junho de 2016, no entanto, efetuou movimentações financeiras nesta conta corrente ao longo do exercício. (Em 30 de junho de 2015 o Fundo possui depósitos bancários junto ao Banco Petra S/A, parte relacionada do Fundo, no montante de R\$ 2,8).

c) Despesa com taxa de custódia

O valor pago pelo Fundo a título de remuneração de custodiante no período foi R\$ 99. (R\$ 77 em 30 de junho de 2015).

18. Contadora e Diretor

O Diretor e o contador responsáveis pelo Fundo são os seguintes:

Ricardo Augusto Meira Pedro
Diretor

Suelen Inácia de Oliveira
Contador CRC PR-065.476/O-0

* * *

ANEXO VIII – CONTRATO DE CUSTÓDIA, CONTROLADORIA E ESCRITURAÇÃO



PETRA

BANCO PETRA S.A.

O presente prestador de serviços comprometeu-se a atender aos padrões mínimos exigidos pelo Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Serviços Qualificados ao Mercado de Capitais, não cabendo à ANBIMA qualquer responsabilidade pelos serviços prestados, nem por quaisquer atos ou fatos deles decorrentes ou a eles pertinentes.

INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CUSTÓDIA QUALIFICADA E CONTROLADORIA DE FUNDOS DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS

Pelo presente instrumento particular, de um lado:

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL MILÊNIO RECEBÍVEIS LP, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 15.578.550/0001-60 (“FUNDO” ou “CONTRATANTE”), devidamente representado por seu administrador **PETRA - PERSONAL TRADER CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A**, sociedade autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) a administrar fundos de investimento e administrar carteiras de valores mobiliários, com sede na Rua Pasteur, nº 463, 11º andar, conjunto 1101, Água Verde, cidade de Curitiba, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 03.317.692/0001-94, neste ato representada na forma de seu estatuto social, e de outro lado;

BANCO PETRA S.A., instituição financeira com sede na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua Pasteur, nº 463, 11º andar, conjunto 1101, Água Verde, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 11.758.741/0001-52, neste ato representado na forma do seu estatuto social (“PETRA”).

Doravante denominadas em conjunto “Partes” ou individualmente como “Parte”.

E, ainda, na qualidade de “Interveniente Anuente”:

PETRA - PERSONAL TRADER CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A, acima qualificada (“ADMINISTRADOR”);

CONSIDERANDO QUE:

- a) o **ADMINISTRADOR** é uma sociedade regularmente constituída e em funcionamento no País, devidamente autorizada e habilitada pela CVM para administrar carteira de títulos e valores mobiliários;
- b) de acordo com a legislação vigente aplicável, o **ADMINISTRADOR** pode contratar, em nome do **FUNDO**, terceiros para prestar os serviços de Custódia Qualificada e Controladoria de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios;

www.bancopetra.com.br

- c) o **PETRA**, por sua vez, é uma instituição financeira constituída e em funcionamento no País, devidamente autorizada para executar a prestação do serviço de Custódia Qualificada de ativos, de forma profissional, bem como habilitada para executar a prestação do serviço de Controladoria de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios;
- d) o **PETRA** está devidamente adequado às regras e aos princípios do Código de Regulação e Melhores Práticas dos Serviços Qualificados ao Mercado de Capitais - ANBIMA, assim como às disposições estabelecidas neste Contrato;
- e) o **FUNDO** comprará, preponderantemente, Direitos Creditórios conforme definidos no regulamento do **FUNDO** ("Regulamento") e no Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios ("Contrato de Cessão"), que comporá a carteira do **FUNDO**, originado de acordo com a sua política de investimento;
- f) o **FUNDO**, representado por seu **ADMINISTRADOR**, celebrou o Contrato de Cessão, o qual regula a aquisição de Direitos Creditórios pelo **FUNDO**; e
- g) as Partes estabelecem que o **PETRA** prestará os serviços de Custódia Qualificada e Controladoria para o **FUNDO**.

As Partes e o Interveniente Anuente, acima qualificados, têm, entre si, certo e ajustado, celebrar o presente Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviços de Custódia Qualificada e Controladoria de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios, doravante denominado "Contrato", que se regerá pela legislação aplicável à espécie e, em especial, pelas seguintes cláusulas e as condições para todos os fins e efeitos de direito.

Os termos e expressões iniciados por letras maiúsculas e não definidos no presente Contrato terão os respectivos significados a eles atribuídos no Regulamento.

CLÁUSULA I DO OBJETO

1.1. O presente Contrato visa estabelecer as condições pelas quais o **PETRA** prestará ao **FUNDO** os serviços de Custódia Qualificada e Controladoria.

1.1.1. Os serviços de Custódia Qualificada consistirão nas seguintes atividades:

- (a) validar os Direitos Creditórios em relação aos Critérios de Elegibilidade estabelecidos no Regulamento;
- (b) receber e analisar os Documentos Comprobatórios que evidenciam o lastro dos Direitos Creditórios cedidos ao **FUNDO**;

- (c) verificar os Documentos Comprobatórios relacionados aos Direitos Creditórios Inadimplidos durante a vigência do **FUNDO**, aos menos trimestralmente, observado o disposto na cláusula 2.17. abaixo;
- (d) realizar a liquidação física e financeira dos Direitos Creditórios cedidos ao **FUNDO**, evidenciados pelo Termo de Cessão e pelos Documentos Comprobatórios, observado o disposto no Regulamento;
- (e) fazer a custódia e guarda da documentação relativa aos Ativos integrantes da carteira do **FUNDO**;
- (f) diligenciar para que seja mantida, às suas expensas, atualizada e em perfeita ordem, os Documentos Comprobatórios e demais documentos e informações relativos aos Direitos Creditórios cedidos ao **FUNDO**, com metodologia preestabelecida e de livre acesso para o Auditor Independente, Agências de Classificação de Risco contratadas pelo **FUNDO** e órgãos reguladores, observado, no caso dos Documentos Comprobatórios, o disposto no Contrato de Depósito; e
- (g) cobrar e receber, por conta e ordem do **FUNDO**, pagamentos, resgate de títulos ou qualquer outra renda relativa aos títulos custodiados, depositando os valores recebidos nas contas de depósitos do **FUNDO**.

1.1.2. Os Documentos Comprobatórios relativos aos Direitos Creditórios cedidos ao **FUNDO** poderão ficar sob a guarda da empresa especializada, contratada pelo PETRA, denominada como ("Agente Depositário"), conforme estabelecido no Contrato de Depósito.

1.1.2.1. A substituição do Agente Depositário ou alteração no procedimento de depósito e guarda dos Documentos Comprobatórios dependerá de prévia anuência, por escrito, do **PETRA** e do **ADMINISTRADOR**.

1.1.2.2. Nos termos do artigo 38 da Instrução CVM 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada ("Instrução CVM 356/01"), a nomeação de qualquer terceiro responsável pela guarda dos Documentos Comprobatórios não exclui as responsabilidades do **PETRA**.

1.1.2.3. O **PETRA** dispõe de regras e procedimentos adequados, por escrito e passíveis de verificação, que lhe permitirão o efetivo controle do Agente Depositário sobre a movimentação dos Documentos Comprobatórios relativos aos Direitos Creditórios cedidos **FUNDO** e aos Direitos Creditórios Inadimplidos sob a guarda do Agente Depositário, bem como para diligenciar o cumprimento, pelo Agente Depositário, de suas obrigações nos termos do Regulamento e do Contrato de Depósito.

1.1.3. Os serviços de Controladoria consistirão na execução dos processos que compõem a controladoria dos ativos e passivos, bem como na execução dos

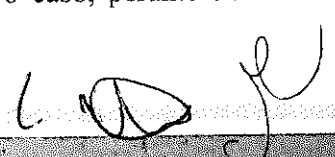
procedimentos contábeis, de acordo com as legislações e as normas vigentes, incluindo, mas não se limitando a:

- (a) processamento e registro contábil do **FUNDO**, de forma que o mesmo possa manter sua contabilidade atualizada e em perfeita ordem, observados os termos e as condições deste Contrato, do Regulamento, das regras do plano contábil e da legislação em vigor;
- (b) elaboração dos demonstrativos financeiros mensais e anuais do **FUNDO** e disponibilização destes, se for o caso, para que sejam auditados pelo Auditor Independente e enviados às autoridades competentes dentro dos prazos legais;
- (c) determinação, em base diária, e disponibilização ao **ADMINISTRADOR** do valor do Patrimônio Líquido e do valor das Cotas, incluindo as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil a que se referirem, observados os termos deste Contrato, do Regulamento, das regras do plano contábil e da legislação em vigor;
- (d) divulgação à CVM e, se aplicável, à ANBIMA (i) diariamente, do valor das Cotas e do valor do Patrimônio Líquido; e (ii) mensalmente, da rentabilidade auferida pelas Cotas neste período;
- (e) sem prejuízo da observância dos procedimentos relativos às demonstrações financeiras do **FUNDO**, manutenção em separado de registros analíticos com informações completas sobre toda e qualquer contratação eventualmente realizada entre o **FUNDO** e o **ADMINISTRADOR** ou o **PETRA**; e
- (f) remessa ao **FUNDO**, ao Cedente e à CVM, conforme o caso, dentro dos prazos regulamentares vigentes, sem prejuízo de outros que venham a ser exigidos, das seguintes informações: (i) demonstrativo sintético, conforme modelo definido pela CVM, até o 5º dia útil após o encerramento do mês a que se referir; e (ii) balancete, demonstrativos da composição e diversificação da carteira do **FUNDO** e demonstrativos de fontes e aplicações de recursos, até 10 (dez) dias após o encerramento do mês a que se referirem.

1.1.4. O **ADMINISTRADOR** dispõe de regras e procedimentos adequados, por escrito e passíveis de verificação, que lhe permitirão diligenciar o desempenho, pelo **PETRA**, de suas obrigações descritas no Regulamento e neste Contrato.

1.1.4.1. O **ADMINISTRADOR** adota as seguintes regras e procedimentos para diligenciar o cumprimento das obrigações assumidas pelo **PETRA**:

- (i) acompanhamento do envio ao Agente de Cobrança das posições dos Direitos Creditórios Inadimplidos, para que iniciem os procedimentos de cobrança extrajudicial e/ou judicial, conforme o caso, perante aos Devedores, nos termos da Política de Cobrança;



- (ii) monitoramento do recebimento pelo Agente de Cobrança, por meio eletrônico, de relatório dos valores recebidos, relativo aos Direitos Creditórios cedidos ao **FUNDO** recuperados, sempre que ocorrerem pagamentos pelos Devedores, e/ou repassados pelo Agente de Cobrança, identificando-os, para que o **PETRA** possa efetivar a respectiva baixa desses Direitos Creditórios cedidos ao **FUNDO** recuperados na carteira do Fundo;
- (iii) monitoramento da evolução das cobranças dos Direitos Creditórios Inadimplidos no âmbito extrajudicial e judicial, com base nas informações prestadas pelo Agente de Cobrança;
- (iv) acompanhamento da realização de provisão para devedores duvidosos e registro na carteira do **FUNDO** em decorrência de atrasos e de perdas ocorridas com os Direitos Creditórios Inadimplidos nos termos da legislação pertinente;
- (v) recebimento pelo **PETRA**, com cópia para o Gestor, de relatório de enquadramento e/ou notificação de desenquadramento;
- (vi) recebimento pelo **PETRA** de: a) relatório a cada 30 (trinta) dias, para fins de monitorar a amostragem de lastros dos Direitos Creditórios cedidos ao **FUNDO**; e b) relatório trimestral de auditoria para verificação de lastro dos Direitos Creditórios adquiridos pelo **FUNDO**;
- (vii) recebimento pelo **PETRA**, da carteira diária para monitoramento das operações realizadas pelo Gestor em nome do **FUNDO**, no que tange as aquisições e/ou alienações de Direitos Creditórios, com base na Política de Investimento;
- (viii) recebimento pelo **PETRA**, de relatórios mensais com informações referentes às disponibilidades, estoque, negócios realizados, comportamento da carteira, inadimplência, e demais informações pertinentes aos Direitos Creditórios mantidos na carteira do **FUNDO**, que servirão de base para elaboração do respectivo relatório mensal a ser enviado para a CVM; e
- (ix) recebimento pelo **PETRA**, de relatório de monitoramento de auditorias realizadas no Agente de Cobrança, com a finalidade de verificar o exato cumprimento das obrigações assumidas pelo Agente de Cobrança nos termos do Contrato de Cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos.

1.2. O **FUNDO** terá sua carteira composta por títulos, valores mobiliários, ativos financeiros, modalidades operacionais disponíveis nos mercados financeiros e de capitais e, principalmente Direitos Creditórios ("Ativos").

1.3. Além dos serviços objeto deste Contrato e dos legalmente exigidos, o **PETRA** compromete-se a não efetuar nenhum outro serviço ou operação, sem a prévia autorização por escrito da **CONTRATANTE**.

1.4. O **PETRA** não prestará ao **ADMINISTRADOR** serviços de assessoria e/ou consultoria de investimentos, sendo responsabilidade exclusiva do **ADMINISTRADOR** e/ou respectivo gestor a decisão a respeito da escolha dos Ativos a serem adquiridos ou alienados nos termos deste Contrato, de acordo com as legislações e as normas aplicáveis.

1.5. Os Ativos, objeto da presente Custódia Qualificada, serão entregues pelo **FUNDO**, representado por seu **ADMINISTRADOR** ao **PETRA** na condição de fungíveis, quando por sua natureza puderem revestir tal condição. No caso dos Ativos que não puderem ser entregues na condição de fungíveis, o **PETRA** não se responsabilizará pela atualização dos eventos referentes aos Ativos, de acordo com os Procedimentos Operacionais, estabelecidos no Anexo II – Procedimentos Operacionais.

CLÁUSULA II **DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO PETRA**

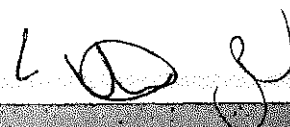
2.1. O **PETRA** realizará, antes da liquidação de quaisquer Ativos, verificações prévias de enquadramento, visando impedir a liquidação de operações do **FUNDO**, quando estas forem vedadas pela legislação e/ou pelas normas aplicáveis e/ou pelo Regulamento.

2.2. Verificada qualquer desconformidade, o **PETRA** somente acatará a ordem do **ADMINISTRADOR**, e/ou somente liquidará a operação, após: (i) notificar a ocorrência da desconformidade ao **ADMINISTRADOR**; e (ii) obter a autorização do **ADMINISTRADOR**, através das Pessoas Autorizadas, conforme disposto na Cláusula V deste Contrato, para liquidar a operação.

2.3. O **PETRA** não será responsabilizado por operações que estejam em desconformidade com as legislações e normas aplicáveis e com o Regulamento, nos casos em que tais desconformidades tenham sido previamente notificadas ao **ADMINISTRADOR**, e que apesar disso venham a ser realizadas mediante sua aprovação através das Pessoas Autorizadas, conforme disposto na Cláusula V deste Contrato.

2.4. Cabe ao **PETRA**, dentre outras obrigações, a verificação da proibição das operações de *day trade*, assim consideradas aquelas operações de compra e venda do mesmo ativo, para o mesmo fundo de investimento, iniciadas e encerradas no mesmo dia e realizadas pelo gestor e/ou pelo **ADMINISTRADOR**, independentemente de o **FUNDO** possuir estoque ou posição anterior do mesmo ativo financeiro.

2.5. O **PETRA** envidará os melhores esforços e adotará, no desempenho de suas atribuições e no cumprimento de seus deveres, o mesmo padrão e zelo atribuído aos seus próprios ativos, responsabilizando-se por eventuais perdas e/ou danos resultantes de dolo, fraude e/ou culpa, desde que tais perdas estejam em consonância direta com os serviços por ele prestados e por terceiros por ele contratados, bem como sejam devidamente comprovados os prejuízos que foram suportados pelo **ADMINISTRADOR** ou por terceiros envolvidos.



2.5.1. Excetuam-se da responsabilidade que trata o *caput*, se as referidas perdas e/ou danos resultarem, direta ou indiretamente, de causas alheias ao controle e vontade do **PETRA**, ou resultantes de eventuais instruções erradas, incompletas, intempestivas e/ou de omissão de prestação de instruções enviadas pelo **ADMINISTRADOR**, necessárias à execução dos serviços contratados.

2.5.2. A responsabilidade mencionada no *caput* será apurada na forma prevista na legislação em vigor.

2.6. O **PETRA** assumirá a responsabilidade pelo conteúdo, exatidão, veracidade, legitimidade e quantidade dos Ativos, a partir da data da recepção efetiva dos Ativos enviados pelo **ADMINISTRADOR** para prestação dos serviços ora contratados.

2.7. Para o apreçamento dos Ativos integrantes da carteira do **FUNDO**, o **PETRA** deverá observar as boas práticas de mercado, seus procedimentos internos, critérios e procedimentos para registro e avaliação de títulos, valores mobiliários, instrumentos de derivativos e demais modalidades operacionais, de acordo com o seu Manual de Marcação a Mercado, disponível na internet no endereço www.petra.com.br.

2.8. O **PETRA** não assumirá qualquer responsabilidade em relação aos Ativos pertencentes ao **FUNDO** que não tenham sido entregues ou informados para registro da custódia no **PETRA**.

2.9. O **PETRA** não assume a obrigação de indenizar ao **ADMINISTRADOR** e terceiros contratados, na ocorrência de fatos caracterizados como de força maior ou caso fortuito que provoquem o perecimento ou a deterioração dos Ativos custodiados ou que impeçam a normal execução dos serviços objeto deste Contrato, nos termos do Artigo 393 do Código Civil e de acordo com a Cláusula XI deste Contrato.

2.10. O **PETRA** não responderá por prejuízos causados ao **ADMINISTRADOR**, e/ou a terceiros, decorrentes da execução normal das instruções recebidas e cumpridas em conformidade com este Contrato e seus Anexos.

2.11. O **ADMINISTRADOR** autoriza o **PETRA** a contratar, sob sua responsabilidade, agentes ou auxiliares para cumprimento do disposto neste Contrato, como por exemplo, mas não limitadamente, a CETIP S.A. – Mercados Organizados, SELIC – Sistema Especial de Liquidação e de Custódia, BM&F BOVESPA – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros e quaisquer outras câmaras de liquidação e compensação.

2.11.1. O **ADMINISTRADOR** concorda com o repasse ao **FUNDO** dos custos pela abertura de contas de custódia, nos agentes ou auxiliares citados na cláusula acima, bem como dos custos mensais referentes à movimentação nas referidas contas.

2.11.2. O **PETRA** não está obrigado a manter seguro sobre os Ativos mantidos nas contas de custódia.

2.12. O **PETRA** poderá não cumprir as instruções do **ADMINISTRADOR** que estiverem, comprovadamente, em desacordo com as legislações e as normas vigentes, devendo, no entanto, justificar imediatamente e por escrito ao **ADMINISTRADOR**, o motivo da recusa.

2.13. As informações relativas às posições dos Ativos do **FUNDO** somente serão acessadas por integrantes da área responsável pela prestação dos serviços de Custódia Qualificada e Controladoria, ou por integrantes de áreas cujos processos envolvam acesso a estas informações e não causem conflito de interesses.

2.14. O **PETRA** somente aceitará ordens emitidas pelo **ADMINISTRADOR**, por seus representantes legais ou mandatários, devidamente autorizados, nos termos das legislações e das normas vigentes e de acordo com condições descritas na Cláusula V, deste Contrato.

2.15. É vedado ao **PETRA** a execução de ordens que não estejam diretamente vinculadas às operações do **FUNDO**, bem como não estejam descritas no Anexo II, salvo se referidas ordens forem emanadas pelas autoridades competentes ou pelo Poder Judiciário.

2.16. O **PETRA**, sem qualquer responsabilidade de sua parte, não realizará os pagamentos determinados pelo **ADMINISTRADOR**, indicados no Anexo II, se não houver saldo disponível suficiente na conta corrente do **FUNDO**, no momento da liquidação financeira dos Ativos.

2.16.1. O **PETRA** não efetuará os pagamentos de despesas previstas neste Contrato, determinados pelo **ADMINISTRADOR**, se não houver saldo disponível suficiente na conta corrente do **FUNDO**.

2.17. O **PETRA** receberá os Documentos Comprobatórios em até 10 (dez) dias úteis depois da cessão dos Direitos Creditórios e analisará trimestralmente a referida documentação que evidencia o lastro dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do **FUNDO**.

2.18. Além das obrigações previstas nas cláusulas acima, o **PETRA** compromete-se a cumprir as demais obrigações dispostas neste Contrato.

CLÁUSULA III DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO ADMINISTRADOR

3.1. O **ADMINISTRADOR** é o único responsável pela administração do **FUNDO**, portanto, único titular dos direitos e obrigações decorrentes de tal condição, motivo pelo qual atesta que suas atividades e o **FUNDO** está devidamente enquadrado e em conformidade com toda a legislação e as normas pertinentes.

3.1.1. O **ADMINISTRADOR** será responsável pelo conteúdo, exatidão, veracidade, legitimidade, boa circulação e pelo valor dos Ativos entregues ao **PETRA** para custódia.

3.2. O **ADMINISTRADOR** colocará à disposição do **PETRA**, segundo definido no Anexo II e dentro dos prazos estipulados, todas as informações e/ou instruções referentes ao **FUNDO** e tudo quanto for necessário para o correto e adequado atendimento das disposições deste Contrato.

3.3. O **ADMINISTRADOR** adotará, às suas expensas e às expensas do **FUNDO**, as medidas judiciais e extrajudiciais necessárias à proteção dos Ativos que sejam objeto de litígio ou de reivindicação por terceiros, bem como os custos e as despesas advindas de ordem judicial, honorários advocatícios e demais despesas da mesma natureza.

3.4. O **ADMINISTRADOR** informará às autoridades competentes acerca da responsabilidade do **PETRA** relativamente à prestação dos serviços de Custódia Qualificada e Controladoria, quando aplicável.

3.5. O **ADMINISTRADOR** deverá entregar ao **PETRA**, conforme previsto no Anexo II, o Regulamento e eventuais alterações em tempo para que o **PETRA** possa dar continuidade aos serviços ora contratados, de forma segura e atualizada.

3.5.1. A não entrega do Regulamento atualizado, em tempo hábil, desobrigará o **PETRA** a atender o estabelecido naquele instrumento, bem como de eventuais responsabilidades, na parte que depender das informações e ou dos documentos cuja entrega deveria ter sido realizada ao **PETRA**.

3.6. O **ADMINISTRADOR**, na qualidade de representante legal do **FUNDO**, compromete-se a atuar em conformidade com o disposto no Regulamento, nas legislações e nas normas vigentes relativas ao **FUNDO**.

3.7. Além das obrigações previstas nas cláusulas acima, o **ADMINISTRADOR** compromete-se a cumprir as demais obrigações pertinentes dispostas neste Contrato.

CLÁUSULA IV **DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES MÚTUAS**

4.1. As Partes e o Interveniente Anuente responderão perante as autoridades competentes, na esfera de suas respectivas responsabilidades, pelos prejuízos decorrentes de atos e omissões próprios a que derem causa, sempre que agirem de forma contrária às legislações e normas aplicáveis.

4.2. O **PETRA** e o **ADMINISTRADOR** são solidariamente responsáveis, no tocante ao serviço de controladoria, por eventuais prejuízos causados aos cotistas em virtude das condutas contrárias à legislação, às normas aplicáveis e ao Regulamento.

4.2.1. Independentemente da responsabilidade solidária a que se refere a cláusula 4.2. acima, o **ADMINISTRADOR**, responderá por prejuízos decorrentes de atos e omissões próprios a que der causa, sempre que agir de forma contrária à legislação, às normas aplicáveis e ao Regulamento.

4.3. Independentemente do estabelecido na cláusula 4.2. o **ADMINISTRADOR** e o **PETRA** respondem perante à CVM, na esfera de suas respectivas competências, por seus próprios atos e omissões contrários à legislação, às normas aplicáveis e ao Regulamento.

CLÁUSULA V **DO FLUXO DE INFORMAÇÕES ENTRE AS PARTES**

5.1. O **PETRA** somente acatará as instruções transmitidas pelas pessoas devidamente autorizadas pelo **ADMINISTRADOR**, indicadas no formulário denominado "Lista de Pessoas Autorizadas e Pessoas de Contato" ("Pessoas Autorizadas"), cujo modelo foi disponibilizado junto com este Contrato. As instruções serão enviadas por meio do sistema de boletagem eletrônica, disponível na internet no endereço www.petra.com.br ("site").

5.1.1. O **ADMINISTRADOR** é responsável pelo sigilo e pelo uso exclusivo da sua senha de acesso ao *site*, bem como por todas as instruções transmitidas na forma prevista neste Contrato, que serão recebidas como tendo sido enviadas única e exclusivamente por Pessoas Autorizadas.

5.1.2. O **PETRA** não se responsabiliza pelo uso indevido das informações, pela utilização, manutenção e compartilhamento das senhas de acesso ao *site*, para quaisquer que sejam os fins, sendo de exclusiva responsabilidade do **ADMINISTRADOR** o uso indevido das informações pelas Pessoas Autorizadas ou por terceiros, ficando o **PETRA**, desde já, isento de qualquer responsabilidade quanto aos prejuízos causados ao **ADMINISTRADOR** ou a qualquer terceiro, em virtude de tal uso.

5.1.3. Somente na indisponibilidade do sistema de boletagem eletrônica, poderá ser utilizado e-mail ou fac-símile para enviar instruções, devendo, necessariamente, ser remetidos e assinados pelas Pessoas Autorizadas identificadas pelo perfil *master*, devendo o seu recebimento ser confirmado pelo remetente junto ao **PETRA**, por telefone, na mesma data.

5.1.4. Os poderes de quaisquer Pessoas Autorizadas para transmitir instruções permanecerão em vigor até que o **ADMINISTRADOR** promova, comprovadamente, a substituição do formulário contendo as Pessoas Autorizadas.

5.2. Todas as solicitações de informações que não estejam disponibilizadas no *site* e/ou não sejam disponibilizadas de forma automática, nos termos deste Contrato, somente serão atendidas pelo **PETRA**, desde que tais solicitações de informações sejam efetuadas pelas Pessoas Autorizadas, por escrito, seja por correspondência ou por meio eletrônico (e-mail ou fac-símile), desde que os meios utilizados possam identificar a Pessoa Autorizada do **ADMINISTRADOR**.

5.3. As comunicações que ocorrerem por meio eletrônico (e-mail ou fac-símile), somente serão consideradas entregues no primeiro dia útil subsequente à data de envio, devendo o

ADMINISTRADOR, confirmar o recebimento da solicitação pelo **PETRA**, por telefone, sob pena de não surtirem efeito.

5.4. O **ADMINISTRADOR** obriga-se a comunicar ao **PETRA**, de imediato, as alterações, inclusões e exclusões de qualquer Pessoa Autorizada ou dados informados, promovendo a substituição da Lista de Pessoas Autorizadas e Pessoas de Contato, mediante comunicação encaminhada ao **PETRA**, por escrito e assinada por seus representantes legais, devendo confirmar por telefone o recebimento da referida lista pelo **PETRA**, sob pena de ser considerado infração contratual o seu não cumprimento.

5.5. As instruções e/ou solicitações de informações transmitidas pelas Pessoas Autorizadas, presumem-se verdadeiras pelo **PETRA**, até que a Lista de Pessoas Autorizadas e Pessoas de Contato seja comprovadamente substituída pelo **ADMINISTRADOR**.

5.6. Em caso de ambiguidade das instruções e/ou solicitações de informações transmitidas por quaisquer das Pessoas Autorizadas, deverá o **PETRA**:

(i) informar, por escrito, seja por correspondência e/ou por meio eletrônico, imediatamente ao emissor da instrução/solicitação a respeito dessa ambiguidade; e

(ii) recusar-se a cumprir essas instruções/solicitações até que a ambiguidade seja sanada.


5.7. Fica convencionado entre as Partes que as instruções e as solicitações de informação previstas neste Contrato, como necessárias à consecução da prestação dos serviços aqui avençados, para serem consideradas válidas, devem ser feitas tempestivamente, de forma clara, completa e segura, pelos meios previstos neste Contrato, sempre confirmada a recepção imediatamente, direcionadas e recebidas por pessoas com poderes para tanto.

5.8. O **PETRA** cumprirá as instruções recebidas nos dias e horários de funcionamento do mercado financeiro brasileiro, ficando esclarecido, ainda, que as instruções não transmitidas dentro dos prazos previstos no Anexo IV, somente serão processadas no dia subsequente, observando-se as regras de mercado.

5.9. Caso as Partes não observem as regras previstas neste Contrato e seus Anexos, a Parte que der causa ao prejuízo, deverá ser comunicada por escrito, imediatamente e mediante protocolo com aviso de recebimento, para que efetue o procedimento acordado, sujeita às sanções previstas neste Contrato.

5.10. Todas as instruções e solicitações de informação endereçadas ao **PETRA**, entregues pessoalmente, enviadas pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos ou similar, serão consideradas válidas somente mediante protocolo.

CLÁUSULA VI DA CONFIDENCIALIDADE



6.1. As Partes, por si, seus empregados e prepostos, sob as penas da lei, manterão o mais completo e absoluto sigilo sobre quaisquer dados, materiais, pormenores, documentos, especificações técnicas e comerciais de produtos e de informações das demais Partes, ou de terceiros, de que venham a ter conhecimento ou acesso, ou que lhes venham a ser confiados, sejam relacionados ou não com a prestação de serviços objeto deste Contrato. A inobservância do disposto nesta cláusula acarretará sanções legais respondendo a Parte infratora e quem mais tiver dado causa à violação, no âmbito civil e criminal, salvo quando a divulgação for imposta por lei, por ordem judicial ou por autoridade fiscalizadora ou se fizer necessária para a elaboração de algum relatório ou processo diretamente relacionado ao escopo dos serviços prestados.

6.1.1. Excluem-se deste Contrato as informações: (i) de domínio público; (ii) as que já eram do conhecimento da Parte receptora; e (iii) as informações cuja revelação seja autorizada, por escrito, prévia e expressamente, pela Parte de que hajam provindo.

6.2. Se uma das Partes, por determinação legal ou em decorrência de ordem judicial ou de autoridade fiscalizadora, tiver que revelar algo sigiloso, conforme acima especificado, imediatamente dará notícia desse fato à outra Parte e lhe prestará as informações e subsídios que possam ser necessários para que, a seu critério, possa defender-se contra a divulgação de quaisquer das informações sigilosas.

6.3. É vedada a utilização das informações confidenciais para qualquer outro fim que não: (i) a normal execução deste Contrato; e (ii) a manutenção de registros e arquivos exigidos pela legislação.

6.4. Além de constituir infração contratual, a violação do dever de confidencialidade, inclusive aquela cometida por seus funcionários, dirigentes e representantes a qualquer título, obriga a parte infratora ao pagamento de indenização pelos prejuízos causados à parte proprietária da informação.

CLÁUSULA VII DO MANDATO

7.1. O **ADMINISTRADOR** outorga uma procuração ao **PETRA** a quem confere poderes especiais e específicos para representá-lo na prática dos atos necessários ao desempenho dos serviços ora contratados, cujo instrumento consta como Anexo I – Procuração (“Anexo I”), que rubricado pelo **PETRA** e assinado pelo **ADMINISTRADOR**, passará a fazer parte integrante deste Contrato e a surtir seus efeitos legais.

CLÁUSULA VIII DA REMUNERAÇÃO

8.1. Pelo serviço de Custódia Qualificada, o **FUNDO**, representado pelo **ADMINISTRADOR**, pagará diretamente ao **PETRA**, mensalmente, a taxa de 0,15% ao ano que será calculada sobre o patrimônio líquido diário do **FUNDO**, na forma da regulamentação em vigor, observado o mínimo mensal de R\$ 3.250,00 (três mil duzentos e cinquenta reais).

8.2. Pelo serviço de Controladoria, ao **ADMINISTRADOR**, em nome do **FUNDO**, pagará ao **PETRA**, mensalmente, a taxa de 0,12% ao ano, que será calculada sobre o patrimônio líquido diário do **FUNDO**, observado o mínimo mensal de R\$ 2.600,00 (dois mil e seiscentos reais).

8.3. A remuneração descrita nas cláusulas acima, será calculada diariamente, em dias úteis, sobre o valor patrimonial líquido de D-1 do **FUNDO**, à base de 1/252 (um, duzentos e cinquenta e dois avos).

8.4. As importâncias mencionadas nas cláusulas 8.1. e 8.2. acima, serão pagas mensalmente até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços, mediante débito na conta corrente de titularidade do **FUNDO**, de n.º [•], na agência [•], do Banco PETRA.

CLÁUSULA IX DAS PENALIDADES

9.1. O inadimplemento, por qualquer das Partes, de quaisquer das obrigações de pagamento previstas neste Contrato, caracterizará, de pleno direito, e independentemente de qualquer aviso ou notificação, a mora da Parte inadimplente, sujeitando-a ao pagamento dos seguintes encargos: (a) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis* desde a data em que o pagamento tornou-se exigível até o seu integral recebimento pela Parte credora; (b) multa convencional, não compensatória, de 2% (dois por cento), calculada sobre o respectivo valor devido; e (c) correção monetária calculada pela variação do IGP-M, por dia de atraso no cumprimento de tais obrigações, ou por outro índice que vier a substituí-lo.

9.2. O descumprimento de qualquer obrigação prevista neste Contrato que não se enquadre na cláusula 9.1 acima e desde que seja devidamente comprovado, obrigará a parte infratora a responder por eventuais perdas e/ou danos resultantes de dolo, fraude e/ou culpa, responsabilizando-se ademais pelas multas, atualizações monetárias e juros daí decorrentes, apurados na forma prevista na legislação vigente.

CLÁUSULA X DA VIGÊNCIA E RESCISÃO

10.1. O presente Contrato entrará em vigor a partir da data de sua assinatura, e vigorará por tempo indeterminado, podendo, entretanto, ser resilido a qualquer momento, por quaisquer das Partes, sem direito a compensações ou indenizações, mediante denúncia escrita com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, contados do recebimento do comunicado pela outra Parte.

10.1.1. Resilido o presente Contrato, por denúncia de qualquer das Partes, nos termos da cláusula 10.1. acima, caberá ao **PETRA** prestar os Serviços objeto deste Contrato, pelo prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do término do período determinado na referida denúncia, desde que o **ADMINISTRADOR** manifeste, nesse sentido, formalmente seu interesse.

10.1.2. Na rescisão, o **PETRA** prestará contas de todos os serviços que tenham sido executados, recebendo, em seguida, a remuneração a que fizer jus, calculada *pro rata temporis*.

10.2. Quaisquer das Partes poderá, ainda, dar este Contrato por resilido, mediante simples aviso por escrito à outra, quando constatada a ocorrência de caso fortuito ou força maior que impeça uma das Partes de cumprir suas obrigações, sendo certo que neste caso nenhuma quantia será devida por uma Parte à outra, a título de perdas, danos, multas ou penalidades.

10.3. Além das disposições previstas em lei, este Contrato será rescindido de imediato e sem qualquer aviso, nas seguintes hipóteses:

- a) se quaisquer das Partes falir, requerer recuperação judicial ou iniciar procedimentos de recuperação extrajudicial, ou ainda tiver sua falência, intervenção ou liquidação requerida;
- b) se uma das Partes tiver cassada sua autorização para execução dos serviços ora contratados;
- c) se uma das Partes suspender suas atividades por qualquer período de tempo;
- d) se for constatada a ocorrência de práticas irregulares por qualquer uma das Partes;
- e) superveniência de qualquer legislação, normativo ou ordem por escrito das autoridades competentes que impeça a contratação, consecução ou subsistência do serviço objeto deste Contrato; e
- f) caso o **FUNDO** seja liquidado.

10.4. A infração de quaisquer das cláusulas ou condições aqui estipuladas ensejará a rescisão deste Contrato, caso a Parte infratora não venha sanar a falta em até 10 (dez) dias úteis contados do recebimento da notificação por escrito da outra Parte.

10.4.1. Decorrido o prazo acima descrito e, não tendo sido sanada a falta, este Contrato será considerado rescindido de pleno direito, respondendo, ainda, a Parte infratora pelas perdas e danos decorrentes do ato da rescisão, que serão apuradas na forma prevista na legislação vigente, quanto à culpa, ao dolo, à imprudência ou à imperícia praticada.

10.5. Durante o prazo de aviso prévio da denúncia contratual, as Partes continuarão a cumprir suas respectivas obrigações, facultado ao **ADMINISTRADOR**, se for a Parte denunciante, dispensar o **PETRA** do cumprimento de qualquer obrigação.

10.5.1. Fica facultado ao **PETRA** completar, se o **ADMINISTRADOR** assim desejar, mediante autorização escrita deste, os negócios já iniciados cuja liquidação deva

ocorrer após o fim do prazo de denúncia mencionado na Cláusula 10.5. acima, recebendo normalmente os valores relativos à prestação dos serviços contratados.

10.6. Na hipótese de substituição do **PETRA** por outro custodiante, a transferência dos valores mobiliários deve obedecer ao disposto na Instrução CVM n.º 542/13.

CLÁUSULA XI **DO CASO FORTUITO E FORÇA MAIOR**

11.1. Os casos fortuitos e de força maior serão excludentes de responsabilidade, na forma do Parágrafo Único do Art. 393 do Código Civil Brasileiro.

11.2. A Parte que for afetada por caso fortuito ou força maior deverá notificar a outra, de imediato, da extensão do fato e do prazo estimado durante o qual estará inabilitada a cumprir ou pelo qual será obrigada a atrasar o cumprimento de suas obrigações decorrentes deste Contrato.

11.3. Cessados os efeitos de caso fortuito ou da força maior, a Parte afetada deverá, de imediato, notificar a outra para conhecimento desse fato, restabelecendo a situação original.

11.4. Se a ocorrência do caso fortuito ou da força maior prejudicar apenas parcialmente a execução das obrigações oriundas deste Contrato por uma das Partes, aquela afetada deverá cumprir as obrigações que não tiverem sido afetadas pela ocorrência do caso fortuito ou da força maior.

CLÁUSULA XII **DECLARAÇÕES PARA FINS DE FATCA**

12.1. DEFINIÇÕES:

- “FATCA”: *Foreign Account Tax Compliance Act*, legislação dos E.U.A. objeto do Capítulo 4 do *Internal Revenue Code* e convenções internacionais ocasionalmente firmadas pelo Brasil relativas ao reporte automático de informações sobre contas financeiras, bem como legislação correlata;

- “GIIN”: Número de Identificação de Intermediário Global, *Global Intermediary Identification Number*, fornecido pelas autoridades fiscais dos E.U.A. mediante registro no portal FATCA;

Pessoa dos EUA: pessoa física ou jurídica residente para fins fiscais nos E.U.A., cidadã ou nacional dos E.U.A. bem como entidade com controladores ou titulares substanciais que são pessoa física residente para fins fiscais nos E.U.A., cidadã ou nacional dos E.U.A.

12.2. Os serviços contratados não incluem a diligência ou o reporte de cotistas ou contrapartes do **FUNDO** para fins de atendimento da legislação brasileira ou estrangeira. Não cabem ao **PETRA** as obrigações relativas ao FATCA. O **ADMINISTRADOR** exime o **PETRA**, para

todos os fins legais, no Brasil ou exterior, das responsabilidades que, por este contrato, não recaem sobre o **PETRA**.

12.3. O **ADMINISTRADOR** deverá reportar às autoridades fiscais brasileiras bem como autoridades dos E.U.A. os dados que possuir relativo ao **FUNDO** e respectivos cotistas exigidos pelo FATCA, nos termos da referida regulamentação e dentro dos limites de eventuais acordos ou tratados internacionais a respeito do assunto, celebrados pelo Brasil.

12.3.1. O **ADMINISTRADOR** empregará toda diligência necessária para identificar o **FUNDO** e os respectivos cotistas que sejam Pessoa dos EUA ou venha a se tornar Pessoa dos EUA durante a vigência desse Contrato, para atendimento da legislação aplicável bem como para identificação da qualificação FATCA dos cotistas do **FUNDO**.

12.4. O **PETRA** poderá reportar às autoridades fiscais brasileiras bem como autoridades dos E.U.A. os dados relativos ao **FUNDO** e respectivos cotistas exigidos pelo FATCA, caso, o **FUNDO** ou o **ADMINISTRADOR** deixe de participar ou ser aderente ao FATCA ou deixe de possuir o GIIN em *status* válido. Nesse caso, o **PETRA** deverá enviar ao **ADMINISTRADOR** cópia integral das informações e dados reportados.

12.5. O **PETRA** poderá rescindir o Contrato, mediante aviso prévio de 30 (trinta) dias, caso o **FUNDO** ou o **ADMINISTRADOR** deixe de ser aderente ao FATCA, dentre outros, caso deixe de participar do FATCA ou deixe de possuir o GIIN em *status* válido.

CLÁUSULA XIII DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. É vedado às Partes utilizarem-se dos termos deste Contrato, bem como das marcas, nomes e patentes uma da outra, para qualquer finalidade, seja em divulgação ou publicidade, sem a prévia e expressa autorização, por escrito, da outra Parte, exceto para atendimento às exigências legais, podendo a parte prejudicada, a seu exclusivo critério, considerar o presente Contrato automaticamente rescindido, além de responder a Parte infratora, por perdas e danos a serem apurados, na forma prevista na legislação vigente.

13.2. As Partes, mediante assinatura do presente Contrato, comprometem-se a observar e a cumprir suas obrigações em conformidade com as disposições constantes do Código de Regulação e Melhores Práticas dos Serviços Qualificados ao Mercado de Capitais - ANBIMA.

13.3. As Partes comprometem-se ainda a observar as disposições e as obrigações deste Contrato, de seus Anexos, dos procedimentos, das regras e das boas práticas de mercado e técnicas bancárias, bem como das legislações e normas aplicáveis aos serviços objeto deste Contrato.

13.4. Não existe exclusividade entre as Partes na prestação dos serviços objeto do presente Contrato, podendo essas atuarem nas suas funções, bem como atuarem como contrapartes de outras empresas especializadas a prestar os serviços objeto da presente contratação.

13.5. As Partes reconhecem, neste ato, que os serviços ora contratados estão sujeitos às leis, normas, costumes, procedimentos e práticas que poderão vir a ser alterados.

13.5.1. Na hipótese de ocorrer uma alteração na legislação que no todo ou, em parte, limite a prestação dos serviços ora contratados, as Partes deverão, por meio de aditivo ao presente Contrato, convencionar novas instruções quanto aos procedimentos a serem tomados para o cumprimento das obrigações contraídas, objetivando a continuidade da prestação dos serviços.

13.5.2. Eventuais inclusões de outras cláusulas, exclusões ou alterações das já existentes, serão consignadas em aditivo devidamente assinado pelas Partes, que passará a fazer parte integrante deste Contrato.

13.6. Nenhuma das Partes poderá ceder ou transferir, total ou parcialmente, a terceiros, os direitos e obrigações decorrentes deste Contrato sem o prévio e expresso consentimento por escrito da outra Parte.

13.7. As Partes não manterão qualquer vínculo empregatício com empregados e/ou prepostos umas das outras, nem tampouco se estabelecerá entre elas qualquer forma de associação, competindo, portanto, a cada uma delas, particularmente e com exclusividade, o cumprimento de suas respectivas obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias e infortunistas.

13.7.1. As Partes assumem expressamente a obrigação de reembolsar à outra Parte, todas e quaisquer despesas referentes a ações trabalhistas que eventualmente venham a ser movidas direta ou indiretamente por empregado de uma contra a outra, inclusive custas judiciais e honorários advocatícios.

13.8. As Partes obrigam-se a manter a prestação dos serviços ora avençados, mesmo no caso da ocorrência de fatos imprevistos, tais como, greves e falhas de sistemas de informática e telecomunicações.

13.9. O **PETRA** poderá ter relacionamento comercial com empresas emitentes ou titulares de valores mobiliários, bem como relacionamento comercial com pessoa física ou pessoa jurídica com os quais o **ADMINISTRADOR** tenha intenção de negociar.

13.10. As Partes poderão realizar, por conta própria ou por conta de terceiros, operações no mercado de valores mobiliários, inclusive operações idênticas às previstas neste Contrato.

13.11. O **PETRA** não está obrigado a dar tratamento preferencial, exclusivo ou privilegiado ao **ADMINISTRADOR**, quando desejar realizar os negócios referidos nas cláusulas 13.9 e 13.10 acima.

13.12. Os tributos que forem devidos em decorrência direta ou indireta do presente Contrato, ou de sua execução, constituem ônus de responsabilidade do contribuinte, conforme definido na legislação tributária.

13.13. A omissão ou tolerância das Partes em exigir o estrito cumprimento dos termos e condições deste Contrato não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os seus direitos que poderão ser exercidos a qualquer tempo.

13.14. Ficam expressamente revogadas quaisquer disposições, cláusulas e condições anteriormente estabelecidas entre as Partes, em tudo que contrarie o ajustado no presente Contrato.

13.15. Os Anexos I a V devidamente rubricados pelas Partes, integram este Contrato para todos os fins e efeitos de direito, como se nele estivessem transcritos.

13.16. Os procedimentos e responsabilidades operacionais estão descritos no Anexo II. Em caso de dúvida ou conflito entre o Contrato e seus Anexos prevalecerão as disposições do Contrato, dado o caráter complementar do Anexo.

13.17. As Partes comprometem-se a tomar as medidas necessárias e cabíveis conforme previsto na Circular n.º 3.461/09 do BACEN, na Instrução CVM n.º 301/99 e posteriores alterações com a finalidade de prevenir e combater as atividades relacionadas com os crimes de "lavagem de dinheiro" ou ocultação de bens, direitos e valores identificados pela Lei n.º 9.613/98.

13.18. As Partes reconhecem e concordam que as comunicações telefônicas, transmitidas nos termos deste Contrato e em seus Anexos, poderão ser gravadas por quaisquer das Partes, podendo, inclusive, ser utilizadas como meio de prova para todo e qualquer fim de direito.

13.19. O **PETRA** em hipótese alguma será responsabilizado por quaisquer atos e/ou atividades descritas no presente Contrato que tenham sido praticados por terceiros, anteriormente contratados pelo **ADMINISTRADOR**.

13.20. As Partes declaram e garantem mutuamente, inclusive perante seus fornecedores de bens e serviços, que:

a) exercem suas atividades em conformidade com a legislação vigente a elas aplicável, e que detêm as aprovações necessárias à celebração deste Contrato, e ao cumprimento das obrigações nele previstas;

b) não utilizam trabalho ilegal, e comprometem-se a não utilizar práticas de trabalho análogo ao escravo, ou de mão de obra infantil, salvo este último na condição de aprendiz, observadas as disposições da Consolidação das Leis do Trabalho, seja direta ou indiretamente, por meio de seus respectivos fornecedores de produtos e de serviços;

c) não empregam menor até 18 anos, inclusive menor aprendiz, em locais prejudiciais à sua formação, ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social, bem como em locais e serviços perigosos ou insalubres, em horários que não permitam a frequência à escola e, ainda, em horário noturno, considerando este o período compreendido entre as 22h e 5h;

d) não utilizam práticas de discriminação negativa, e limitativas ao acesso na relação de emprego ou a sua manutenção, tais como, mas não se limitando a, motivos de sexo, origem, raça, cor, condição física, religião, estado civil, idade, situação familiar ou estado gravídico;

e) comprometem-se a proteger e preservar o meio ambiente, bem como a prevenir e erradicar práticas danosas ao meio ambiente, executando seus serviços em observância à legislação vigente no que tange a Política Nacional do Meio Ambiente e dos Crimes Ambientais, bem como dos atos legais, normativos e administrativos relativos à área ambiental e correlata, emanados das esferas Federal, Estaduais e Municipais.

13.21. As Partes declaram expressamente que leram atentamente o presente Contrato, que entenderam perfeitamente todas as condições, concordando com seus expressos termos e que o presente Contrato expressa fielmente tudo o que foi ajustado.

13.22. As Partes declaram adotar procedimentos de segregação interna de sistemas, informações e atividades que possam gerar eventuais conflitos de interesses.

13.23. As Partes obrigam-se por si e seus sucessores ao fiel cumprimento deste Contrato.

13.24. As Partes declaram, conjunta e expressamente, que o presente Contrato foi celebrado respeitando-se os princípios de probidade e de boa-fé, por livre, consciente e firme manifestação de vontade das Partes e em perfeita relação de equidade.

13.25. Se, em decorrência de qualquer decisão judicial irrecorrível, qualquer disposição ou termo deste Contrato for declarada nula ou for anulada, tal nulidade ou anulabilidade não prejudicará a vigência das demais Cláusulas deste Contrato não atingidas pela declaração de nulidade ou pela anulação.

13.26. O **ADMINISTRADOR**, na forma aqui representada, declara estar ciente das disposições do Código de Conduta Ética da Organização PETRA, cujo exemplar lhe é disponibilizado no site www.petracorreтора.com.br/ Legislação e Regras / Códigos de Ética e Conduta da PETRA Corretora.

13.27. Cada uma das Partes garante à outra Parte: (i) que está investida de todos os poderes e autoridade para firmar e cumprir as obrigações aqui previstas e consumir as transações aqui contempladas; e, (ii) que a assinatura e o cumprimento deste instrumento não resulta violação de qualquer direito de terceiros, lei ou regulamento aplicável ou, ainda, violação, descumprimento ou inadimplemento de qualquer Contrato, instrumento ou documento do qual seja parte ou pelo qual tenha qualquer ou quaisquer de suas propriedades vinculadas e/ou

afetadas, nem na necessidade de obter qualquer autorização nos termos de qualquer Contrato, instrumento ou documento do qual seja parte, ou pelo qual tenha qualquer ou quaisquer de suas propriedades vinculadas e/ou afetadas.

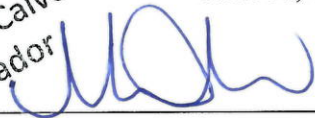
**CLÁUSULA XIV
DO FORO**

14.1. Fica eleito pelas Partes o Foro da Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões decorrentes deste Contrato, com renúncia de quaisquer outros, por mais privilegiados que sejam ou venham a ser.

E, por estarem de acordo, assinam o presente Contrato, em 3 (três) vias, de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Curitiba, 09 de setembro de 2015.

Alexandre Calvo
Procurador



BANCO PETRA S.A.

Leandro Lenzi Neto
RG: 6.212.911-5
CPF: 059.744.729-26

Alexandre Calvo
Procurador



Leandro Lenzi Neto
RG: 6.212.911-5
CPF: 059.744.729-26

**FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS
MULTISSETORIAL MILÊNIO RECEBÍVEIS LP, por seu administrador PETRA -
PERSONAL TRADER CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
S/A**

E, como interveniente, em nome de:

Alexandre Calvo
Procurador



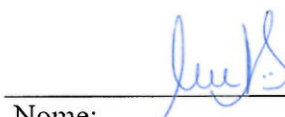
**PETRA - PERSONAL TRADER CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES
MOBILIÁRIOS S/A**

Leandro Lenzi Neto
RG: 6.212.911-5
CPF: 059.744.729-26

TESTEMUNHAS:



Nome: Naiara Cassiana da Silva
CPF/MF: RG: 7569127-0
RG: CPF 025.918.319-98
BANCO PETRA S.A.



Nome: Marlei Marti
CPF/MF: CPF: 024.072.149-78
RG: RG: 6.332.230-0

**ANEXO I
PROCURAÇÃO**

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL MILÊNIO RECEBÍVEIS LP, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 15.578.550/0001-60, por seu administrador **PETRA - PERSONAL TRADER CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A**, sociedade com sede na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua Pasteur, n.º 463, 11º andar, conjunto 1101, Água Verde, doravante denominada “**Outorgante**”, neste ato representada por seus representantes infra assinados na forma de seu estatuto social, nomeia e constitui seu bastante procurador o **BANCO PETRA S.A.**, instituição financeira com sede na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua Pasteur, n.º 463, 11º andar, conjunto 1101, Água Verde, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 11.758.741/0001-52, doravante denominado “**Outorgado**”, para, com base no referido Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviços de Custódia Qualificada e Controladoria de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios, firmado entre as Partes em 09 de setembro de 2015, representá-lo na execução dos atos de Custódia Qualificada e Controladoria junto ao Banco Central do Brasil – BACEN, Comissão de Valores Mobiliários – CVM, bem como perante a quaisquer empresas públicas ou privadas, sociedades de economia mista, bolsas de valores, bolsas de mercadorias e futuros, Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia – CBLC (Central Depositária da BM&F BOVESPA), BM&F BOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, CETIP S.A. – Mercados Organizados, Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC, sociedades corretoras, instituições financeiras em geral e Juntas Comerciais, exercendo todos os direitos que a lei lhe confere, seja no mercado à vista de títulos e valores mobiliários, mercado a termo, mercado de opções, mercado de futuros e assemelhados; transferir títulos e valores mobiliários; receber em seu nome dividendos, juros, prêmios e bonificações, em dinheiro ou em ações, e todas as demais vantagens, a que tenham direito os títulos e valores, integrantes do seu patrimônio; requerer desdobramento, agrupamento e conversão de títulos múltiplos ou cautelas; abrir e movimentar contas correntes, visando exclusivamente a consecução do objeto ora contratado, sendo vedado o substabelecimento. A presente procuração vigorará pelo mesmo prazo do Contrato.

Curitiba, 09 de setembro de 2015.


**PETRA - PERSONAL TRADER CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES
MOBILIÁRIOS S/A**

ANEXO II
DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS E PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS

I – DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS:

1. CUSTÓDIA

1.1. Responsabilidade do PETRA

a) realizar liquidação física e/ou financeira dos Ativos do **FUNDO**, bem como liquidação financeira dos derivativos, contratos de permutas de fluxos financeiros – swap e operações a termo, consistindo nas atividades:

I – pré-liquidação, que envolve:

i - verificação e validação dos Direitos Creditórios em relação aos critérios de elegibilidade especificados no Regulamento, previamente a sua aquisição pelo **FUNDO**;

ii - validação das informações de operações recebidas do **ADMINISTRADOR**, contra informações recebidas da instituição intermediária das operações;

iii - análise e verificação do mandato das pessoas autorizadas;

iv - checagem da posição física em custódia, quando aplicável;

iv - verificação da disponibilidade de recursos na conta corrente do **FUNDO**; e

v – informação ao **ADMINISTRADOR**, e/ou às contrapartes envolvidas, de divergências que impeçam a liquidação das operações.

II – efetivação da liquidação, em tempo hábil, em conformidade com as diferentes câmaras e sistemas de liquidação e instituições intermediárias autorizadas, que envolve:

i - recebimento de valores e entrega de ativos de titularidade do **FUNDO**;

ii - pagamento de valores e recebimento de ativos do **FUNDO**; e

iii - pagamentos e/ou recebimentos de operações de derivativos, contratos de permutas de fluxos financeiros – swap e operações a termo, realizadas pelo **ADMINISTRADOR** do **FUNDO**.

b) emissão de documentos que reflitam:

i - o estoque de ativos financeiros;

ii - a movimentação física e financeira; e

iii- o recolhimento de taxas e impostos.

c) guarda dos ativos, de forma segregada, abrangendo:



i - controle dos ativos em meio físico ou escritural junto aos depositários, agentes escrituradores, câmaras e sistemas de liquidação e instituições intermediárias autorizadas;

ii - conciliação das posições, mantidas em meio físico ou registradas junto aos depositários, agentes escrituradores, câmaras e sistemas de liquidação e instituições intermediárias autorizadas, perante os controles internos do **PETRA**; e

iii - responsabilidade pelas movimentações dos ativos mantidos em meio físico ou registrados junto aos depositários, agentes escrituradores, câmaras e sistemas de liquidação e instituições intermediárias autorizadas, bem como pela informação ao **ADMINISTRADOR**, acerca dessas movimentações, observando que, em não havendo movimentações, o **PETRA** deverá remeter ou disponibilizar ao **ADMINISTRADOR**, demonstrativo de posição, no mínimo mensalmente, ou sempre que solicitado.

d) efetuar administração e informação dos eventos relacionados aos ativos em custódia, por meio de:

i - monitoramento contínuo das informações relativas aos eventos deliberados pelos emissores dos ativos em custódia, assegurando a sua pronta informação ao **ADMINISTRADOR**, até o terceiro dia útil posterior à publicação do respectivo edital de convocação nos termos das informações publicadas nos periódicos da BOVESPA ou outros meios disponíveis;

ii - recebimento e repasse ao **FUNDO**, dos eventos de natureza física ou financeira, relacionados aos ativos em custódia; e

iii - fornecimento, sempre que solicitado pelo **ADMINISTRADOR**, para fins de sua participação em assembleias gerais de companhias emissoras dos ativos detidos pelo **FUNDO**, do demonstrativo respectivo dos ativos sob sua custódia.

e) pagamento e efetivação de débito na conta corrente do **FUNDO**, relativo às taxas dos serviços prestados, tais como, mas não limitadas a, taxa de movimentação e registro dos depositários e câmaras e sistemas de liquidação, de acordo com as condições previstas neste Contrato.

2. CONTROLADORIA

2.1. Responsabilidade do PETRA

2.1.1. Controladoria de Ativos:

a) recebimento, do **ADMINISTRADOR**, de informações relativas às provisões de despesas do **FUNDO**;

b) recebimento, do custodiante, do saldo diário de caixa do **FUNDO**;

c) administração dos lançamentos do caixa relacionados ao pagamento de despesas do **FUNDO**, tais como taxa de auditoria, taxa de fiscalização da CVM, taxa de administração, dentre outros;

d) apreçamento dos ativos financeiros ;

- e) recebimento de quantidade de cotas emitidas e resgatadas da controladoria de passivo e do total de cotas do **FUNDO**;
- f) apuração do patrimônio líquido do **FUNDO**;
- g) apuração do valor das cotas do **FUNDO**;
- h) informar valor das cotas do **FUNDO** à controladoria de passivo;
- i) geração de informações dos ativos para a Contabilidade do **FUNDO**;
- j) receber, da controladoria de passivo, informações referentes aos eventos de cisão e incorporação do **FUNDO**;
- k) emissão de relatórios do **FUNDO**, relativos às posições atualizadas de ativos, caixa e cotas;

2.1.2. Controladoria de Passivo:

- a) disponibilização de sistema que efetue o registro e a manutenção do cadastro do(s) cotista(s);
- b) recebimento do valor da cota do **FUNDO** da controladoria de ativos;
- c) informar ao prestador do serviço de controladoria de ativos as cotas emitidas, resgatadas e o total de cotas em estoque do **FUNDO**;
- d) controle das posições individualizadas e histórico das movimentações do(s) cotista(s) do **FUNDO**;
- e) liquidação dos eventos de amortização de cotas do **FUNDO**;
- f) liquidação dos eventos de emissão e resgate de cotas do **FUNDO**;
- g) processamento dos eventos, tais como, mas não limitados a, cisão incorporação e encerramento do **FUNDO**;
- h) atualização do saldo do(s) cotista(s) do **FUNDO**;
- i) apuração, retenção e recolhimento de tributos do(s) cotista(s) do **FUNDO**;
- j) emissão de avisos, informes e extratos do(s) cotista(s) do **FUNDO**;
- k) averbação de gravames que incidam sobre as cotas, quando aplicável;
- l) conciliação dos créditos provenientes das movimentações financeiras do(s) cotista(s) do **FUNDO** com a conta corrente;
- m) prestação de informações e atendimento de ordens de autoridades judiciais, órgãos reguladores, bolsa de valores e depositários;

- n) enviar, na periodicidade e prazo determinados, os extratos ao cotista do **FUNDO**;
- o) geração de informações para a Contabilidade do **FUNDO**;
- p) recebimento e envio de informações para o distribuidor de cotas do **FUNDO**, referente ao(s) cotista(s), valores aplicados e resgatados, valores e quantidade de cotas, quando aplicável;
- q) apurar, reter e recolher o imposto de renda incidente sobre os rendimentos e ganhos líquidos auferidos pelo cotista do Fundo, quando aplicável.

2.1.3. Contabilidade:

- a) efetuar, diariamente, os lançamentos contábeis referentes às informações provenientes dos controles de ativos e passivo do **FUNDO**, de acordo com a legislação vigente e regras contidas neste Contrato;
- b) elaborar as informações financeiras do **FUNDO** e deixá-las à disposição para publicação;
- c) prestar informações aos órgãos reguladores;
- d) atendimento à auditoria interna e externa;
- e) contabilizar e refletir nas demonstrações contábeis os eventos do **FUNDO**, tais como, mas não limitados a, cisão, incorporação e encerramento;
- f) conciliação das demonstrações contábeis do **FUNDO** com as informações recebidas da controladoria de ativos e passivo;
- g) receber e guardar documentos comprobatórios;
- h) recolhimento de taxas e impostos, quando aplicáveis;

3. CADASTRO

3.1. Responsabilidade do ADMINISTRADOR:

- a) enviar, ao **PETRA**, cópias autenticadas, devidamente registradas, quando da assinatura do Contrato, dos documentos abaixo indicados para o início da prestação dos serviços ora contratados e sempre que ocorrer alterações em tais documentos.

DO ADMINISTRADOR

- Contrato Social ou Estatuto Social, conforme o caso, e eventuais alterações a esses documentos;
- Ata da Eleição da Última Diretoria e Procuração, caso existam.

DO FUNDO

- Última versão do Regulamento e ata de assembleia do **FUNDO**;
 - Prospectos, caso existam;
 - Instrumento Particular de Constituição e/ou Deliberação de Constituição;
 - Composição detalhada do **FUNDO** e respectiva comprovação de custódia;
 - Balanços e documentos de divulgação dos dois últimos exercícios encerrados;
 - Laudo de transferência atestado por empresa de auditoria;
 - Balancetes posteriores ao último encerramento do exercício até a data do início da prestação do serviço de Controladoria pelo **PETRA**;
 - Relatório diário da movimentação de cotista, custo e variação, em cotas e valores, desde a data do último balanço até a data da implantação no **PETRA**;
 - Valor de cota e PL diários nos últimos 2 (dois) anos;
 - Contrato de Cessão e Termos de Cessão.
- b) informar, imediatamente, ao **PETRA**, por escrito, todas as inclusões, exclusões e/ou alterações em dados cadastrais do **FUNDO** ou do **ADMINISTRADOR**.
- c) no caso de transferência de Ativos do **FUNDO**, custodiados em outra instituição custodiante, informar ao **PETRA**, na forma a ser combinada entre as Partes, a composição dos Ativos do **FUNDO** com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis, contados da data de início da prestação do serviço.
- d) fornecer extratos dos depositários, câmaras e sistemas de liquidação e instituições intermediárias autorizadas, de forma a permitir ao **PETRA**, a conciliação das composições apresentadas na alínea “c”, necessárias para implantação do **FUNDO**.

3.2. Responsabilidade do PETRA

- c) efetuar o cadastro nos sistemas internos de acordo com informações recebidas.
- d) manter atualizados e em perfeita ordem os documentos recebidos do **ADMINISTRADOR** pelo prazo deste Contrato e da legislação aplicável.
- e) efetuar o cadastro junto às câmaras e sistemas de liquidação e instituições intermediárias autorizadas.

4. CONTAS CORRENTES E CONTA DE CUSTÓDIA

- f) O **PETRA** abrirá para o **FUNDO** conta corrente de depósito à vista, nas quais serão movimentados os recursos financeiros em moeda nacional, em razão dos atos dos serviços de Custódia Qualificada e Controladoria referidos no Contrato.
- g) O **PETRA** abrirá para o **FUNDO** contas de custódia junto às câmaras e sistemas de liquidação, onde serão registrados todos os Ativos custodiados.
- h) O **ADMINISTRADOR** está ciente de que a abertura e a administração da conta corrente e contas de custódia obedecerá ao disposto nas leis, normas, costumes, práticas e procedimentos adotados no Brasil.
- i) a conta corrente do **FUNDO** será movimentada pelo **PETRA** à ordem do **ADMINISTRADOR**, especificamente para a integralização dos Ativos do **FUNDO**, não podendo ser utilizada para outros fins que não os determinados neste Contrato.
- j) a conta corrente será movimentada pelo **PETRA**, para débitos referentes a despesas e aos serviços contratados previstos neste Contrato.
- k) serão registrados na conta corrente e nas contas de custódia, eventuais ônus ou gravames sobre os ativos custodiados, mediante comunicação expressa do **ADMINISTRADOR**.
- l) o **PETRA**, sem responsabilidade de sua parte, não realizará os pagamentos determinados pelo **ADMINISTRADOR** caso não haja suficiente provisão de recursos na(s) Conta(s) Corrente(s) de Depósito.
- m) os Ativos somente estarão disponíveis para movimentação após a confirmação de seu lançamento nas contas de custódia, ressalvada, entretanto, a hipótese de sua indisponibilidade em virtude de ônus ou gravames devidamente registrados, ou em decorrência de processo de exercício de direitos.

PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS

5. PRECIFICAÇÃO DE ATIVOS

5.1. Responsabilidade do ADMINISTRADOR

- a) analisar e dar anuência aos critérios descritos no Manual de Marcação a Mercado definidos e disponibilizados pelo **PETRA**.

5.2. Responsabilidade do PETRA

- a) realizar o apreamento dos Ativos do **FUNDO**, observando rigorosamente a metodologia estabelecida no Manual de Marcação a Mercado.

- a) manter atualizado, em conformidade com as boas práticas de mercado e legislação vigente, o Manual de Marcação a Mercado e cumprir os procedimentos nele descritos.
- b) dar ciência ao **ADMINISTRADOR**, quando da alteração do Manual de Marcação a Mercado.

6. ENQUADRAMENTO

6.1. Responsabilidade do ADMINISTRADOR

- a) observar e praticar os limites de enquadramento do **FUNDO** em conformidade com a legislação vigente e o Regulamento.
- b) efetuar o enquadramento quando observado e/ou informado pelo **PETRA** no menor prazo possível.

6.2. Responsabilidade do PETRA

- a) verificar diariamente o enquadramento do **FUNDO** de acordo com a legislação vigente e o Regulamento.
- b) enviar ao **ADMINISTRADOR** Relatório de enquadramento/desenquadramento, demonstrando o cumprimento/descumprimento dos limites de composição do **FUNDO** e de seu prazo médio, previstos no Regulamento.

7. PASSIVO

7.1. Responsabilidade do ADMINISTRADOR

- a) efetuar e manter atualizado o cadastro do(s) cotista(s) de acordo com os meios disponibilizados pelo **PETRA**.
- b) efetivar as aplicações e resgates do(s) cotista(s), da forma e nos horários definidos e disponibilizados pelo **PETRA** nos Termos do Anexo IV.
- c) garantir que os valores aplicados pelo(s) cotista(s) sejam transferidos obrigatoriamente para contas correntes de depósito para investimento (“contas investimento”), das quais o(s) cotista(s) sejam titulares ou pelo menos um dos titulares, exceto para o(s) cotista(s) não obrigados a manter conta de investimento.

7.2. Responsabilidade do PETRA

- a) creditar, quando do resgate, exclusivamente a conta de investimento ou conta corrente, previamente cadastrada no sistema, da qual o investidor seja titular ou um dos titulares.

- b) manter históricos das movimentações do(s) cotista(s) conforme legislação aplicável.

8. CONTABILIZAÇÃO E DIVULGAÇÃO

8.1. Responsabilidade do ADMINISTRADOR

- a) informar aos órgãos competentes o início da prestação do serviço de Controladoria pelo **PETRA**.
- b) contratar empresa de auditoria para o **FUNDO**.
- c) preparar mensagem do administrador para publicação das demonstrações, quando aplicável.
- d) convocar assembleias para aprovação das demonstrações financeiras.
- e) informar ao **PETRA** sobre o resultado das Assembleias.

8.2. Responsabilidade do PETRA

- a) contabilizar, diariamente, todos os valores relacionados ao **FUNDO**, de acordo com a legislação vigente e regras descritas neste Contrato.
- b) Preparar as posições financeiras do **FUNDO**, conforme a legislação vigente.

9. GERAIS:

9.1. Responsabilidade do ADMINISTRADOR:

- a) informar ao **PETRA**, no dia do fato gerador, na forma prevista no Anexo II deste Contrato, todas as operações realizadas com os Ativos limitando-se ao horário pré-estabelecido no Anexo IV, deste Contrato.
- b) transmitir ao **PETRA** instruções por meio do site www.petra.com.br, observadas as condições estabelecidas na Cláusula V deste Contrato.
- c) informar ao **PETRA**, por escrito, com antecedência de até 48 (quarenta e oito) horas, sua intenção de exercer direitos relativos ao **FUNDO**.
- d) disponibilizar, tempestivamente, os recursos necessários na conta corrente do **FUNDO**, para o exercício dos direitos relativos aos Ativos do **FUNDO**, quando aplicável, não cabendo ao **PETRA**, qualquer responsabilidade pelo não exercício desses direitos, caso o **ADMINISTRADOR** não providencie os recursos para a respectiva liquidação financeira.



- e) solicitar ao **PETRA**, por escrito, bloqueio e desbloqueio, definindo os Ativos e suas características a serem utilizados para cobertura de Margem de Garantia junto às Bolsas, nos prazos e horários pré-estabelecidos no Anexo IV do Contrato.
- f) garantir a informação no meio, padrão, prazo definido e disponível pelo **PETRA**.
- g) comunicar em tempo hábil as operações estruturadas de renda fixa envolvendo ativos de renda variável
- h) transmitir as instruções de forma clara e precisa, sob pena de o **PETRA** não cumpri-las, quando não será responsabilizado por eventuais prejuízos.
- i) informar por escrito ao **PETRA** o cancelamento ou substituição de instruções que julgar incorretas, tomando ciência que, em caso contrário, as instruções enviadas permanecerão em vigor.
- j) das operações efetuadas com bancos, corretoras e instituições em geral deverão constar o telefone e nome da pessoa para contato. Casos que envolvam cadastro do **FUNDO**, em outra instituição, deverão ser comunicados previamente ao **PETRA**.
- k) quando ocorrerem operações de venda com outras corretoras, deverão ser solicitadas as transferências dos títulos ao **PETRA**, pelo **ADMINISTRADOR**, e pela Corretora em que os mesmos foram negociados, informando os dados necessários para a efetivação das transferências.
- l) nas operações de opção realizadas e/ou registradas junto ao **ADMINISTRADOR** se obriga a instruir as Sociedades Corretoras, responsáveis pela custódia dessas operações, para transmitirem diariamente ao **PETRA**, as negociações das posições de contratos em aberto do **FUNDO**, e as respectivas chamadas de margens, quando aplicáveis.

9.2. Responsabilidade do PETRA

- a) atualizar e comunicar os horários limites para o recebimento de informações do **ADMINISTRADOR**, em conformidade com o mercado financeiro e seus pregões nos termos do Anexo IV.
- b) definir e informar ao **ADMINISTRADOR** os meios disponíveis para o recebimento das operações com Ativos.
- c) garantir ao **ADMINISTRADOR** a prestação de informações relacionadas às operações realizadas.
- d) cancelar ou substituir instruções recebidas do **ADMINISTRADOR** somente quando solicitadas por escrito.
- e) manter sistema de *back up* e plano de contingência de modo a permitir a prestação contínua e ininterrupta dos serviços objeto deste Contrato.

f) o **PETRA** somente se responsabilizará pela conciliação das operações de futuro, termo, swap, opção e empréstimos de títulos, realizadas para o **FUNDO**, registradas junto à BM&F BOVESPA, e mantidas em custódia nas Sociedades Corretoras, executoras das operações, desde que as posições dos contratos em aberto sejam expressamente informadas ao **PETRA** pelas respectivas Sociedades Corretoras.

g) a conciliação acima citada será efetuada com base nas informações prestadas pelas Sociedades Corretoras, não cabendo ao **PETRA** a responsabilidade pela veracidade das mesmas.

10. RELATÓRIOS:

10.1. Responsabilidade do ADMINISTRADOR:

a) o **ADMINISTRADOR** terá prazo de 3 (três) dias úteis, contados do recebimento de cada relatório ou extrato, para indicar eventual irregularidade de escrituração ou de execução das suas instruções dadas ao **PETRA**, por escrito, observado o disposto no Anexo IV do Contrato.

b) findo o prazo acima indicado, sem contestação do **ADMINISTRADOR**, os relatórios, os extratos e os atos do **PETRA** serão considerados aprovados pelo **ADMINISTRADOR**, não sendo passíveis de futuros questionamentos.

10.2. Responsabilidade do PETRA:

a) disponibilizar diariamente ao **ADMINISTRADOR**, por meio do site www.petra.com.br, relatórios dos Ativos do **FUNDO**, de acordo com o disposto na Cláusula V deste Contrato.

b) constatada eventual irregularidade que trata a cláusula 10.1. deste Anexo, o **PETRA** deverá corrigi-la no prazo de até 5 (cinco) dias úteis a contar da constatação, em concordância com o **ADMINISTRADOR**.

11. OPERAÇÕES

11.1.1. Para os Ativos Direitos Creditórios

a) Solicitar à Cedente o envio de arquivo, por meio eletrônico, previamente combinado entre Cedente e **PETRA**, contendo as características dos Direitos Creditórios que a(s) Cedente(s) pretende(m) ceder ao **FUNDO**, podendo ser tais Direitos Creditórios representado(s) por contrato(s) ou outro(s) documento(s) representativo(s) de crédito(s) disposto(s) no Regulamento emitido(s) contra o(s) cliente(s) da Cedente(s), já registrado(s) em Sistema de Cobrança, quando aplicável;



- b) Enviar arquivo contendo os parâmetros para apreçamento na data em que realizar a cessão dos Direitos Creditórios ao **FUNDO**, através de e-mail ou *fac-símile*, por meio das Pessoas Autorizadas e endereçadas às Pessoas de Contato, indicadas no Anexo III deste instrumento, denominado Lista de Pessoas Autorizadas e Pessoas de Contato;
- c) Providenciar que o(s) Termo(s) de Cessão seja(m) emitido(s) e enviado(s) por *fac-símile*, por meio das Pessoas Autorizadas e endereçadas às Pessoas de Contato, indicadas no Anexo III deste instrumento ao **PETRA**, na data de aquisição dos Direitos Creditórios pelo **FUNDO**; e
- d) Providenciar que uma via original devidamente formalizada do(s) Termo(s) de Cessão seja(m) entregue(s) ao **PETRA**, em até 5 (cinco) dias da data de aquisição dos Direitos Creditórios pelo **FUNDO**, sob pena do **PETRA** interromper o processamento de futuras aquisição(ões) de Direitos Creditórios pelo **FUNDO**.

11.2.1. Para os Ativos Direitos Creditórios

- e) Recepcionar o arquivo citado na letra “a” do item 4.1.2., e enviar à Cedente, por meio eletrônico, previamente combinado entre Cedente e o **PETRA**, contendo os Direitos Creditórios selecionados e apreçados;
- f) Providenciar que os Direitos Creditórios selecionados pelo **PETRA** sejam devidamente registrados na carteira do **FUNDO** e em Sistema de Cobrança quando aplicável; e,
- g) Executar a liquidação financeira da(s) aquisição(ões) dos Direitos Creditórios registrados na carteira do **FUNDO**, mediante débito do respectivo valor na Conta Corrente do **FUNDO** e crédito na conta corrente da Cedente.



**ANEXO III
PESSOAS DE CONTATO**

PELO PETRA:

Diretoria Comercial

Nome : Valquiria Matsui
Telefone : (11) 3526-9633
Fax : (11) 3526-9001
E-mail : valquiria.matsui@bancopetra.com.br

Diretoria de Custódia e Controladoria

Nome : Alsimar da Costa Nesi
Telefone : (41) 3074-5825
Fax : (41) 3074-0909
E-mail : alsimar.nesi@bancopetra.com.br

Diretoria de Administração de Recursos de Terceiros

Nome : Gleyson Santos
Telefone : (11) 3526-9018
Fax : (11) 3526-9001
E-mail : gleyson.santos@petracorretora.com.br

Endereço para correspondência:

BANCO PETRA S.A.

Rua Pasteur, n.º 463, 11º andar, conjunto 1101,

Batel – Curitiba– PR

CEP: 80250-080



**ANEXO IV
HORÁRIOS OPERACIONAIS**

ENVIO DE INSTRUÇÕES PARA O PETRA			
Tipo de Operação	Clearing - Mercado	HORÁRIO LIMITE	OBSERVAÇÃO
ATIVO			
RENTA FIXA	SELIC - DEFINITIVA	16h	-
	SELIC - COMPROMISSADAS	16h	-
	CETIP	16h	
COTAS DO FUNDO	CETIP	15h	-
	TED/DOC/CONTA PETRA	15h	-
MERCADO FUTUROS	BM&F BOVESPA	1 Hora após o encerramento do pregão normal	-
SWAPS		16h	
	BTC - DEVOLUÇÃO ANTECIPADA	17h	
	BTC - RENOVAÇÃO	13h	Até a data do vencimento
DEPÓSITO/RETIRADA DE MARGEM DE GARANTIA SELIC/CETIP	TÍTULOS DE RENDA FIXA	16h	Respeitando 1 hora de antecedência do horário aceito pela Clearing para depósito (BM&F BOVESPA/BMA) o que for menor
	OUTROS ATIVOS/ESPÉCIE	11h	
DEPÓSITO DE MARGEM - COBERTURA PARA OPERAÇÕES DE BTC EM D+0	TÍTULOS DE RENDA FIXA	16h	
INSTRUÇÕES DE FECHAMENTO DE CÂMBIO	BACEN	Negocial	-
ENTRADA E SAÍDA DE RECURSOS		15h30	-
CADASTRO DE ATIVOS		D-2	Cotas de Fundos de Investimento

		D+0 (Até 12h)	Demais Ativos (*) Ativos exóticos devem ser previamente discutidos com a Precificação
PASSIVO			
APORTE DE COTISTAS		14h	
RESGATE DE COTISTAS	INGRESSO DE RECURSOS EM CONTA	12h	
CADASTRO DE COTISTAS	SOLICITAÇÃO DE RESGATE	D-2 DA APLICAÇÃO	PARA FUNDOS ADM. PETRACORRETORA
CADASTRO DE COTISTAS	DOCUMENTAÇÃO DE IDENTIFICAÇÃO E CADASTRO ASSINADO PELO COTISTA	ATÉ 12 HORAS	PARA FUNDOS COM ADM. EXTERNA
ENVIO DE INFORMAÇÕES DO PETRA			
ITEM		HORÁRIO	OBSERVAÇÃO
CARTEIRA DIÁRIA		15h	Mediante envio/consistência das informações em D+0 pelas contrapartes das operações que possibilitem a confirmação das operações realizadas
RELATÓRIO DE CAIXA – ABERTURA		10h	-
MARGEM REQUERIDA	BM&F BOVESPA	Até 1 hora após a solicitação pelas Corretoras	
RELATÓRIO DE PERFORMANCE SOBRE RESGATES		Até o 5º dia útil do mês subsequente	
RELATÓRIO DE REBATE DE DISTRIBUIDORES		Até o 5º dia útil do mês subsequente	
RELATÓRIO DE DESPESAS E TAXAS DO FUNDO		Até o 5º dia útil do mês subsequente	
RELATÓRIO DE DIVIDENDOS RECEBIDOS E PROVISIONADOS		Até o 5º dia útil do mês subsequente	



PETRA

BANCO PETRA S.A.

O presente prestador de serviços comprometeu-se a atender aos padrões mínimos exigidos pelo Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Serviços Qualificados ao Mercado de Capitais, não cabendo à ANBIMA qualquer responsabilidade pelos serviços prestados, nem por quaisquer atos ou fatos deles decorrentes ou a eles pertinentes.

PRIMEIRO ADITAMENTO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CUSTÓDIA QUALIFICADA E CONTROLADORIA DE FUNDOS DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS

Pelo presente instrumento particular, de um lado:

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL MILÊNIO RECEBÍVEIS LP, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 15.578.550/0001-60 (“**FUNDO**” ou “**CONTRATANTE**”), devidamente representado por seu administrador **PETRA - PERSONAL TRADER CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A**, sociedade autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários (“**CVM**”) a administrar fundos de investimento e administrar carteiras de valores mobiliários, com sede na Rua Pasteur, nº 463, 11º andar, conjunto 1101, Água Verde, cidade de Curitiba, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 03.317.692/0001-94, neste ato representada na forma de seu estatuto social, e de outro lado;

BANCO PETRA S.A., instituição financeira com sede na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua Pasteur, nº 463, 11º andar, conjunto 1101, Água Verde, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 11.758.741/0001-52, neste ato representado na forma do seu estatuto social (“**PETRA**”).

Doravante denominadas em conjunto “Partes” ou individualmente como “Parte”.

E, ainda, na qualidade de “Interveniente Anuente”;

PETRA - PERSONAL TRADER CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A, acima qualificada (“**ADMINISTRADOR**”);

CONSIDERANDO QUE:

- a) Em 9 de setembro de 2015, as Partes e o Interveniente Anuente celebraram “Contrato de Prestação de Serviços de Custódia Qualificada e Controladoria de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios” (“**Contrato**”), por meio do qual formalizaram o aceite, pelo **FUNDO** de proposta comercial enviada pelo **ADMINISTRADOR** em 17 de Novembro de 2011 (“**Proposta**”);
- b) Por erro formal, o Contrato, em sua Cláusula 8.1, prevê remuneração a ser paga pelo **FUNDO** ao **ADMINISTRADOR** em contrapartida pela prestação do serviço de Custódia Qualificada (“**Remuneração Custódia**”) em valor e percentual distinto do

quanto proposto pela **ADMINISTRADORA** e aceite pelo **FUNDO** nos termos da Proposta;

c) As Partes, desconhecendo o mencionado erro formal, têm agido conforme os termos da Proposta, no que concerne ao cálculo e aos valores da Remuneração Custódia, desde a celebração do Contrato; e

d) As Partes desejam rerratificar o Contrato de modo a alterar a redação de sua Cláusula VIII de modo a corrigir o referido erro formal, mantendo-se todos os demais termos e condições originalmente avençados.

As Partes e o Interveniente Anuente têm, entre si, certo e ajustado, celebrar este Primeiro Aditamento ao Contrato de Prestação de Serviços de Custódia Qualificada e Controladoria de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios, doravante denominado "Aditamento", nos termos seguintes.

Os termos e expressões iniciados por letras maiúsculas e não definidos neste Aditamento terão os significados a eles atribuídos no Contrato, ou, em sua omissão, os significados atribuídos no regulamento do **FUNDO** ("Regulamento").

CLÁUSULA I DO OBJETO

- 1.1. Este Aditamento visa alterar a remuneração paga pelo **FUNDO** ao **ADMINISTRADOR** pela prestação do serviço de Custódia Qualificada, estabelecida na Cláusula VIII do Regulamento, de modo a: (i) reconhecer que a taxa cobrada mensalmente corresponde a 0,35% (trinta e cinco centésimos por cento), calculada sobre o patrimônio líquido diário do **FUNDO**; e (ii) reconhecer que o valor mínimo pago mensalmente corresponde a R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais).

CLÁUSULA II DA RERRATIFICAÇÃO

- 2.1. Nos termos da Cláusula I acima, as Partes neste ato ratificam a Cláusula VIII do Contrato, dando-lhe a seguinte redação:

"CLÁUSULA VIII DA REMUNERAÇÃO

8.1. *Pelo serviço de Custódia Qualificada, o **FUNDO**, representado pelo **ADMINISTRADOR**, pagará diretamente ao **PETRA**, mensalmente, a taxa de 0,35% (trinta e cinco centésimos por cento) ao ano que será calculada sobre o patrimônio líquido diário do **FUNDO**.*

na forma da regulamentação em vigor, observado o mínimo mensal de R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais).

8.2. Pelo serviço de Controladoria, ao **ADMINISTRADOR**, em nome do **FUNDO**, pagará ao **PETRA**, mensalmente, a taxa de 0,12% ao ano, que será calculada sobre o patrimônio líquido diário do **FUNDO**, observado o mínimo mensal de R\$ 2.600,00 (dois mil e seiscentos reais).

8.3. A remuneração descrita nas cláusulas acima, será calculada diariamente, em dias úteis, sobre o valor patrimonial líquido de D-1 do **FUNDO**, à base de 1/252 (um, duzentos e cinquenta e dois avos).

8.4. As importâncias mencionadas nas cláusulas 8.1. e 8.2. acima, serão pagas mensalmente até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços, mediante débito na conta corrente de titularidade do **FUNDO**, de n.º 352-2, na agência 0001, do Banco **PETRA**."

- 2.2. As Partes reiteram todas as declarações prestadas nos termos do Contrato e ratificam todas as disposições do Contrato não expressamente alteradas por este aditamento, consolidando seus termos na forma do Anexo I a este Aditamento.
- 2.3. As Partes reconhecem que os efeitos deste aditamento retroagem à data de assinatura do Contrato.

CLÁUSULA III DISPOSIÇÕES FINAIS

- 3.1. Se, em decorrência de qualquer decisão judicial irrecorrível, qualquer disposição ou termo deste Aditamento for declarada nula ou for anulada, tal nulidade ou anulabilidade não prejudicará a vigência das demais Cláusulas deste Aditamento não atingidas pela declaração de nulidade ou pela anulação.
- 3.2. Cada uma das Partes garante à outra Parte: (i) que está investida de todos os poderes e autoridade para firmar e cumprir as obrigações aqui previstas e consumir as transações aqui contempladas; e, (ii) que a assinatura e o cumprimento deste instrumento não resulta violação de qualquer direito de terceiros, lei ou regulamento aplicável ou, ainda, violação, descumprimento ou inadimplemento de qualquer contrato, compromisso, instrumento ou documento do qual seja parte, ou pelo qual tenha quaisquer de suas propriedades vinculadas e/ou afetadas, nem na necessidade de obter qualquer autorização nos termos de qualquer contrato, compromisso, instrumento ou documento do qual seja parte, ou pelo qual tenha qualquer ou quaisquer de suas propriedades vinculadas e/ou afetadas.

**CLÁUSULA XIV
DO FORO**

14.1. Fica eleito pelas Partes o Foro da Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões decorrentes deste Aditamento, com renúncia de quaisquer outros, por mais privilegiados que sejam ou venham a ser.

E, por estarem de acordo, assinam o presente Aditamento, em 3 (três) vias, de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Curitiba, 02 de fevereiro de 2015.



BANCO PETRA S.A.



**FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS
MULTISSETORIAL MILÊNIO RECEBÍVEIS LP, por seu administrador PETRA -
PERSONAL TRADER CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
S/A**

E, como interveniente anuente:




**PETRA - PERSONAL TRADER CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES
MOBILIÁRIOS S/A**

TESTEMUNHAS:

Nome:

CPF/MF:


RG:


Maysa Fernandes Bueno
CPF: 067.368.149-10
RG: 10.352.445-8

Nome:

CPF/MF:

RG:


Lauressa Rodrigues de Freitas
CPF: 010.360.729-32
RG: 8.669.097-7

ANEXO I

**ao Primeiro Aditamento ao Contrato de Prestação de Serviços de Custódia Qualificada e
Controladoria de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios**

Consolidação do Contrato

[restante da página deixado intencionalmente em branco]



INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CUSTÓDIA QUALIFICADA E CONTROLADORIA DE FUNDOS DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS

Pelo presente instrumento particular, de um lado:

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL MILÊNIO RECEBÍVEIS LP, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 15.578.550/0001-60 (“**FUNDO**” ou “**CONTRATANTE**”), devidamente representado por seu administrador **PETRA - PERSONAL TRADER CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A**, sociedade autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários (“**CVM**”) a administrar fundos de investimento e administrar carteiras de valores mobiliários, com sede na Rua Pasteur, nº 463, 11º andar, conjunto 1101, Água Verde, cidade de Curitiba, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 03.317.692/0001-94, neste ato representada na forma de seu estatuto social, e de outro lado;

BANCO PETRA S.A., instituição financeira com sede na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua Pasteur, nº 463, 11º andar, conjunto 1101, Água Verde, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 11.758.741/0001-52, neste ato representado na forma do seu estatuto social (“**PETRA**”).

Doravante denominadas em conjunto “**Partes**” ou individualmente como “**Parte**”.

E, ainda, na qualidade de “**Interveniente Anuente**”:

PETRA - PERSONAL TRADER CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A, acima qualificada (“**ADMINISTRADOR**”);

CONSIDERANDO QUE:

- a) o **ADMINISTRADOR** é uma sociedade regularmente constituída e em funcionamento no País, devidamente autorizada e habilitada pela CVM para administrar carteira de títulos e valores mobiliários;
- b) de acordo com a legislação vigente aplicável, o **ADMINISTRADOR** pode contratar, em nome do **FUNDO**, terceiros para prestar os serviços de Custódia Qualificada e Controladoria de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios;
- c) o **PETRA**, por sua vez, é uma instituição financeira constituída e em funcionamento no País, devidamente autorizada para executar a prestação do serviço de Custódia Qualificada de ativos, de forma profissional, bem como habilitada para executar a prestação do serviço de Controladoria de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios;



- d) o **PETRA** está devidamente adequado às regras e aos princípios do Código de Regulação e Melhores Práticas dos Serviços Qualificados ao Mercado de Capitais - ANBIMA, assim como às disposições estabelecidas neste Contrato;
- e) o **FUNDO** comprará, preponderantemente, Direitos Creditórios conforme definidos no regulamento do **FUNDO** ("Regulamento") e no Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios ("Contrato de Cessão"), que comporá a carteira do **FUNDO**, originado de acordo com a sua política de investimento;
- f) o **FUNDO**, representado por seu **ADMINISTRADOR**, celebrou o Contrato de Cessão, o qual regula a aquisição de Direitos Creditórios pelo **FUNDO**; e
- g) as Partes estabelecem que o **PETRA** prestará os serviços de Custódia Qualificada e Controladoria para o **FUNDO**.

As Partes e o Interveniente Anuente, acima qualificados, têm, entre si, certo e ajustado, celebrar o presente Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviços de Custódia Qualificada e Controladoria de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios, doravante denominado "Contrato", que se regerá pela legislação aplicável à espécie e, em especial, pelas seguintes cláusulas e as condições para todos os fins e efeitos de direito.

Os termos e expressões iniciados por letras maiúsculas e não definidos no presente Contrato terão os respectivos significados a eles atribuídos no Regulamento.

CLÁUSULA I DO OBJETO

1.1. O presente Contrato visa estabelecer as condições pelas quais o **PETRA** prestará ao **FUNDO** os serviços de Custódia Qualificada e Controladoria.

1.1.1. Os serviços de Custódia Qualificada consistirão nas seguintes atividades:

- (a) validar os Direitos Creditórios em relação aos Critérios de Elegibilidade estabelecidos no Regulamento;
- (b) receber e analisar os Documentos Comprobatórios que evidenciam o lastro dos Direitos Creditórios cedidos ao **FUNDO**;
- (c) verificar os Documentos Comprobatórios relacionados aos Direitos Creditórios Inadimplidos durante a vigência do **FUNDO**, aos menos trimestralmente, observado o disposto na cláusula 2.17. abaixo;
- (d) realizar a liquidação física e financeira dos Direitos Creditórios cedidos ao **FUNDO**, evidenciados pelo Termo de Cessão e pelos Documentos Comprobatórios, observado o disposto no Regulamento;

(e) fazer a custódia e guarda da documentação relativa aos Ativos integrantes da carteira do **FUNDO**;

(f) diligenciar para que seja mantida, às suas expensas, atualizada e em perfeita ordem, os Documentos Comprobatórios e demais documentos e informações relativos aos Direitos Creditórios cedidos ao **FUNDO**, com metodologia preestabelecida e de livre acesso para o Auditor Independente, Agências de Classificação de Risco contratadas pelo **FUNDO** e órgãos reguladores, observado, no caso dos Documentos Comprobatórios, o disposto no Contrato de Depósito; e

(g) cobrar e receber, por conta e ordem do **FUNDO**, pagamentos, resgate de títulos ou qualquer outra renda relativa aos títulos custodiados, depositando os valores recebidos nas contas de depósitos do **FUNDO**.

1.1.2. Os Documentos Comprobatórios relativos aos Direitos Creditórios cedidos ao **FUNDO** poderão ficar sob a guarda da empresa especializada, contratada pelo **PETRA**, denominada como ("Agente Depositário"), conforme estabelecido no Contrato de Depósito.

1.1.2.1. A substituição do Agente Depositário ou alteração no procedimento de depósito e guarda dos Documentos Comprobatórios dependerá de prévia anuência, por escrito, do **PETRA** e do **ADMINISTRADOR**.

1.1.2.2. Nos termos do artigo 38 da Instrução CVM 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada ("Instrução CVM 356/01"), a nomeação de qualquer terceiro responsável pela guarda dos Documentos Comprobatórios não exclui as responsabilidades do **PETRA**.

1.1.2.3. O **PETRA** dispõe de regras e procedimentos adequados, por escrito e passíveis de verificação, que lhe permitirão o efetivo controle do Agente Depositário sobre a movimentação dos Documentos Comprobatórios relativos aos Direitos Creditórios cedidos **FUNDO** e aos Direitos Creditórios Inadimplidos sob a guarda do Agente Depositário, bem como para diligenciar o cumprimento, pelo Agente Depositário, de suas obrigações nos termos do Regulamento e do Contrato de Depósito.

1.1.3. Os serviços de Controladoria consistirão na execução dos processos que compõem a controladoria dos ativos e passivos, bem como na execução dos procedimentos contábeis, de acordo com as legislações e as normas vigentes, incluindo, mas não se limitando a:

(a) processamento e registro contábil do **FUNDO**, de forma que o mesmo possa manter sua contabilidade atualizada e em perfeita ordem, observados os termos e as condições deste Contrato, do Regulamento, das regras do plano contábil e da legislação em vigor;

- (b) elaboração dos demonstrativos financeiros mensais e anuais do **FUNDO** e disponibilização destes, se for o caso, para que sejam auditados pelo Auditor Independente e enviados às autoridades competentes dentro dos prazos legais;
- (c) determinação, em base diária, e disponibilização ao **ADMINISTRADOR** do valor do Patrimônio Líquido e do valor das Cotas, incluindo as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil a que se referirem, observados os termos deste Contrato, do Regulamento, das regras do plano contábil e da legislação em vigor;
- (d) divulgação à CVM e, se aplicável, à ANBIMA (i) diariamente, do valor das Cotas e do valor do Patrimônio Líquido; e (ii) mensalmente, da rentabilidade auferida pelas Cotas neste período;
- (e) sem prejuízo da observância dos procedimentos relativos às demonstrações financeiras do **FUNDO**, manutenção em separado de registros analíticos com informações completas sobre toda e qualquer contratação eventualmente realizada entre o **FUNDO** e o **ADMINISTRADOR** ou o **PETRA**; e
- (f) remessa ao **FUNDO**, ao Cedente e à CVM, conforme o caso, dentro dos prazos regulamentares vigentes, sem prejuízo de outros que venham a ser exigidos, das seguintes informações: (i) demonstrativo sintético, conforme modelo definido pela CVM, até o 5º dia útil após o encerramento do mês a que se referir; e (ii) balancete, demonstrativos da composição e diversificação da carteira do **FUNDO** e demonstrativos de fontes e aplicações de recursos, até 10 (dez) dias após o encerramento do mês a que se referirem.

1.1.4. O **ADMINISTRADOR** dispõe de regras e procedimentos adequados, por escrito e passíveis de verificação, que lhe permitirão diligenciar o desempenho, pelo **PETRA**, de suas obrigações descritas no Regulamento e neste Contrato.

1.1.4.1. O **ADMINISTRADOR** adota as seguintes regras e procedimentos para diligenciar o cumprimento das obrigações assumidas pelo **PETRA**:

- (i) acompanhamento do envio ao Agente de Cobrança das posições dos Direitos Creditórios Inadimplidos, para que iniciem os procedimentos de cobrança extrajudicial e/ou judicial, conforme o caso, perante aos Devedores, nos termos da Política de Cobrança;
- (ii) monitoramento do recebimento pelo Agente de Cobrança, por meio eletrônico, de relatório dos valores recebidos, relativo aos Direitos Creditórios cedidos ao **FUNDO** recuperados, sempre que ocorrerem pagamentos pelos Devedores, e/ou repassados pelo Agente de Cobrança, identificando-os, para que o **PETRA** possa efetivar a respectiva baixa desses Direitos Creditórios cedidos ao **FUNDO** recuperados na carteira do Fundo;



- (iii) monitoramento da evolução das cobranças dos Direitos Creditórios Inadimplidos no âmbito extrajudicial e judicial, com base nas informações prestadas pelo Agente de Cobrança;
- (iv) acompanhamento da realização de provisão para devedores duvidosos e registro na carteira do **FUNDO** em decorrência de atrasos e de perdas ocorridas com os Direitos Creditórios Inadimplidos nos termos da legislação pertinente;
- (v) recebimento pelo **PETRA**, com cópia para o Gestor, de relatório de enquadramento e/ou notificação de desenquadramento;
- (vi) recebimento pelo **PETRA** de: a) relatório a cada 30 (trinta) dias, para fins de monitorar a amostragem de lastros dos Direitos Creditórios cedidos ao **FUNDO**; e b) relatório trimestral de auditoria para verificação de lastro dos Direitos Creditórios adquiridos pelo **FUNDO**;
- (vii) recebimento pelo **PETRA**, da carteira diária para monitoramento das operações realizadas pelo Gestor em nome do **FUNDO**, no que tange as aquisições e/ou alienações de Direitos Creditórios, com base na Política de Investimento;
- (viii) recebimento pelo **PETRA**, de relatórios mensais com informações referentes às disponibilidades, estoque, negócios realizados, comportamento da carteira, inadimplência, e demais informações pertinentes aos Direitos Creditórios mantidos na carteira do **FUNDO**, que servirão de base para elaboração do respectivo relatório mensal a ser enviado para a CVM; e
- (ix) recebimento pelo **PETRA**, de relatório de monitoramento de auditorias realizadas no Agente de Cobrança, com a finalidade de verificar o exato cumprimento das obrigações assumidas pelo Agente de Cobrança nos termos do Contrato de Cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos.

1.2. O **FUNDO** terá sua carteira composta por títulos, valores mobiliários, ativos financeiros, modalidades operacionais disponíveis nos mercados financeiros e de capitais e, principalmente Direitos Creditórios ("Ativos").

1.3. Além dos serviços objeto deste Contrato e dos legalmente exigidos, o **PETRA** compromete-se a não efetuar nenhum outro serviço ou operação, sem a prévia autorização por escrito da **CONTRATANTE**.

1.4. O **PETRA** não prestará ao **ADMINISTRADOR** serviços de assessoria e/ou consultoria de investimentos, sendo responsabilidade exclusiva do **ADMINISTRADOR** e/ou respectivo gestor a decisão a respeito da escolha dos Ativos a serem adquiridos ou alienados nos termos deste Contrato, de acordo com as legislações e as normas aplicáveis.



1.5. Os Ativos, objeto da presente Custódia Qualificada, serão entregues pelo **FUNDO**, representado por seu **ADMINISTRADOR** ao **PETRA** na condição de fungíveis, quando por sua natureza puderem revestir tal condição. No caso dos Ativos que não puderem ser entregues na condição de fungíveis, o **PETRA** não se responsabilizará pela atualização dos eventos referentes aos Ativos, de acordo com os Procedimentos Operacionais, estabelecidos no Anexo II – Procedimentos Operacionais.

CLÁUSULA II **DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO PETRA**

2.1. O **PETRA** realizará, antes da liquidação de quaisquer Ativos, verificações prévias de enquadramento, visando impedir a liquidação de operações do **FUNDO**, quando estas forem vedadas pela legislação e/ou pelas normas aplicáveis e/ou pelo Regulamento.

2.2. Verificada qualquer desconformidade, o **PETRA** somente acatará a ordem do **ADMINISTRADOR**, e/ou somente liquidará a operação, após: (i) notificar a ocorrência da desconformidade ao **ADMINISTRADOR**; e (ii) obter a autorização do **ADMINISTRADOR**, através das Pessoas Autorizadas, conforme disposto na Cláusula V deste Contrato, para liquidar a operação.

2.3. O **PETRA** não será responsabilizado por operações que estejam em desconformidade com as legislações e normas aplicáveis e com o Regulamento, nos casos em que tais desconformidades tenham sido previamente notificadas ao **ADMINISTRADOR**, e que apesar disso venham a ser realizadas mediante sua aprovação através das Pessoas Autorizadas, conforme disposto na Cláusula V deste Contrato.

2.4. Cabe ao **PETRA**, dentre outras obrigações, a verificação da proibição das operações de *day trade*, assim consideradas aquelas operações de compra e venda do mesmo ativo, para o mesmo fundo de investimento, iniciadas e encerradas no mesmo dia e realizadas pelo gestor e/ou pelo **ADMINISTRADOR**, independentemente de o **FUNDO** possuir estoque ou posição anterior do mesmo ativo financeiro.

2.5. O **PETRA** envidará os melhores esforços e adotará, no desempenho de suas atribuições e no cumprimento de seus deveres, o mesmo padrão e zelo atribuído aos seus próprios ativos, responsabilizando-se por eventuais perdas e/ou danos resultantes de dolo, fraude e/ou culpa, desde que tais perdas estejam em consonância direta com os serviços por ele prestados e por terceiros por ele contratados, bem como sejam devidamente comprovados os prejuízos que foram suportados pelo **ADMINISTRADOR** ou por terceiros envolvidos.

2.5.1. Excetuam-se da responsabilidade que trata o *caput*, se as referidas perdas e/ou danos resultarem, direta ou indiretamente, de causas alheias ao controle e vontade do **PETRA**, ou resultantes de eventuais instruções erradas, incompletas, intempestivas e/ou de omissão de prestação de instruções enviadas pelo **ADMINISTRADOR**, necessárias à execução dos serviços contratados.



2.5.2. A responsabilidade mencionada no *caput* será apurada na forma prevista na legislação em vigor.

2.6. O **PETRA** assumirá a responsabilidade pelo conteúdo, exatidão, veracidade, legitimidade e quantidade dos Ativos, a partir da data da recepção efetiva dos Ativos enviados pelo **ADMINISTRADOR** para prestação dos serviços ora contratados.

2.7. Para o apreçamento dos Ativos integrantes da carteira do **FUNDO**, o **PETRA** deverá observar as boas práticas de mercado, seus procedimentos internos, critérios e procedimentos para registro e avaliação de títulos, valores mobiliários, instrumentos de derivativos e demais modalidades operacionais, de acordo com o seu Manual de Marcação a Mercado, disponível na internet no endereço www.petra.com.br.

2.8. O **PETRA** não assumirá qualquer responsabilidade em relação aos Ativos pertencentes ao **FUNDO** que não tenham sido entregues ou informados para registro da custódia no **PETRA**.

2.9. O **PETRA** não assume a obrigação de indenizar ao **ADMINISTRADOR** e terceiros contratados, na ocorrência de fatos caracterizados como de força maior ou caso fortuito que provoquem o perecimento ou a deterioração dos Ativos custodiados ou que impeçam a normal execução dos serviços objeto deste Contrato, nos termos do Artigo 393 do Código Civil e de acordo com a Cláusula XI deste Contrato.

2.10. O **PETRA** não responderá por prejuízos causados ao **ADMINISTRADOR**, e/ou a terceiros, decorrentes da execução normal das instruções recebidas e cumpridas em conformidade com este Contrato e seus Anexos.

2.11. O **ADMINISTRADOR** autoriza o **PETRA** a contratar, sob sua responsabilidade, agentes ou auxiliares para cumprimento do disposto neste Contrato, como por exemplo, mas não limitadamente, a CETIP S.A. – Mercados Organizados, SELIC – Sistema Especial de Liquidação e de Custódia, BM&F BOVESPA – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros e quaisquer outras câmaras de liquidação e compensação.

2.11.1. O **ADMINISTRADOR** concorda com o repasse ao **FUNDO** dos custos pela abertura de contas de custódia, nos agentes ou auxiliares citados na cláusula acima, bem como dos custos mensais referentes à movimentação nas referidas contas.

2.11.2. O **PETRA** não está obrigado a manter seguro sobre os Ativos mantidos nas contas de custódia.

2.12. O **PETRA** poderá não cumprir as instruções do **ADMINISTRADOR** que estiverem, comprovadamente, em desacordo com as legislações e as normas vigentes, devendo, no entanto, justificar imediatamente e por escrito ao **ADMINISTRADOR**, o motivo da recusa.

2.13. As informações relativas às posições dos Ativos do **FUNDO** somente serão acessadas por integrantes da área responsável pela prestação dos serviços de Custódia Qualificada e

Controladoria, ou por integrantes de áreas cujos processos envolvam acesso a estas informações e não causem conflito de interesses.

2.14. O **PETRA** somente aceitará ordens emitidas pelo **ADMINISTRADOR**, por seus representantes legais ou mandatários, devidamente autorizados, nos termos das legislações e das normas vigentes e de acordo com condições descritas na Cláusula V, deste Contrato.

2.15. É vedado ao **PETRA** a execução de ordens que não estejam diretamente vinculadas às operações do **FUNDO**, bem como não estejam descritas no Anexo II, salvo se referidas ordens forem emanadas pelas autoridades competentes ou pelo Poder Judiciário.

2.16. O **PETRA**, sem qualquer responsabilidade de sua parte, não realizará os pagamentos determinados pelo **ADMINISTRADOR**, indicados no Anexo II, se não houver saldo disponível suficiente na conta corrente do **FUNDO**, no momento da liquidação financeira dos Ativos.

2.16.1. O **PETRA** não efetuará os pagamentos de despesas previstas neste Contrato, determinados pelo **ADMINISTRADOR**, se não houver saldo disponível suficiente na conta corrente do **FUNDO**.

2.17. O **PETRA** receberá os Documentos Comprobatórios em até 10 (dez) dias úteis depois da cessão dos Direitos Creditórios e analisará trimestralmente a referida documentação que evidencia o lastro dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do **FUNDO**.

2.18. Além das obrigações previstas nas cláusulas acima, o **PETRA** compromete-se a cumprir as demais obrigações dispostas neste Contrato.

CLÁUSULA III DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO ADMINISTRADOR

3.1. O **ADMINISTRADOR** é o único responsável pela administração do **FUNDO**, portanto, único titular dos direitos e obrigações decorrentes de tal condição, motivo pelo qual atesta que suas atividades e o **FUNDO** está devidamente enquadrado e em conformidade com toda a legislação e as normas pertinentes.

3.1.1. O **ADMINISTRADOR** será responsável pelo conteúdo, exatidão, veracidade, legitimidade, boa circulação e pelo valor dos Ativos entregues ao **PETRA** para custódia.

3.2. O **ADMINISTRADOR** colocará à disposição do **PETRA**, segundo definido no Anexo II e dentro dos prazos estipulados, todas as informações e/ou instruções referentes ao **FUNDO** e tudo quanto for necessário para o correto e adequado atendimento das disposições deste Contrato.

3.3. O **ADMINISTRADOR** adotará, às suas expensas e às expensas do **FUNDO**, as medidas judiciais e extrajudiciais necessárias à proteção dos Ativos que sejam objeto de litígio

ou de reivindicação por terceiros, bem como os custos e as despesas advindas de ordem judicial, honorários advocatícios e demais despesas da mesma natureza.

3.4. O **ADMINISTRADOR** informará às autoridades competentes acerca da responsabilidade do **PETRA** relativamente à prestação dos serviços de Custódia Qualificada e Controladoria, quando aplicável.

3.5. O **ADMINISTRADOR** deverá entregar ao **PETRA**, conforme previsto no Anexo II, o Regulamento e eventuais alterações em tempo para que o **PETRA** possa dar continuidade aos serviços ora contratados, de forma segura e atualizada.

3.5.1. A não entrega do Regulamento atualizado, em tempo hábil, desobrigará o **PETRA** a atender o estabelecido naquele instrumento, bem como de eventuais responsabilidades, na parte que depender das informações e ou dos documentos cuja entrega deveria ter sido realizada ao **PETRA**.

3.6. O **ADMINISTRADOR**, na qualidade de representante legal do **FUNDO**, compromete-se a atuar em conformidade com o disposto no Regulamento, nas legislações e nas normas vigentes relativas ao **FUNDO**.

3.7. Além das obrigações previstas nas cláusulas acima, o **ADMINISTRADOR** compromete-se a cumprir as demais obrigações pertinentes dispostas neste Contrato.

CLÁUSULA IV **DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES MÚTUAS**

4.1. As Partes e o Interveniente Anuente responderão perante as autoridades competentes, na esfera de suas respectivas responsabilidades, pelos prejuízos decorrentes de atos e omissões próprios a que derem causa, sempre que agirem de forma contrária às legislações e normas aplicáveis.

4.2. O **PETRA** e o **ADMINISTRADOR** são solidariamente responsáveis, no tocante ao serviço de controladoria, por eventuais prejuízos causados aos cotistas em virtude das condutas contrárias à legislação, às normas aplicáveis e ao Regulamento.

4.2.1. Independentemente da responsabilidade solidária a que se refere a cláusula 4.2. acima, o **ADMINISTRADOR**, responderá por prejuízos decorrentes de atos e omissões próprios a que der causa, sempre que agir de forma contrária à legislação, às normas aplicáveis e ao Regulamento.

4.3. Independentemente do estabelecido na cláusula 4.2. o **ADMINISTRADOR** e o **PETRA** respondem perante a CVM, na esfera de suas respectivas competências, por seus próprios atos e omissões contrários à legislação, às normas aplicáveis e ao Regulamento.

CLÁUSULA V **DO FLUXO DE INFORMAÇÕES ENTRE AS PARTES**

5.1. O **PETRA** somente acatará as instruções transmitidas pelas pessoas devidamente autorizadas pelo **ADMINISTRADOR**, indicadas no formulário denominado "Lista de Pessoas Autorizadas e Pessoas de Contato" ("Pessoas Autorizadas"), cujo modelo foi disponibilizado junto com este Contrato. As instruções serão enviadas por meio do sistema de boletagem eletrônica, disponível na internet no endereço www.petra.com.br ("site").

5.1.1. O **ADMINISTRADOR** é responsável pelo sigilo e pelo uso exclusivo da sua senha de acesso ao *site*, bem como por todas as instruções transmitidas na forma prevista neste Contrato, que serão recebidas como tendo sido enviadas única e exclusivamente por Pessoas Autorizadas.

5.1.2. O **PETRA** não se responsabiliza pelo uso indevido das informações, pela utilização, manutenção e compartilhamento das senhas de acesso ao *site*, para quaisquer que sejam os fins, sendo de exclusiva responsabilidade do **ADMINISTRADOR** o uso indevido das informações pelas Pessoas Autorizadas ou por terceiros, ficando o **PETRA**, desde já, isento de qualquer responsabilidade quanto aos prejuízos causados ao **ADMINISTRADOR** ou a qualquer terceiro, em virtude de tal uso.

5.1.3. Somente na indisponibilidade do sistema de boletagem eletrônica, poderá ser utilizado e-mail ou fac-símile para enviar instruções, devendo, necessariamente, ser remetidos e assinados pelas Pessoas Autorizadas identificadas pelo perfil *master*, devendo o seu recebimento ser confirmado pelo remetente junto ao **PETRA**, por telefone, na mesma data.

5.1.4. Os poderes de quaisquer Pessoas Autorizadas para transmitir instruções permanecerão em vigor até que o **ADMINISTRADOR** promova, comprovadamente, a substituição do formulário contendo as Pessoas Autorizadas.

5.2. Todas as solicitações de informações que não estejam disponibilizadas no *site* e/ou não sejam disponibilizadas de forma automática, nos termos deste Contrato, somente serão atendidas pelo **PETRA**, desde que tais solicitações de informações sejam efetuadas pelas Pessoas Autorizadas, por escrito, seja por correspondência ou por meio eletrônico (e-mail ou fac-símile), desde que os meios utilizados possam identificar a Pessoa Autorizada do **ADMINISTRADOR**.

5.3. As comunicações que ocorrerem por meio eletrônico (e-mail ou fac-símile), somente serão consideradas entregues no primeiro dia útil subsequente à data de envio, devendo o **ADMINISTRADOR**, confirmar o recebimento da solicitação pelo **PETRA**, por telefone, sob pena de não surtirem efeito.

5.4. O **ADMINISTRADOR** obriga-se a comunicar ao **PETRA**, de imediato, as alterações, inclusões e exclusões de qualquer Pessoa Autorizada ou dados informados, promovendo a substituição da Lista de Pessoas Autorizadas e Pessoas de Contato, mediante comunicação encaminhada ao **PETRA**, por escrito e assinada por seus representantes legais, devendo

confirmar por telefone o recebimento da referida lista pelo **PETRA**, sob pena de ser considerado infração contratual o seu não cumprimento.

5.5. As instruções e/ou solicitações de informações transmitidas pelas Pessoas Autorizadas, presumem-se verdadeiras pelo **PETRA**, até que a Lista de Pessoas Autorizadas e Pessoas de Contato seja comprovadamente substituída pelo **ADMINISTRADOR**.

5.6. Em caso de ambiguidade das instruções e/ou solicitações de informações transmitidas por quaisquer das Pessoas Autorizadas, deverá o **PETRA**:

(i) informar, por escrito, seja por correspondência e/ou por meio eletrônico, imediatamente ao emissor da instrução/solicitação a respeito dessa ambiguidade; e

(ii) recusar-se a cumprir essas instruções/solicitações até que a ambiguidade seja sanada.

5.7. Fica convencionado entre as Partes que as instruções e as solicitações de informação previstas neste Contrato, como necessárias à consecução da prestação dos serviços aqui avençados, para serem consideradas válidas, devem ser feitas tempestivamente, de forma clara, completa e segura, pelos meios previstos neste Contrato, sempre confirmada a recepção imediatamente, direcionadas e recebidas por pessoas com poderes para tanto.

5.8. O **PETRA** cumprirá as instruções recebidas nos dias e horários de funcionamento do mercado financeiro brasileiro, ficando esclarecido, ainda, que as instruções não transmitidas dentro dos prazos previstos no Anexo IV, somente serão processadas no dia subsequente, observando-se as regras de mercado.

5.9. Caso as Partes não observem as regras previstas neste Contrato e seus Anexos, a Parte que der causa ao prejuízo, deverá ser comunicada por escrito, imediatamente e mediante protocolo com aviso de recebimento, para que efetue o procedimento acordado, sujeita às sanções previstas neste Contrato.

5.10. Todas as instruções e solicitações de informação endereçadas ao **PETRA**, entregues pessoalmente, enviadas pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos ou similar, serão consideradas válidas somente mediante protocolo.

CLÁUSULA VI DA CONFIDENCIALIDADE

6.1. As Partes, por si, seus empregados e prepostos, sob as penas da lei, manterão o mais completo e absoluto sigilo sobre quaisquer dados, materiais, pormenores, documentos, especificações técnicas e comerciais de produtos e de informações das demais Partes, ou de terceiros, de que venham a ter conhecimento ou acesso, ou que lhes venham a ser confiados, sejam relacionados ou não com a prestação de serviços objeto deste Contrato. A inobservância do disposto nesta cláusula acarretará sanções legais respondendo a Parte infratora e quem mais tiver dado causa à violação, no âmbito civil e criminal, salvo quando a

divulgação for imposta por lei, por ordem judicial ou por autoridade fiscalizadora ou se fizer necessária para a elaboração de algum relatório ou processo diretamente relacionado ao escopo dos serviços prestados.

6.1.1. Excluem-se deste Contrato as informações: (i) de domínio público; (ii) as que já eram do conhecimento da Parte receptora; e (iii) as informações cuja revelação seja autorizada, por escrito, prévia e expressamente, pela Parte de que hajam provindo.

6.2. Se uma das Partes, por determinação legal ou em decorrência de ordem judicial ou de autoridade fiscalizadora, tiver que revelar algo sigiloso, conforme acima especificado, imediatamente dará notícia desse fato à outra Parte e lhe prestará as informações e subsídios que possam ser necessários para que, a seu critério, possa defender-se contra a divulgação de quaisquer das informações sigilosas.

6.3. É vedada a utilização das informações confidenciais para qualquer outro fim que não: (i) a normal execução deste Contrato; e (ii) a manutenção de registros e arquivos exigidos pela legislação.

6.4. Além de constituir infração contratual, a violação do dever de confidencialidade, inclusive aquela cometida por seus funcionários, dirigentes e representantes a qualquer título, obriga a parte infratora ao pagamento de indenização pelos prejuízos causados à parte proprietária da informação.

CLÁUSULA VII DO MANDATO

7.1. O **ADMINISTRADOR** outorga uma procuração ao **PETRA** a quem confere poderes especiais e específicos para representá-lo na prática dos atos necessários ao desempenho dos serviços ora contratados, cujo instrumento consta como Anexo I – Procuração (“Anexo I”), que rubricado pelo **PETRA** e assinado pelo **ADMINISTRADOR**, passará a fazer parte integrante deste Contrato e a surtir seus efeitos legais.

CLÁUSULA VIII DA REMUNERAÇÃO

8.1. Pelo serviço de Custódia Qualificada, o **FUNDO**, representado pelo **ADMINISTRADOR**, pagará diretamente ao **PETRA**, mensalmente, a taxa de 0,35% (*trinta e cinco centésimos por cento*) ao ano que será calculada sobre o patrimônio líquido diário do **FUNDO**, na forma da regulamentação em vigor, observado o mínimo mensal de R\$ 3.250,00 (três mil duzentos e cinquenta reais).

8.2. Pelo serviço de Controladoria, ao **ADMINISTRADOR**, em nome do **FUNDO**, pagará ao **PETRA**, mensalmente, a taxa de 0,12% ao ano, que será calculada sobre o patrimônio líquido diário do **FUNDO**, observado o mínimo mensal de R\$ 7.500,00 (*sete mil e quinhentos reais*).

8.3. A remuneração descrita nas cláusulas acima, será calculada diariamente, em dias úteis, sobre o valor patrimonial líquido de D-1 do FUNDO, à base de 1/252 (um, duzentos e cinquenta e dois avos).

8.4. As importâncias mencionadas nas cláusulas 8.1. e 8.2. acima, serão pagas mensalmente até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços, mediante débito na conta corrente de titularidade do **FUNDO**, de n.º 352-2, na agência 0001, do Banco PETRA.

CLÁUSULA IX DAS PENALIDADES

9.1. O inadimplemento, por qualquer das Partes, de quaisquer das obrigações de pagamento previstas neste Contrato, caracterizará, de pleno direito, e independentemente de qualquer aviso ou notificação, a mora da Parte inadimplente, sujeitando-a ao pagamento dos seguintes encargos: (a) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis* desde a data em que o pagamento tornou-se exigível até o seu integral recebimento pela Parte credora; (b) multa convencional, não compensatória, de 2% (dois por cento), calculada sobre o respectivo valor devido; e (c) correção monetária calculada pela variação do IGP-M, por dia de atraso no cumprimento de tais obrigações, ou por outro índice que vier a substituí-lo.

9.2. O descumprimento de qualquer obrigação prevista neste Contrato que não se enquadre na cláusula 9.1 acima e desde que seja devidamente comprovado, obrigará a parte infratora a responder por eventuais perdas e/ou danos resultantes de dolo, fraude e/ou culpa, responsabilizando-se ademais pelas multas, atualizações monetárias e juros daí decorrentes, apurados na forma prevista na legislação vigente.

CLÁUSULA X DA VIGÊNCIA E RESCISÃO

10.1. O presente Contrato entrará em vigor a partir da data de sua assinatura, e vigorará por tempo indeterminado, podendo, entretanto, ser resilido a qualquer momento, por quaisquer das Partes, sem direito a compensações ou indenizações, mediante denúncia escrita com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, contados do recebimento do comunicado pela outra Parte.

10.1.1. Resilido o presente Contrato, por denúncia de qualquer das Partes, nos termos da cláusula 10.1. acima, caberá ao **PETRA** prestar os Serviços objeto deste Contrato, pelo prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do término do período determinado na referida denúncia, desde que o **ADMINISTRADOR** manifeste, nesse sentido, formalmente seu interesse.

10.1.2. Na rescisão, o **PETRA** prestará contas de todos os serviços que tenham sido executados, recebendo, em seguida, a remuneração a que fizer jus, calculada *pro rata temporis*.



10.2. Quaisquer das Partes poderá, ainda, dar este Contrato por resilido, mediante simples aviso por escrito à outra, quando constatada a ocorrência de caso fortuito ou força maior que impeça uma das Partes de cumprir suas obrigações, sendo certo que neste caso nenhuma quantia será devida por uma Parte à outra, a título de perdas, danos, multas ou penalidades.

10.3. Além das disposições previstas em lei, este Contrato será rescindido de imediato e sem qualquer aviso, nas seguintes hipóteses:

- a) se quaisquer das Partes falir, requerer recuperação judicial ou iniciar procedimentos de recuperação extrajudicial, ou ainda tiver sua falência, intervenção ou liquidação requerida;
- b) se uma das Partes tiver cassada sua autorização para execução dos serviços ora contratados;
- c) se uma das Partes suspender suas atividades por qualquer período de tempo;
- d) se for constatada a ocorrência de práticas irregulares por qualquer uma das Partes;
- e) superveniência de qualquer legislação, normativo ou ordem por escrito das autoridades competentes que impeça a contratação, consecução ou subsistência do serviço objeto deste Contrato; e
- f) caso o **FUNDO** seja liquidado.

10.4. A infração de quaisquer das cláusulas ou condições aqui estipuladas ensejará a rescisão deste Contrato, caso a Parte infratora não venha sanar a falta em até 10 (dez) dias úteis contados do recebimento da notificação por escrito da outra Parte.

10.4.1. Decorrido o prazo acima descrito e, não tendo sido sanada a falta, este Contrato será considerado rescindido de pleno direito, respondendo, ainda, a Parte infratora pelas perdas e danos decorrentes do ato da rescisão, que serão apuradas na forma prevista na legislação vigente, quanto à culpa, ao dolo, à imprudência ou à imperícia praticada.

10.5. Durante o prazo de aviso prévio da denúncia contratual, as Partes continuarão a cumprir suas respectivas obrigações, facultado ao **ADMINISTRADOR**, se for a Parte denunciante, dispensar o **PETRA** do cumprimento de qualquer obrigação.

10.5.1. Fica facultado ao **PETRA** completar, se o **ADMINISTRADOR** assim desejar, mediante autorização escrita deste, os negócios já iniciados cuja liquidação deva ocorrer após o fim do prazo de denúncia mencionado na Cláusula 10.5. acima, recebendo normalmente os valores relativos à prestação dos serviços contratados.

10.6. Na hipótese de substituição do **PETRA** por outro custodiante, a transferência dos valores mobiliários deve obedecer ao disposto na Instrução CVM n.º 542/13.

CLÁUSULA XI
DO CASO FORTUITO E FORÇA MAIOR

11.1. Os casos fortuitos e de força maior serão excludentes de responsabilidade, na forma do Parágrafo Único do Art. 393 do Código Civil Brasileiro.

11.2. A Parte que for afetada por caso fortuito ou força maior deverá notificar a outra, de imediato, da extensão do fato e do prazo estimado durante o qual estará inabilitada a cumprir ou pelo qual será obrigada a atrasar o cumprimento de suas obrigações decorrentes deste Contrato.

11.3. Cessados os efeitos de caso fortuito ou da força maior, a Parte afetada deverá, de imediato, notificar a outra para conhecimento desse fato, restabelecendo a situação original.

11.4. Se a ocorrência do caso fortuito ou da força maior prejudicar apenas parcialmente a execução das obrigações oriundas deste Contrato por uma das Partes, aquela afetada deverá cumprir as obrigações que não tiverem sido afetadas pela ocorrência do caso fortuito ou da força maior.

CLÁUSULA XII
DECLARAÇÕES PARA FINS DE FATCA

12.1. DEFINIÇÕES:

- "FATCA": *Foreign Account Tax Compliance Act*, legislação dos E.U.A. objeto do Capítulo 4 do *Internal Revenue Code* e convenções internacionais ocasionalmente firmadas pelo Brasil relativas ao reporte automático de informações sobre contas financeiras, bem como legislação correlata;

- "GIIN": Número de Identificação de Intermediário Global, *Global Intermediary Identification Number*, fornecido pelas autoridades fiscais dos E.U.A. mediante registro no portal FATCA;

Pessoa dos EUA: pessoa física ou jurídica residente para fins fiscais nos E.U.A., cidadã ou nacional dos E.U.A. bem como entidade com controladores ou titulares substanciais que são pessoa física residente para fins fiscais nos E.U.A., cidadã ou nacional dos E.U.A.

12.2. Os serviços contratados não incluem a diligência ou o reporte de cotistas ou contrapartes do **FUNDO** para fins de atendimento da legislação brasileira ou estrangeira. Não cabem ao **PETRA** as obrigações relativas ao FATCA. O **ADMINISTRADOR** exime o **PETRA**, para todos os fins legais, no Brasil ou exterior, das responsabilidades que, por este contrato, não recaem sobre o **PETRA**.

12.3. O **ADMINISTRADOR** deverá reportar às autoridades fiscais brasileiras bem como autoridades dos E.U.A. os dados que possuir relativo ao **FUNDO** e respectivos cotistas

exigidos pelo FATCA, nos termos da referida regulamentação e dentro dos limites de eventuais acordos ou tratados internacionais a respeito do assunto, celebrados pelo Brasil.

12.3.1. O **ADMINISTRADOR** empregará toda diligência necessária para identificar o **FUNDO** e os respectivos cotistas que sejam Pessoa dos EUA ou venha a se tornar Pessoa dos EUA durante a vigência desse Contrato, para atendimento da legislação aplicável bem como para identificação da qualificação FATCA dos cotistas do **FUNDO**.

12.4. O **PETRA** poderá reportar às autoridades fiscais brasileiras bem como autoridades dos E.U.A. os dados relativos ao **FUNDO** e respectivos cotistas exigidos pelo FATCA, caso, o **FUNDO** ou o **ADMINISTRADOR** deixe de participar ou ser aderente ao FATCA ou deixe de possuir o GIIN em *status* válido. Nesse caso, o **PETRA** deverá enviar ao **ADMINISTRADOR** cópia integral das informações e dados reportados.

12.5. O **PETRA** poderá rescindir o Contrato, mediante aviso prévio de 30 (trinta) dias, caso o **FUNDO** ou o **ADMINISTRADOR** deixe de ser aderente ao FATCA, dentre outros, caso deixe de participar do FATCA ou deixe de possuir o GIIN em *status* válido.

CLÁUSULA XIII DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. É vedado às Partes utilizarem-se dos termos deste Contrato, bem como das marcas, nomes e patentes uma da outra, para qualquer finalidade, seja em divulgação ou publicidade, sem a prévia e expressa autorização, por escrito, da outra Parte, exceto para atendimento às exigências legais, podendo a parte prejudicada, a seu exclusivo critério, considerar o presente Contrato automaticamente rescindido, além de responder a Parte infratora, por perdas e danos a serem apurados, na forma prevista na legislação vigente.

13.2. As Partes, mediante assinatura do presente Contrato, comprometem-se a observar e a cumprir suas obrigações em conformidade com as disposições constantes do Código de Regulação e Melhores Práticas dos Serviços Qualificados ao Mercado de Capitais - ANBIMA.

13.3. As Partes comprometem-se ainda a observar as disposições e as obrigações deste Contrato, de seus Anexos, dos procedimentos, das regras e das boas práticas de mercado e técnicas bancárias, bem como das legislações e normas aplicáveis aos serviços objeto deste Contrato.

13.4. Não existe exclusividade entre as Partes na prestação dos serviços objeto do presente Contrato, podendo essas atuarem nas suas funções, bem como atuarem como contrapartes de outras empresas especializadas a prestar os serviços objeto da presente contratação.

13.5. As Partes reconhecem, neste ato, que os serviços ora contratados estão sujeitos às leis, normas, costumes, procedimentos e práticas que poderão vir a ser alterados.

13.5.1. Na hipótese de ocorrer uma alteração na legislação que no todo ou, em parte, limite a prestação dos serviços ora contratados, as Partes deverão, por meio de aditivo ao presente Contrato, convencionar novas instruções quanto aos procedimentos a serem tomados para o cumprimento das obrigações contraídas, objetivando a continuidade da prestação dos serviços.

13.5.2. Eventuais inclusões de outras cláusulas, exclusões ou alterações das já existentes, serão consignadas em aditivo devidamente assinado pelas Partes, que passará a fazer parte integrante deste Contrato.

13.6. Nenhuma das Partes poderá ceder ou transferir, total ou parcialmente, a terceiros, os direitos e obrigações decorrentes deste Contrato sem o prévio e expresso consentimento por escrito da outra Parte.

13.7. As Partes não manterão qualquer vínculo empregatício com empregados e/ou prepostos umas das outras, nem tampouco se estabelecerá entre elas qualquer forma de associação, competindo, portanto, a cada uma delas, particularmente e com exclusividade, o cumprimento de suas respectivas obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias e infortunistas.

13.7.1. As Partes assumem expressamente a obrigação de reembolsar à outra Parte, todas e quaisquer despesas referentes a ações trabalhistas que eventualmente venham a ser movidas direta ou indiretamente por empregado de uma contra a outra, inclusive custas judiciais e honorários advocatícios.

13.8. As Partes obrigam-se a manter a prestação dos serviços ora avençados, mesmo no caso da ocorrência de fatos imprevistos, tais como, greves e falhas de sistemas de informática e telecomunicações.

13.9. O **PETRA** poderá ter relacionamento comercial com empresas emitentes ou titulares de valores mobiliários, bem como relacionamento comercial com pessoa física ou pessoa jurídica com os quais o **ADMINISTRADOR** tenha intenção de negociar.

13.10. As Partes poderão realizar, por conta própria ou por conta de terceiros, operações no mercado de valores mobiliários, inclusive operações idênticas às previstas neste Contrato.

13.11. O **PETRA** não está obrigado a dar tratamento preferencial, exclusivo ou privilegiado ao **ADMINISTRADOR**, quando desejar realizar os negócios referidos nas cláusulas 13.9 e 13.10 acima.

13.12. Os tributos que forem devidos em decorrência direta ou indireta do presente Contrato, ou de sua execução, constituem ônus de responsabilidade do contribuinte, conforme definido na legislação tributária.

13.13. A omissão ou tolerância das Partes em exigir o estrito cumprimento dos termos e condições deste Contrato não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os seus direitos que poderão ser exercidos a qualquer tempo.

13.14. Ficam expressamente revogadas quaisquer disposições, cláusulas e condições anteriormente estabelecidas entre as Partes, em tudo que contrarie o ajustado no presente Contrato.

13.15. Os Anexos I a V devidamente rubricados pelas Partes, integram este Contrato para todos os fins e efeitos de direito, como se nele estivessem transcritos.

13.16. Os procedimentos e responsabilidades operacionais estão descritos no Anexo II. Em caso de dúvida ou conflito entre o Contrato e seus Anexos prevalecerão as disposições do Contrato, dado o caráter complementar do Anexo.

13.17. As Partes comprometem-se a tomar as medidas necessárias e cabíveis conforme previsto na Circular n.º 3.461/09 do BACEN, na Instrução CVM n.º 301/99 e posteriores alterações com a finalidade de prevenir e combater as atividades relacionadas com os crimes de "lavagem de dinheiro" ou ocultação de bens, direitos e valores identificados pela Lei n.º 9.613/98.

13.18. As Partes reconhecem e concordam que as comunicações telefônicas, transmitidas nos termos deste Contrato e em seus Anexos, poderão ser gravadas por quaisquer das Partes, podendo, inclusive, ser utilizadas como meio de prova para todo e qualquer fim de direito.

13.19. O **PETRA** em hipótese alguma será responsabilizado por quaisquer atos e/ou atividades descritas no presente Contrato que tenham sido praticados por terceiros, anteriormente contratados pelo **ADMINISTRADOR**.

13.20. As Partes declaram e garantem mutuamente, inclusive perante seus fornecedores de bens e serviços, que:

- a) exercem suas atividades em conformidade com a legislação vigente a elas aplicável, e que detêm as aprovações necessárias à celebração deste Contrato, e ao cumprimento das obrigações nele previstas;
- b) não utilizam trabalho ilegal, e comprometem-se a não utilizar práticas de trabalho análogo ao escravo, ou de mão de obra infantil, salvo este último na condição de aprendiz, observadas as disposições da Consolidação das Leis do Trabalho, seja direta ou indiretamente, por meio de seus respectivos fornecedores de produtos e de serviços;
- c) não empregam menor até 18 anos, inclusive menor aprendiz, em locais prejudiciais à sua formação, ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social, bem como em locais e serviços perigosos ou insalubres, em horários que não permitam

a frequência à escola e, ainda, em horário noturno, considerando este o período compreendido entre as 22h e 5h;

d) não utilizam práticas de discriminação negativa, e limitativas ao acesso na relação de emprego ou a sua manutenção, tais como, mas não se limitando a, motivos de sexo, origem, raça, cor, condição física, religião, estado civil, idade, situação familiar ou estado gravídico;

e) comprometem-se a proteger e preservar o meio ambiente, bem como a prevenir e erradicar práticas danosas ao meio ambiente, executando seus serviços em observância à legislação vigente no que tange a Política Nacional do Meio Ambiente e dos Crimes Ambientais, bem como dos atos legais, normativos e administrativos relativos à área ambiental e correlata, emanados das esferas Federal, Estaduais e Municipais.

13.21. As Partes declaram expressamente que leram atentamente o presente Contrato, que entenderam perfeitamente todas as condições, concordando com seus expressos termos e que o presente Contrato expressa fielmente tudo o que foi ajustado.

13.22. As Partes declaram adotar procedimentos de segregação interna de sistemas, informações e atividades que possam gerar eventuais conflitos de interesses.

13.23. As Partes obrigam-se por si e seus sucessores ao fiel cumprimento deste Contrato.

13.24. As Partes declaram, conjunta e expressamente, que o presente Contrato foi celebrado respeitando-se os princípios de probidade e de boa-fé, por livre, consciente e firme manifestação de vontade das Partes e em perfeita relação de equidade.

13.25. Se, em decorrência de qualquer decisão judicial irrecorrível, qualquer disposição ou termo deste Contrato for declarada nula ou for anulada, tal nulidade ou anulabilidade não prejudicará a vigência das demais Cláusulas deste Contrato não atingidas pela declaração de nulidade ou pela anulação.

13.26. O **ADMINISTRADOR**, na forma aqui representada, declara estar ciente das disposições do Código de Conduta Ética da Organização PETRA, cujo exemplar lhe é disponibilizado no site www.petracorreтора.com.br/ Legislação e Regras / Códigos de Ética e Conduta da PETRA Corretora.

13.27. Cada uma das Partes garante à outra Parte: (i) que está investida de todos os poderes e autoridade para firmar e cumprir as obrigações aqui previstas e consumir as transações aqui contempladas; e, (ii) que a assinatura e o cumprimento deste instrumento não resulta violação de qualquer direito de terceiros, lei ou regulamento aplicável ou, ainda, violação, descumprimento ou inadimplemento de qualquer Contrato, instrumento ou documento do qual seja parte ou pelo qual tenha qualquer ou quaisquer de suas propriedades vinculadas e/ou afetadas, nem na necessidade de obter qualquer autorização nos termos de qualquer Contrato, instrumento ou documento do qual seja parte, ou pelo qual tenha qualquer ou quaisquer de suas propriedades vinculadas e/ou afetadas.

**CLÁUSULA XIV
DO FORO**



14.1. Fica eleito pelas Partes o Foro da Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões decorrentes deste Contrato, com renúncia de quaisquer outros, por mais privilegiados que sejam ou venham a ser.

E, por estarem de acordo, assinam o presente Contrato, em 3 (três) vias, de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Curitiba, 02 de fevereiro de 2015.

BANCO PETRA S.A.

**FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS
MULTISSECTORIAL MILÊNIO RECEBÍVEIS LP, por seu administrador PETRA -
PERSONAL TRADER CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
S/A**

E, como interveniente anuente:

**PETRA - PERSONAL TRADER CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES
MOBILIÁRIOS S/A**

TESTEMUNHAS:



Nome: **Maysa Fernandes Bueno**
CPF/MF: **CPF: 067.368.149-10**
RG: **RG: 10.352.445-8**

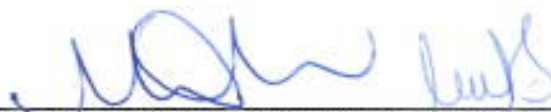


Nome: **Lauressa Rodrigues de Freitas**
CPF/MF: **CPF: 010.360.729-32**
RG: **RG: 8.669.097-7**

**ANEXO I
PROCURAÇÃO**

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL MILÊNIO RECEBÍVEIS LP, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 15.578.550/0001-60, por seu administrador **PETRA - PERSONAL TRADER CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A**, sociedade com sede na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua Pasteur, n.º 463, 11º andar, conjunto 1101, Água Verde, doravante denominada "**Outorgante**", neste ato representada por seus representantes infra assinados na forma de seu estatuto social, nomeia e constitui seu bastante procurador o **BANCO PETRA S.A.**, instituição financeira com sede na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua Pasteur, n.º 463, 11º andar, conjunto 1101, Água Verde, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 11.758.741/0001-52, doravante denominado "**Outorgado**", para, com base no referido Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviços de Custódia Qualificada e Controladoria de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios, firmado entre as Partes em 09 de setembro de 2015, representá-lo na execução dos atos de Custódia Qualificada e Controladoria junto ao Banco Central do Brasil – BACEN, Comissão de Valores Mobiliários – CVM, bem como perante a quaisquer empresas públicas ou privadas, sociedades de economia mista, bolsas de valores, bolsas de mercadorias e futuros, Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia – CBLC (Central Depositária da BM&F BOVESPA), BM&F BOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, CETIP S.A. – Mercados Organizados, Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC, sociedades corretoras, instituições financeiras em geral e Juntas Comerciais, exercendo todos os direitos que a lei lhe confere, seja no mercado à vista de títulos e valores mobiliários, mercado a termo, mercado de opções, mercado de futuros e assemelhados; transferir títulos e valores mobiliários; receber em seu nome dividendos, juros, prêmios e bonificações, em dinheiro ou em ações, e todas as demais vantagens, a que tenham direito os títulos e valores, integrantes do seu patrimônio; requerer desdobramento, agrupamento e conversão de títulos múltiplos ou cautelas; abrir e movimentar contas correntes, visando exclusivamente a consecução do objeto ora contratado, sendo vedado o substabelecimento. A presente procuração vigorará pelo mesmo prazo do Contrato.

Curitiba, 02 de fevereiro de 2015.



**PETRA - PERSONAL TRADER CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES
MOBILIÁRIOS S/A**

ANEXO II
DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS E PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS

I – DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS:

1. CUSTÓDIA

1.1. Responsabilidade do PETRA

a) realizar liquidação física e/ou financeira dos Ativos do **FUNDO**, bem como liquidação financeira dos derivativos, contratos de permutas de fluxos financeiros – swap e operações a termo, consistindo nas atividades:

I – pré-liquidação, que envolve:

i - verificação e validação dos Direitos Creditórios em relação aos critérios de elegibilidade especificados no Regulamento, previamente a sua aquisição pelo **FUNDO**;

ii - validação das informações de operações recebidas do **ADMINISTRADOR**, contra informações recebidas da instituição intermediária das operações;

iii - análise e verificação do mandato das pessoas autorizadas;

iv - checagem da posição física em custódia, quando aplicável;

iv - verificação da disponibilidade de recursos na conta corrente do **FUNDO**; e

v – informação ao **ADMINISTRADOR**, e/ou às contrapartes envolvidas, de divergências que impeçam a liquidação das operações.

II – efetivação da liquidação, em tempo hábil, em conformidade com as diferentes câmaras e sistemas de liquidação e instituições intermediárias autorizadas, que envolve:

i - recebimento de valores e entrega de ativos de titularidade do **FUNDO**;

ii - pagamento de valores e recebimento de ativos do **FUNDO**; e

iii - pagamentos e/ou recebimentos de operações de derivativos, contratos de permutas de fluxos financeiros – swap e operações a termo, realizadas pelo **ADMINISTRADOR** do **FUNDO**.

b) emissão de documentos que reflitam:

i - o estoque de ativos financeiros;

ii - a movimentação física e financeira; e

iii- o recolhimento de taxas e impostos.

c) guarda dos ativos, de forma segregada, abrangendo:

i - controle dos ativos em meio físico ou escritural junto aos depositários, agentes escrituradores, câmaras e sistemas de liquidação e instituições intermediárias autorizadas;

- ii - conciliação das posições, mantidas em meio físico ou registradas junto aos depositários, agentes escrituradores, câmaras e sistemas de liquidação e instituições intermediárias autorizadas, perante os controles internos do **PETRA**; e
 - iii - responsabilidade pelas movimentações dos ativos mantidos em meio físico ou registrados junto aos depositários, agentes escrituradores, câmaras e sistemas de liquidação e instituições intermediárias autorizadas, bem como pela informação ao **ADMINISTRADOR**, acerca dessas movimentações, observando que, em não havendo movimentações, o **PETRA** deverá remeter ou disponibilizar ao **ADMINISTRADOR**, demonstrativo de posição, no mínimo mensalmente, ou sempre que solicitado.
- d) efetuar administração e informação dos eventos relacionados aos ativos em custódia, por meio de:
- i - monitoramento contínuo das informações relativas aos eventos deliberados pelos emissores dos ativos em custódia, assegurando a sua pronta informação ao **ADMINISTRADOR**, até o terceiro dia útil posterior à publicação do respectivo edital de convocação nos termos das informações publicadas nos periódicos da BOVESPA ou outros meios disponíveis;
 - ii - recebimento e repasse ao **FUNDO**, dos eventos de natureza física ou financeira, relacionados aos ativos em custódia; e
 - iii - fornecimento, sempre que solicitado pelo **ADMINISTRADOR**, para fins de sua participação em assembleias gerais de companhias emissoras dos ativos detidos pelo **FUNDO**, do demonstrativo respectivo dos ativos sob sua custódia.
- e) pagamento e efetivação de débito na conta corrente do **FUNDO**, relativo às taxas dos serviços prestados, tais como, mas não limitadas a, taxa de movimentação e registro dos depositários e câmaras e sistemas de liquidação, de acordo com as condições previstas neste Contrato.

2. CONTROLADORIA

2.1. Responsabilidade do PETRA

2.1.1. Controladoria de Ativos:

- a) recebimento, do **ADMINISTRADOR**, de informações relativas às provisões de despesas do **FUNDO**;
- b) recebimento, do custodiante, do saldo diário de caixa do **FUNDO**;
- c) administração dos lançamentos do caixa relacionados ao pagamento de despesas do **FUNDO**, tais como taxa de auditoria, taxa de fiscalização da CVM, taxa de administração, dentre outros;
- d) apuração dos ativos financeiros ;
- e) recebimento de quantidade de cotas emitidas e resgatadas da controladoria de passivo e do total de cotas do **FUNDO**;

- f) apuração do patrimônio líquido do **FUNDO**;
- g) apuração do valor das cotas do **FUNDO**;
- h) informar valor das cotas do **FUNDO** à controladoria de passivo;
- i) geração de informações dos ativos para a Contabilidade do **FUNDO**;
- j) receber, da controladoria de passivo, informações referentes aos eventos de cisão e incorporação do **FUNDO**;
- k) emissão de relatórios do **FUNDO**, relativos às posições atualizadas de ativos, caixa e cotas;

2.1.2. Controladoria de Passivo:

- a) disponibilização de sistema que efetue o registro e a manutenção do cadastro do(s) cotista(s);
- b) recebimento do valor da cota do **FUNDO** da controladoria de ativos;
- c) informar ao prestador do serviço de controladoria de ativos as cotas emitidas, resgatadas e o total de cotas em estoque do **FUNDO**;
- d) controle das posições individualizadas e histórico das movimentações do(s) cotista(s) do **FUNDO**;
- e) liquidação dos eventos de amortização de cotas do **FUNDO**;
- f) liquidação dos eventos de emissão e resgate de cotas do **FUNDO**;
- g) processamento dos eventos, tais como, mas não limitados a, cisão incorporação e encerramento do **FUNDO**;
- h) atualização do saldo do(s) cotista(s) do **FUNDO**;
- i) apuração, retenção e recolhimento de tributos do(s) cotista(s) do **FUNDO**;
- j) emissão de avisos, informes e extratos do(s) cotista(s) do **FUNDO**;
- k) averbação de gravames que incidam sobre as cotas, quando aplicável;
- l) conciliação dos créditos provenientes das movimentações financeiras do(s) cotista(s) do **FUNDO** com a conta corrente;
- m) prestação de informações e atendimento de ordens de autoridades judiciais, órgãos reguladores, bolsa de valores e depositários;
- n) enviar, na periodicidade e prazo determinados, os extratos ao cotista do **FUNDO**;

- o) geração de informações para a Contabilidade do **FUNDO**;
- p) recebimento e envio de informações para o distribuidor de cotas do **FUNDO**, referente ao(s) cotista(s), valores aplicados e resgatados, valores e quantidade de cotas, quando aplicável;
- q) apurar, reter e recolher o imposto de renda incidente sobre os rendimentos e ganhos líquidos auferidos pelo cotista do Fundo, quando aplicável.

2.1.3. Contabilidade:

- a) efetuar, diariamente, os lançamentos contábeis referentes às informações provenientes dos controles de ativos e passivo do **FUNDO**, de acordo com a legislação vigente e regras contidas neste Contrato;
- b) elaborar as informações financeiras do **FUNDO** e deixá-las à disposição para publicação;
- c) prestar informações aos órgãos reguladores;
- d) atendimento à auditoria interna e externa;
- e) contabilizar e refletir nas demonstrações contábeis os eventos do **FUNDO**, tais como, mas não limitados a, cisão, incorporação e encerramento;
- f) conciliação das demonstrações contábeis do **FUNDO** com as informações recebidas da controladoria de ativos e passivo;
- g) receber e guardar documentos comprobatórios;
- h) recolhimento de taxas e impostos, quando aplicáveis;

3. CADASTRO

3.1. Responsabilidade do ADMINISTRADOR:

- a) enviar, ao **PETRA**, cópias autenticadas, devidamente registradas, quando da assinatura do Contrato, dos documentos abaixo indicados para o início da prestação dos serviços ora contratados e sempre que ocorrer alterações em tais documentos.

DO ADMINISTRADOR

- Contrato Social ou Estatuto Social, conforme o caso, e eventuais alterações a esses documentos;
- Ata da Eleição da Última Diretoria e Procuração, caso existam.

DO FUNDO

- Última versão do Regulamento e ata de assembleia do **FUNDO**;
 - Prospectos, caso existam;
 - Instrumento Particular de Constituição e/ou Deliberação de Constituição;
 - Composição detalhada do **FUNDO** e respectiva comprovação de custódia;
 - Balanços e documentos de divulgação dos dois últimos exercícios encerrados;
 - Laudo de transferência atestado por empresa de auditoria;
 - Balancetes posteriores ao último encerramento do exercício até a data do início da prestação do serviço de Controladoria pelo **PETRA**;
 - Relatório diário da movimentação de cotista, custo e variação, em cotas e valores, desde a data do último balanço até a data da implantação no **PETRA**;
 - Valor de cota e PL diários nos últimos 2 (dois) anos;
 - Contrato de Cessão e Termos de Cessão.
- b) informar, imediatamente, ao **PETRA**, por escrito, todas as inclusões, exclusões e/ou alterações em dados cadastrais do **FUNDO** ou do **ADMINISTRADOR**.
- c) no caso de transferência de Ativos do **FUNDO**, custodiados em outra instituição custodiante, informar ao **PETRA**, na forma a ser combinada entre as Partes, a composição dos Ativos do **FUNDO** com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis, contados da data de início da prestação do serviço.
- d) fornecer extratos dos depositários, câmaras e sistemas de liquidação e instituições intermediárias autorizadas, de forma a permitir ao **PETRA**, a conciliação das composições apresentadas na alínea "c", necessárias para implantação do **FUNDO**.

3.2. Responsabilidade do PETRA

- c) efetuar o cadastro nos sistemas internos de acordo com informações recebidas.
- d) manter atualizados e em perfeita ordem os documentos recebidos do **ADMINISTRADOR** pelo prazo deste Contrato e da legislação aplicável.
- e) efetuar o cadastro junto às câmaras e sistemas de liquidação e instituições intermediárias autorizadas.

4. CONTAS CORRENTES E CONTA DE CUSTÓDIA

- f) O **PETRA** abrirá para o **FUNDO** conta corrente de depósito à vista, nas quais serão movimentados os recursos financeiros em moeda nacional, em razão dos atos dos serviços de Custódia Qualificada e Controladoria referidos no Contrato.

- g) O **PETRA** abrirá para o **FUNDO** contas de custódia junto às câmaras e sistemas de liquidação, onde serão registrados todos os Ativos custodiados.
- h) O **ADMINISTRADOR** está ciente de que a abertura e a administração da conta corrente e contas de custódia obedecerá ao disposto nas leis, normas, costumes, práticas e procedimentos adotados no Brasil.
- i) a conta corrente do **FUNDO** será movimentada pelo **PETRA** à ordem do **ADMINISTRADOR**, especificamente para a integralização dos Ativos do **FUNDO**, não podendo ser utilizada para outros fins que não os determinados neste Contrato.
- j) a conta corrente será movimentada pelo **PETRA**, para débitos referentes a despesas e aos serviços contratados previstos neste Contrato.
- k) serão registrados na conta corrente e nas contas de custódia, eventuais ônus ou gravames sobre os ativos custodiados, mediante comunicação expressa do **ADMINISTRADOR**.
- l) o **PETRA**, sem responsabilidade de sua parte, não realizará os pagamentos determinados pelo **ADMINISTRADOR** caso não haja suficiente provisão de recursos na(s) Conta(s) Corrente(s) de Depósito.
- m) os Ativos somente estarão disponíveis para movimentação após a confirmação de seu lançamento nas contas de custódia, ressalvada, entretanto, a hipótese de sua indisponibilidade em virtude de ônus ou gravames devidamente registrados, ou em decorrência de processo de exercício de direitos.

PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS

5. PRECIFICAÇÃO DE ATIVOS

5.1. Responsabilidade do ADMINISTRADOR

- a) analisar e dar anuência aos critérios descritos no Manual de Marcação a Mercado definidos e disponibilizados pelo **PETRA**.

5.2. Responsabilidade do PETRA

- a) realizar o apreçamento dos Ativos do **FUNDO**, observando rigorosamente a metodologia estabelecida no Manual de Marcação a Mercado.
- a) manter atualizado, em conformidade com as boas práticas de mercado e legislação vigente, o Manual de Marcação a Mercado e cumprir os procedimentos nele descritos.
- b) dar ciência ao **ADMINISTRADOR**, quando da alteração do Manual de Marcação a Mercado.

6. ENQUADRAMENTO

6.1. Responsabilidade do ADMINISTRADOR

- a) observar e praticar os limites de enquadramento do **FUNDO** em conformidade com a legislação vigente e o Regulamento.
- b) efetuar o enquadramento quando observado e/ou informado pelo **PETRA** no menor prazo possível.

6.2. Responsabilidade do PETRA

- a) verificar diariamente o enquadramento do **FUNDO** de acordo com a legislação vigente e o Regulamento.
- b) enviar ao **ADMINISTRADOR** Relatório de enquadramento/desenquadramento, demonstrando o cumprimento/descumprimento dos limites de composição do **FUNDO** e de seu prazo médio, previstos no Regulamento.

7. PASSIVO

7.1. Responsabilidade do ADMINISTRADOR

- a) efetuar e manter atualizado o cadastro do(s) cotista(s) de acordo com os meios disponibilizados pelo **PETRA**.
- b) efetivar as aplicações e resgates do(s) cotista(s), da forma e nos horários definidos e disponibilizados pelo **PETRA** nos Termos do Anexo IV.
- c) garantir que os valores aplicados pelo(s) cotista(s) sejam transferidos obrigatoriamente para contas correntes de depósito para investimento ("contas investimento"), das quais o(s) cotista(s) sejam titulares ou pelo menos um dos titulares, exceto para o(s) cotista(s) não obrigados a manter conta de investimento.

7.2. Responsabilidade do PETRA

- a) creditar, quando do resgate, exclusivamente a conta de investimento ou conta corrente, previamente cadastrada no sistema, da qual o investidor seja titular ou um dos titulares.
- b) manter históricos das movimentações do(s) cotista(s) conforme legislação aplicável.

8. CONTABILIZAÇÃO E DIVULGAÇÃO

8.1. Responsabilidade do ADMINISTRADOR

- a) informar aos órgãos competentes o início da prestação do serviço de Controladoria pelo **PETRA**.
- b) contratar empresa de auditoria para o **FUNDO**.
- c) preparar mensagem do administrador para publicação das demonstrações, quando aplicável.
- d) convocar assembleias para aprovação das demonstrações financeiras.
- e) informar ao **PETRA** sobre o resultado das Assembleias.

8.2. Responsabilidade do PETRA

- a) contabilizar, diariamente, todos os valores relacionados ao **FUNDO**, de acordo com a legislação vigente e regras descritas neste Contrato.
- b) Preparar as posições financeiras do **FUNDO**, conforme a legislação vigente.

9. GERAIS:

9.1. Responsabilidade do ADMINISTRADOR:

- a) informar ao **PETRA**, no dia do fato gerador, na forma prevista no Anexo II deste Contrato, todas as operações realizadas com os Ativos limitando-se ao horário pré-estabelecido no Anexo IV, deste Contrato.
- b) transmitir ao **PETRA** instruções por meio do site www.petra.com.br, observadas as condições estabelecidas na Cláusula V deste Contrato.
- c) informar ao **PETRA**, por escrito, com antecedência de até 48 (quarenta e oito) horas, sua intenção de exercer direitos relativos ao **FUNDO**.
- d) disponibilizar, tempestivamente, os recursos necessários na conta corrente do **FUNDO**, para o exercício dos direitos relativos aos Ativos do **FUNDO**, quando aplicável, não cabendo ao **PETRA**, qualquer responsabilidade pelo não exercício desses direitos, caso o **ADMINISTRADOR** não providencie os recursos para a respectiva liquidação financeira.
- e) solicitar ao **PETRA**, por escrito, bloqueio e desbloqueio, definindo os Ativos e suas características a serem utilizados para cobertura de Margem de Garantia junto às Bolsas, nos prazos e horários pré-estabelecidos no Anexo IV do Contrato.

f) garantir a informação no meio, padrão, prazo definido e disponível pelo **PETRA**.

g) comunicar em tempo hábil as operações estruturadas de renda fixa envolvendo ativos de renda variável

h) transmitir as instruções de forma clara e precisa, sob pena de o **PETRA** não cumpri-las, quando não será responsabilizado por eventuais prejuízos.

i) informar por escrito ao **PETRA** o cancelamento ou substituição de instruções que julgar incorretas, tomando ciência que, em caso contrário, as instruções enviadas permanecerão em vigor.

j) das operações efetuadas com bancos, corretoras e instituições em geral deverão constar o telefone e nome da pessoa para contato. Casos que envolvam cadastro do **FUNDO**, em outra instituição, deverão ser comunicados previamente ao **PETRA**.

k) quando ocorrerem operações de venda com outras corretoras, deverão ser solicitadas as transferências dos títulos ao **PETRA**, pelo **ADMINISTRADOR**, e pela Corretora em que os mesmos foram negociados, informando os dados necessários para a efetivação das transferências.

l) nas operações de opção realizadas e/ou registradas junto ao **ADMINISTRADOR** se obriga a instruir as Sociedades Corretoras, responsáveis pela custódia dessas operações, para transmitirem diariamente ao **PETRA**, as negociações das posições de contratos em aberto do **FUNDO**, e as respectivas chamadas de margens, quando aplicáveis.

9.2. Responsabilidade do **PETRA**

a) atualizar e comunicar os horários limites para o recebimento de informações do **ADMINISTRADOR**, em conformidade com o mercado financeiro e seus pregões nos termos do Anexo IV.

b) definir e informar ao **ADMINISTRADOR** os meios disponíveis para o recebimento das operações com Ativos.

c) garantir ao **ADMINISTRADOR** a prestação de informações relacionadas às operações realizadas.

d) cancelar ou substituir instruções recebidas do **ADMINISTRADOR** somente quando solicitadas por escrito.

e) manter sistema de *back up* e plano de contingência de modo a permitir a prestação contínua e ininterrupta dos serviços objeto deste Contrato.

f) o **PETRA** somente se responsabilizará pela conciliação das operações de futuro, termo, swap, opção e empréstimos de títulos, realizadas para o **FUNDO**, registradas junto à BM&F BOVESPA, e mantidas em custódia nas Sociedades Corretoras, executoras das

operações, desde que as posições dos contratos em aberto sejam expressamente informadas ao **PETRA** pelas respectivas Sociedades Corretoras.

g) a conciliação acima citada será efetuada com base nas informações prestadas pelas Sociedades Corretoras, não cabendo ao **PETRA** a responsabilidade pela veracidade das mesmas.

10. RELATÓRIOS:

10.1. Responsabilidade do ADMINISTRADOR:

a) o **ADMINISTRADOR** terá prazo de 3 (três) dias úteis, contados do recebimento de cada relatório ou extrato, para indicar eventual irregularidade de escrituração ou de execução das suas instruções dadas ao **PETRA**, por escrito, observado o disposto no Anexo IV do Contrato.

b) findo o prazo acima indicado, sem contestação do **ADMINISTRADOR**, os relatórios, os extratos e os atos do **PETRA** serão considerados aprovados pelo **ADMINISTRADOR**, não sendo passíveis de futuros questionamentos.

10.2. Responsabilidade do PETRA:

a) disponibilizar diariamente ao **ADMINISTRADOR**, por meio do site www.petra.com.br, relatórios dos Ativos do **FUNDO**, de acordo com o disposto na Cláusula V deste Contrato.

b) constatada eventual irregularidade que trata a cláusula 10.1. deste Anexo, o **PETRA** deverá corrigi-la no prazo de até 5 (cinco) dias úteis a contar da constatação, em concordância com o **ADMINISTRADOR**.

11. OPERAÇÕES

11.1.1. Para os Ativos Direitos Creditórios

a) Solicitar à Cedente o envio de arquivo, por meio eletrônico, previamente combinado entre Cedente e **PETRA**, contendo as características dos Direitos Creditórios que a(s) Cedente(s) pretende(m) ceder ao **FUNDO**, podendo ser tais Direitos Creditórios representado(s) por contrato(s) ou outro(s) documento(s) representativo(s) de crédito(s) disposto(s) no Regulamento emitido(s) contra o(s) cliente(s) da Cedente(s), já registrado(s) em Sistema de Cobrança, quando aplicável;

b) Enviar arquivo contendo os parâmetros para apreçamento na data em que realizar a cessão dos Direitos Creditórios ao **FUNDO**, através de e-mail ou *fac-símile*, por meio das Pessoas Autorizadas e endereçadas às Pessoas de Contato, indicadas no Anexo III deste instrumento, denominado Lista de Pessoas Autorizadas e Pessoas de Contato;

- c) Providenciar que o(s) Termo(s) de Cessão seja(m) emitido(s) e enviado(s) por *fac-símile*, por meio das Pessoas Autorizadas e endereçadas às Pessoas de Contato, indicadas no Anexo III deste instrumento ao **PETRA**, na data de aquisição dos Direitos Creditórios pelo **FUNDO**; e
- d) Providenciar que uma via original devidamente formalizada do(s) Termo(s) de Cessão seja(m) entregue(s) ao **PETRA**, em até 5 (cinco) dias da data de aquisição dos Direitos Creditórios pelo **FUNDO**, sob pena do **PETRA** interromper o processamento de futuras aquisição(ões) de Direitos Creditórios pelo **FUNDO**.

11.2.1. Para os Ativos Direitos Creditórios

- e) Recepcionar o arquivo citado na letra “a” do item 4.1.2., e enviar à Cedente, por meio eletrônico, previamente combinado entre Cedente e o **PETRA**, contendo os Direitos Creditórios selecionados e apreçados;
- f) Providenciar que os Direitos Creditórios selecionados pelo **PETRA** sejam devidamente registrados na carteira do **FUNDO** e em Sistema de Cobrança quando aplicável; e,
- g) Executar a liquidação financeira da(s) aquisição(ões) dos Direitos Creditórios registrados na carteira do **FUNDO**, mediante débito do respectivo valor na Conta Corrente do **FUNDO** e crédito na conta corrente da Cedente.



ANEXO III PESSOAS DE CONTATO

PELO PETRA:

Diretoria Comercial

Nome : Valquiria Matsui
Telefone : (11) 3526-9633
Fax : (11) 3526-9014
E-mail : valquiria.matsui@bancopetra.com.br

Diretoria de Custódia e Controladoria

Nome : Rogerio Penteado Felgueiras
Telefone : (11) 3526-9020
Fax : (11) 3526-9014
E-mail : Rogério.felgueiras@bancopetra.com.br

Diretoria de Administração de Recursos de Terceiros

Nome : Ricardo Augusto Meira Pedro
Telefone : (11) 3526-9637
Fax : (11) 3526-9014
E-mail : ricardo.pedro@bancopetra.com.br

Endereço para correspondência:

BANCO PETRA S.A.

Rua Pasteur, n.º 463, 11º andar, conjunto 1101,

Batel – Curitiba– PR

CEP: 80250-080

**ANEXO IV
HORÁRIOS OPERACIONAIS**

ENVIO DE INSTRUÇÕES PARA O PETRA			
Tipo de Operação	Clearing - Mercado	HORÁRIO LIMITE	OBSERVAÇÃO
ATIVO			
RENDA FIXA	SELIC - DEFINITIVA	16h	-
	SELIC - COMPROMISSADAS	16h	-
	CETIP	16h	
COTAS DO FUNDO	CETIP	15h	-
	TED/DOC/CONTA PETRA	15h	-
MERCADO FUTUROS	BM&F BOVESPA	1 Hora após o encerramento do pregão normal	-
SWAPS		16h	
	BTC - DEVOLUÇÃO ANTECIPADA	17h	
	BTC - RENOVAÇÃO	13h	Até a data do vencimento
DEPÓSITO/RETIRADA DE MARGEM DE GARANTIA SELIC/CETIP	TÍTULOS DE RENDA FIXA	16h	Respeitando 1 hora de antecedência do horário aceito pela Clearing para depósito (BM&F BOVESPA/BMA) o que for menor
	OUTROS ATIVOS/ESPÉCIE	11h	
DEPÓSITO DE MARGEM - COBERTURA PARA OPERAÇÕES DE BTC EM D+0	TÍTULOS DE RENDA FIXA	16h	
INSTRUÇÕES DE FECHAMENTO DE CÂMBIO	BACEN	Negocial	-
ENTRADA E SAÍDA DE RECURSOS		15h30	-
CADASTRO DE ATIVOS		D-2	Cotas de Fundos de Investimento

		D+0 (Até 12h)	Demais Ativos (*) Ativos exóticos devem ser previamente discutidos com a Precificação
PASSIVO			
APORTE DE COTISTAS		14h	
RESGATE DE COTISTAS	INGRESSO DE RECURSOS EM CONTA	12h	
CADASTRO DE COTISTAS	SOLICITAÇÃO DE RESGATE	D-2 DA APLICAÇÃO	PARA FUNDOS ADM. PETRACORRETORA
CADASTRO DE COTISTAS	DOCUMENTAÇÃO DE IDENTIFICAÇÃO E CADASTRO ASSINADO PELO COTISTA	ATÉ 12 HORAS	PARA FUNDOS COM ADM. EXTERNA
ENVIO DE INFORMAÇÕES DO PETRA			
ITEM		HORÁRIO	OBSERVAÇÃO
CARTEIRA DIÁRIA		15h	Mediante envio/consistência das informações em D+0 pelas contrapartes das operações que possibilitem a confirmação das operações realizadas
RELATÓRIO DE CAIXA – ABERTURA		10h	-
MARGEM REQUERIDA	BM&F BOVESPA	Até 1 hora após a solicitação pelas Corretoras	
RELATÓRIO DE PERFORMANCE SOBRE RESGATES		Até o 5º dia útil do mês subsequente	
RELATÓRIO DE REBATE DE DISTRIBUIDORES		Até o 5º dia útil do mês subsequente	
RELATÓRIO DE DESPESAS E TAXAS DO FUNDO		Até o 5º dia útil do mês subsequente	
RELATÓRIO DE DIVIDENDOS RECEBIDOS E PROVISIONADOS		Até o 5º dia útil do mês subsequente	

ANEXO IX – CONTRATO DE GESTÃO

CONTRATO DE GESTÃO DE CARTEIRA DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL MILÊNIO RECEBÍVEIS LP

Pelo presente instrumento particular, as Partes,

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL MILÊNIO RECEBÍVEIS LP, ("Fundo"), inscrito no CNPJ/MF sob n.º 15.578.550/0001-60, neste ato representado na forma do seu regulamento ("Regulamento") devidamente representado por seu administrador **PETRA – PERSONAL TRADER CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A**, instituição financeira com sede na Rua Pasteur, n.º 463, 11.º andar – Conjunto 1103, Água Verde, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 03.317.692/0001-94, neste ato representada na forma do seu estatuto social ("Administradora"); e

PETRA CAPITAL GESTÃO DE INVESTIMENTOS LTDA., sociedade limitada com sede na Av. Paulista, n.º 1842, 1.º andar, São Paulo-SP, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 09.204.714/0001-96 ("Gestor").

CONSIDERANDO QUE:

- a) a Administradora está habilitada e autorizada pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e ao Banco Central do Brasil ("BCB") para administrar fundos de investimentos em direitos creditórios, podendo, nos termos do inciso II da Instrução CVM n.º 356 de 17 de dezembro de 2001 ("Instrução 356") contratar, em nome do Fundo, terceiros, desde que devidamente credenciados na CVM para realização de atividade de gestão de carteiras de títulos, valores mobiliários e ativos financeiros de fundos de investimento;
- b) o Gestor por sua vez, está habilitado e autorizado pela CVM para o exercício profissional de gestão de carteiras de títulos, valores mobiliários e ativos financeiros de fundos de investimento; e
- c) as Partes ajustam, de comum acordo que, as funções de gestão da carteira do Fundo sejam desempenhadas pelo Gestor, permanecendo a Administradora responsável pelo exercício das funções de administração do Fundo, nos termos da regulamentação aplicável.

RESOLVEM firmar o presente Contrato de Gestão de Carteira do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multissetorial Milênio Recebíveis LP ("Contrato") que se regerá pela legislação aplicável e, em especial, pelas seguintes cláusulas e condições:

1. DO OBJETO

- 1.1. Durante a vigência do presente Contrato, o Gestor prestará ao Fundo, nos termos da legislação vigente, os serviços de gestão profissional dos títulos e valores mobiliários e dos direitos creditórios integrantes da carteira do Fundo, que englobam as atividades de seleção, avaliação, aquisição, alienação, subscrição, conversão, permuta e direitos relativos aos ativos financeiros e modalidades operacionais integrantes da carteira do Fundo.
- 1.2. Pelo presente Contrato e na melhor forma em direito admitida, a Administradora neste ato delega ao Gestor poderes de gestão da carteira do Fundo, de modo que possa, ora em diante, atuar na constituição da sua carteira de ativos, com observância às restrições legais e regulamentares aplicáveis à espécie e segundo a política de investimento do Fundo estabelecida no Regulamento. O Gestor administrará a carteira do Fundo, buscando, para tanto, identificar oportunidades de negócios que atendam aos interesses do Fundo, selecionando, adquirindo e vendendo direitos creditórios e ativos financeiros, sempre obedecendo os termos e condições do Regulamento do Fundo e a legislação aplicável.
- 1.3. A Administradora não prestará ao Gestor serviços de assessoria e/ou consultoria de investimentos, sendo responsabilidade exclusiva do Gestor a seleção e indicação dos direitos creditórios e ativos Financeiros a serem adquiridos pelo Fundo.
- 1.4. O Gestor realizará a gestão do Fundo mediante o fornecimento de instruções à Administradora, observadas as disposições deste Contrato.
- 1.5. Todas as operações contratadas pelo Gestor, em nome do Fundo, deverão ser registradas e liquidadas, conforme o caso, física e financeiramente junto à Administradora, na qualidade de instituição custodiante dos ativos do Fundo.
- 1.5.1. Fica estabelecido que a Administradora não autorizará a liquidação das operações efetuadas pelo Gestor, caso a operação esteja em desacordo com o Regulamento e/ou com a legislação aplicável, devendo tal fato ser imediatamente informado ao Gestor.
- 1.5.2. Caberá à Administradora o monitoramento das posições assumidas pelo Gestor com os recursos do Fundo, previstos no seu Regulamento, nas legislações e normas vigentes.
- 1.6. A Administradora envidará seus melhores esforços para, atender ao registro das operações de aquisição e/ou venda de direitos creditórios ou ativos financeiros que tenham sido solicitadas pelo Gestor, não podendo, no entanto, ser responsabilizada pela má liquidação ou pela não liquidação de tais registros que decorram de comprovadamente e exclusivamente de comunicação imprecisa, incorreta ou intempestiva e/ou de inadimplemento das contrapartes e/ou falhas das corretoras ou instituições responsáveis pela intermediação de tais operações.
- 1.7. A Administradora e o Gestor não se responsabilizam por quaisquer depreciações nos direitos creditórios e ativos financeiros adquiridos pelo Fundo, bem como eventuais garantias destes

ou ainda, por eventuais prejuízos decorrentes das flutuações do mercado às quais as aplicações em direitos creditórios ou em ativos financeiros estão sujeitas, ou, ainda, prejuízos decorrentes das operações realizadas pelo Gestor dentro dos limites legais ou dos atos regulares de gestão da carteira do Fundo.

1.8. Exceto pelos serviços a serem prestados pelo Gestor, nos termos do presente Contrato, a Administradora, diretamente ou por meio de seus agentes, permanecerá com a inteira e exclusiva responsabilidade do desempenho das demais funções de sua responsabilidade contidas no Regulamento e na legislação aplicável, incluindo os serviços de escrituração das Cotas e controladoria.

1.9. A precificação dos direitos creditórios e dos ativos financeiros do Fundo será feita exclusivamente pela Administradora, obedecidas as regras das legislações e normas vigentes, estando o Gestor isento de toda e qualquer responsabilidade com relação à precificação da carteira do Fundo.

2. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

2.1. As obrigações das partes perante os cotistas do Fundo são aquelas relacionadas na legislação e regulamentação em vigor emitidas pela CVM, pelo BCB e pela ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais, obrigando-se as partes a cumpri-las bem e fielmente.

2.2. Na administração do Fundo, caberá à Administradora cumprir as obrigações abaixo delimitadas, bem como outras que venham a ser previstas em regulamentações posteriormente editadas.

I – A Administradora obriga-se:

- a) responder pela administração do Fundo, nos termos estabelecidos na legislação aplicável;
- b) responder, entre outras atribuições previstas na legislação, pela:
 - (i) contratação de terceiros para prestação de serviços para o Fundo, se for o caso;
 - (ii) prestação de informações às autoridades fiscalizadoras competentes, excetuadas aquelas que forem delegadas e legalmente atribuídas a eventuais prestadores de serviços contratados;
 - (iii) manter em ordem os livros e registros, inclusive contábeis, do Fundo; e
 - (iv) fiscalizar os serviços prestados por terceiros contratados pelo Fundo.

- c) desempenhar as atribuições que lhe couberem em decorrência da administração do Fundo, excetuadas as responsabilidades delegadas e legalmente atribuídas ao Gestor neste Contrato ou a terceiros em contratos específicos;
- d) contratar, se for o caso, prestador habilitado e autorizado para os serviços de custódia e/ou controladoria dos ativos integrantes da carteira do Fundo, comunicando imediatamente o Gestor a respeito dessa contratação;
- e) empreender os seus melhores esforços para que o Gestor e o custodiante contratados possam estabelecer procedimentos e contatos adequados à liquidação das operações e da custódia dos ativos do Fundo;
- f) informar ao Gestor as contas correntes e conta de custódia do Fundo;
- g) realizar a conciliação diária da carteira de direitos de creditórios de titularidade do Fundo com as contas dos bancos cobradores, de forma a identificar os pagamentos e os valores inadimplidos em relação a cada um dos direitos creditórios, bem como o Gestor, na forma de coobrigado, sem afastar sua responsabilidade perante o Fundo e aos órgãos reguladores;
- h) dar baixa nos ativos e direitos creditórios que integrem a carteira do Fundo e recebimento de valores relacionados a tais ativos e direitos creditórios;
- i) fornecer aos cotistas os extratos e informes exigidos pela legislação aplicável;
- j) fornecer ao Gestor o regulamento e o prospecto do Fundo (quando houver), bem como informar ao Gestor, imediatamente, o teor de eventuais alterações no regulamento ou prospecto do Fundo, fornecendo as novas versões desses documentos; e
- k) convocar e realizar as assembleias gerais do Fundo, nos termos da legislação em vigor, comunicando o fato imediatamente ao Gestor.

2.3. Sem prejuízos das demais obrigações previstas na regulamentação em vigor, na gestão da carteira do Fundo, o Gestor obriga-se a:

- a) Gerir a Carteira do Fundo utilizando-se das boas práticas de mercado, em obediência estrita aos termos do seu Regulamento e à legislação em vigor;
- b) responder pela gestão dos ativos do Fundo e dos Direitos Creditórios, conforme estabelecido neste Contrato e na regulamentação vigente;

123

123

- c) cumprir fielmente as disposições deste Contrato, do regulamento e prospecto do Fundo, do Código de Auto-Regulação de Fundos de Investimento da ANBIMA (o “Código de Auto-Regulação”) e da legislação aplicável ao Fundo;
- d) respeitar estritamente a Política de Investimento e a classificação do Fundo, os limites previstos em Regulamento, os riscos e critérios de composição da carteira;
- e) fornecer as informações pertinentes aos Ativos Financeiros e dos Direitos Creditórios objeto de negociação pela Carteira do Fundo, tais como identificação, dados, características, valores e datas;
- f) manter o registro da documentação relativa às operações do Fundo pelo prazo de 5 (cinco) anos a contar da data de sua realização e, quando solicitado, fornecer em tempo razoável à Administradora qualquer documentação pertinente ao Fundo cuja guarda tenha ficado sob sua responsabilidade;
- g) exercer as suas atividades de negociação dos Ativos Financeiros e dos Direitos Creditórios integrantes da Carteira do Fundo buscando sempre as melhores condições para o Fundo;
- h) fornecer à Administradora e às autoridades fiscalizadoras competentes, quando for o caso, na esfera de sua competência e em prazo razoável, quaisquer informações relativas às operações do Fundo e às demais atividades que vier a desenvolver durante a gestão da carteira;
- i) assumir conjuntamente com a Administradora ou, quando não for possível a defesa conjunta, fornecer tempestivamente, no menor prazo possível, os subsídios para que a Administradora defenda os interesses do Fundo em eventuais notificações, avisos, autos de infração, multas ou qualquer outra penalidade aplicada pelas autoridades fiscalizadoras competentes, decorrentes das operações desenvolvidas pelo Fundo;
- j) arcar com os custos extraordinários, não previstos no Regulamento do Fundo, decorrentes de comprovada ação ou omissão na execução das atividades que lhe foram atribuídas por este Contrato e que sejam em manifesta violação às regras deste Contrato, inclusive reembolsando a Administradora e os cotistas na hipótese desta eventualmente arcar com tais custos; e
- k) manter sistemas internos e externos, meios de telecomunicação, local e pessoal treinado para impedir interrupções na execução das atividades para as quais foi contratado pelo Fundo, decorrentes de atos ou fatos imprevistos, tais como greves e falhas de sistemas de informática e telecomunicações.

2.4. O Gestor declara que tem plena ciência (a) das normas expedidas pelo BACEN e pela CVM aplicáveis ao Fundo, (b) das normas expedidas pela Cetip S.A. – Mercados Organizados e Selic – Sistema Especial de Liquidação e Custódia, entre outros; e (c) do enquadramento das aquisições de direitos creditórios e ativos financeiros ao Regulamento, no que se refere aos objetivos e à política de investimentos adotados na gestão da carteira, com o disposto neste Contrato, e com a legislação aplicável.

2.5. As partes obrigam-se a observar e respeitar o Código de Auto-Regulação sempre que forem fazer qualquer divulgação publicitária do Fundo, comprometendo-se, recíproca e previamente, a submeter à apreciação da outra parte o teor de qualquer material de divulgação publicitária e observar expressamente as diretrizes para publicidade e divulgação de material técnico de fundos de investimento previstas no referido Código de Auto-Regulação, obrigação essa que está sujeita ao previsto na Cláusula 8 do presente Contrato.

2.6. A Administradora e o Gestor responsabilizam-se cada qual, dentro das atribuições previstas neste Contrato, por quaisquer prejuízos ou perdas decorrentes do descumprimento, quer por seus representantes, empregados, administradores ou prepostos, de suas respectivas obrigações assumidas neste instrumento ou no regulamento do Fundo, ou ainda de suas obrigações decorrentes de normas legais, quer tenha tal descumprimento decorrido de comprovado dolo, culpa, ou resultado de negligência ou fraude, devendo cada qual, individualmente, arcar com as perdas decorrentes de multas, juros ou outras penalidades impostas por disposição legal ou decisão expedida por autoridades judicial ou administrativa competente.

2.7. O disposto previsto no item 2.6 acima não afastará o direito da parte prejudicada de obter indenização por danos morais e materiais advindos do descumprimento pela outra parte de suas obrigações oriundas do regulamento do Fundo, deste instrumento ou de outras normas legais aplicáveis, conforme previsto na Cláusula 8 do presente Contrato.

2.8. Observado o disposto no inciso “i” do item 2.3 as partes comprometem-se, no menor prazo possível, a comunicar reciprocamente quaisquer notificações, avisos, autos de infração, multas ou qualquer outra penalidade aplicada pelas autoridades reguladoras, autorreguladoras ou fiscalizadoras.

2.9. Caso o Fundo venha a sofrer qualquer punição por comprovado erro ou atraso no envio das informações exigidas pela regulamentação em vigor e pelo presente Contrato, em virtude de culpa ou dolo da Administradora, fica o Gestor exonerado de qualquer responsabilidade pelos fatos supervenientes resultantes da atividade da Administradora. Nestas hipóteses, a Administradora obriga-se a ressarcir o Gestor de qualquer prejuízo ou valor comprovadamente incorrido.

2.10. Caso o Fundo venha a sofrer qualquer punição por erro ou má gestão da carteira do Fundo, em virtude de culpa, dolo, ou má-fé do Gestor, fica a Administradora exonerada de qualquer responsabilidade pelos fatos supervenientes resultantes da atividade do Gestor. Nesta hipótese, o

Gestor obriga-se a ressarcir a Administradora de qualquer prejuízo ou valor comprovadamente incorrido.

2.11. As regras relativas à responsabilidade previstas neste Contrato não se aplicam nas hipóteses de caso fortuito ou de força maior, nos termos do parágrafo único do artigo 393 do Código Civil brasileiro.

2.12. A Administradora e o Gestor deverão observar as seguintes normas de conduta quando do exercício de suas respectivas atividades:

- a) buscar sempre as melhores condições para o Fundo, empregando o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma dispensar à administração de seus próprios negócios, atuando com lealdade em relação aos interesses dos cotistas e do Fundo, evitando práticas que possam ferir a relação fiduciária com eles mantida, e respondendo por quaisquer infrações ou irregularidades que venham a ser cometidas sob sua administração ou gestão;
- b) exercer, ou diligenciar para que sejam exercidos, todos os direitos decorrentes do patrimônio e das atividades do Fundo, ressalvado o que dispuser o regulamento sobre a política relativa ao exercício de direito de voto do Fundo;
- c) empregar, na defesa dos direitos dos cotistas, a diligência exigida pelas circunstâncias, praticando todos os atos necessários para assegurá-los e adotando as medidas judiciais cabíveis; e
- d) transferir ao Fundo qualquer benefício ou vantagem que possam alcançar em decorrência de sua condição, admitindo-se, contudo, que o administrador e o gestor de fundo de cotas sejam remunerados pelo administrador do fundo investido.

3. DA ADEQUAÇÃO DA CARTEIRA DO FUNDO E DOS RISCOS

3.1. A Administradora, na qualidade de entidade responsável perante os cotistas e os órgãos reguladores e autorreguladores, poderá monitorar as posições assumidas pelo Gestor, de forma a verificar falhas ou violações da legislação aplicável ao Fundo, seu regulamento ou mandato específico, quando poderá, notificar o Gestor para solicitar o cancelamento das respectivas operações ou sua adequação imediata, mantendo em suspenso a sua liquidação por parte dos prestadores dos serviços de custódia e controladoria até solução da divergência identificada.

3.2. Se a Administradora detectar a inadequação de qualquer operação posteriormente à sua realização, poderá a Administradora notificar o Gestor para solicitar o cancelamento das respectivas operações ou sua adequação dentro de prazo razoável e condizente com a natureza da operação então contestada, mas em hipótese nenhuma inferior a 30 (trinta) dias consecutivos da data da notificação para a adoção de uma das seguintes providências pelo Gestor: (i) contestar, por meio de

contra notificação, (ii) cancelar ou (iii) adequar a operação dentro do prazo previsto, arcando o Gestor, nas hipóteses (ii) e (iii), às suas próprias expensas, com todos os ônus decorrentes da inexecução das operações perante as respectivas contrapartes e de eventuais questionamentos oriundos das autoridades reguladoras e autorreguladoras.

3.3. Na hipótese de reenquadramento da carteira do Fundo, a Administradora poderá, a seu exclusivo critério, efetuar operações com os ativos que tenham gerado o desenquadramento ou, se possível, com outros ativos, de forma a gerar o menor impacto negativo possível para a rentabilidade do Fundo.

3.4. Apesar da prerrogativa de realizar o enquadramento direto da carteira do Fundo, a Administradora não poderá ser responsabilizada por prejuízos, danos ou perdas, inclusive de rentabilidade que o Fundo venha a sofrer em virtude da realização de tais ajustes, pois essas operações destinam-se a reenquadrar o Fundo aos parâmetros legais ou às disposições previstas no regulamento, prospecto ou mandato específico do Fundo.

3.5. Nas hipóteses em que as operações selecionadas para o Fundo pelo Gestor exigirem a participação ou intermediação de agentes e corretoras de valores mobiliários, o Gestor os selecionará a seu exclusivo critério. Contudo, o Gestor deverá submeter uma lista de 02 (dois) agentes ou corretoras selecionadas à apreciação prévia da Administradora, que somente poderá vetar uma de tais indicações, por motivo devidamente fundamentado e razoável, hipótese em que a outra opção estará automaticamente aprovada. Não havendo possibilidade de se cotar 02 (dois) agentes ou corretoras, o critério de escolha será de discricionariedade da Gestora.

3.6. O Gestor responde integralmente pelos prejuízos que comprovadamente causar ao Administrador e ao Fundo na Gestão da carteira do Fundo, inclusive decisões de investimento e operações realizadas.

4. DA REMUNERAÇÃO DO GESTOR

4.1. Pelos serviços de gestão descritos neste Contrato, o Gestor receberá a remuneração equivalente a 0,2% ao ano, observado o valor mínimo mensal de R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais).

4.1.1. A remuneração será paga pelo Fundo ao Gestor no 5º (quinto dia) útil do mês subsequente à prestação dos serviços de gestão aqui previstos, mediante a apresentação de fatura pelo Gestor.

5. DO SIGILO

5.1. As Partes concordam, por si e por seus representantes, diretores, conselheiros, empregados, prepostos, procuradores ou pessoas ligadas que participem diretamente dos serviços objeto do presente Contrato, em manter absoluto sigilo relativamente a toda e qualquer informação referente

ao presente Contrato e aos cotistas do Fundo, bem como em relação às informações referentes às características do Fundo, ressalvadas as hipóteses em que a revelação das informações se fizer necessária em virtude de:

- a) exigência legal;
- b) determinação judicial;
- c) solicitação dos órgãos reguladores, autorreguladores e fiscalizadores competentes; e
- d) para efeitos exclusivamente contábeis em livros e registros, dos termos e condições da prestação dos serviços previstos neste Contrato.

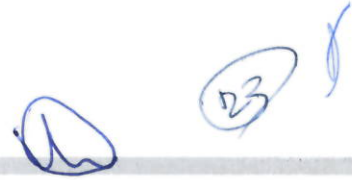
5.2. Nas hipóteses da Cláusula 5.1. acima, caso a Parte receptora ou seus prepostos sejam compelidos a divulgar Informações Confidenciais a autoridades administrativas ou judiciais, a Parte receptora deverá:

- (i) informar imediatamente, por escrito, à Parte titular da informação confidencial a existência, as circunstâncias e o teor dos requerimentos feitos por tais autoridades;
- (ii) consultar a Parte titular da informação confidencial acerca de medidas legais a serem adotadas diante dos requerimentos feitos pelas autoridades administrativas ou judiciais; e
- (iii) tomar as medidas razoavelmente necessárias, a pedido da Parte titular da informação confidencial, para obter ou ajudá-la a obter uma ordem ou uma medida que assegure que será dado tratamento confidencial à parcela das Informações Confidenciais divulgada que a Parte titular da informação confidencial designar.

5.3. As Partes deverão restringir o acesso às informações confidenciais somente a seus empregados, representantes ou agentes que estejam efetivamente relacionados com o objeto deste Contrato, os quais deverão estar cientes com o disposto nesta Cláusula 5.

5.4. Além de constituir infração contratual, a violação do dever de sigilo, inclusive aquela cometida por seus empregados, dirigentes e representantes, a qualquer título, obriga a parte infratora ao pagamento de indenização pelos prejuízos causados à parte proprietária da informação, nos termos deste Contrato.

5.5. O pagamento de indenização não desobriga as Partes, seus dirigentes, empregados e representantes a qualquer título de continuarem cumprindo, no que for cabível, o dever de sigilo aqui previsto.



5.6. Durante a vigência do presente Contrato e pelo prazo de 36 (trinta e seis) meses a contar de seu término, qualquer que seja o motivo, as partes comprometem-se por si, seus dirigentes, empregados e representantes, a qualquer título, a respeitar o dever de sigilo ora estabelecido, sob pena de indenizar os prejuízos causados à parte prejudicada.

6. DA FISCALIZAÇÃO

6.1. A Administradora poderá, por si ou por meio de terceiros contratados, fiscalizar a execução das atividades do Gestor, no estabelecimento deste, mediante aviso escrito com antecedência de 05 (cinco) dias úteis.

6.2. A fiscalização ora prevista está sujeita às obrigações de sigilo nos termos da legislação em vigor e deste Contrato.

7. DA VIGÊNCIA

7.1. O presente Contrato é celebrado por prazo indeterminado, podendo ser rescindido por qualquer das Partes, sem qualquer ônus, mediante aviso prévio, por escrito, com 60 (sessenta) dias de antecedência, sendo que, a rescisão imotivada por parte do Fundo somente poderá ocorrer na hipótese prevista na Cláusula 7.2, item (c) abaixo. Todas as obrigações entre as partes deverão ser salgadas neste prazo do aviso prévio para rescisão deste Contrato.

7.2. Este Contrato poderá ser rescindido, ainda, a critério da parte inocente ou prejudicada, nas seguintes hipóteses:

- a) se qualquer parte descumprir uma obrigação prevista neste Contrato e, após ter sido notificada por escrito pela outra Parte, deixar, no prazo de 10 (dez) dias contados do recebimento da notificação, de corrigir seu inadimplemento;
- b) superveniência de lei, regulamentação e instrução das autoridades competentes, notadamente CVM e Banco Central do Brasil, que impeçam ou modifiquem a natureza, termos ou condições deste Contrato;
- c) substituição da Administradora ou do Gestor por deliberação de Assembleia Geral de cotistas do Fundo;
- d) renúncia ou descredenciamento da Administradora ou Gestor para o exercício das suas respectivas atividades por decisão da CVM. Nesse caso, serão adotados os seguintes procedimentos:
 - (i) na hipótese de descredenciamento do Gestor, a Administradora assumirá a gestão da carteira do Fundo até que a assembleia geral decida pelo seu substituto, sendo que na

hipótese de descredenciamento da Administradora, a CVM nomeará administrador provisório;

- (ii) na hipótese de renúncia de qualquer uma das Partes, a Administradora deverá convocar assembleia geral para deliberar a substituição do renunciante, que permanecerá no exercício de suas funções até efetiva substituição, respeitado o prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data da renúncia; e
- (iii) nas demais hipóteses de rescisão, a Administradora convocará assembleia geral para deliberar sobre os motivos que conduziram à decisão de resolver este Contrato e sobre a continuidade dos prestadores de serviços ou a sua substituição.

7.3. Não obstante o disposto no item 7.2 supra, o presente Contrato poderá ser rescindido, de pleno direito e independente de quaisquer avisos ou notificações, judiciais ou extrajudiciais, sem ônus para o denunciante, nas seguintes hipóteses, além daquelas previstas na legislação aplicável:

- a) requerimento de recuperação judicial ou extrajudicial, pedido de falência, intervenção, liquidação ou dissolução judicial ou extrajudicial de qualquer das Partes; ou
- b) liquidação do Fundo.

8. COMUNICAÇÃO ENTRE AS PARTES

8.1. Diariamente, se for o caso, as operações realizadas para a Carteira do Fundo serão comunicadas a Administradora. Sendo que, os horários para realização de tais operações estão descritos no Anexo II ao presente Contrato. A comunicação oral e escrita entre a Administradora e o Gestor será feita exclusivamente por intermédio das pessoas autorizadas por eles indicadas e autorizadas, por escrito, constantes do Anexo I, que, rubricado pelas partes, integra o presente Contrato.

8.2. Toda e qualquer correspondência ou comunicação entre as partes deverá ser enviada para os endereços constantes do preâmbulo deste instrumento, ou outros, que, por escrito e sob protocolo, sejam encaminhados por uma parte à outra.

8.3. Na transmissão de instruções do Gestor à Administradora as pessoas autorizadas pelo Gestor deverão utilizar cartas protocoladas, fac-símile ou e-mail, desde que firmados ou originados pelas pessoas autorizadas.

8.4. As partes poderão alterar as pessoas autorizadas e/ou seus dados a qualquer tempo, mediante envio de comunicação por escrito à outra Parte.

8.5. As partes estão cientes e concordam que as comunicações verbais sejam gravadas e poderão ser utilizadas para dirimir eventuais dúvidas.

8.6. As partes manterão registros e arquivos dos entendimentos e correspondências de seus representantes concernentes à execução deste Contrato.

9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. Termos iniciados em letras maiúsculas, não definidos neste Contrato possuem o significado que lhes é atribuído no Regulamento do Fundo.

9.2. Os tributos incidentes ou que venham a incidir sobre pagamentos feitos ou recebidos pela Administradora e pelo Gestor decorrentes deste Contrato, serão suportados por quem seja o sujeito da obrigação tributária.

9.3. A Administradora e o Gestor não poderão usar os nomes e marcas um do outro, salvo mediante autorização prévia, por escrito, da parte detentora do nome ou marca que será utilizada.

9.4. Se qualquer das partes, em qualquer tempo ou período, não fizer valer qualquer um ou mais dos termos ou condições deste instrumento, isso não será considerado novação ou renúncia dos referidos termos ou condições ou do direito de, em qualquer tempo posterior, fazer valer todos os termos e condições deste instrumento. A renúncia e novação serão sempre feitas por escrito.


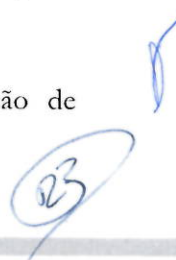
9.5. As partes não poderão ceder a terceiros seus direitos e obrigações decorrentes deste instrumento, sem prévio e expresse consentimento da outra parte.

9.6. Não existe exclusividade entre a Administradora e o Gestor na prestação dos serviços objeto do presente Contrato, podendo as partes atuar como administradores, gestores de carteiras de fundos ou consultores de carteira de outros investidores, bem como contrapartes de outras empresas especializadas a prestar os serviços objeto da presente contratação.

9.7. As partes se comprometem a adequar o presente Contrato, caso haja alteração na legislação vigente, quanto às obrigações dos administradores de fundos de investimento e administradores de carteiras de fundos de investimento.

9.8. Eventuais alterações do presente instrumento, bem como eventuais aditamentos, somente terão validade se promovidos de comum acordo, através de instrumento por escrito firmado pelas partes.

9.9. O presente instrumento não caracteriza qualquer forma de associação, formação de consórcio, "joint-venture" ou estabelecimento de vínculo societário entre as partes.

9.10. As partes contratantes não mantêm qualquer vínculo empregatício com empregados, dirigentes ou prepostos umas das outras, cabendo a cada uma das partes, particularmente e com exclusividade, o cumprimento de suas respectivas obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias, na forma da legislação em vigor.

9.11. A Administradora e o Gestor atuarão com a máxima diligência na seleção dos potenciais investidores que venham a aplicar recursos no Fundo, declarando, neste ato, conhecer a íntegra da legislação sobre fundos de investimento e de prevenção e combate ao crime de lavagem de dinheiro, especialmente, a Lei nº 9.613/98, a Circular nº 2.852/98 e Carta-Circular nº 2.826/98, editadas pelo Banco Central do Brasil, bem como a Instrução CVM nº 301/99.

9.12. Os Anexos I e II do presente Contrato fazem parte integrante e inseparável do presente Contrato para todos os fins.

9.13. O Gestor não poderá assumir qualquer obrigação em nome da Administradora, salvo quando prévia e expressamente autorizada por escrito, bem como não poderá subcontratar a prestação dos Serviços sem a prévia e expressa autorização da Administradora.

9.14. As partes elegem o Foro da Comarca da Capital de São Paulo como o único competente para dirimir quaisquer dúvidas e questões oriundas deste instrumento, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito, na presença de 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Alexandre Calvo
Procurador

Curitiba, 09 de setembro de 2015.

Marlei Marti
Procurador

**FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL
MILÊNIO RECEBÍVEIS LP,**

Representado por PETRA – PERSONAL TRADER CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES
MOBILIÁRIOS S/A

PETRA CAPITAL GESTÃO DE INVESTIMENTOS LTDA.

Testemunhas:

Luís A. Fernandes

Nome: **Tiago A. Fernandes**
RG nº: **RG: 8.215.585-6**
CPF **041.870.989-09**

Nome: **Nayoni Alves**
RG nº: **10.492.501-4**

ANEXO I

AO CONTRATO DE GESTÃO DE CARTEIRA DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL MILÊNIO RECEBÍVEIS LP

RELAÇÃO DAS PESSOAS AUTORIZADAS

Relação de nomes, assinaturas, endereços eletrônicos e telefones das pessoas autorizadas pelas partes a enviar, dar, receber e confirmar instruções e comunicações oral ou escrita entre a Administradora e o Gestor.

Pessoas autorizadas pelo Gestor:

Nome	Assinatura	Endereço eletrônico	Telefone
Ricardo Binelli		ricardo.binelli@petraasset.com.br	(11) 3526-9008
Felipe Moreira		felipe.moreira@petracorretora.com.br	(11) 3526-9025

II. PODERES OUTORGADOS À(S) PESSOA(S) INCLUÍDA(S) NO CADASTRO GERAL DE PESSOAS AUTORIZADAS

- Por meio desta, nomeamos e constituímos as pessoas relacionadas acima como nossa(s) mandatária(s) para envio de instruções/ informações;
- Assumimos integralmente a responsabilidade de comunicá-los, por escrito, na forma prevista no item 9.8. do Contrato, quanto à revogação do mandato outorgado por meio desta às pessoas ora cadastradas na condição de pessoas autorizadas, conforme preceitua o disposto no artigo 686 do Código Civil Brasileiro, ou a ocorrência de qualquer outra situação de extinção de mandato prevista no artigo 682 do mesmo diploma legal;
- Reconhecemos que as instruções por elas transmitidas serão consideradas como válidas e legítimas perante V.Sas. até a comunicação citada no item 2 acima.

Telefone da ADMINISTRADORA destinado à transmissão de instruções/informações pelo Gestor:

(41) 3074-0909

Fac-símile da ADMINISTRADORA destinado à transmissão de instruções/informações pelo Gestor:

(41) 3074-0909

E-mail da ADMINISTRADORA destinado à transmissão de instruções/informações pelo Gestor:

admfundos@bancopetra.com.br

c/c

controladoriafundos@personaltrader.com.br

Curitiba, 09 de setembro de 2015.


PETRA CAPITAL GESTÃO DE INVESTIMENTOS LTDA.

ANEXO II
AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GESTÃO DE CARTEIRA DO
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL
MILÊNIO RECEBÍVEIS LP

Horários e documentos relacionados às operações do FUNDO, conforme cláusula 8.1 do Contrato.

Para o cumprimento dos serviços estabelecidos no presente Contrato, o Gestor deverá enviar as instruções à Administradora, obedecendo os seguintes horários:

Operações de Ativos Financeiros (Renda Fixa)

- a) Emissão de DOCs – horário: até 15 hs;
- b) Emissão de TED – horário: até 15 hs.

Operações de Direitos Creditórios

- a) Cessão de Direitos Creditórios – horário: até 11hs;
- b) Recompra de Direitos Creditórios – horário: até 11hs.

Os horários poderão ser alterados a qualquer momento, mediante correspondência prévia por escrito.

Quaisquer instruções recebidas fora do horário estabelecido nesta cláusula, não deverão ser cumpridas pela Administradora. Ficará, entretanto, a critério deste, a prática dos seus melhores esforços para liquidar tais operações, sob responsabilidade integral do Gestor.

Somente instruções emanadas pelas pessoas autorizadas, nos termos do Anexo I, serão acatadas pela Administradora.

ANEXO X – CONTRATO DE DISTRIBUIÇÃO DE QUOTAS



CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DISTRIBUIÇÃO DE COTAS DE FUNDO DE INVESTIMENTO

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, as Partes (assim designadas quando referidas em conjunto), de um lado,

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL MILÊNIO RECEBÍVEIS LP, inscrito no CNPJ sob o nº 15.578.550/0001-60 ("**FUNDO**"), representado por seu administrador, **BANCO PETRA S/A**, abaixo qualificado ("**ADMINISTRADOR**");

De outro:

PETRA - PERSONAL TRADER CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS S/A, instituição financeira corretora de valores mobiliários com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Av. Paulista, 1842, 1º andar, Bela Vista, inscrita no CNPJ/MF sob nº 03.317.692/0001-94, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("**DISTRIBUIDOR**").

E, como interveniente anuente:

MILÊNIO FOMENTO MERCANTIL LTDA, sociedade limitada com sede na cidade de Recife, estado de Pernambuco, na Rua José de Alencar, nº 916, 7º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.546.588/0001-05, neste ato representado na forma de seu Contrato Social, na qualidade de consultora do Fundo ("**CONSULTORA**").

CONSIDERANDO QUE:

- (i) o **ADMINISTRADOR** é a instituição responsável pela administração do **FUNDO**, nos termos do Regulamento, sendo uma sociedade regularmente constituída e em funcionamento no País, devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM para administrar carteira de títulos e valores mobiliários;
- (ii) o **FUNDO** foi constituído na forma de condomínio fechado, nos termos da Instrução CVM 356/01;
- (iii) o **DISTRIBUIDOR** é uma instituição integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, regularmente constituída e em funcionamento no país, devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM para o exercício desta atividade;
- (iv) as Partes e os Intervenientes Anuentes desejam formalizar o presente instrumento com as regras e as condições pelas quais o **DISTRIBUIDOR** realizará a distribuição das cotas do **FUNDO** ("Cotas"), em regime de melhores esforços; e
- (v) o **DISTRIBUIDOR** tem interesse, mediante o recebimento de remuneração prevista neste instrumento, em distribuir as Cotas do **FUNDO** e assumir todas as obrigações previstas neste instrumento, aquelas que lhe diz respeito no Regulamento do **FUNDO**, na legislação aplicável e nos demais documentos da securitização.

Resolvem as Partes e os Intervenientes Anuentes celebrar o presente "Contrato de Prestação de Serviços de Distribuição de Fundo de Investimento" ("CONTRATO") que se regerá pelas cláusulas e condições adiante expressamente enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

1.1. O presente **CONTRATO** visa estabelecer as condições pelas quais o **DISTRIBUIDOR** prestará o serviço de distribuição de Cotas do **FUNDO**, que consiste no agenciamento de investidores, pessoas jurídicas ou físicas, domiciliadas no país ou no exterior, inclusive outros fundos de investimento administrados e/ou geridos pelo próprio **DISTRIBUIDOR** ou por empresas pertencentes ao mesmo grupo econômico a que este faz parte, e que se enquadrem na definição de investidores qualificados nos termos legislação vigente "Investidores", para aplicação de recursos no **FUNDO**.

1.1.1. As Partes estabelecem que o **DISTRIBUIDOR** poderá contratar agentes autônomos de investimento para exercer a atividade de distribuição de Cotas do **FUNDO**.

CLÁUSULA SEGUNDA DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO DISTRIBUIDOR

2.1. O **DISTRIBUIDOR** poderá realizar a colocação de Cotas:

a) de forma direta, hipótese em que o **DISTRIBUIDOR** identificará o Investidor para o Administrador;

b) não será permitida a utilização do mecanismo de distribuição por conta e ordem conforme previsto na legislação em vigor.

2.1.1. O **DISTRIBUIDOR** atuará com a máxima diligência na seleção dos Investidores, se responsabilizando pela manutenção e entrega de toda a documentação cadastral destes (inclusive pelo Termo de Adesão ao Regulamento do **FUNDO** fornecido pelo **ADMINISTRADOR**), bem como pelo cumprimento de todas as exigências legais quanto a esta documentação.

2.1.2. O **DISTRIBUIDOR** obriga-se a cumprir todas as obrigações estabelecidas pela legislação sobre prevenção e combate ao crime de lavagem de dinheiro e ocultação de bens, direitos e valores relativos aos Investidores, nos termos da cláusula 2.7 abaixo.

2.1.3. Em havendo solicitação formal de qualquer autoridade, deverá o **ADMINISTRADOR** enviar os documentos requeridos de qualquer um dos Investidores diretamente para a autoridade solicitante.

2.2. O **DISTRIBUIDOR** declara ter conhecimento do teor do Regulamento do **FUNDO** incluindo, sem limitação, a política de investimento, as regras referentes à aplicação e resgate das Cotas, os riscos envolvidos, bem como a taxa de administração e demais taxas e despesas praticadas, obrigando-se a informá-las aos Investidores com total clareza.

2.3. Na hipótese de existirem fundos de investimento administrados e/ou geridos pelo **DISTRIBUIDOR** ou empresas pertencentes ao seu grupo econômico que vierem a aplicar no **FUNDO**, nos termos desse **CONTRATO**, tais aplicações serão de responsabilidade, total e exclusiva, do **DISTRIBUIDOR** ou das empresas pertencentes ao seu grupo econômico.

2.4. O **DISTRIBUIDOR** responderá perante o **FUNDO** e os Investidores pelos eventuais prejuízos decorrentes de comprovada culpa ou dolo na prestação do serviço objeto deste **CONTRATO**, responsabilizando-se, ademais, pelas multas, atualizações monetárias e juros daí decorrentes e que venham a ser cobrados do **FUNDO** e/ou dos Investidores.

2.5. O **DISTRIBUIDOR** declara que conhece na íntegra as legislações referentes ao **FUNDO** e prevenção e combate ao crime de lavagem de dinheiro.

2.6. O **DISTRIBUIDOR** será responsável pelas providências necessárias para atender o disposto na Lei 9.613/98 e suas alterações, Circular 3.461/2009 do Banco Central do Brasil, Instrução CVM nº 301/99 e alterações posteriores, e demais normativos editados ou que venham a ser editados com relação à prevenção aos crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores.

2.7. O **DISTRIBUIDOR** é responsável civil e administrativamente, no exercício de suas atividades, pelos prejuízos resultantes de seus atos dolosos ou culposos e pelos atos que infringirem as normas e as legislações vigentes, sem prejuízo de sua eventual responsabilidade penal.

2.8. O **DISTRIBUIDOR** obriga-se:

a) instruir seus diretores, funcionários, prepostos ou terceiros contratados a agirem com ética, obrigando-se especialmente a comunicar devidamente as características e os riscos inerentes às aplicações no **FUNDO**, não prometendo rendimento pré-determinado, e/ou obter quaisquer vantagens, para si ou para empresas ligadas ou sob controle comum, com os recursos captados, bem como, a não colocar o **FUNDO** de maneira equívoca ou que induza o Investidor a erro ou dúvida. Nesse sentido, o **DISTRIBUIDOR** obriga-se, ainda, a não provocar distorções na apresentação da performance histórica do **FUNDO**, ou recomendar o **FUNDO** para Investidores que não tenham perfil de investimento compatível;

b) tomar todas as cautelas e agir com elevados padrões de diligência, respondendo pela falta de diligência ou omissão, para assegurar que as informações prestadas pelo Administrador sejam verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos Investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da aquisição das Cotas;

c) distribuir as Cotas exclusivamente a Investidores;

d) divulgar eventuais conflitos de interesse aos Investidores;

e) certificar-se de que os Investidores têm conhecimento e experiência em finanças e negócios suficientes para avaliar a qualidade e os riscos na subscrição das Cotas; e

f) certificar-se de que o investimento nas Cotas é adequado ao nível de sofisticação e ao perfil de risco dos Investidores;

2.9. O **DISTRIBUIDOR** deverá conservar à disposição da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, enquanto vigorar este **CONTRATO**, e pelo prazo de 5 (cinco) anos a partir do seu encerramento, todos os documentos relacionados à contratação e à prestação de serviços de cada agente autônomo contratado pelo **DISTRIBUIDOR**.

2.10. O **DISTRIBUIDOR** obriga-se a obter e a enviar para o **ADMINISTRADOR** todos os documentos cadastrais dos Investidores exigidos por lei, incluindo termo de adesão ao Regulamento do

FUNDO devidamente assinado, anteriormente à efetiva aplicação dos recursos, conforme modelo fornecido pelo Administrador.

CLÁUSULA TERCEIRA DAS RESPONSABILIDADES MÚTUAS E DO ADMINISTRADOR

3.1. As Partes responderão perante as autoridades competentes, na esfera de suas respectivas responsabilidades, pelos prejuízos decorrentes de atos e omissões próprios a que derem causa, sempre que agirem de forma contrária às normas e legislações aplicáveis.

3.2. O **ADMINISTRADOR** obriga-se a fornecer ao **DISTRIBUIDOR** a documentação relativa ao **FUNDO**, que será disponibilizada pelo **DISTRIBUIDOR** aos Investidores. Nesse sentido, o **ADMINISTRADOR** enviará ao **DISTRIBUIDOR**, cópia dos novos Regulamentos e/ou Prospectos, bem como as respectivas Atas de Assembleias Gerais.

CLÁUSULA QUARTA DO MANDATO

4.1. Para garantir ao **DISTRIBUIDOR** condições de cumprimento das atribuições decorrentes deste **CONTRATO**, fica ele constituído pelo **ADMINISTRADOR** como seu procurador, investido de poderes especiais para que exerça todos os atos necessários à distribuição, incluindo dar quitação na subscrição das Cotas, após a devida compensação bancária, em cujo processamento venha a participar na qualidade de **DISTRIBUIDOR**, sendo o presente mandato outorgado de maneira irrevogável e irrevogável, na forma do Artigo 684 do Código Civil Brasileiro.

CLÁUSULA QUINTA DAS APLICAÇÕES E RESGATES

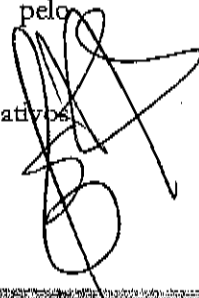
5.1. Os recursos relativos a aplicações no **FUNDO** decorrentes das distribuições das Cotas realizadas pelo **DISTRIBUIDOR** deverão ser depositados diretamente na conta corrente do **FUNDO**, observado o disposto nos demais itens dessa cláusula.

5.2. As solicitações de aplicações dos Investidores deverão ser transmitidas pelo **DISTRIBUIDOR** ao **ADMINISTRADOR**, até o seu horário limite para aplicação do **FUNDO**, conforme definido no Anexo I, em dias úteis bancários.

5.3. Caso o **DISTRIBUIDOR** não respeite os horários limites previstos no Anexo I, as solicitações das aplicações de Cotas serão consideradas como recebidas pelo **ADMINISTRADOR** apenas no dia útil bancário seguinte e/ou conforme estabelecido no Regulamento do **FUNDO**, e a parte que deu razão ao atraso na transmissão da solicitação arcará com os eventuais prejuízos daí decorrentes.

5.4. Previamente à primeira aplicação pelos Investidores no **FUNDO**, o **DISTRIBUIDOR** deverá entregar aos Investidores cópia do Regulamento, prospectos, se houver, e quaisquer outros documentos referente ao **FUNDO**, disponibilizados ao **DISTRIBUIDOR** pelo **ADMINISTRADOR**.

5.5. O **DISTRIBUIDOR** deverá promover a atualização das fichas cadastrais dos Investidores ativos em períodos não superiores a 24 (vinte e quatro) meses.



5.6. Os recursos provenientes dos resgates de Cotas do **FUNDO**, pelos Investidores, serão transferidos diretamente para as contas-correntes e/ou contas investimento de titularidade dos mesmos, indicadas nas respectivas fichas cadastrais.

5.7. Os horários, limites e demais condições de aplicação no **FUNDO** estabelecidos neste **CONTRATO**, especialmente no Anexo I, deverão ser devidamente informados aos Investidores e respeitados pelo **DISTRIBUIDOR**, declarando-se o **DISTRIBUIDOR**, desde já, ciente e de acordo que o **ADMINISTRADOR** não poderá ser responsabilizado por não acatar aplicações solicitadas em desacordo com essas condições.

5.8. As ordens de crédito para aplicação no **FUNDO** serão feitas por Transferência Eletrônica Disponível ("TED") ou por intermédio da CETIP S.A. – Mercados Organizados, diretamente da conta de titularidade do Investidor para a conta do **FUNDO**.

5.9. O **ADMINISTRADOR** poderá de comum acordo com a gestora do **FUNDO**, fechar o **FUNDO** para novas aplicações, notificando imediatamente o **DISTRIBUIDOR**.

CLÁUSULA SEXTA REMUNERAÇÃO

6.1. Pela distribuição das Cotas do **FUNDO** objeto deste **CONTRATO**, o **DISTRIBUIDOR** fará jus a da remuneração estabelecida abaixo ("Comissionamento"):

- (a) 0,15% calculado sobre o valor total das cotas da 2ª Série Sênior integralizadas.

6.2. A comissão acima será ao **DISTRIBUIDOR** pelo **FUNDO**.

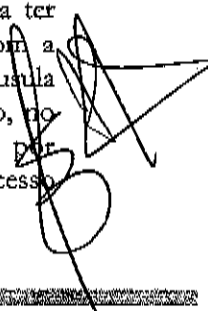
CLÁUSULA SÉTIMA EXCLUSIVIDADE

7.1. O presente **CONTRATO** é firmado em caráter de exclusividade.

7.2. Conforme o caso, havendo necessidade de contratação de outras instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de títulos e valores mobiliários para distribuírem certa emissão de Cotas, de forma a integrarem um consórcio de distribuição, poderá ser firmado outro contrato de distribuição, de forma a atender as exigências regulatórias e condições da respectiva oferta, sempre o **DISTRIBUIDOR** figurando na posição de coordenador líder.

CLÁUSULA OITAVA DA CONFIDENCIALIDADE

8.1. As Partes, por si, seus empregados e prepostos, sob as penas da lei, manterão o mais completo e absoluto sigilo sobre quaisquer dados, materiais, pormenores, documentos, especificações técnicas e comerciais de produtos e de informações das demais Partes, ou de terceiros, de que venham a ter conhecimento ou acesso, ou que lhes venham a ser confiados, sejam relacionados ou não com a prestação de serviços objeto deste **CONTRATO**. A inobservância do disposto nesta cláusula acarretará sanções legais respondendo a Parte infratora e quem mais tiver dado causa à violação, no âmbito civil e criminal, salvo quando a divulgação for imposta por lei, por ordem judicial ou por autoridade fiscalizadora ou se fizer necessária para a elaboração de algum relatório ou processo diretamente relacionado ao escopo dos serviços prestados.



8.1.1. Nas informações submetidas à confidencialidade a que se obriga cada uma das Partes, estão compreendidas, dentre outras, aquelas relativas a Investidores ou Clientes potenciais e já existentes da outra Parte, além das informações que possam servir para beneficiar sua(s) concorrente(s).

8.1.2. Excluem-se deste **CONTRATO** as informações: (i) de domínio público; (ii) as que já eram do conhecimento da Parte receptora; e (iii) as informações cuja revelação seja autorizada, por escrito, prévia e expressamente, pela Parte de que hajam provindo.

8.2. Se uma das Partes, por determinação legal ou em decorrência de ordem judicial ou de autoridade fiscalizadora, tiver que revelar algo sigiloso, conforme acima especificado, imediatamente dará notícia desse fato à outra Parte e lhe prestará as informações e subsídios que possam ser necessários para que, a seu critério, possa defender-se contra a divulgação de quaisquer das informações sigilosas.

8.3. É vedada a utilização das informações confidenciais para qualquer outro fim que não: (i) a normal execução deste **CONTRATO**; e (ii) a manutenção de registros e arquivos exigidos pela legislação.

8.4. Além de constituir infração contratual, a violação do dever de confidencialidade, inclusive aquela cometida por seus funcionários, dirigentes e representantes a qualquer título, obriga a parte infratora ao pagamento de indenização pelos prejuízos causados à parte proprietária da informação.

CLÁUSULA NONA DISTRIBUIÇÃO, DIVULGAÇÃO E PROPAGANDA DO FUNDO

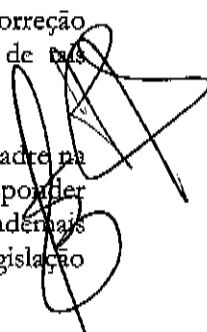
9.1. A distribuição das Cotas do **FUNDO** a ser efetuada pelo **DISTRIBUIDOR** em decorrência do presente **CONTRATO** resume-se na venda das Cotas do **FUNDO** através do contato direto a ser mantido pelo **DISTRIBUIDOR** com eventuais Investidores pessoas físicas ou jurídicas, mediante a utilização de Regulamentos, prospectos e demais materiais de venda preparados, pelo **DISTRIBUIDOR**, com aprovação do **ADMINISTRADOR**.

9.2. É expressamente vedado ao **DISTRIBUIDOR** a elaboração e/ou utilização de qualquer material institucional, documento e/ou material de venda que faça uso ou referência ao **FUNDO**, bem como sua divulgação em qualquer meio de comunicação, sem prévia e expressa aprovações e/ou autorizações, inclusive regulatória.

CLÁUSULA DÉCIMA DAS PENALIDADES

10.1. O inadimplemento, por qualquer das Partes, de quaisquer das obrigações de pagamento previstas neste **CONTRATO**, caracterizará, de pleno direito, e independentemente de qualquer aviso ou notificação, a mora da Parte inadimplente, sujeitando-a ao pagamento dos seguintes encargos: (a) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis* desde a data em que o pagamento tornou-se exigível até o seu integral recebimento pela Parte credora; (b) multa convencional, não compensatória, de 2% (dois por cento), calculada sobre o respectivo valor devido; e (c) correção monetária calculada pela variação do IGP-M positivo, por dia de atraso no cumprimento de tais obrigações, ou por outro índice que vier a substituí-lo.

10.2. O descumprimento de qualquer obrigação prevista neste **CONTRATO** que não se enquadre na cláusula 10.1 acima e desde que seja devidamente comprovado, obrigará a parte infratora a responder por eventuais perdas e/ou danos resultantes de dolo, fraude e/ou culpa, responsabilizando-se ademais pelas multas, atualizações monetárias e juros daí decorrentes, apurados na forma prevista na legislação vigente.



CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO

11.1. O presente **CONTRATO** entrará em vigor a partir da data de sua assinatura, por tempo indeterminado, podendo, entretanto, ser resiliado a qualquer momento, por quaisquer das Partes, sem direito a compensações ou indenizações, mediante denúncia escrita com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, contados do recebimento do comunicado pela outra Parte, sem prejuízo ao disposto no item 7.3.

11.2. Quaisquer das Partes poderá, ainda, dar este **CONTRATO** por resiliado, mediante simples aviso por escrito à outra, quando constatada a ocorrência de caso fortuito ou força maior que impeça uma das Partes de cumprir suas obrigações, sendo certo que neste caso nenhuma quantia será devida por uma Parte à outra, a título de perdas, danos, multas ou penalidades.

11.3. Além das disposições previstas em lei, este **CONTRATO** será rescindido de imediato e sem qualquer aviso, nas seguintes hipóteses:

- a) se quaisquer das Partes falir, requerer recuperação judicial ou iniciar procedimentos de recuperação extrajudicial, ou ainda tiver sua falência, intervenção ou liquidação requerida;
- b) se uma das Partes tiver cassada sua autorização para execução dos serviços ora contratados;
- c) se uma das Partes suspender suas atividades por qualquer período de tempo;
- d) se for constatada a ocorrência de práticas irregulares por qualquer uma das Partes; e
- e) superveniência de qualquer legislação, normativo ou ordem por escrito das autoridades competentes que impeça a contratação, consecução ou subsistência do serviço objeto deste **CONTRATO**.

11.4. A infração de quaisquer das cláusulas ou condições aqui estipuladas ensejará a rescisão deste **CONTRATO**, caso a Parte infratora não venha sanar a falta em até 10 (dez) dias úteis contados do recebimento da notificação por escrito da outra Parte.

11.4.1. Decorrido o prazo acima descrito e, não tendo sido sanada a falta, este **CONTRATO** será considerado rescindido de pleno direito, respondendo, ainda, a Parte infratora pelas perdas e danos decorrentes do ato da rescisão, que serão apuradas na forma prevista na legislação vigente, quanto à culpa, o dolo, à imprudência ou à imperícia praticada.

11.5. A rescisão deste **CONTRATO** por qualquer das Partes, não implicará em qualquer alteração nas condições dos Investidores, os quais poderão manter suas aplicações no **FUNDO**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA DA INEXISTÊNCIA DE VÍNCULOS EMPREGATÍCIOS E SOCIETÁRIOS

12.1. As Partes não manterão qualquer vínculo empregatício com funcionários, dirigentes e ou prepostos uns dos outros, nem tampouco se estabelecerá entre eles qualquer forma de associação, solidariedade ou vínculo societário, cabendo, portanto, a cada um deles, particularmente e com exclusividade, o cumprimento de suas respectivas obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias, na

forma da legislação em vigor, mesmo se houver legislação, jurisprudência e/ou qualquer outra circunstância de caráter judicial ou extrajudicial que possa provocar interpretação diferente.

12.2. As Partes assumem expressamente a obrigação de reembolsar a outra Parte todas e quaisquer despesas referentes a ações trabalhistas que eventualmente venham a ser movidas direta ou indiretamente por empregado de uma contra a outra, inclusive custas judiciais e honorários advocatícios.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA DO CASO FORTUITO E FORÇA MAIOR

13.1. Os casos fortuitos e de força maior serão excludentes de responsabilidade, na forma do Parágrafo Único do Art. 393 do Código Civil Brasileiro.

13.2. A Parte que for afetada por caso fortuito ou força maior deverá notificar a outra, de imediato, da extensão do fato e do prazo estimado durante o qual estará inabilitada a cumprir ou pelo qual será obrigada a atrasar o cumprimento de suas obrigações decorrentes deste **CONTRATO**.

13.3. Cessados os efeitos de caso fortuito ou da força maior, a Parte afetada deverá, de imediato, notificar a outra para conhecimento desse fato, restabelecendo a situação original.

13.4. Se a ocorrência do caso fortuito ou da força maior prejudicar apenas parcialmente a execução das obrigações oriundas deste **CONTRATO** por uma das Partes, aquela afetada deverá cumprir as obrigações que não tiverem sido afetadas pela ocorrência do caso fortuito ou da força maior.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. É vedado às Partes utilizarem-se dos termos deste **CONTRATO**, bem como das marcas, nomes e patentes uma da outra, para qualquer finalidade, seja em divulgação ou publicidade, sem a prévia e expressa autorização, por escrito, da outra Parte, exceto para atendimento às exigências legais, podendo a parte prejudicada, a seu exclusivo critério, considerar o presente **CONTRATO** automaticamente rescindido, além de responder a Parte infratora, por perdas e danos a serem apurados, na forma prevista na legislação vigente.

14.2. As Partes, mediante assinatura do presente **CONTRATO**, comprometem-se a observar e a cumprir suas obrigações em conformidade com as disposições constantes do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para os Fundos de Investimento.

14.3. O **DISTRIBUIDOR** declara, para fins do disposto no Inciso IV do § 4º do Art. 32 do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para os Fundos de Investimento, que trata do "Dever de Verificar a Adequação dos Investimentos Recomendados (Suitability)", que possui procedimentos e metodologias próprios que verifiquem a adequação dos investimentos pretendidos pelo investidor a seu perfil de investimentos.

14.4. As Partes comprometem-se, ainda, a observar as disposições e as obrigações deste **CONTRATO**, de seu Anexo, dos procedimentos, das regras e das boas práticas de mercado e técnicas bancárias, bem como das legislações e normas aplicáveis aos serviços objeto deste **CONTRATO**.

14.5. As Partes reconhecem, neste ato, que os serviços ora contratados estão sujeitos às leis, normas, costumes, procedimentos e práticas que poderão vir a ser alterados.

14.5.1. Na hipótese de ocorrer uma alteração na legislação que no todo ou, em parte, limite a prestação dos serviços ora contratados, as Partes deverão, por meio de aditivo ao presente **CONTRATO**, convencionar novas instruções quanto aos procedimentos a serem tomados para o cumprimento das obrigações contraídas, objetivando a continuidade da prestação dos serviços.

14.5.2. Eventuais inclusões de outras cláusulas, exclusões ou alterações das já existentes, serão consignadas em aditivo devidamente assinado pelas Partes, que passará a fazer parte integrante deste **CONTRATO**.

14.6. Nenhuma das Partes poderá ceder ou transferir, total ou parcialmente, a terceiros, os direitos e obrigações decorrentes deste **CONTRATO** sem o prévio e expresso consentimento por escrito da outra Parte.

14.7. As Partes obrigam-se a manter a prestação dos serviços ora avençada, mesmo no caso da ocorrência de fatos imprevistos, tais como, greves e falhas de sistemas de informática e telecomunicações.

14.8. As Partes poderão ter relacionamento comercial com empresas emitentes ou titulares de valores mobiliários, bem como relacionamento comercial com pessoa física ou pessoa jurídica com as quais qualquer uma das Partes tenha intenção de negociar.

14.9. As Partes poderão realizar, por conta própria ou por conta de terceiros, operações no mercado de valores mobiliários, inclusive operações idênticas às previstas neste **CONTRATO**.

14.10. A omissão ou tolerância das Partes em exigir o estrito cumprimento dos termos e condições deste **CONTRATO** não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os seus direitos que poderão ser exercidos a qualquer tempo.

14.11. Ficam expressamente revogadas quaisquer disposições, cláusulas e condições anteriormente estabelecidas entre as Partes, em tudo que contrarie o ajustado no presente **CONTRATO**.

14.12. O Anexo I devidamente rubricado pelas Partes, e se for o caso pelos Intervenientes Anuentes, integram este **CONTRATO** para todos os fins e efeitos de direito, como se nele estivessem transcritos.

14.13. As Partes reconhecem e concordam que as comunicações telefônicas, transmitidas nos termos deste **CONTRATO** e em seu Anexo, poderão ser gravadas por quaisquer das Partes, podendo, inclusive, ser utilizadas como meio de prova para todo e qualquer fim de direito.

14.14. As Partes declaram expressamente que leram atentamente o presente **CONTRATO**, que entenderam perfeitamente todas as condições, concordando com seus expressos termos e que o presente **CONTRATO** expressa fielmente tudo o que foi ajustado.

14.15. As Partes declaram adotar procedimentos de segregação interna de sistemas, informações e atividades que possam gerar eventuais conflitos de interesses.

14.16. As Partes obrigam-se por si e seus sucessores ao fiel cumprimento deste **CONTRATO**.

14.17. O Administrador em hipótese alguma será responsabilizado por quaisquer atos e/ou atividades descritas no presente Contrato que tenham sido praticados por terceiros, anteriormente contratados pelo **DISTRIBUIDOR**.

PETRA

14.18. As Partes declaram, conjunta e expressamente, que o presente **CONTRATO** foi celebrado respeitando-se os princípios de probidade e de boa-fé, por livre, consciente e firme manifestação de vontade das Partes e em perfeita relação de equidade.

14.19. Se, em decorrência de qualquer decisão judicial irreversível, qualquer disposição ou termo deste **CONTRATO** for declarada nula ou for anulada, tal nulidade ou anulabilidade não prejudicará a vigência das demais cláusulas deste **CONTRATO** não atingidas pela declaração de nulidade ou pela anulação.

14.20 As expressões iniciadas em letra maiúscula deste **CONTRATO** terão o significado que lhes é atribuído no Regulamento, se outro significado não lhes for atribuído expressamente neste **CONTRATO**.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA FORO

15.1 Fica eleito o foro da Capital do Estado de São Paulo, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir dúvidas porventura oriundas do presente **CONTRATO**.

E, por estarem assim justas e contratadas, firmam o presente **CONTRATO** em 02 (duas) vias de igual teor e para um só efeito, juntamente com 02 (duas) testemunhas.

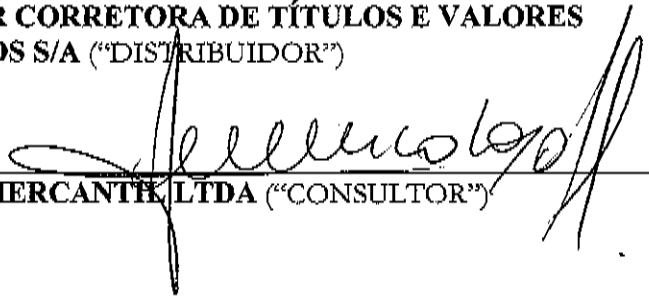
São Paulo, 21 de novembro de 2016.

BANCO PETRA S/A, na qualidade de administrador do **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSECTORIAL MILÊNIO RECEBÍVEIS LP**

PETRA – PERSONAL TRADER CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A (“DISTRIBUIDOR”)



MILÊNIO FOMENTO MERCANTIL LTDA (“CONSULTOR”)



Testemunhas:

1. _____

Nome:

RG:

CPF:

2. _____

Nome:

RG:

CPF:



**ANEXO I AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DISTRIBUIÇÃO DE
COTAS DE FUNDO DE INVESTIMENTO**

HORÁRIOS OPERACIONAIS

ENVIO DE INFORMAÇÕES			
ITEM	HORÁRIO LIMITE DISTRIBUIDOR PERANTE O ADMINISTRAD OR		OBSERVAÇÃO
APLICAÇÕES	14:00		
CADASTRO DE INVESTIDORES	-	-	D+5

ANEXO XI – CONTRATO DE RATING



Proposta Comercial para elaboração de Rating

FIDC

FIDC Multissetorial Milênio Recebíveis LP

CNPJ 15.578.550/0001-60

Signatory of:

 **PRI** Principles for
Responsible
Investment

A handwritten signature in blue ink, consisting of a stylized, cursive letter 'J' or 'I'.

São Paulo, 27 de maio de 2015.

Ao
FIDC Multissetorial Milênio Recebíveis LP
A/C Sr. Frederico Loyo Júnior

Ref.: Proposta rating FIDC

Prezado Frederico,

Agradecemos pelo contato e interesse em contratar os serviços da **Liberum Ratings**. Com base na conversa que tivemos, envio esta proposta para a elaboração da Análise de Classificação de Risco.

A **Liberum Ratings** elabora suas análises de classificação de risco, fundamentada em uma metodologia consistente, que permite abordar os ativos com isonomia e antecipar os potenciais riscos que oferecem. Nesse processo de análise, estão incluídos critérios relacionados a aspectos socioambientais e de governança corporativa. Tal abordagem, mais ampla do que as tradicionalmente utilizadas pelas agências de *rating*, tem o intuito de ir além das questões econômico-financeiras, visão que a **Liberum Ratings** entende como necessária para sustentar, ao longo do tempo, as opiniões emitidas, e mitigar possíveis volatilidades.

Essa abordagem diferenciada nas análises de risco impulsionou a **Liberum Ratings** a aderir ao *Principles for Responsible Investment* (PRI), iniciativa da ONU que busca fomentar uma visão mais ampla na análise e avaliação de investimentos. O PRI elenca uma série de ações para que temas ESG (ambientais, sociais e de governança) sejam incorporados na tomada de decisão e na detenção de ativos. A **Liberum Ratings** é a única agência de classificação de risco, em operação no Brasil, a figurar dentre os signatários do PRI.

Informamos, ainda, que a atividade de classificação de risco passou a ser regulada pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), com a publicação da Instrução 521, em abril de 2012.

Dessa forma, apresentamos, a seguir, o orçamento e as atividades que consideramos para a elaboração da análise de riscos.

I - Definição do âmbito da prestação de serviços propostos

O objetivo do trabalho é desenvolver a Análise de Classificação de Risco. A prestação desse serviço resultará em um relatório detalhado de análise e em um *News Release*, documento que tem o intuito de dar publicidade ao mercado do *rating* atribuído.

Signatory of:



Para conduzir a elaboração da Análise de Classificação de Risco, a **Liberum Ratings** alocará, no mínimo, dois analistas. A análise será aprovada pelo Comitê de Crédito e Risco. Todos os profissionais a serem destacados para esse trabalho contam com elevada qualificação acadêmica, além de grande conhecimento do mercado local e das particularidades do ativo em questão.

II. Investimento

Pela execução dos serviços descritos no item I, propomos os seguintes valores:

Tipo de cota	Quantidade	Valor Anual R\$ sem impostos
Três classes de cotas (1 subordinada e 2 séries seniores)	3	27.000,00

Os valores dos serviços propostos deverão ser pagos por meio de boleto bancário, devidamente acompanhado de nota fiscal eletrônica, em até 8 dias após o aceite desta proposta comercial.

Tais valores serão reajustados em bases anuais, conforme a variação do IGP-M (Índice Geral de Preços - Mercado, elaborado e apurado pela Fundação Getúlio Vargas).

Os valores não incluem gastos com deslocamentos para além do perímetro urbano da Grande São Paulo. Por essa razão, quando ocorrer *due diligence* além dessa área, as despesas com transporte, alimentação e estadia deverão ser assumidas pelo contratante.

III. Conduta e Confidencialidade

A **Liberum Ratings** conduzirá seus trabalhos em linha com os princípios estabelecidos em seu Código de Conduta Profissional, elaborado com base no *Code of Conduct Fundamentals for Credit Rating Agencies*, da IOSCO (Organização Internacional das Comissões de Valores Mobiliários, pela sigla em inglês).

O Código de Conduta Profissional, que está disponível no *website* da **Liberum Ratings**, aborda, entre outras previsões, os mecanismos para mitigar ou dirimir eventuais situações de conflitos de interesse, incluindo aspectos contratuais e a conduta dos profissionais envolvidos.

Também são abordados, no Código, os cuidados para manter sob total sigilo as informações às quais a **Liberum Ratings**, por meio de seus profissionais, venha a ter acesso em decorrência da prestação dos serviços ora propostos, de forma a assegurar ao cliente o adequado tratamento desses dados.

Os processos de análise consideram, ainda, as determinações estabelecidas na Política de Engajamento, documento que traduz o propósito da **Liberum Ratings** de atuar com foco no investidor (*investor oriented*). Com esse objetivo, compromete-se com a qualidade de análise, com a inovação, com a aderência às normas e regulações vigentes,

em zelar pelo dever fiduciário e em fomentar o investimento responsável. A Política de Engajamento está disponível no www.liberumratings.com.br.

IV. Prazo de validade da proposta

Esta proposta é válida por 15 dias corridos, contados a partir da data de envio.

V. Regulamentação

Informamos, que a atividade de classificação de risco passou a ser regulada pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), com a publicação da Instrução 521, em abril de 2012. Esta Instrução somente se aplica às classificações de risco de crédito destinadas à publicação, divulgação ou distribuição a terceiros, ainda que restrita a clientes. Assim o contratante, está ciente que as obrigações, restrições e vedações inseridas na ICVM 521, aplicam-se a Liberum Ratings e aos requerentes das classificações de risco, mesmo que sejam distintos das entidades avaliadas.

Caso concorde com os termos desta proposta, solicito a aposição de seu “de acordo”, abaixo.

Atenciosamente,
Décio Baptista Santos

De acordo



Assinatura do Responsável

Nome : FERNANDO FONTES

Local : SDO PAULO.

Data : 25/5/15

Signatory of:

PRI Principles for Responsible Investment

ANEXO XII – CONTRATO DE CESSÃO E TERMO DE CESSÃO

CONTRATO QUE REGULA AS CESSÕES DE CRÉDITO PARA FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS

São partes do presente Contrato que Regula as Cessões de Crédito para Fundo de investimento em Direitos Creditórios (“Contrato de Cessão”)

a) CEDENTE: «Cedente_»

Endereço: «Endereço»

Cidade: «Cidade_» UF: «UF» CEP: «CEP»

CNPJ: «CNPJ»

neste ato representado na forma de seus atos constitutivos, doravante denominado “**Cedente**”;

b) CESSIONÁRIO: FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSETORIAL MILÊNIO RECEBÍVEIS LP

CNPJ/MF: 15.578.550/0001-60

representado por seu administrador, Petra – Personal Trader Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S/A, instituição financeira, com sede social na Rua Pasteur, nº 463, 11º andar, Água Verde, cidade de Curitiba, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.317.692/0001-94, ou por qualquer outra instituição financeira que vier a sucedê-la na administração desse fundo (“**Administradora**”) (doravante denominados individual e indistintamente “**Fundo**”);

Sendo todos, em conjunto, doravante denominados “Partes” ou, individual e indistintamente, “Parte”, e como Interveniente Anuente.

c) GESTORA: PETRA CAPITAL GESTÃO DE INVESTIMENTOS LTDA.

Endereço: Av. Paulista, 1842, 1º andar, conj. 17, Torre Norte, Bela Vista

Cidade: São Paulo UF: SP - CEP: 01.310-923

CNPJ: 09.204.714/0001-96 neste ato representado na forma de seus atos constitutivos, doravante denominado “**Gestora**”;

d) CONSULTORA: MILÊNIO FOMENTO MERCANTIL LTDA.

Endereço: Rua José de Alencar, 916, 7º andar.

Cidade: Recife UF: PE

CNPJ: 05.546.588/0001-05

neste ato representado na forma de seus atos constitutivos, doravante denominado “**Consultora**”;

CONSIDERANDO QUE:

a) o Fundo é um fundo de investimento em direitos creditórios, constituído nos termos do seu Regulamento, registrado em Cartório de Títulos e Documentos (“Regulamento”), da Resolução CMN nº 2.907/01 e da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 356, de 17 de dezembro de 2001, e alterações posteriores (“Instrução CVM nº 356/01”), destinado a investir seus recursos preponderantemente na aquisição de Direitos Creditórios;

b) o Fundo, no âmbito de sua atividade, respeitada sua política de investimento, conforme estabelecida no Regulamento, têm interesse em adquirir certos Direitos Creditórios originados dos negócios do Cedente, e o Cedente tem interesse em cedê-los ao Fundo, juntamente com todos os direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações assegurados aos titulares de tais Direitos Creditórios, nos termos dos artigos 286 e seguintes do Código Civil Brasileiro, de acordo com as disposições da legislação e regulamentação aplicável;

- c) a Consultora tem interesse em prestar ao Fundo, dentre outros, como auxiliar da Gestora, os serviços de análise e seleção de potenciais cedentes e respectivos Direitos Creditórios para a aquisição pelo Fundo, nas condições previstas neste instrumento e no Regulamento;
- d) A prestação dos serviços de cobrança judicial e extrajudicial dos Direitos Creditórios será realizada pela Consultora.
- e) somente poderão ser adquiridos pelo Fundo, os Direitos Creditórios que atendam cumulativamente aos Critérios de Elegibilidade estabelecidos neste Contrato de Cessão no Regulamento do Fundo;
- f) as Partes pretendem estipular antecipadamente as regras e as condições que regerão cada um dos negócios de cessão de Direitos Creditórios que vierem a se realizar no futuro.

RESOLVEM as Partes assinar o presente Contrato que Regula as Cessões de Crédito para Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (“Contrato de Cessão”) de acordo com os termos e condições abaixo.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS DEFINIÇÕES

1.1. - Todos os termos e expressões, destacadas em letras maiúsculas, utilizados neste Contrato de Cessão, em sua forma singular ou plural, e não expressamente aqui definidos têm o mesmo significado que lhes é atribuído no Regulamento do Fundo.

- a) Banco Cobrador - é Instituição financeira com carteira comercial contratada pelo Fundo para responder pelas atividades de liquidação e cobrança bancária dos Direitos Creditórios;
- b) Cedente – São empresas, sediadas no território nacional, aprovadas pela Consultora, que cedam Direitos Creditórios ao Fundo, na forma do Regulamento e deste Contrato de Cessão;
- c) Critérios de Elegibilidade - Têm o significado que lhe é atribuído no Regulamento do Fundo;
- d) Depositário – empresa especializada na guarda de Documentos Comprobatórios físicos, ou seja, dos originais emitidos em suporte analógico;
- e) Devedor – é a pessoa física ou jurídica cliente da Cedente devedora do Direito Creditório;
- f) Direitos Creditórios – são os direitos creditórios a serem adquiridos pelo Fundo conforme definidos no Regulamento;
- g) Documentos Comprobatórios - São os documentos ou títulos representativos do respectivo direito de crédito, representados por duplicatas, cheques, cédulas de crédito bancário ou todo e qualquer outro título representativo de crédito, contratos de compra e venda, e/ou de prestação de serviços, de titularidade de empresas atuantes nos segmentos financeiro, comercial, industrial, de arrendamento mercantil e de prestação de serviços;
- h) Recompra – é o ato pelo qual a Cedente recompra os títulos que cedeu para o Fundo por qualquer motivo;
- i) Responsáveis Solidários – pessoas físicas ou jurídicas sócias ou não da Cedente que assinarão o presente contrato assumindo solidariamente, como co-obrigadas, as mesmas obrigações da Cedente;
- j) Taxa Mínima de Cessão – É a taxa mínima da cessão definida no Regulamento do Fundo;

k) Termode Cessão – é o documento utilizado para documentar as operações de cessão de crédito realizadas entre a Cedente e o Fundo, na forma do Anexo I ao presente Contrato de Cessão. Funciona como um borderô, contendo a relação dos títulos cedidos, o valor de face dos mesmos, as datas dos seus vencimentos e os dados dos sacados, além do valor pelo qual os créditos foram cedidos. Este documento prova a realização da cessão e obriga a Cedente a entregar à Administradora ou ao Depositário, por conta e ordem do Fundo, conforme o caso, os cheques e duplicatas endossados e os demais Documentos Comprobatórios da Operação;

l) Termode Recompra – é o documento utilizado para documentar a recompra pela Cedente dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, na forma do Anexo II ao presente contrato;

m) Vício do Direito Creditório ou dos Documentos Comprobatórios da Operação – qualquer defeito do Direito Creditório ou dos Documentos Comprobatórios da Operação que justifique a recusa do Devedor em pagá-lo, no todo ou em parte.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO.

2.1. - Este contrato irá reger todas e quaisquer cessões de Direitos Creditórios que forem feitas pela Cedente ao Fundo.

2.1.1. - Em hipótese alguma admitir-se-á qualquer cessão de Direitos Creditórios realizada fora ou que contrarie as cláusulas e termos deste contrato.

2.2. - O Cedente, neste ato, obriga-se, em caráter irrevogável e irretratável, a realizar, na medida em que seja do seu interesse, cessões de Direitos Creditórios ao Fundo, o qual terá a faculdade de adquiri-los, a seus exclusivos critérios, e desde que tais Direitos Creditórios estejam enquadrados, na data da aquisição, à política de investimento e aos Critérios de Elegibilidade previstos no Regulamento e neste Contrato de Cessão.

CLÁUSULA TERCEIRA –CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE.

3.1. - Os Direitos Creditórios que poderão ser cedidos ao Fundo deverão atender à política de investimentos estabelecida no Regulamento, especialmente no que diz respeito aos Critérios de Elegibilidade, sob pena de a cessão ser considerada nula e a Cedente ser obrigada a devolver os valores recebidos pela cessão dos Direitos Creditórios.

3.2. Os Critérios de Elegibilidade descritos no Regulamento integram o presente Contrato de Cessão como se aqui estivessem transcritos:

3.3. - Todos os cheques e duplicatas relativos aos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo deverão ser endossados pela Cedente em favor do Fundo, podendo ser empregado endosso por chancela mecânica ou eletrônica.

3.3.1. - Os cheques deverão ser nominais à Cedente e estar cruzados.

3.3.2. - As duplicatas deverão estar assinadas pelos representantes da Cedente.

3.4. - As duplicatas deverão ter sido emitidas pela Cedente com base em uma fatura de prestação de serviços já realizados ou mercadorias já entregues.

3.5. - Todas as duplicatas ou outros títulos de crédito ou contratos deverão ser acompanhadas de cópias das notas fiscais/faturas que deram origem aos créditos e do documento que prove a entrega dos serviços ou das mercadorias (canhoto da fatura ou recibo assinado pelo Devedor).

CLÁUSULA QUARTA – DECLARAÇÕES, OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES.

4.1. - As partes signatárias deste Contrato de Cessão declaram conhecer o Regulamento do Fundo, especialmente os artigos relativos à política de investimentos e à aquisição de Direitos Creditórios.

4.1.1. - Após a celebração dos respectivos Termos de Cessão, a Cedente, em até 5 (cinco dias) depois da cessão, deverá encaminhar todos os demais Documentos Comprobatórios para a Administradora ou para o Depositário conforme orientação da Administradora.

4.2. - Sem prejuízo ao disposto no subitem 4.1.1, a Cedente obriga-se a fornecer todas as informações e a apresentar todos os documentos relacionados à cessão de Direitos Creditórios para o Fundo que lhe forem solicitados pela Consultora ou por empresa de auditoria contratada pela Administradora para prestar serviços ao Fundo, em qualquer época e sempre que houver solicitação da Consultora e/ou da empresa de auditoria.

4.2.1. - As partes declaram que estão cientes de que as informações e documentos referenciados no item 4.2, serão frequentemente solicitadas pela Consultora ou pela empresa de auditoria a fim de apurar se as disposições do Regulamento do Fundo e deste Contrato de Cessão estão sendo respeitadas.

4.3. - A guarda dos Documentos Comprobatórios emitidos a partir dos caracteres criados em computador ou meio técnico equivalente, de acordo com os termos da Instrução CVM 356, será realizada pela Administradora. O Depositário fará a guarda dos Documentos Comprobatórios físicos, ou seja, dos originais emitidos em suporte analógico.

CLÁUSULA QUINTA – RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA CEDENTE

5.1. - A Cedente declara, respondendo civil e criminalmente pela veracidade dessas declarações, em relação a quaisquer Cessões de Crédito que sejam feitas, que:

5.1.1. - É responsável perante o Fundo pelos riscos e prejuízos dos créditos negociados no caso de serem opostas exceções quanto à sua legitimidade, legalidade e veracidade, ou seja, em razão de quaisquer vícios dos Direitos Creditórios e/ou Documentos Comprobatórios da Operação que de alguma forma possam ser opostos ao pagamento dos créditos.

5.1.2. - É responsável pela evicção dos Direitos Creditórios cedidos.

5.1.3. - É responsável civil e criminalmente pela legalidade, veracidade e legitimidade das duplicatas oriundas de suas operações mercantis, ciente de que a emissão fraudulenta de título sujeita os seus sócios ou prepostos às penas do artigo 172 do Código Penal.

5.1.4. - É responsável civil e criminalmente pelos cheques relativos aos Direitos Creditórios cedidos decorrentes de vendas a prazo ou prestação de serviços, responsabilizando-se por eventuais vícios, inclusive no caso de suspeita de conluio com o emitente-devedor relacionado à contra-ordem ou “sustação do cheque” para fraudar o Fundo.

5.2. O Cedente é responsável ainda, pela existência, certeza, liquidez, exigibilidade, conteúdo, exatidão, veracidade, legitimidade e correta formalização de todos os Direitos Creditórios ofertados, a serem adquiridos pelo Fundo, nos termos dos artigos 286 e seguintes do Código Civil brasileiro, de

acordo com as disposições da legislação e regulamentação aplicável, bem como pela existência e validade dos Documentos Comprobatórios da Operação que dá lastro a cada Direito Creditório.

5.3. O Cedente será coobrigado e responsável pelo adimplemento dos Direitos de Crédito e respectivas garantias reais, fiduciárias e/ou fidejussórias.

5.4. – O Fundo, por sua Administradora, desde já, fica autorizado a consultar qualquer sistema de risco de crédito existente para obter informações a respeito da Cedente ou dos Devedores, inclusive o sistema gerido pelo Banco Central do Brasil, podendo prestar a esse sistema informações sobre o montante das dívidas, a vencer ou vencidas, bem como o valor das coobrigações e garantias prestadas pela Cedente.

5.5. - No caso do não pagamento dos Direitos Creditórios nas datas dos seus respectivos vencimentos pelos Devedores, o Fundo poderá comunicar o fato a qualquer serviço de proteção ao crédito, como Serasa Experian ou qualquer outro órgão encarregado de cadastrar atraso nos pagamentos e o descumprimento de obrigações contratuais, informando os nomes dos Devedores e da Cedente.

5.6. - Caso deixe de cumprir a obrigação de firmar os respectivos Termos de Recompra ou de indenizar o Fundo conforme previsto na Clausula Sétima do presente Contrato de Cessão, ou ainda ocorrer o descumprimento de qualquer outra obrigação assumida pela Cedente neste instrumento, o Fundo poderá comunicar o fato a qualquer serviço de proteção ao crédito nos termos do item 5.5, informando além do nome da Cedente, também os dos coobrigados (“Responsáveis Solidários”), conforme as responsabilidades de cada um.

5.7. – A Cedente, neste ato, autoriza o Fundo a levar os cheques e as duplicatas a protesto ou executá-los judicialmente caso os pagamentos não sejam feitos nas datas dos vencimentos e se responsabiliza integralmente em caso de protesto ou cobrança judicial indevidos por culpa ou dolo nas cessões de créditos realizadas ou por erro nas informações prestadas ao Fundo.

5.8. – A Cedente, neste ato, declara e garante que todas as Cessões de Direitos Creditórios que realizar, estarão suportadas por originais ou cópias de todos os Documentos Comprobatórios da Operação de venda e da entrega das mercadorias ou dos serviços que deram origem legítima e válida aos Direitos Creditórios cedidos.

5.9. – A Cedente, neste ato, autoriza o Fundo a ceder, quando quiser e a quem bem entender, os Direitos Creditórios que lhe forem cedidos pela Cedente com base neste Contrato de Cessão.

5.10. – A Cedente, neste ato, declara que todas as operações que deram origem aos Direitos Creditórios encontram-se registradas em sua contabilidade.

5.11. – A Cedente, neste ato, declara que nenhuma das cessões de Direitos Creditórios ou operações realizadas com os seus clientes foi feita em fraude à execução ou fraude a credores ou sonegação fiscal, nem são provenientes de atividades criminosas que possam vir, inclusive, a caracterizar lavagem de dinheiro.

5.12. - A Cedente obriga-se a:

5.12.1. Não modificar com o Devedor as condições originais da venda do produto/mercadoria ou serviço após a cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo.

5.12.2. - Não alterar a data do vencimento do título cedido (prorrogar ou antecipar); não deduzir, compensar, negociar, extinguir ou modificar qualquer característica dos créditos cedidos, exceto mediante prévia anuência do Fundo.

5.12.3. - Informar o Fundo, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas a partir do momento em que tomou conhecimento do fato, sobre qualquer reclamação, modificação, cancelamento, arrependimento do Devedor ou quaisquer outras informações relativas aos Direitos Creditórios.

5.12.4. - Informar o Fundo, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas a partir da citação, intimação ou notificação, sobre qualquer ação judicial, protesto, notificação ou medida extrajudicial tendo como objeto, direto ou indireto, os Direitos Creditórios cedidos ao Fundo.

5.12.5. - Não omitir nenhuma informação que, se fosse do conhecimento do Fundo, poderia impedir, alterar, desaconselhar ou colocar em risco a cessão dos Direitos Creditórios.

5.12.6. - Fornecer, no prazo estipulado no subitem 4.1.1, os originais de toda a Documentação Comprobatória da Operação de forma a comprovar a origem legítima e válida dos Direitos Creditórios cedidos, incluindo notas fiscais e faturas, recibos de entrega dos serviços e mercadorias, contratos firmados entre a Cedente e seus clientes e quaisquer outros documentos correlatos.

5.12.7. - Realizar todos os procedimentos previstos neste Contrato de Cessão relativos à oferta dos Direitos Creditórios e formalização da cessão para todos os créditos cedidos.

5.12.8. - Notificar os Devedores das cessões de Direitos Creditórios realizada, nos termos do artigo 290 do Código Civil Brasileiro, informando que o pagamento deverá ser feito somente ao Fundo.

5.12.8.1. - A Cedente deverá notificar o Devedor independentemente dele também receber qualquer notificação do Fundo.

5.12.9. - Repassar ao Fundo quaisquer importâncias recebidas diretamente do Devedor no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de ficar caracterizada a apropriação indébita do valor recebido.

5.12.10. Reembolsar o Fundo de todos os gastos e despesas legais, inclusive honorários advocatícios, juros e correção monetária, no caso do Fundo ser acionado judicialmente ou tiver que mover qualquer ação judicial em decorrência de culpa da Cedente.

5.12.11. Indenizar o Fundo de quaisquer prejuízos que lhe tiverem sido causados pela Cedente por culpa ou inadimplemento das obrigações assumidas neste contrato.

5.12.12. Comunicar ao Fundo, no prazo máximo de 5 (cinco) dias após o fato, qualquer alteração do seu contrato social, estatuto ou mudança de endereço ou ainda de seus dados bancários.

5.12.13. Comunicar ao Fundo, no prazo máximo de 5 (cinco) dias após a ocorrência do fato, qualquer processo de reorganização societária (cisão, fusão, incorporação, etc.), alteração de sua atividade principal ou mudança de controle, direto ou indireto.

5.13. O Fundo obriga-se a:

5.13.1. Efetuar o pagamento à Cedente, em conta corrente bancária de sua titularidade, das cessões realizadas nos valores convencionados no Termo de Cessão e no prazo estipulado neste contrato.

CLÁUSULA SEXTA – VÍCIOS DOS DIREITOS CREDITÓRIOS.

6.1. No caso de serem opostas quaisquer exceções aos direitos ou títulos de crédito cedidos, a Cedente, sem prejuízo das sanções penais cabíveis, assumirá integral responsabilidade, inclusive econômica, por quaisquer vícios verificados, como, a título de exemplo, os seguintes:

- a) Se os créditos representados pelos títulos cedidos forem objeto de outra alienação, ajuste, garantia, gravame ou ônus, sem o consentimento prévio e expresso do Fundo;
- b) Se os créditos adquiridos pelo Fundo forem objeto de acordo entre a Cedente e o Devedor, que possa ensejar arguição ou compensação e/ou outra forma de redução, extinção ou modificação de qualquer uma das condições que interfiram ou prejudiquem um dos direitos emergentes dos títulos negociados;
- c) Se o Devedor refutar, contestar ou devolver total ou parcialmente os produtos, mercadorias ou prestação de serviços fornecidos por qualquer motivo, por exemplo: por não correspondência com aquilo que efetivamente foi contratado, vícios ou defeitos na qualidade dos serviços prestados, ou defeitos e diferenças na qualidade ou na quantidade das mercadorias; divergência nos prazos ou preços ajustados; arrependimento e desistência dos serviços ou produtos adquiridos; avarias ou não recebimento das mercadorias;
- d) Se a Cedente receber em pagamento, no todo ou em parte, valores relativos aos títulos de crédito negociados com o Fundo, além das cominações legais relativas ao endosso, fica a Cedente, obrigada a devolvê-los ao Fundo no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas. ;
- e) Se a falta de pagamento por parte do Devedor resultar de ato de responsabilidade da Cedente;
- f) Se for oposta qualquer exceção, defesa ou justificativa pelo Devedor baseada em fato de responsabilidade da Cedente ou contrário aos termos deste contrato;
- g) Se for oposta qualquer exceção de defesa ou justificativa pelo Devedor baseada na recusa ou aceitação de mercadoria ou serviço ou qualquer forma de mora ou inadimplemento da Cedente junto ao mesmo Devedor, ou contraprotesto do Devedor e/ou reclamação judicial deste contra a Cedente;
- h) Ocorrendo qualquer medida judicial tomada pelo Devedor tendo como objeto a causa originária do título, como, por exemplo, sustação de protesto, declaratória, anulatória etc., mesmo que sejam medidas apenas de interesse procrastinatório.

CLÁUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÃO DA CEDENTE PELOS VÍCIOS (OBRIGAÇÃO DE RECOMPRAR OS CRÉDITOS OU DE INDENIZAR O FUNDO).

7.1. A Cedente assume a responsabilidade de, concluída a operação e sobrevivendo a constatação de vícios ou de quaisquer outras exceções na origem do(s) crédito(s) negociado(s), recomprar os referidos Direitos Creditórios do Fundo mediante a assinatura de TermodeRecompra ou, na impossibilidade de recompra, indenizar o Fundo, pelo valor de face do título negociado, acrescido de multa de 10% (dez por cento), e juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, de atualização monetária segundo índices oficiais regularmente estabelecidos, das perdas e danos e honorários de advogado, tudo conforme autorizam os artigos 389 e 394 ao 396 do Código Civil.

7.2. O prazo para a Cedente recomprar os Direitos Creditórios será de 48 (quarenta e oito) horas após ser cientificada da constatação de vícios ou de quaisquer outras exceções, devendo o respectivo

Termo de Recompra ser firmado pelas Partes do mesmo modo que os Termos de Cessão, conforme previsto na cláusula 10 abaixo.

7.2.1. A recusa na recompra dos Direitos Creditórios no prazo estipulado, poderá dar ensejo à cobrança judicial contra a Cedente e os Responsáveis Solidários.

7.2.2. Qualquer tolerância em relação ao disposto nesta cláusula será considerada mera liberalidade do Fundo.

7.3. No caso do Fundo acionar judicialmente os Devedores ou for por eles acionado em decorrência dos casos previstos nesta cláusula, obriga-se a Cedente a reembolsar o Fundo, com todos os acréscimos legais, todas as despesas que este tiver tido, incluindo despesas com advogados, perícias e custas processuais.

CLÁUSULA OITAVA – RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DA CEDENTE E DOS RESPONSÁVEIS SOLIDÁRIOS DESTE CONTRATO EM CASO DE INADIMPLÊNCIA DO DEVEDOR/SACADO.

8.1. O Fundo terá direito de regresso contra a Cedente em razão do inadimplemento dos Devedores dos créditos cedidos, ou seja, a Cedente responde pelo cumprimento da prestação constante dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo.

8.2. Assinam também este Contrato de Cessão as pessoas ao final identificadas, designados Responsáveis Solidários, que se declaram solidariamente responsáveis por todas as obrigações, principais e acessórias, assumidas pela Cedente, concordando com todos os seus termos.

8.2.1. Independentemente de terem ou não assinado os Termos de Cessão ou avalizados os títulos a eles relativos, os Responsáveis Solidários são solidariamente responsáveis pelas obrigações inadimplidas.

8.3. Os Responsáveis Solidários renunciam expressamente ao benefício de ordem e declaram ter pleno conhecimento de todas as cláusulas e condições deste contrato e do Termo de Cessão.

8.4. Se a Cedente, ou qualquer um dos Responsáveis Solidários, na hipótese desta cláusula ou da cláusula anterior, efetuar o pagamento do boleto bancário correspondente ao crédito cedido, o pagador subrogar-se-á, de pleno direito, na condição de credor conforme o disposto no artigo 346, inciso III, do Código Civil.

CLÁUSULA NONA – GARANTIAS

9.1. - Para garantir o pagamento de qualquer débito relacionado a este Contrato de Cessão, o Fundo poderá exigir, no ato de assinatura deste instrumento, que a Cedente lhe entregue nota promissória de sua emissão devidamente preenchida, datada e no limite total da Cessão de Direitos Creditórios.

9.1.1. - A nota promissória deverá ser avalizada pelos Responsáveis Solidários.

9.1.2. - A Cedente obriga-se a reforçar ou substituir a garantia na hipótese de sua perda ou diminuição do seu valor.

9.1.3 - O Cedente é responsável pela correta constituição, pela existência, certeza, autenticidade, legalidade, veracidade e correta formalização dos Direitos Creditórios cedidos ao FUNDO, e ainda, pela solvência ou solvibilidade dos Direitos Creditórios nos termos deste Contrato de Cessão e do Regulamento.

CLÁUSULA DÉCIMA- FORMALIZAÇÃO DAS CESSÕES DOS DIREITOS CREDITÓRIOS.

10.1. - Para a formalização das ofertas de Direitos Creditórios pela Cedente ao Fundo, serão adotados os seguintes procedimentos:

a) Após a assinatura deste Contrato de Cessão, o Cedente poderá transmitir à Consultora, a relação dos Direitos Creditórios a serem ofertados, oriundos de operações realizadas nos segmentos financeiro, comercial, industrial, de arrendamento mercantil, prestação de serviços e outros, conforme definidos no Regulamento, devendo constar no mínimo: (i) o valor de face dos Direitos Creditórios; (ii) as datas dos seus respectivos vencimentos; e (iii) os dados dos Devedores; e

b) Recepcionada as informações nos termos do item “a” acima, a Consultora e a Gestora verificam quais dentre os Direitos Creditórios ofertados atendem a política de investimentos do Fundo, e, não havendo qualquer restrição, considerará os Direitos Creditórios passíveis de cessão ao Fundo, devendo transmitir à Administradora, através de arquivo eletrônico em formato (layout) específico, contemplando, além dos dados recebidos da Cedente, o valor pelo qual os respectivos Direitos Creditórios estão sendo cedidos ao Fundo.

c) Após recebimento do arquivo eletrônico a Administradora averiguará se as aquisições pelo Fundo dos Direitos Creditórios passíveis de cessão são compatíveis com as obrigações passivas do Fundo estabelecidas no Regulamento e neste Contrato de Cessão, considerados o fluxo de caixa existente e a remuneração dessas obrigações passivas, conforme Taxa Mínima de Cessão. Por sua vez, a Administradora validará os Direitos Creditórios em relação aos Critérios de Elegibilidade estabelecidos no Regulamento.

d) Verificada a compatibilidade e validade dos Direitos Creditórios aos Critérios de Elegibilidade e demais condições acima estipuladas, a Administradora comandará a emissão do respectivo Termo de Cessão, preferencialmente em forma eletrônica, nos termos do item 10.3. abaixo.

10.2. Por meio da assinatura do Termo de Cessão, a Cedente cede e transfere ao Fundo, em caráter irrevogável e irretratável, todos os Direitos Creditórios relacionados no referido Termo de Cessão.

10.3. O Termode Cessão deverá ser firmado em forma eletrônica com a utilização de processo de certificação disponibilizado pela Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, produzindo todos os seus efeitos em relação aos signatários, conforme parágrafo 1º do Artigo 10º da Medida Provisória 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, devendo, em casos de contingência, ser firmado de forma impressa.

10.4. - Os cheques e as duplicatas, com endosso em preto em favor do Fundo, serão entregues pela Cedente à Administradora ou ao Depositário, por conta e ordem do Fundo no prazo previsto na cláusula 4.1.1. As duplicatas serão acompanhadas das cópias de suas respectivas notas fiscais e dos comprovantes de entrega das mercadorias ou da prestação de serviços.

10.5. - O Termode Cessão é considerado uma venda à vista pela Cedente ao Fundo de seus Direitos Creditórios, mediante um preço certo e ajustado entre as partes, pagável à vista, passando o Fundo a ser o único e legítimo proprietário dos créditos.

10.5.1. - Uma vez firmado o Termo de Cessão pela Cedente e pelo Fundo, representado pela Administradora, esta transferirá o montante total discriminado no Termode Cessão para a conta corrente bancária da Cedente indicada no respectivo Termode Cessão.

10.6. - A Cedente obriga-se a dar ciência aos Devedores sacados de duplicatas de sua alienação, no ato da negociação, informando-lhes que o respectivo pagamento deverá ser feito somente ao Fundo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – LIQUIDAÇÃO DAS CESSÕES.

11.1. - O Fundo pagará o valor acordado entre as Partes para as cessões dos Direitos Creditórios, conforme previsto no respectivo Termode Cessão, através de TED, DOC ou crédito em conta corrente, diretamente à Cedente.

11.1.1. - Só serão admitidas remessas para a conta corrente da própria Cedente, ou seja, não serão efetuadas remessas para contas de terceiros, ainda que sejam pessoas ligadas à Cedente.

11.2. - O pagamento por cada uma das cessões de Direitos Creditórios ocorrerá na data da assinatura do Termode Cessão pela Cedente e pelo Fundo, salvo se a referida assinatura ocorrer após o horário de funcionamento dos Bancos, ou em dia que não haja expediente bancário, quando será permitido que o pagamento ocorra no primeiro dia útil subsequente à assinatura.

11.3. - Para a realização dos pagamentos, a Cedente indica a conta bancária abaixo:

Conta Bancária da Cedente para Crédito:

Nome do Banco: «Banco_da_Cedente»

Número do Banco: «Nº_do_Banco»

Número da agência bancária: «Nº_da_Agência»

Número da conta corrente: «Nº_da_conta_corrente»

11.4. - Quaisquer pagamentos pelas liquidações das cessões de Direitos Creditórios serão feitos na conta acima indicada. Em caso de mudança do número da conta, agência ou banco, a Cedente deverá informar ao Fundo que irá utilizar outra conta de sua titularidade, informando-lhe os novos dados bancários.

11.4.1. - Com o pagamento realizado conforme o procedimento acima e no valor informado no respectivo Termode Cessão, a Cedente confere ao Fundo a mais ampla, rasa e geral quitação, para não mais reclamar a respeito do negócio realizado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – COBRANÇA E PAGAMENTO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS CEDIDOS AO FUNDO.

12.1. - A cobrança dos Direitos Creditórios representados por duplicatas, serão feitas por meio de boletos bancários emitidos pelo Banco Cobrador tendo o Fundo por favorecido.

12.2. - O recebimento dos Direitos Creditórios, resultante da liquidação dos boletos e cheques relativos às operações realizadas com base neste Contrato de Cessão, será realizado direto e exclusivamente em conta corrente do Fundo junto ao Banco Cobrador.

12.3. - Consideram-se, para todos os efeitos legais, liquidados os Direitos Creditórios no momento em que o Devedor ou terceiro efetuar o seu respectivo pagamento.

12.3.1. - Na eventualidade da não liquidação dos Direitos Creditórios cedidos, será a Cedente comunicada para cumprir com a prestação constante no título no prazo de 24 (vinte e quatro horas), sob pena de decorrido o prazo citado serem aplicados o disposto no item 7.1 deste Contrato de Cessão.

12.3.2. - Para o exercício do direito de regresso contra os coobrigados pelo pagamento e encontrando-se a Cedente em mora no cumprimento de sua obrigação, o respectivo título de crédito será apontado no Tabelionato de Protesto, no prazo legal.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – CONFIDENCIALIDADE.

13.1. - As cláusulas deste contrato são estritamente confidenciais. Nenhuma das Partes pode prestar informações a terceiros do seu conteúdo ou das transações com base nele realizadas sem o prévio consentimento por escrito da outra parte, exceto nos seguintes casos:

- a) Quando o fornecimento da informação seja obrigatório por lei, regulamentação ou por qualquer determinação governamental ou judicial que deva ser cumprida;
- b) Quando forem informações que devam ser transmitidas aos advogados, contadores, auditores, agências de rating, analistas ou demais pessoas físicas ou jurídicas envolvidas no desenvolvimento dos serviços objeto deste contrato, sempre dentro do curso normal de seus negócios, desde que os mesmos estejam cientes da natureza confidencial das informações.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. - A este contrato, assinado pelas partes e por duas testemunhas, e aos Termos de Cessão dele decorrentes, atribui-se a condição de título executivo extrajudicial nos termos dos arts. 583 e 585, inciso II, do Código de Processo Civil.

14.1.1. - A liquidez deste contrato, para fins legais, será apurada pela soma dos valores dos Direitos Creditórios cedidos e não liquidado pelo respectivos devedores.

14.2. - Em caso de falência da Cedente, nos termos do artigo 136, Parágrafo Primeiro, da Lei número 11.101, de 9 de fevereiro de 2005 (Lei que regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária), não será declarada a ineficácia ou revogado o ato de cessão em prejuízo dos portadores dos valores mobiliários emitidos pelo Fundo.

14.3. - Todas as notificações, demandas ou comunicações a serem trocadas entre as partes deverão ser entregues pessoalmente contra recibo ou enviadas por correspondência registrada aos representantes indicados e nomeados no Quadro de Referências no caput deste Contrato.

14.4. - O não exercício, por qualquer das Partes, de direitos relativos ao presente Contrato de Cessão considerado como mera liberalidade e tolerância, não representando, em hipótese alguma, novação, revogação ou renúncia aos mesmos ou direito de exigi-los no futuro.

14.5. - Este contrato constitui o entendimento integral entre as partes contratantes e revoga expressamente todas e quaisquer tratativas ou discussões entre elas em relação ao objeto deste instrumento.

14.6. - Nenhuma alteração ao presente Contrato de Cessão será considerada válida a menos que acordada expressamente por meio de aditamento contratual assinado pelas Partes.

14.7. - A renúncia, escrita ou verbal, por qualquer das Partes, de qualquer direito oriundo deste Contrato de Cessão, dada em uma ocasião, não as obrigará em qualquer ocasião subsequente, sendo que uma concessão dada por qualquer das Partes não será tratada como uma variação deste Contrato de Cessão, a menos que expressamente avençada por escrito como alteração, em conformidade com o constante no item 14.6, desta cláusula.

14.8. - Se qualquer condição deste Contrato de Cessão for considerada nula, inexecutável ou sem efeito, no todo ou em parte, as demais condições deverão permanecer válidas e serão interpretadas de forma a preservar a validade do seu restante e os propósitos que as Partes atribuíram ao mesmo.

14.9. O presente Contrato de Cessão vigorará por prazo indeterminado ou durante o prazo de duração porventura estabelecido no Regulamento do Fundo.

14.10. - Este Contrato de Cessão será rescindido de pleno direito, independentemente de aviso ou notificação, se a Cedente deixar de cumprir qualquer obrigação assumida neste Contrato de Cessão ou se verificar que prestou declarações inverídicas, neste instrumento ou em qualquer dos Termos de Cessão.

14.11. - Em caso de rescisão, o Fundo permanece com o direito de receber todos os créditos que lhe tiverem sido transferidos, inclusive pela via judicial, além da Cedente permanecer com a eventual obrigação de recomprar os Direitos Creditórios nos termos deste contrato.

14.12. - Se a rescisão tiver ocorrido por descumprimento contratual, culpa ou dolo da Cedente, esta responderá por todas as obrigações assumidas neste Contrato de Cessão, além das perdas e danos sofridos pelo Fundo.

14.13. - Este contrato poderá ser denunciado, pela Cedente ou pelo Fundo, a qualquer tempo, sem ônus algum, obrigando-se as Partes a não efetuarem mais nenhuma cessão de Direitos Creditórios entre si a partir de então.

14.14. - Neste caso, para as cessões já realizadas, o contrato mantém sua eficácia.

14.15. - Se, no entanto, após a denúncia, por engano ou equívoco das partes, for realizada qualquer cessão de crédito, aplicam-se a ela as mesmas regras e cláusulas deste contrato.

14.16. Os casos omissos resolver-se-ão pela legislação comercial e civil em vigor, pelas Instruções da Comissão de Valores Mobiliários - CVM aplicáveis aos Fundos de Investimento em Direitos Creditórios, e pelos princípios gerais do direito do comércio.

14.17. O Cedente não poderá, sem a autorização prévia, expressa e por escrito do Fundo, ceder ou transferir qualquer dos seus direitos ou obrigações decorrentes do presente Contrato de Cessão ou sua posição jurídica nele ocupada.

14.18. Os termos e condições do presente Contrato de Cessão prevalecerão sobre quaisquer outros entendimentos ou acordos anteriores entre as Partes, expressos ou implícitos, referentes às condições aqui estabelecidas, ficando expressamente revogados todos os instrumentos anteriormente firmados pelas Partes tendo como objeto a cessão de Direitos Creditórios pelo Cedente ao Fundo.

14.19. Todos os documentos descritos no presente instrumento, bem como seus respectivos Termos de Cessão celebrados nos termos deste Contrato de Cessão constituirão parte integrante e inseparável do presente Contrato de Cessão, para todos os fins e direitos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – FORO DE ELEIÇÃO

15.1. O presente contrato será regido pelas leis da República Federativa do Brasil. Fica eleito o Foro Central da Comarca da Curitiba, Estado do Paraná, como único competente para dirimir quaisquer dúvidas e disputas decorrentes do presente contrato.

E, assim, por estarem justas e contratadas, as partes assinam este contrato na presença de duas testemunhas.

Curitiba, de Janeiro de 2017

CEDENTE E RESPONSÁVEIS SOLIDÁRIOS:

Representante legal 1.: «Representante_legal_1»
CPF 1.: «CPF_1»
Email.: «email_do_representante_legal_1»

Representante legal 2.: «Representante_legal_2»
CPF 2.: «CPF_2»
Email.: «email_do_representante_legal_2»

Representante legal 3.: «Representante_legal_3»
CPF 3.: «CPF_3»
Email.: «email_do_representante_legal_3»

Representante legal 4.: «Representante_legal_4»
CPF 4.: «CPF_4»
Email.: «email_do_representante_legal_4»

Representante legal 5.: «Representante_legal_5»
CPF 5.: «CPF_5»«email_do_representante_legal_5»
Email..:

Responsavel Solidario 1.: «Responsavel_Solidario_1»
CPF.: «CPF_RS_1»
RG...: «RG_RS_1»
End...:«Endereco_RS_1»

RS 1 Conj.: «Responsável_Solidário_1_Conj»
CPF.: «CPF_RS_1_Conj»
RG...: «RG_RS_1_Conj»
End...: «Endereço_RS_1_Conj»

Responsavel Solidario 2.: «Responsavel_Solidario_2»
CPF.: «CPF_RS_2»
RG...: «RG_RS_2»
End...:«Endereco_RS_2»

RS 2 Conj.: «Responsável_Solidário_2_Conj»
CPF.: «CPF_RS_2_Conj»
RG...: «RG_RS_2_Conj»
End...: «Endereço_RS_2_Conj»

Responsavel Solidario 3.: «Responsável_Solidário_3»
CPF.: «CPF_RS_3»
RG...: «RG_RS_3»
End...:«Endereço_RS_3»

RS 3 Conj.: «Responsável_Solidário_3_Conj»
CPF.: «CPF_RS_3_Conj»
RG...: «RG_RS_3_Conj»
End...: «Endereço_RS_3_Conj»

Responsavel Solidario 4.: «Responsável_Solidário_4»
CPF.: «CPF_RS_4»
RG...: «RG_RS_4»
End...:«Endereço_RS_4»

RS 4 Conj.: «Responsável_Solidário_4_Conj»
CPF.: «CPF_RS_4_Conj»
RG...: «RG_RS_4_Conj»
End...: «Endereço_RS_4_Conj»

Responsavel Solidario 5.: «Responsável_Solidário_5»
CPF.: «CPF_RS_5»
RG...: «RG_RS_5»
End...:«Endereço_RS_5»

RS 5 Conj.: «Responsável_Solidário_5_Conj»
CPF.: «CPF_RS_5_Conj»
RG...: «RG_RS_5_Conj»
End...: «Endereço_RS_5_Conj»

FUNDO:

PETRA – PERSONAL TRADER CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
S/A, representando o FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS
MULTISSETORIAL MILÊNIO RECEBÍVEIS LP

PETRA CAPITAL GESTÃO DE INVESTIMENTOS LTDA.

MILÊNIO FOMENTO MERCANTIL LTDA.

TESTEMUNHAS:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

ANEXO I – MODELO DE TERMO DE CESSÃO

PARTE INTEGRANTE E COMPLEMENTAR DO CONTRATO DE CESSÃO DE CRÉDITO PARA FUNDOS DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS, FIRMADO EM (data do contrato) ENTRE A CEDENTE E O FUNDO

TERMO DE CESSÃO N.º _____

CEDENTE: CNPJ:

Endereço: Cidade: - UF: - CEP:

Conta Bancária da Cedente

Nome do Banco: Número do Banco:

Número da agência bancária: Número da conta corrente:

FUNDO:

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multissetorial Milênio Recebíveis LP CNPJ: 15.578.550/0001-60, neste ato representado pelo seu administrador, Petra – Personal Trader Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S/A, instituição financeira, com sede social na Rua Pasteur, nº 463, 11º andar, Água Verde, cidade de Curitiba, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.317.692/0001-94.

1. A CEDENTE e o FUNDO firmaram em (data do contrato), o Contrato de Cessão de Crédito para Fundos de Investimento em Direitos Creditórios, o qual regula esta cessão de créditos.

2. Através do presente Termo de Cessão, a CEDENTE e o FUNDO formalizam a cessão dos créditos constantes da relação abaixo:

Numero	Nome do devedor	Vencimento	Valor no Vencimento
--------	-----------------	------------	---------------------

3. As condições da presente cessão de créditos são as seguintes:

I - Valor total dos títulos no vencimento:

II - Preço pago a CEDENTE pela cessão:

III - Data do pagamento do preço da cessão:

4. O pagamento pelo FUNDO do preço da cessão dos créditos tratada neste Termo de Cessão ocorrerá através de crédito na conta corrente de titularidade da CEDENTE indicada no o Contrato de Cessão de Crédito para Fundos de Investimento em Direitos Creditórioseste instrumento, a partir de quando fica conferida ao FUNDO a mais ampla, rasa e geral quitação, para nada mais reclamar a CEDENTE, seja a que título for.

5. As partes confirmam e ratificam as cláusulas e condições do CONTRATO DE CESSÃO DE CRÉDITO PARA FUNDO DE INVESTIMENTOS EM DIREITOS CREDITÓRIOS, as quais continuam válidas e inalteradas.

6. Termo de Cessão assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP Brasil.

Curitiba, _____ de _____ de _____.

CEDENTE

MODELO APENAS; NÃO ASSINAR

FUNDO

ANEXO II – MODELO DE TERMO DE RECOMPRA DE CESSÃO

PARTE INTEGRANTE E COMPLEMENTAR DO CONTRATO DE CESSÃO DE CRÉDITO PARA FUNDOS DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS, FIRMADO EM (data do contrato) ENTRE A CEDENTE E O FUNDO.

TERMO DE RECOMPRA DE CESSÃO N.º _____

CEDENTE:

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multissetorial Milênio Recebíveis LP CNPJ: 15.578.550/0001-60, neste ato representado pelo seu administrador, Petra – Personal Trader Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S/A, instituição financeira, com sede social na Rua Pasteur, nº 463, 11º andar, Água Verde, cidade de Curitiba, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.317.692/0001-94.

Banco PETRA S/A – [...] Agência número: Conta corrente número:

CESSIONÁRIO:

Nome: CNPJ:

Endereço: Cidade: - UF - CEP

1. A CEDENTE e o FUNDO firmaram em (data do contrato), o Contrato de Cessão de Crédito para Fundos de Investimento em Direitos Creditórios, o qual regulou a cessão de determinados direitos creditórios ao CEDENTE e que prevê a possibilidade de que determinados créditos que tenham sido cedidos ao FUNDO sejam recomprados pelo CEDENTE.

2. Através do presente Termo de Recompra de Cessão, a CEDENTE e o FUNDO formalizam a recompra da cessão dos créditos constantes da relação abaixo:

Numero	Nome do devedor	Vencimento	Valor no Vencimento
--------	-----------------	------------	---------------------

3. As condições da presente recompra de cessão de créditos são as seguintes:

I - Valor total dos títulos no vencimento:

II - Preço pago ao FUNDO pela recompra da cessão:

III - Data do pagamento do preço da recompra da cessão:

4. O pagamento pela CEDENTE do preço da recompra da cessão dos créditos tratada neste Termo de Recompra de Cessão ocorrerá através de crédito na conta corrente de titularidade do FUNDO indicada neste instrumento, a partir de quando fica conferida à CEDENTE a mais ampla, rasa e geral quitação, para nada mais reclamar ao FUNDO, seja a que título for.

5. As partes confirmam e ratificam as cláusulas e condições do CONTRATO DE CESSÃO DE CRÉDITO PARA FUNDO DE INVESTIMENTOS EM DIREITOS CREDITÓRIOS, as quais continuam válidas e inalteradas.

6. Termo de Cessão assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP Brasil.

Curitiba, _____ de _____ de _____.

FUNDO

CESSIONÁRIO

«Cedente_»-Repr.Legal e Resp.Solidario.
«email_do_representante_legal_1»;«email_do_representante_legal_2»;«email_
do_representante_legal_3»;«email_do_representante_legal_4»

FIDC MILENIO

kelvia.alves@petracorretora.com.br; erica.souza@grupopetra.com.br

Testemunha

daniel.garbeline@grupopetra.com.br; fernanda.silva@grupopetra.com.br

Petra Capital

paulo.trota@petracapital.com.br; liliene.barbosa@petraasset.com.br;
nelson.pereira@petracapital.com.br

MILENIO LP

fredloyo@mfac.com.br; domingos@mfac.com.br; marcelo.silva@mfac.com.br

BUSCA DO CONTRATO

FIDC MILENIO Cedente «Cedente_» - «CNPJ»

Nome.: «Representante_legal_1»

CPF...: «CPF_1»

Email: «email_do_representante_legal_1»

Nome.: «Representante_legal_2»

CPF...: «CPF_2»

Email: «email_do_representante_legal_2»

Nome.: «Representante_legal_3»

CPF...: «CPF_3»

Email: «email_do_representante_legal_3»

Nome.: «Representante_legal_4»

CPF...: «CPF_4»

Email: «email_do_representante_legal_4»

Nome.: «Responsavel_Solidario_1»

CPF...: «CPF_RS_1»

Email: «email_do_responsavel_solidario_1»

Nome.: «Responsavel_Solidario_2»

CPF...: «CPF_RS_2»

Email: «email_do_responsavel_solidario_2»

Nome.: «Responsável_Solidário_3»

CPF...: «CPF_RS_3»

Email: «email_do_Responsável_Solidário_3»

Nome.: «Responsável_Solidário_4»

CPF...: «CPF_RS_4»

Email: «email_do_Responsável_Solidário_4»

Comprova orienta assinatura digital - www.comprova.com

suporte@comprova.com

FIDC MILENIO